Lígia Maria Xavier Milagres

Processos de auto-organização sócio-espacial
ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2016

Lígia Maria Xavier Milagres

Processos de auto-organização sócio-espacial
ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção
do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Baltazar

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

M638p Milagres, Lígia Maria Xavier.
Processos de auto-organização sócio-espacial [manuscrito] : ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão / Lígia Maria Xavier Milagres. - 2016.
169 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Baltazar.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano – Teses. 2. Espaços públicos – Aspectos sociais - Teses. 3. Urbanização – Aspectos políticos - Teses. 4. Planejamento urbano - Teses. I. Baltazar, Ana Paula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.028

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 04 de outubro de 2016 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (Orientadora - EA-UFMG) _____

Profa. Dra. Silke Kapp (EA-UFMG) _____

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG) _____

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP-SC) _____

Prof. Dr. Glauco Bruce Rodrigues (UFF) _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de diferentes maneiras ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, em especial: à Prof. Ana Paula Baltazar pela orientação crítica e instigante, pela parceria e pela confiança; aos moradores da Vila das Antenas e ao grupo História em Construção; aos pesquisadores (alunos e professores) dos grupos MOM e Lagear; aos colegas, professores e funcionários do NPGAU; à Fapemig e à Capes pelas bolsas de estudo; aos integrantes da iniciativa Tempelhofer Feld 100% e do jardim comunitário Allmende-Kontor; à co-orientadora da parte da pesquisa realizada na HU de Berlim, Prof. Talja Blokland; ao Prof. Henrik Lebuhn e aos colegas da HU; e, por fim, agradeço ao meu companheiro Tiago, à minha família e a cada uma das minhas amigas e amigos queridos que acompanharam de perto esse processo, me animando e apoiando.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo compreender e discutir as possibilidades, ambivalências e desafios presentes em processos de auto-organização sócio-espacial que se desdobram a partir de disputas por poder de decisão sobre uma determinada porção urbana. Ainda que pouco coesos, certos processos de auto-organização desafiam a reprodução dos arranjos e relações sócio-espaciais vigentes no âmbito do capitalismo e da democracia representativa, podendo contribuir para a democratização da produção do espaço no seu sentido radical. Com a ajuda de uma lente teórica que combina as noções de autonomia coletiva, democracia radical e autogestão com elementos das perspectivas anarquista e estadocrítica, duas situações concretas foram examinadas: o processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas em Belo Horizonte e as práticas dos moradores envolvidos na disputa sobre o antigo aeroporto Tempelhof em Berlim. A partir das ambivalências e desafios evidenciados pelas situações concretas, pode-se dizer que se por um lado os processos de auto-organização sócio-espacial contribuem para ampliar as condições de discussão, decisão e ação coletiva na produção do espaço por parte de moradores urbanos comuns, por outro, as contradições impostas pelo contexto politico e econômico estabelecido dificultam o seu desenvolvimento nesse sentido.

Palavras-chave: auto-organização, produção do espaço, espaço cotidiano, planejamento urbano, democracia radical

ABSTRACT

The research aims to understand and to discuss the possibilities, ambivalences and challenges in socio-spatial self-organisation processes, which emerge from disputes on decision making power over a given urban area. Although little consolidated, some self-organisation processes challenge the reproduction of current settings and socio-spatial relationships within the fields of capitalism and representative democracy. Such processes may contribute to the democratisation of the production of space in a radical sense. With the support of a kind of theoretical lens, that combines notions on collective autonomy, radical democracy and self-management with elements of the anarchist and state-critic perspectives, two concrete situations were investigated: the self-organisation process by dwellers from Vila das Antenas, in Belo Horizonte, Brazil, and the social practices of the dwellers engaged in disputes over the former airport Tempelhof, in Berlin, Germany. From the ambivalences and challenges presented by these two concrete situations, it is observed that, on the one side, socio-spatial self-organisation processes do contribute to increase conditions for discussion, decision-making and collective action in the production of space by common urban dwellers. On the other side, the contradictions imposed by the existing political and economical contexts turn difficult the progress of such processes.

Keywords: self-organisation, production of space, everyday spaces, urban planning, radical democracy.

Figura 01: Na esquerda, as nove Regiões Administrativas de BH e a localização do Morro das Pedras na Regional Oeste. Na direita, a delimitação aproximada do Morro das Pedras e da Vila das Antenas, adjacente à avenida Raja Gabáglia.……..……..…17

Figura 02: Na esquerda, os distritos de Berlim e a localização do Tempelhof. Na direita, a vista aérea do campo do Tempelhof.……..……..…19

Figura 03: Espaço sobre o túnel da Lagoinha em Belo Horizonte..……..…..…30

Figura 04: Quadro com as principais especificidades dos casos……..……..…57

Figura 05: Imagem que introduz o texto de apresentação da Urbel no Portal da PBH……62

Figura 06: Vista aérea da Vila das Antenas em 2008 e em 2013, depois da abertura da via de ligação entre as Avenidas Raja Gabáglia e Barão Homem de Melo (que não aparece na imagem). ……..……60

Figura 07: Linha do tempo do processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas……..……..……..……..…65

Figura 08: Trechos do video *Quando a parede cai*……..……..…67

Figura 09: O cenário que passou a fazer parte da vida dos moradores……..…..……..……68

Figura 10: No topo, o muro de acesso à Vila (perpendicular à Raja Gabáglia) com graffiti do grupo História em Construção. Embaixo, comércio e outros usos da rua..…..……72

Figura 11: Muro de arrimo……..…..……..……73

Figura 12: Ruas asfaltadas; separação da circulação de pedestres e carros, privilegiando os carros……..…73

Figura 13: Panfleto de divulgação da disciplina na Vila……..……...…74

Figura 14: Mapeamento dos moradores entrevistados no contexto da disciplina……..…..….75

Figura 15: Espaços onde o grupo atua inicialmente (mancha cinza no mapa). Na parte inferior, foto da quadra e do espaço livre usado para diferentes atividades – na parede, graffiti feito por Pixone Surto Periférico.……..……..…..……...…77

Figura 16: Convite para atividades aos sábados……..……..… 78

Figura 17: Algumas das atividades da I Mostra das Riquezas Culturais……..……79

Figura 18: Na esquerda, um dos boletins e, na direita, um dos panfletos……..81

Figura 19: Oficina da Vizinhança……..……..84

Figura 20: Exibição de um filme na parede externa da Oficina..…….……..……..85

Figura 21: Ampliação da atuação do grupo no espaço da vizinhança (mancha cinza) depois da abertura da Oficina. Abaixo, fotos da entrada da oficina, interior e vista do último andar……86

Figura 22: Vista aérea do Tempelhof e fotos do local……..……..……94

Figura 23: A pista do aeroporto atualmente……..……..……..……98

Figura 24: Linha do tempo do processo de decisão sobre o campo do Tempelhof……..…101

Figura 25 Mobilização para ocupar o aeroporto em 2009……103

Figura 26: Proposta do jornal TAZ……104

Figura 27: As três áreas reservadas para os usos pioneiros……..……..…..……105

Figura 28: Localização dos jardins……..……106

Figura 29: Placa da administração pública……..……..……..…..…..……106

Figura 30: Jardins comunitários do Tempelhofer Feld……..……107

Figura 31: Trecho do plano vencedor do concurso……107

Figura 32: Imagens da proposta da administração pública..……108

Figura 33: Folhas internas do jornal distribuído antes do referendo, apresentando as duas propostas em disputa……..……109

Figura 34: Resumo do que é permitido (erlaubt) e proibido (verboten) na lei (Gesetz)……..…110

Figura 35: Uso cotidiano do campo do Tempelhof……..……..…111

Figura 36: Ilustração jardim Allmende-Kontor……..……113

Figura 37: 2.200 refugiados vivem em abrigos temporários nos três hangares do antigo aeroporto……..……..……..……117

INTRODUÇÃO 12

Sobre a elaboração do problema e a escolha do tema 13

Sobre os procedimentos e métodos de pesquisa 16

Olhando para o fenômeno a partir da periferia 21

Organização do trabalho escrito 26

1 PROPOSTA DE ABORDAGEM DOS PROCESSOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL 27

1.1 Contexto e delimitação do objeto da pesquisa 27

1.1.1 Participação institucionalizada e planejamento urbano heterônomo no contexto brasileiro 29

1.1.2 Formas de ação coletiva nas lutas urbanas 36

1.1.3 Relação entre auto-organização e planejamento urbano institucional 38

1.2 Lente teórica 41

1.2.1 Autonomia coletiva e democracia radical 41

1.2.2 Perspectiva anarquista 44

1.2.3 Autogestão como processo 51

1.2.4 Perspectiva estadocrítica 52

1.2.4 Como a lente teórica orienta a pesquisa 53

2 AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MORADORES URBANOS EM DUAS DISPUTAS: OS CASOS DE BELO HORIZONTE E DE BERLIM 56

2.1 Do protesto à prática espacial no cotidiano: uma leitura do processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas 58

2.1.1 O contexto da disputa 59

2.1.2 O processo de auto-organização 64

Início do processo de auto-organização como resistência às remoções (2009-2010) 66

O grupo catalisador do processo de auto-organização sócio-espacial (2009-2014) 69

Desdobramentos do grupo catalisador: Oficina da Vizinhança e novas mobilizações contra remoção (2015-2016) 83

2.1.3 Aspectos que o caso da Vila das Antenas levanta para a discussão dos processos de auto-organização sócio-espacial 87

Disseminação espacial do processo de auto-organização 88

Ambivalência das parcerias 89

Obstáculos ao processo de auto-organização em um contexto fragilizado política e espacialmente 90

2.2 Auto-organização e o uso de instrumentos institucionais: uma leitura do processo de decisão sobre o Tempelhofer Feld 93

2.2.1 O contexto da disputa 94

2.2.2 Práticas auto-organizadas no processo de decisão sobre o antigo aeroporto 100

A mobilização dos moradores pela abertura do campo do Tempelhof (2008) 101

A abertura do parque e o processo de planejamento combinado com usos temporários (2010-2011) 104

A contraproposta da iniciativa Tempelhofer Feld 100% e a produção coletiva dos jardins comunitários ao longo do tempo (2011-2016).....*108*

2. 2. 3 Aspectos que o caso do Tempelhof levanta para a discussão dos processos de auto-organização sócio-espacial 118

Participação institucionalizada como entrave para o desenvolvimento de processos de auto-organização sócio-espacial.....*118*

O potencial e os limites da contraproposta *119*

Enquadramentos e possíveis resistências.....*122*

2.3 Orientações observadas nos processos de auto-organização sócio-espacial 125

3 ESPECULAÇÕES SOBRE PROCESSOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL 128

3.1 Autogestão do espaço cotidiano e escala 130

3.2 A relevância da estrutura nos processos de auto-organização sócio-espacial.....133

3.3 A pedagogia da auto-organização sócio-espacial e sua antítese 141

3.4 Riscos de enquadramento na dinâmica institucional e capitalista 148

3.5 Processos de auto-organização sócio-espacial e democratização radical da produção do espaço .150

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....155

REFERÊNCIAS 159

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objeto processos de auto-organização desencadeados a partir de situações de disputa por poder de decisão sobre uma determinada porção urbana. Passando por diferentes formatos desde o projeto inicial, a investigação tem como fio condutor a problematização do poder efetivo de decisão e de ação dos moradores das grandes cidades na definição da produção do espaço urbano cotidiano, ou seja, do espaço que é experimentado no dia a dia na escala microlocal[1]. Essa problematização considera que grande parte das discussões e deliberações que produzem os espaços da cidade acontecem no âmbito das práticas de planejamento e de gestão dos órgãos especializados da administração pública e correspondem a uma perspectiva de desenvolvimento urbano marcada por práticas tecnocráticas e capitalistas. Tendo em vista a assimetria de poder entre moradores comuns e aqueles poucos agentes com privilégios econômicos e políticos que atuam nos processos que definem o que é de interesse coletivo, pode-se questionar como e em que medida grupos de moradores rompem com essa alienação – que é confirmada, legitimada e reproduzida cotidianamente – por meio da auto-organização. A pesquisa tem por pressuposto que certas práticas auto-organizadas apresentam características que apontam para processos de democratização da produção do espaço no seu sentido radical, possibilitando um campo de experimentação para que diferentes coletividades tomem para si funções das quais se encontram alienadas – como a discussão, o planejamento e gestão dos espaços vivenciados diariamente.

Mas quais são as possibilidades concretas, os desafios e as ambivalências de práticas espaciais auto-organizadas por moradores em diferentes ambientes urbanos, tendo em vista o seu papel na democratização da produção do espaço? Quais meios são usados para a discussão e deliberação coletiva no âmbito de práticas que acontecem fora da participação institucionalizada, desafiando o *status quo* da produção do espaço? Os arranjos criados reproduzem ou contrastam com aqueles adotados pelas instituições vigentes? Quais são as implicações políticas desse tipo de ação coletiva? Essa pesquisa busca mostrar que certas práticas abrem um campo de experimentação, repleto de ambivalências, que merece atenção na discussão acerca da democratização da produção do espaço urbano.

O objetivo da pesquisa é então compreender e discutir as possibilidades, ambivalências e desafios presentes no desdobramento de processos de auto-organização. Para trabalhar com esse objetivo, a pesquisa se debruça sobre o que se define aqui como *processos de auto-organização sócio-espacial* – e as práticas espaciais inerentes a esses processos –, que são desencadeados a partir de situações em que moradores urbanos colocam em xeque o modo

[1] Utilizo a noção de escala (ou nível) microlocal apresentada por Souza. Essa escala, "corresponde a recortes territoriais [...] que se referem a espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano (coisa que nem sempre ocorre, devido à massificação e à atomização típicas das grandes cidades contemporâneas [...] o que tende a levar a um certo insulamento do indivíduo em sua própria casa)." (Souza, 2010:107)

como a produção do espaço acontece, buscando ampliar o seu poder de decisão sobre uma porção urbana. Esse poder de decisão em disputa é entendido aqui como o poder de definir os usos e características materiais do espaço, assim como o seu processo de produção. A auto-organização sócio-espacial pode estar presente em diferentes práticas espaciais, como na ocupação de uma área abandonada para uso coletivo, na autoprodução de infraestruturas urbanas ou na resistência ao planejamento institucional por meio da elaboração de contrapropostas.

Sobre a elaboração do problema e a escolha do tema

Além da minha vivência enquanto moradora da cidade de Belo Horizonte – que passa por discussões em círculos libertários desde o início dos anos 2000, por tentativas de romper com a minha própria alienação acerca da produção do espaço e também de provocar reflexões por meio de ocupações mais ou menos temporárias de espaços públicos residuais –, experiências de projeto e de pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo contribuíram diretamente para a elaboração do problema e definição do tema investigado. Desde que compreendi o papel da especialização do conhecimento na manutenção da organização política e social vigente, em que um especialista toma decisões que afetam muitas pessoas, tenho uma postura crítica e um sentimento ambivalente em relação à minha própria atuação enquanto profissional de um campo especializado. Isso certamente contribui para que essa pesquisa não tenha como objetivo apontar soluções ou propostas a serem aplicadas por arquitetos e urbanistas. Assim, seja como moradora ou como pesquisadora da cidade, sou movida há algum tempo pela curiosidade acerca de práticas auto-organizadas que questionam diretamente a organização sócio-espacial vigente e por qualquer intervenção iniciada por pessoas que tomam para si a tarefa de interferir no espaço público cotidiano, melhorando (ainda que minimamente) a qualidade de vida urbana e criando espaços de uso coletivo – seja construindo bancos e jardins nas calçadas em frente à moradia, incrementando as condições de uso de espaços residuais de acesso público ou ocupando imóveis vagos para uso comunitário. Essa curiosidade me levou a perguntar de que modo as noções de pertencimento e de responsabilidade acerca de um ambiente comum são construídas em uma sociedade cujas relações são alienantes e tendem a isolar as pessoas em círculos privados. Busco então entender os processos de auto-organização com o objetivo de contribuir para a discussão não especializada do espaço, ainda que a pesquisa seja feita no contexto da academia.

No campo da arquitetura e urbanismo, a experiência junto ao grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) da UFMG – que ocorreu com mais sistematicidade entre 2010 e 2012 – e os desdobramentos da pesquisa de mestrado, concluída em 2011, foram cruciais para a formulação do problema aqui abordado. Junto ao grupo MOM – que tem como uma de suas principais frentes a investigação dos processos de autoprodução do espaço em vilas e favelas –,

tive a oportunidade de acompanhar os acontecimentos na Vila das Antenas (Morro das Pedras) e uma parte do processo de auto-organização de seus moradores. Esse processo, que acontece em um ambiente urbano autoproduzido, é uma das situações concretas investigadas sob o recorte aqui proposto e contribui para delinear a pesquisa desde o seu início. Participei de várias discussões com moradores da Vila e com colegas de pesquisa acerca das contradições da política de intervenção da administração pública de Belo Horizonte em vilas e favelas.[2] Essas contradições foram também abordadas no contexto da pesquisa da rede Finep *Moradia e Tecnologia Social*, cujo objetivo principal foi compreender os processos de autoprodução por meio de observação direta e entrevistas em profundidade com moradores da Vila das Antenas e da Vila Nossa Senhora de Fátima (localizada no Aglomerado da Serra). Por meio dessas pesquisas, foi possível conhecer partes da história da produção desses espaços, algumas de suas especificidades e o modo como as intervenções da administração pública reconfiguram, à revelia dos moradores, a estrutura espacial e social construída ao longo de anos. Apesar das relações de apoio mútuo que são características da autoprodução na favela, pouco podem fazer os seus moradores quando a administração pública intervém impondo em seu espaço os padrões da cidade dita formal. Foi inquietante perceber que muitos moradores aderem à ideia contraditória de que a intervenção que destrói as relações sócio-espaciais existentes é a mesma que pode eventualmente melhorar a qualidade de vida da vizinhança, como se não houvesse alternativa de melhoria que não se espelhe nos padrões da cidade formal. A fragilidade dos moradores da Vila das Antenas diante das determinações da administração pública e da pressão da indústria imobiliária, assim como a dificuldade de organização para se defenderem e proporem alternativas, levantaram questões sobre os entraves específicos enfrentados por grupos econômica e politicamente desprivilegiados.

Já em outra situação, também junto ao grupo MOM, fiz parte da equipe técnica do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI)[3], que aconteceu paralelamente à pesquisa de mestrado. Desenvolvemos uma política que tinha como enfoque a melhoria da qualidade da moradia e do ambiente urbano, visando limitar o campo de ação da indústria imobiliária e ampliar o campo de ação dos moradores na produção da cidade. Essa experiência serviu para tornar evidente o hiato existente entre instrumentos institucionais voltados para a democratização da produção do espaço e as condições concretas para a auto-organização dos moradores urbanos no cotidiano. Trata-se da ambivalência das políticas públicas formuladas no âmbito do Estado: se, por um lado, a regulamentação de instrumentos necessários para alcançar esses objetivos depende do jogo político institucional,

---

[2] O assunto é abordado no segundo capítulo deste trabalho.

[3] O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI) foi contratado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) e desenvolvido pela UFMG entre 2009 e 2010, sob coordenação do prof. Roberto Luis de Melo Monte-Mór. A subequipe da qual a autora participou junto ao grupo MOM, coordenada pela profa. Silke Kapp, foi responsável pela área temática intitulada "Habitação, Vida Cotidiana e Qualidade de Vida" na primeira etapa do Plano; na segunda etapa, essa mesma subequipe elaborou a "Política metropolitana integrada de direito ao espaço cotidiano: moradia e ambiente urbano"

por outro, ela é inócua se não questionada e moldada por grupos sociais engajados em torno de questões comuns da produção do espaço.

As questões levantadas no final da pesquisa de mestrado (Milagres, 2011[4]), cujo objetivo foi discutir diferentes posicionamentos de moradores urbanos frente à produção do espaço público cotidiano, serviram para evidenciar que as práticas coletivas auto-organizadas são desincentivadas e até mesmo anuladas pelo emaranhado hierárquico e burocrático com que os órgãos da administração pública operam. Apesar de incorporar elementos de democracia participativa, de um modo geral, a administração pública de Belo Horizonte não reconhece propriamente coletivos de moradores urbanos como agentes de planejamento e gestão de porções urbanas. Ficou também evidente que os próprios moradores não necessariamente se envolvem ou elaboram alternativas pelo fato de incorporarem como natural a centralização das decisões urbanas nas mãos de poucos. A pesquisa serviu ainda para explicitar que a produção do espaço que a maioria da população reconhece como legítima é heterônoma e que a institucionalização de práticas auto-organizadas pode retirar o seu potencial político sem que as pessoas envolvidas percebam. Em grande parte das vizinhanças os moradores consideram que decisões e ações referentes ao espaço urbano (público) são de responsabilidade do poder público ou de alguma outra instância externa. A dicotomia entre papel do poder público e papel do cidadão é incorporada coletivamente sem questionamento, refletindo na despolitização dos moradores urbanos que, de um modo geral, reproduzem uma postura de consumidor frente à produção do espaço.

Tais constatações motivaram a produção da pesquisa aqui apresentada e o seu objetivo de entender como os moradores urbanos se organizam para além de ações imediatas, tendo alguma consciência dos riscos de enquadramento e anulamento de suas práticas pela administração pública – um anulamento que acontece, muitas vezes, no âmbito dos mecanismos de participação popular. Se na pesquisa de mestrado o foco era nas práticas espaciais passíveis de observação na cidade de Belo Horizonte, o foco da presente pesquisa é compreender os processos de auto-organização sócio-espacial por trás dessas práticas. Esses processos de auto-organização são tanto sociais quanto espaciais, daí a utilização do termo *sócio-espacial*. O uso desse termo segue a proposta de Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 16 e

[4] A dissertação intitulada *Entre o quintal e o parque: possibilidades de produção do espaço público cotidiano* é o produto da pesquisa de mestrado foi realizada entre 2009 e 2011, sob orientação da professora Silke Kapp, junto ao Programa de Pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. O termo espaço público cotidiano foi utilizado para designar o espaço público que se encontra no entorno da moradia, entre o espaço privado (o "quintal de casa") e o espaço público especializado e destinado a atividades de convívio e lazer (o "parque"). Ele é formado pelas calçadas, ruas, canteiros centrais, rotatórias, áreas lindeiras a ferrovias, resíduos de lotes, áreas sob linha de transmissão e qualquer outro espaço livre passível de uso na escala microlocal. Foram analisadas quatro situações na cidade de Belo Horizonte que revelavam desde a completa apatia dos moradores em relação aos espaços até o engajamento coletivo na sua produção. Concluiu-se que as iniciativas auto-organizadas são facilmente anuladas quando esbarram nos procedimentos e rotinas da administração pública, o que mostra os limites do poder de decisão e de ação dos moradores urbanos sobre o espaço cotidiano.

17), para o qual o termo com o hífen – diferentemente de "socioespacial" –, explicita uma abordagem equivalente tanto do social quanto do espacial, não reduzindo o "social" a um termo que apenas qualifica a abordagem do espaço. Neste texto, o termo *sócio-espacial* diz respeito tanto ao processo de auto-organização quanto às práticas espaciais desdobradas no contexto desse mesmo processo.

Sobre os procedimentos e métodos de pesquisa

Foram escolhidas duas situações concretas que oferecem elementos relevantes para a pesquisa e que são aqui abordadas como estudos de caso. Uma delas é o processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas, localizada em um dos maiores aglomerados de Belo Horizonte, o Morro das Pedras. A outra situação apresenta diferentes práticas no processo de decisão sobre o espaço livre do antigo aeroporto Tempelhof na cidade de Berlim, o *Tempelhofer Feld* (ou campo do *Tempelhof*). Como essa breve descrição evidencia, as suas situações são muito diferentes. Por isso, optou-se abordar cada situação individualmente, com o objetivo de evitar comparações lineares e de possibilitar a discussão de suas singularidades. Não se trata assim de um trabalho comparativo, ainda que a análise e discussão gerais – presentes no último capítulo – abarquem as duas situações, de modo que uma análise ajuda a iluminar a outra. Desse modo, alguns aspectos são discutidos globalmente no fim do trabalho, tendo em vista desafios comuns enfrentados nos processos de auto-organização sócio-espacial, assim como as especificidades decorrentes da posição de cada cidade na economia política global, sendo uma localizada na semi-periferia e a outra no centro do capitalismo.

Os dois casos foram escolhidos por apresentarem ambivalências que podem contribuir para avançar na discussão sobre a atuação da chamada sociedade civil na produção do espaço e na formulação de políticas urbanas. As duas situações têm em comum processos de auto-organização de moradores urbanos que são desencadeados a partir de disputas – com a administração pública e interesses de grupos dominantes – pelo poder de decidir sobre um determinado espaço. Nos dois casos, moradores urbanos colocam em xeque diferentes práticas institucionais de planejamento e de intervenção, o que inclui seus mecanismos de participação. Em cada situação os moradores envolvidos estabelecem um tipo de relação com o espaço, com a administração pública, com os canais de participação institucionalizada e com instrumentos legais disponíveis. As características das situações analisadas e a metodologia adotada em cada análise são abordadas em profundidade no segundo capítulo da tese e são aqui pinceladas com o objetivo de introduzir o leitor.

O caso de Belo Horizonte foi o ponto de entrada da investigação. Trata-se de uma disputa no contexto urbano de uma favela próxima ao centro da cidade, com relativa boa estrutura e oferta de serviços públicos nas redondezas. Por estar próxima a bairros valorizados ou em processo de

valorização, não só a Vila das Antenas, mas todo o aglomerado Morro das Pedras está há alguns anos sujeito à pressão da indústria imobiliária. O fato de ser uma área ocupada irregularmente ao longo do tempo por uma população de baixa renda, faz com que seus moradores estejam ainda mais sujeitos a intervenções que reestruturam o espaço cotidiano e geram resultados fortemente questionáveis em termos de qualidade de vida urbana e justiça social. O que está em disputa nesse caso é o poder de decidir sobre a produção do espaço urbano cotidiano da vizinhança, na escala microlocal. O processo analisado se inicia quando alguns moradores da Vila se reúnem para resistir às intervenções estruturantes promovidas pela administração pública a partir de 2008, no escopo do programa Vila Viva. A principal intervenção foi a construção de uma via que atravessa a vizinhança provocando a remoção de vários moradores, ainda que alguns tenham conseguido permanecer como resultado do processo de resistência. O processo de auto-organização é provocado também pelos problemas de uma pseudoparticipação promovida institucionalmente tanto no planejamento quanto na execução dessa intervenção que, quando muito, informa os moradores sobre propostas já definidas pelos especialistas envolvidos. Em 2012 os moradores voltam a lidar com novas ameaças de remoção e abordagens autoritárias, dessa vez justificadas pela alegação da situação de risco de diversas casas localizadas sob uma linha de transmissão elétrica que atravessa a Vila.

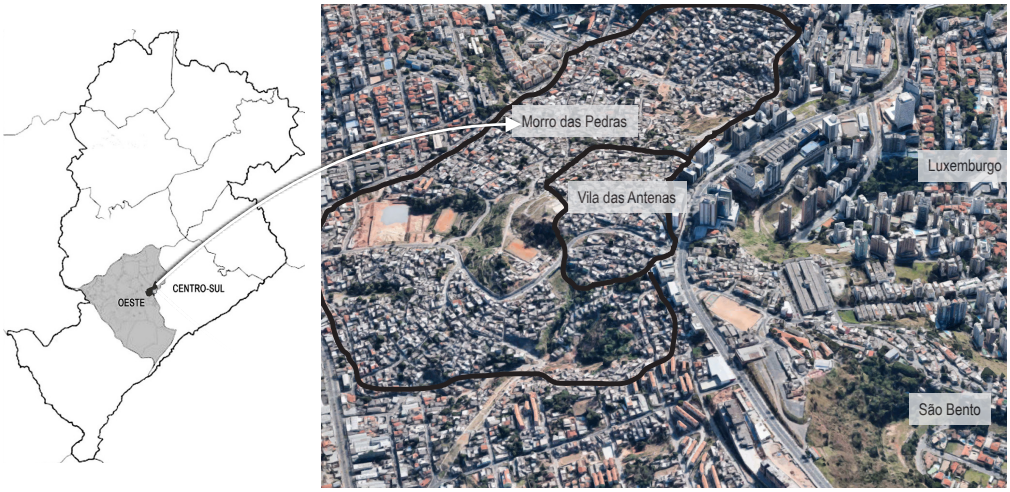


Figura 01: Na esquerda, as nove Regiões Administrativas de BH e a localização do Morro das Pedras na Regional Oeste. Na direita, a delimitação aproximada do Morro das Pedras e da Vila das Antenas, adjacente à avenida Raja Gabáglia.
Fonte: Wikipedia "Regionais de Belo Horizonte" e Google Maps com intervenções da autora, 2016

Os objetivos dos moradores são formulados ao longo do processo de auto-organização aqui analisado. Num primeiro momento, o foco das ações é na resistência às remoções. Num segundo momento, os moradores buscam se informar e ganhar força em seus argumentos com o apoio de pesquisadores universitários. Já em um terceiro momento, os moradores passam a desenvolver atividades com enfoque no cotidiano e na mudança da relação dos moradores com o próprio espaço. Assim, com o passar do tempo e com o apoio de diferentes parceiros, consolida-se o foco na ampliação das condições de ação dos moradores, com o objetivo de

melhorar o espaço da vizinhança de acordo com suas experiências cotidianas, sua cultura e sua história. Um desafio crucial nesse processo, assumido pelos moradores envolvidos, diz respeito à construção de uma consciência coletiva sobre a própria posição sócio-espacial na cidade, sobre a cultura da vizinhança e sua história de autoprodução. A partir da ação de um grupo catalisador – o História em Construção –, os moradores têm desenvolvido diferentes práticas que alimentam esse processo de construção de uma consciência coletiva sobre a própria história: discussões semanais, atividades culturais com crianças e jovens, leitura de livros e exibição de filmes ao ar livre. Mais recentemente, o grupo inaugura a Oficina da Vizinhança, uma edificação que abriga um espaço multi-uso para diferentes atividades propostas pelos moradores, uma biblioteca e banco de ferramentas coletivo para autoconstrutores da Vila. As práticas desse caso são difusas e marcadas pelo desafio constante de atrair um número maior de vizinhos para o seu processo.

Como já foi dito no item anterior, a aproximação desse caso se deu no contexto da minha atuação em dois projetos junto ao Grupo MOM da Escola de Arquitetura da UFMG, entre o início de 2011 e final de 2012. O primeiro projeto foi fruto de uma parceria iniciada pelo grupo da Vila em 2009 com os pesquisadores dos grupos MOM e LAGEAR (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica), também da EA-UFMG, e aconteceu com maior sistematicidade entre 2011 e meados de 2012. O objetivo dessa parceria foi buscar meios para fortalecer a resistência dos moradores diante das intervenções determinadas pela administração pública em seu espaço cotidiano. O segundo projeto aconteceu no contexto da rede de pesquisa da Finep *Moradia e tecnologia social,* que teve início em 2011 e tinha como objetivo compreender os processos de autoprodução do espaço cotidiano em vilas e favelas com enfoque na Vila das Antenas e na Vila Nossa Senhora de Fátima (Aglomerado da Serra).

Esse caso é relevante para a pesquisa, pois mostra uma situação pouco comum no contexto das favelas, em que moradores passam a buscar meios para se organizar independentemente do formato tradicional da associação de moradores, que caracterizou durante muito tempo a ação coletiva nesses locais. Além disso, os moradores envolvidos têm uma postura crítica em relação à atuação do poder público na vizinhança e aos processos capitalistas de produção do espaço que é pouco comum em grupos sociais que têm pouco tempo livre, um dos elementos necessários para o engajamento em discussões e ações coletivas. Como aponta Jessé Souza (2009), especialmente na realidade brasileira, esse tempo é um privilégio das classes mais abastadas e está fora de alcance de grupos desfavorecidos. Outro aspecto importante nesse caso foi o tipo de relação que se buscou estabelecer entre moradores da Vila e pesquisadores que moram em outros locais durante a parceria do grupo da Vila com a universidade. Foi tomado como um desafio pelas duas partes impedir o estabelecimento de uma relação de dependência e subordinação, o que é muito comum nesse tipo de parceria. Por um lado, esse desafio foi assumido pelos pesquisadores, que vêm de um campo do conhecimento cuja prática nas favelas é marcada pela reprodução tanto de uma *atuação tecnocrática* – em que o arquiteto é encarregado de implementar políticas públicas sobre as quais não tem autonomia, estando

submetido a rotinas administrativas, financeiras e jurídicas predefinidas – quanto de uma *atuação missionária* – quando "o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço" (Kapp, et al, 2012, p. 5). Por outro lado, o desafio dos moradores foi assumir o protagonismo e incitar uma postura ativa na vizinhança diante das possibilidades de ação no âmbito dessa parceria, uma vez que o mais comum é que se assuma uma postura passiva diante da presença de agentes externos, o que é geralmente reforçado pelo tipo de atuação autoritária desses agentes.

Já o caso de Berlim diz respeito à disputa sobre o destino do espaço livre do antigo aeroporto *Tempelhof.* Nesse caso, chama atenção especialmente o fato de um coletivo de moradores urbanos utilizar um instrumento de democracia direta por meio da auto-organização. Desde o fechamento do aeroporto, em 2008, diferentes grupos passam a pressionar a administração pública pela abertura do espaço para uso público. Mas a disputa não cessa depois que a administração pública abre o espaço como um parque, adotando métodos participativos de planejamento. Embora um desses métodos tenha combinado planejamento em longo prazo com usos temporários propostos por grupos de moradores, a administração pública prossegue com a decisão de desenvolver o espaço construindo blocos de apartamentos, escritórios e outros equipamentos. Essa proposta desconsidera os usos temporários que alguns grupos acreditavam ter conquistado por meio da participação institucionalizada, como é o caso dos jardins comunitários que se instalaram no campo. A proposta da administração pública é questionada especialmente por grupos de moradores vizinhos do aeroporto, que vinham se organizando desde o seu fechamento contra possíveis construções no espaço e contra a valorização imobiliária das vizinhanças imediatas. Essa organização culmina na criação da iniciativa *Tempelhofer Feld 100%* (THF 100%), que elabora um projeto de lei e convoca um referendo para a sua votação popular.

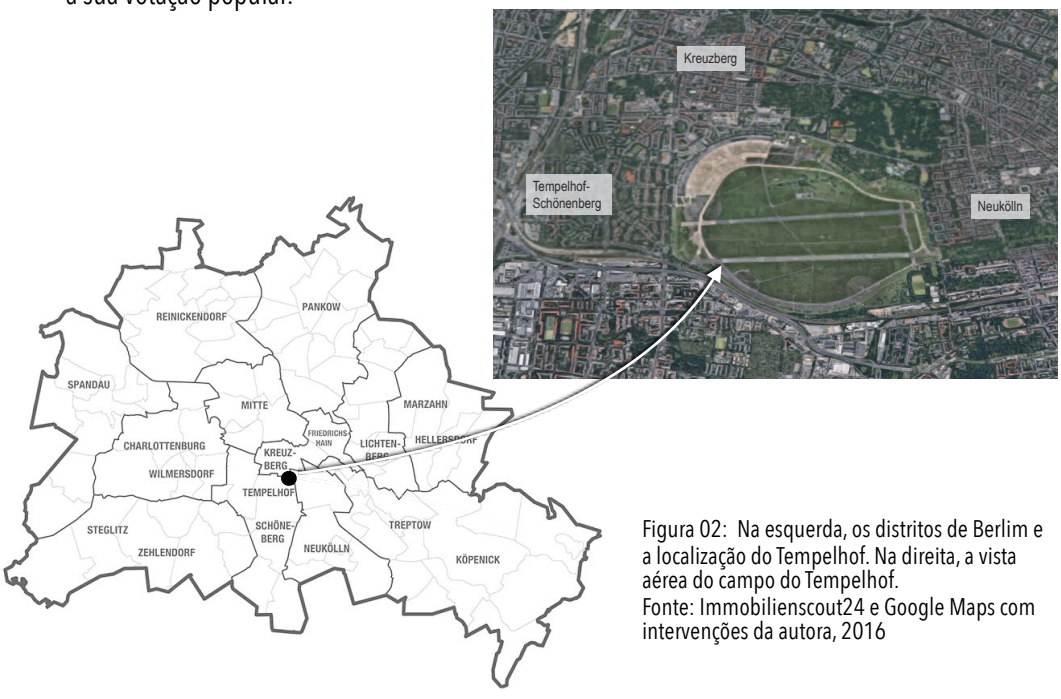


Figura 02: Na esquerda, os distritos de Berlim e a localização do Tempelhof. Na direita, a vista aérea do campo do Tempelhof.
Fonte: Immobilienscout24 e Google Maps com intervenções da autora, 2016

A aproximação desse caso se deu com a possibilidade de estudar um caso fora do Brasil no contexto do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES)[5]. A cidade de Berlim foi escolhida pela sua história recente de transformação sócio-espacial e pela aparente pressão que diferentes grupos da população exercem sobre a administração pública por meio de protestos, manifestações de rua e ocupações coletivas dos espaços. O movimento *squatter,* dos anos 1970 e 1980, é especialmente importante nesse contexto pelo fato de ter promovido a ocupação e melhoria de imóveis vagos, lutado contra a especulação e remoções, e principalmente por ter influenciado o formato das políticas de renovação urbana da época, contribuindo para o desenvolvimento de instrumentos mais abertos à participação dos moradores urbanos (Lebuhn, 2015; Holm; Kuhn, 2011).[6] O caso do *Tempelhof* foi escolhido com o objetivo de se compreender o que possibilitou que um conjunto de moradores fosse capaz de bloquear os planos de construção em um espaço livre próximo ao centro da cidade, com uma área equivalente a mais ou menos 400 campos de futebol, por meio de um referendo autoconvocado. Depois de fazer uma investigação mais aproximada e conversar com pessoas diretamente envolvidas, o caso se tornou ainda mais interessante por suas ambivalências, que não eram visíveis em um primeiro momento. Ao longo da investigação, ficou evidente que os moradores de Berlim enfrentam desafios semelhantes aos enfrentados em outras grandes metrópoles. Mesmo em uma cidade onde existe uma cultura forte de iniciativas de cidadãos e de negociações entre movimentos sociais e Estado na escala local, as disputas por poder de decisão sobre o espaço também estão presentes. Além disso, apesar da quantidade de grupos de moradores envolvidos nesse tipo de disputa, eles tendem a ser, na grande maioria das vezes, desconsiderados como agentes de tomada de decisão por parte da administração pública. Por esses motivos, o caso foi considerado um paralelo interessante ao caso brasileiro, adicionando elementos à discussão construída ao longo da investigação.

A parte da pesquisa em Berlim foi baseada na perspectiva de alguns moradores envolvidos nas práticas auto-organizadas, apreendida por meio de entrevistas, assim como por meio de pesquisas bibliográficas. Desse modo, a discussão sobre o planejamento urbano institucional é feita a partir da perspectiva dos processos de auto-organização analisados e seus embates. O estudo teve como foco as diferentes práticas presentes no processo de decisão sobre o antigo aeroporto desde o seu fechamento, em 2008, concentrando-se em duas delas: a iniciativa THF 100% e a produção dos jardins comunitários no campo. A iniciativa THF 100% é fundada em uma vizinhança vulnerável adjacente à área do aeroporto e, com o apoio de diferentes grupos da sociedade, pleiteia por meio de um referendo a lei de preservação do espaço (*Gesetz für den Erhalt des Tempelhofer Feldes).* O objetivo da lei é bloquear os planos de construção da

[5] A parte da pesquisa em Berlim foi feita no departamento de Sociologia Urbana e Regional (*Stadt -und Regionalsoziologie)* da Humboldt Universität e co-orientada pela Prof. Dr. Talja Blokland.

[6] Este assunto é retomado e desenvolvido no segundo capítulo da tese.

administração pública e manter o espaço como um parque público, livre de construções e de qualquer outra atividade lucrativa. Depois de uma intensa campanha, esse objetivo é alcançado por meio do referendo, realizado em 2014 e com 65% dos votos favoráveis à proposta da iniciativa.[7] Já a outra prática analisada atua diretamente na transformação material do espaço, ainda que de modo limitado, por meio da produção de jardins comunitários. Inicialmente, esses jardins ocupam um espaço concedido pela administração pública, como um dos usos temporários promovidos no âmbito do planejamento institucional. Atualmente, os moradores envolvidos nessa prática buscam permanecer no local e desenvolver suas atividades para além do limite de tempo predefinido e da burocracia envolvida na promoção institucional dos usos temporários.

É importante mencionar que tanto as descrições de cada caso quanto as suas análises são interpretações a partir do meu recorte e perspectiva que, ainda que informados pelos relatos dos moradores entrevistados, contêm limites inerentes de quem observa as situações estando fora delas.

Olhando para o fenômeno a partir da periferia

As situações concretas são analisadas com a ajuda de uma lente teórica, apresentada no primeiro capítulo como proposta de abordagem do objeto. Apesar de uma dessas situações pertencer ao chamado norte global, a pesquisa parte de uma perspectiva latino-americana, que é tomada como referência para a construção da lente teórica e para a análise dos dois casos. A investigação de um caso do norte a partir do sul envolve o que Ananya Roy (2007) define como um rompimento das noções geográficas convencionais de centro e periferia, em que normalmente as pesquisas desenvolvidas no norte olham para as situações do sul como "casos empíricos interessantes, anômalos, diferentes e esotéricos" (Roy, 2007, p. 820 – tradução da autora). No entanto, esse rompimento tem certos limites. Como se observará adiante, no primeiro capítulo, a lente teórica se baseia em algumas teorias do norte global. Isso acontece, por exemplo, com o uso de elementos teóricos de Cornelius Castoriadis, da teoria espacial de Henri Lefebvre, dentre outros.

Uma parte considerável da base dessa pesquisa se constitui a partir do trabalho teórico do geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2006a, 2006b, 2010b, 2012). O autor critica o eurocentrismo que caracteriza grande parte dos estudos urbanos críticos pautados na questão do direito à cidade (Souza, 2010b). Souza defende que uma consideração crítica das experiências da América Latina pode oferecer uma "perspectiva mais socialmente e geograficamente inclusiva", o que ajuda a evitar generalizações e simplificações excessivas que

[7] Isso é significativo, já que, desde 1998, apenas duas de 40 iniciativas conseguiram realizar referendos e obter um resultado favorável às suas propostas (Deutsche Welle, 2016).

se baseiam em grande medida nas experiências do norte global. Tendo isso em vista, busca-se aqui adotar uma perspectiva inclusiva ao analisar um fenômeno similar em cidades diferentes, sem que se percam de vista as características específicas que são condicionadas pela posição de cada cidade na economia política mundial. Como Jamie Peck (2015) sugere, o desafio dos estudos urbanos é abordar diferentes cidades considerando tanto uma perspectiva pós-colonialista – crítica aos universalismos gerados a partir das experiências urbanas ocidentais e centrais – quanto uma abordagem da economia política, em um "diálogo construtivo" que atravessa tradições distintas. A consideração de particularidades, estejam elas no sul ou no norte global, não exclui a articulação de aspectos como "relações sociais estruturadas, hegemonia ideológica e transformações capitalistas" (Peck, 2015, p. 179). Principalmente quando se investigam casos de lugares diferentes, é preciso considerar as relações de poder e conflitos que são estruturais na economia política global, já que muitas das particularidades do fenômeno em cada caso derivam dessas relações tanto quanto das especificidades desse ou daquele lugar. Nesse sentido, são consideradas as similaridades que dizem respeito a um contexto macro político e econômico, marcado pela combinação entre capitalismo e democracia representativa. Como se verá adiante, tanto em Belo Horizonte quanto em Berlim os moradores urbanos precisam criar um caminho próprio para interferir do seu modo na caracterização e no desenvolvimento da parte da cidade em que vivem ou que usam cotidianamente.

Além de considerar que certos grupos de moradores têm mais poder que outros, é importante levar em conta que a desigualdade sócio-espacial é consideravelmente maior no Brasil. Enquanto nas cidades alemãs existe uma certa equidade na distribuição dos serviços e infraestrutura urbana, em metrópoles brasileiras como Belo Horizonte, o acesso a certos serviços públicos é um privilégio e os grupos sociais encontram-se mais segregados espacialmente. Como Jessé Souza (2009) aponta, não há uma "singularidade sociocultural brasileira" num sentido absoluto, mas uma construção sociocultural de grupos desprivilegiados e desclassificados que é muito específica. Além de isso condicionar em grande medida o campo de atuação de certos moradores urbanos, deve-se considerar ainda que as diferenças sócio-espaciais entre bairros e favelas é enorme nas metrópoles brasileiras. A formação da cidade de Belo Horizonte é caracterizada desde a época de sua construção pela exclusão da população pobre nas periferias, não havendo espaço para os próprios trabalhadores que construíram a cidade no plano (Montenegro, 2011). Isso contrasta com uma das características mais marcantes de Berlim, onde cada vizinhança é uma espécie de mini-cidade bem conectada, com seus serviços e infraestrutura pública de transporte, espaços públicos e escolas, assim como com a mistura – até um certo ponto – de grupos sociais diferentes. No entanto, essa distribuição da qualidade de vida urbana vem sendo ameaçada pelos processos de valorização imobiliária de certas partes da cidade, principalmente desde o início dos anos 2000. As especificidades mencionadas acima, referentes a cada contexto urbano, são cruciais para o entendimento das agendas e questionamentos dos grupos que atuam nos processos analisados.

O objetivo de abordar situações em cidades tão diferentes é ampliar a compreensão das condições que estão por trás de processos de auto-organização de moradores urbanos. Ao mesmo tempo em que as diferenças são marcantes, há similaridades que devem ser consideradas, como o fato de a produção espacial nas duas cidades ser pautada por interesses do capital e organizada pelo Estado, com uma hierarquia muito evidente, em que moradores precisam criar um caminho próprio para interferir ao seu modo na caracterização e desenvolvimento da parte da cidade em que vivem ou usam cotidianamente. Mas ainda que a combinação entre capitalismo e democracia representativa esteja presente nos dois contextos, o planejamento urbano de Belo Horizonte e de Berlim têm tradições e estruturas muito diferentes, o que se relaciona também com a dinâmica de valorização que é específica de cada local. Um outro aspecto importante é a escala de abrangência de cada disputa, que leva ao desdobramento de processos de auto-organização em níveis diferentes – sendo o primeiro focado na produção do espaço cotidiano de uma vizinhança (escala microlocal) e o outro na produção de um espaço livre usado por moradores de diferentes bairros (escalas microlocal e local). Ainda que repletas de limitações, as práticas aqui investigadas vão além de demandas particulares ou específicas, referindo-se a disputas urbanas que as extrapolam. O caso brasileiro, por exemplo, se refere à crítica mais geral das políticas de intervenção em favelas, sobre como elas desconsideram a história das vizinhanças, os seus laços e demandas sociais, e continuamente removem seus habitantes para áreas cada vez mais periféricas. No caso alemão, as práticas se referem ao enfrentamento de um modelo de desenvolvimento urbano voltado para oferecer oportunidades para investidores privados, resultando no aumento dos preços em diferentes áreas e na substituição paulatina dos moradores econômica e politicamente mais vulneráveis.

Como já foi dito, embora o objetivo da pesquisa não seja comparar as situações estudadas, a análise de um caso ilumina a do outro em um processo de investigação que busca considerar o contexto brasileiro (semiperiferia do capitalismo) e o alemão (centro do capitalismo). Parte-se de uma situação conhecida para analisar uma situação nova à sua luz e, por fim, busca-se desenvolver uma reflexão que abarca os aspectos evidenciados por cada uma delas. O cruzamento da análise das duas situações mostra que, apesar das diferenças que dizem respeito à cultura de planejamento e à participação popular na produção do espaço (Souza, 2010), as práticas auto-organizadas enfrentam muitos desafios. Enquanto o caso de Berlim faz parte de um contexto em que certos movimentos e ativismos urbanos são historicamente presentes e institucionalmente reconhecidos, o caso de Belo Horizonte se diferencia do contexto do ativismo de favela tradicional que se consolidou nos anos 1970 e 1980 (Souza, 2006) – frequentemente submetido ao poder de políticos locais e voltado para a reivindicação de infraestrutura e serviços públicos –, buscando novas possibilidades de organização e articulação dos interesses comuns. Assim como os modos de organização adotados pelos moradores variam de acordo com cada contexto, os instrumentos adotados pelas práticas institucionais também são diferentes e resultantes do desdobramento histórico do planejamento urbano de cada cidade.

Olhando para o planejamento urbano brasileiro por meio de uma perspectiva comparada em relação ao planejamento de países capitalistas centrais, Souza (2010a) aponta alguns aspectos que são úteis para essa investigação. O autor afirma que países como Reino Unido e Alemanha têm uma tradição de planejamento urbano e de envolvimento da população nos seus processos que é mais consistente que no Brasil. Haveria nesses países um "sistema de planejamento", o que decorre tanto do tamanho territorial reduzido quanto da sua história de desenvolvimento.

> É fora de dúvida que um planejamento tão detalhado, cobrindo todo o território nacional no âmbito de um sistema que articula coerentemente os níveis nacional, regional e local é algo possível em um país como a Alemanha, mas impensável, pelo menos no momento, no Brasil. Além disso, diferenças no que se refere à mentalidade e à cultura (incluindo a cultura política) contribuirão para facilitar ou dificultar a constituição de uma "cultura de planejamento" nesse ou naquele país. (Souza, 2010a, p. 407)

Há também diferenças cruciais no que diz respeito ao modo como cada sociedade lida com o espaço, seus recursos naturais, patrimônio histórico e possibilidades de uso (Souza, 2010a). Não serão aqui abordadas em profundidade as diferenças entre o desenvolvimento e planejamento urbano de uma cidade brasileira que foi planejada e construída no fim do século XIX e o de uma cidade alemã, cujos primeiros registros datam do século XIII. Além da existência de um sistema de planejamento que abarca e articula diferentes escalas, a cultura de planejamento de Berlim foi construída ao longo de uma história que abarca momentos que transformaram a cidade radicalmente, como a reconstrução no pós-guerra a partir de 1945, o isolamento murado de sua porção ocidental no contexto da divisão da Alemanha durante a Guerra Fria (entre 1961-1989) e a reunificação da cidade na década de 1990. A reunificação, dentre outros aspectos, reconfigurou a dinâmica urbana, fazendo com que, por exemplo, bairros periféricos adjacentes ao muro se tornassem centrais. Além disso, movimentos como o *squatter* – que já existia antes da queda do muro – criaram uma cultura de mobilização social em relação aos espaços que ficaram vazios nesse momento.

Ainda de acordo com Souza (2010a), a existência de um sistema de planejamento em países como a Alemanha teria a ver com a própria organização política e o grau de autonomia que a escala local tem em relação à nacional – o que é ainda mais forte no caso de Berlim, que é uma cidade-estado. Diferentemente do Brasil, a Alemanha é um país "extremamente descentralizado", com uma considerável articulação entre poderes de escalas distintas (Souza, 2010a, p.409). Ainda de acordo com o autor, apesar da criação de instrumentos de participação cidadã importantes no contexto brasileiro e que são mundialmente estudados – como o Orçamento Participativo (OP) –, a cultura de planejamento e a cultura cívica seriam menos fortes nas cidades do Brasil, o que explica a integração mais frágil entre a perspectiva dos moradores urbanos e a perspectiva das administrações públicas. Souza menciona ainda alguns aspectos que foram confirmados no contexto dessa pesquisa em Berlim, como a relação dos alemães

com as leis formais, que são "internalizadas e respeitadas pelos indivíduos em seu cotidiano" – um exemplo disso é o fato de a maioria dos alemães não atravessarem a rua enquanto o sinal de pedestre está vermelho, mesmo quando não tem nenhum carro passando (Souza, 2010a, p. 385). Da mesma maneira, uma parte considerável da população de Berlim conhece as funções das instituições do executivo e do legislativo. Como se verá adiante, essa postura em relação às instituições viabiliza certas ações auto-organizadas e ao mesmo tempo lhes coloca limites. Um outro aspecto, também apontado por Souza (2010a), que define o distanciamento entre a perspectiva dos moradores e a das instituições urbanas, é a própria desigualdade social historicamente reproduzida no Brasil. A prática da escravidão, passada entre gerações por tanto tempo, influencia negativamente "o exercício de uma cidadania plena" (Souza, 2010a, p. 385). Além desse histórico de desigualdade social no Brasil, é importante considerar que as administrações públicas das cidades brasileiras passaram por vinte anos de governo explicitamente não democrático, voltando a ter eleições diretas a partir dos anos 1980 (Montenegro, 2011)[8].

Um aspecto apontado por outros autores e que parece ser relevante para essa investigação é que as dinâmicas dos movimentos urbanos e dos procedimentos participativos institucionais estão historicamente entrelaçadas em Berlim. De acordo com Lebuhn (2015, p.3): "muitos dos instrumentos participativos que podemos identificar hoje foram desenvolvidos ao longo dos anos 1990 e 2000. Mas suas raízes estão nas lutas urbanas da nova esquerda durante os anos 1960 e 1970 (Mayer, 2010)." Ao mesmo tempo em que os ativismos e movimentos sociais urbanos têm uma relevância histórica no desenvolvimento da cidade e de suas políticas urbanas – como é o caso do movimento *squatter* nos anos 1970 e 1980 –, eles enfrentam o risco de anulamento por meio da burocratização e formalização por parte do Estado[9]. A partir dos anos 1980, já no contexto de reestruturação neoliberal, eles passam a lidar com o risco da assimilação conveniente de suas práticas vicinais de ajuda-mútua (Katz; Mayer 1985). Atualmente, os ativismos e movimentos de Berlim se deparam com o risco de "serem cooptados ou discursivamente mobilizados como uma adição colorida à imagem comercializada de 'cidade criativa'" (Novy; Colomb, 2013, p. 183). Nesse sentido, como será apresentado mais adiante no estudo de caso berlinense, o imbricamento entre movimentos sociais e práticas de planejamento institucional não implica necessariamente um maior poder de decisão e de ação para os moradores urbanos na produção do espaço. Mesmo num contexto de planejamento mais sólido e de relações instituídas entre administrações públicas e sociedade civil, as práticas espaciais institucionais se estruturam a partir da relação entre interesse econômico e poder

[8] As eleições diretas, que passaram a acontecer em Belo Horizonte em 1947, foram interrompidas em 1964 com a ditadura e voltaram a acontecer a partir dos anos 1980 (Montenegro, 2011).

[9] As ocupações que não foram evacuadas foram legalizadas e pacificadas no início da década de 1980: na época, "de 165 casas ocupadas, 105 foram finalmente "pacificadas contratualmente" por meio de acordos de aluguel ou de compra, e os ocupantes de 60 foram despejados" (Holm; Kuhn, 2011)"

político, fazendo com que interesses privados tendam a prevalecer sobre interesses coletivos, provocando assim a atuação questionadora de diferentes grupos de moradores.

Organização do trabalho escrito

O trabalho escrito busca organizar e comunicar de forma linear um processo tortuoso de muitas idas e vindas, sendo estruturado em três capítulos. O primeiro tem por objetivo delinear o objeto e apresentar a lente teórica proposta para abordá-lo. O segundo capítulo apresenta o exame de duas situações concretas e seus diferentes contextos, cujos aspectos são iluminados com a ajuda da lente teórica apresentada no capítulo anterior. No terceiro capítulo são formuladas discussões teóricas acerca dos processos de auto-organização sócio-espacial a partir do cruzamento das ambivalências e desafios identificados nas situações concretas com alguns dos elementos da lente teórica. É importante lembrar que, apesar de apresentada no primeiro capítulo do trabalho escrito, a lente teórica não foi construída antes da análise das situações empíricas. A sua construção é fruto de um processo de pesquisa de ida e volta entre teorias, conceitos, pressupostos e aspectos das situações concretas. Nesse sentido, a lente teórica consiste em uma proposta de abordagem de processos de auto-organização sócio-espacial que abarca as duas situações concretas sem que se tenha como meta compará-las. Buscou-se abordar duas situações que apresentam características variadas para possibilitar uma discussão tanto dos aspectos da auto-organização social quanto do contexto institucional.

Com essa pesquisa, busca-se levantar discussões que contribuam para o debate sobre a atuação auto-organizada da sociedade no planejamento e gestão urbanos, tendo em vista a importância de se pensar a democratização da produção do espaço no seu sentido radical. Como já foi dito, a investigação não apresenta propostas a serem aplicadas diretamente no âmbito da atuação profissional no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, mas busca compreender as experiências dos moradores urbanos, identificando as contradições presentes na produção heterônoma do espaço e os entraves para o desenvolvimento do potencial criativo das práticas espaciais auto-organizadas. Espera-se também contribuir para a reflexão crítica da atuação profissional, o que envolve levar ao limite o questionamento da própria especialização.

1 PROPOSTA DE ABORDAGEM DOS PROCESSOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Este capítulo apresenta o pano de fundo da pesquisa, a delimitação do objeto e a lente teórica proposta para analisar criticamente as situações concretas que são abordadas no capítulo seguinte. A lente teórica aqui construída serve para iluminar certos aspectos dos casos analisados sem que isso signifique enquadrar os casos em determinadas teorias. O objetivo é produzir mais adiante, no terceiro capítulo, uma discussão mais abrangente do fenômeno, que busca ir além da lente teórica a partir do que a análise dos casos mostra.

1.1 Contexto e delimitação do objeto da pesquisa

A produção do espaço nas grandes cidades acontece em meio ao conflito de interesses e de agendas de diferentes grupos. Nesse contexto, sob certas circunstâncias, aqueles que não têm privilégios políticos e econômicos se organizam para tentar ampliar seu poder de ação e decisão, o que pode ter implicações políticas diversas. Nos últimos anos, movimentos políticos de visibilidade global – como o *Indignados* (ou 15-M em Madri, 2011), o *Occupy* (Nova York, 2011), ou os protestos em torno do parque Taksim Gezi (Istambul, 2013) – , têm sido discutidos como expressões de um processo de transformação no modo de se produzir as cidades (Harvey, 2012; Purcell, 2013). David Harvey (2012, p. 119) aponta para o desafio de se entender a política e o potencial transformador desses "movimentos de oposição difusa que carecem de coerência política geral". Já Mark Purcell (2013) argumenta que eventos como o de Istambul são movidos por um desejo de liberdade e de responsabilidade sobre as questões urbanas coletivas, contribuindo para disseminar a prática e a construção da democracia nas cidades. Na motivação de movimentos como esses, há o descontentamento de diversos grupos sociais frente às condições de poder de decisão sobre a produção do espaço, que reflete a concentração de poder político e econômico em cidades do mundo inteiro.[10]

Se observarmos o cotidiano de qualquer grande cidade, pondo em relevo mobilizações de menor visibilidade, é possível identificar coletividades que buscam ampliar seu poder de decisão por meio da auto-organização em menor escala e por meio de práticas espaciais que partem do questionamento das condições de decisão sobre um determinado espaço ou porção urbana. Como já foi dito, a pesquisa tem como objeto processos de auto-organização de moradores comuns que buscam ampliar o seu poder de decisão sobre uma porção urbana e que, com isso, colocam em xeque o modo como a produção do espaço acontece.

---

[10] Movimentos como os descritos têm diferenças enormes no seu desenvolvimento e implicações políticas. Alguns podem levar indiretamente ao fortalecimento de uma classe-média conservadora, já outros, à estruturação de novas abordagens de esquerda.

Os termos *processos de auto-organização sócio-espacial e práticas espaciais auto-organizadas,* dizem respeito à ação coletiva de moradores urbanos comuns, direcionada a espaços urbanos específicos e que obedece a regras definidas por eles mesmos sem que haja a coordenação de autoridades e instituições de planejamento. Essa noção de auto-organização se relaciona com o que Dmitry Vilensky (2006) descreve como "um processo coletivo de assumir funções políticas, abordando tarefas que têm sido excluídas do campo da política real ou retiradas do espaço público" (Villensky, 2006, s/p - tradução da autora). Nas situações investigadas nessa pesquisa, moradores urbanos tentam transformar suas condições de poder de decisão por meio da auto-organização, buscando tomar para si funções que foram retiradas da vida cotidiana, como o planejamento, gestão e transformação dos espaços vivenciados diariamente.

Já os termos *práticas espaciais institucionais* ou *produção institucional do espaço* são usados ao longo do trabalho para designar a produção do espaço do modo como ela acontece nas grandes cidades, conduzida por instituições de planejamento e gestão que são reconhecidas como responsáveis, no âmbito do aparato estatal e governamental, pela administração das questões urbanas. Na prática, essa produção acontece sob a mediação de um conjunto de órgãos de planejamento e de gestão que mantém o poder de decisão centralizado nas mãos de autoridades de planejamento como planejadores urbanos, arquitetos, dentre outros especialistas. As práticas institucionais são historicamente baseadas em processos indiretos de decisão e estão fortemente submetidas aos interesses de grupos que são política e economicamente privilegiados. Nessa definição, estão incluídas abordagens participativas de planejamento e de gestão que mantém especialistas e técnicos com o poder de definir as regras dos processos.

No centro da relação entre processos de auto-organização e práticas institucionais existe um conflito que diz respeito à desigualdade estrutural de poder político e econômico na produção do espaço. Moradores urbanos comuns têm pouco poder de decisão quando comparados a autoridades de planejamento e investidores privados. Essa realidade prevalece apesar da tentativa, por parte de alguns planejadores e elaboradores de políticas urbanas, de transformá-la por meio de processos participativos. Esse conflito evidencia a assimetria de poder existente entre os moradores urbanos – especialmente aqueles com pouco poder político e econômico – e os agentes que são reconhecidos como legítimos para deliberar sobre questões que são de interesse coletivo da população urbana em diferentes escalas. Essa assimetria de poder é apontada por Souza (2010a) como característica da produção do espaço em uma sociedade estruturada pela combinação entre capitalismo e democracia representativa, além de ser um dos elementos centrais para a manutenção das desigualdades econômicas e políticas. Como parte dessa combinação apontada pelo autor, pode-se acrescentar a reprodução da heteronomia nas relações cotidianas e a incorporação de uma perspectiva individualista e consumidora por parte dos moradores urbanos.

A combinação entre capitalismo e democracia representativa está presente nos processos contemporâneos de neoliberalização, onde a reorganização da economia urbana por meio da exclusão e da segregação são determinados em grande medida pela definição de políticas e regulações que beneficiam o capital no lugar dos moradores urbanos (Purcell, 2009; Springer, 2010). Tendo em vista esses processos, a pesquisa busca abordar as contradições da produção do espaço analisando como a relação entre capitalismo, democracia representativa e reprodução da heteronomia nas relações cotidianas acontece em situações concretas de disputa pelo poder de decidir sobre o espaço urbano. Os casos estudados mostram como os processos de auto-organização podem desafiar ora mais, ora menos a heteronomia presente nas práticas institucionais. Esse enfrentamento se dá especialmente por meio do contraste de perspectivas sobre como os processos de produção do espaço podem acontecer. O embate entre essas perspectivas acontece tanto de forma explícita quanto tácita. Nas situações em que o conflito de poder está aparentemente resolvido e que essas perspectivas aparecem imbricadas ou sobrepostas, é possível identificar o controle das possibilidades de práticas auto-organizadas por meio de métodos participativos – mesmo nos casos em que eles são elaborados para abrir diálogo com propostas populares.

1.1.1 Participação institucionalizada e planejamento urbano heterônomo no contexto brasileiro

Considera-se aqui que processos auto-organizados de discussão e de transformação do espaço diferem de formatos institucionalizados que são iniciados por parte das administrações públicas – como os fóruns, audiências públicas, grupos de referência, pesquisas de opinião ou conselhos – por criarem uma estrutura de ação independente desses formatos. Esses processos podem desafiar algumas das características fundamentais da produção heterônoma do espaço, elaborando outras vias para que as pessoas atuem diretamente na definição do espaço urbano e alterando, em certa medida, o padrão de reprodução de desigualdades políticas e econômicas que acontece por meio da produção do espaço.

No Brasil, alguns avanços na direção da democratização da política urbana aconteceram nos últimos 15 anos, desde a sua fundamentação nos movimentos pela reforma urbana na década de 1980 até a criação do Estatuto da Cidade em 2001. Mais especificamente, como esclarece Souza (2010a), a democratização do planejamento e da gestão é caracterizada por "instituições-símbolos de um esforço consistente de democratização da cidade", como os Conselhos de Desenvolvimento Urbano (na dimensão de planejamento) e dos Conselhos de Orçamento participativo (principalmente na dimensão de gestão, podendo envolver também aspectos de planejamento) (Souza, 2010a, p. 359). Ainda que esses instrumentos representem, desde a década de 1980, avanços democráticos dentro do que se propõem, pode-se dizer que o poder de interferência dos moradores no planejamento e gestão da cidade não foi consideravelmente ampliado. Na prática, a adoção de mecanismos de participação acontece em meio ao

emaranhado técnico e político das administrações municipais, não favorecendo a experiência política dos moradores urbanos na discussão e na tomada de decisão sobre a parte da cidade em que vivem. Instrumentos como o Orçamento Participativo (OP), abrem a possibilidade de participação dos moradores nas decisões sobre os investimentos públicos (ou parte dele), colocando pessoas comuns em um nível que antes apenas técnicos do poder público ou lobistas poderiam ocupar, além de "repolitizar o orçamento" e de permitir que se ultrapasse a tecnocracia e o economicismo (Souza, 2010a, p. 342). No entanto, apesar de um instrumento como o OP viabilizar a inclusão de demandas e o acompanhamento da implementação por parte dos moradores, ele geralmente resulta em processos convencionais de planejamento, construção e gestão, que são conduzidos por técnicos e especialistas.

Esse problema foi constatado pela autora durante a pesquisa de mestrado (Milagres, 2011), a partir da análise do desfecho de um processo de produção coletiva que, em um certo momento, conquistou recursos do OP. Trata-se do caso de um espaço residual localizado sobre o túnel da Lagoinha em Belo Horizonte, na vizinhança do bairro Floresta, que era foco de práticas auto-organizadas por um grupo de moradores locais. Depois de três anos realizando mutirões para limpar, plantar, equipar a área e fazer festas, o grupo conseguiu pleitear uma proposta de reforma do espaço usando recursos do OP (2008). O processo de produção do espaço a partir daí foi extremamente moroso, com a obrigatoriedade de produção de um projeto técnico e licitação da obra. Depois de enquadrada no aparato burocrático da administração municipal, a prática auto-organizada cessou e o grupo deixou de atuar no espaço devido à sua impotência de decisão em um processo conduzido por técnicos e especialistas. Ou seja, se por um lado o OP é um instrumento que democratiza o poder de decisão sobre o uso de parte dos recursos públicos dentro de um determinado formato, fomentando a discussão de grupos de diferentes partes da cidade sobre o orçamento municipal, por outro, ele não democratiza o próprio processo de produção do espaço. O OP não implica a experimentação de processos de produção alternativos com o protagonismo dos moradores para além da decisão pontual sobre a alocação dos recursos e do acompanhamento dos projetos e obras. Além disso, é importante considerar que, atualmente, o procedimento do OP encontra-se em certa medida banalizado, servindo muitas vezes de expediente para propaganda sem que haja uma participação informada dos moradores de cada subregional.

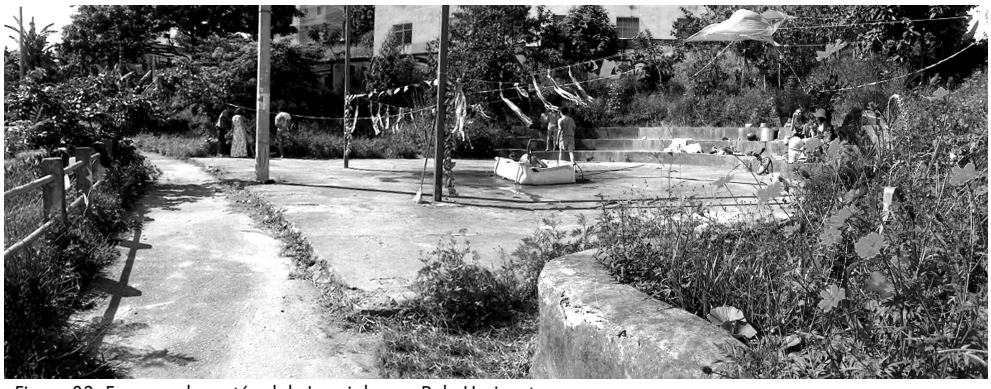


Figura 03: Espaço sobre o túnel da Lagoinha em Belo Horizonte
Fonte: arquivo da autora, 2010.

Nesse ponto, é preciso esclarecer que a problematização de instrumentos como o OP se opõe à crítica conservadora da participação dos moradores no planejamento e gestão urbanos, que costuma apontar para a falta de legitimidade daqueles que não são especialistas e que não foram eleitos para exercer uma determinada função. O objetivo da crítica que aqui é feita à participação institucionalizada é contribuir para a ampliação das condições de atuação de diferentes grupos nas questões urbanas e não de diminuí-las, como faz a crítica conservadora. Referindo-se à participação social de uma maneira mais geral nas políticas públicas, Raquel Rolnik (2014) argumenta que os problemas da democracia representativa no Brasil estão em "desenvolver e aprofundar instrumentos de democracia direta que permitam aos cidadãos sair da posição de espectadores e intervir diretamente na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas" (Rolnik, 2014). Ao mesmo tempo, a autora alerta que apenas a definição de instrumentos e políticas não oferece solução para o problema, já que "a potência dos processos participativos não se amplia – nem se reduz – com a sua institucionalização" (Rolnik, 2014).[11] Ou seja, se por um lado é importante que os mecanismos de participação sejam aprimorados no atual contexto, por outro lado, existem limites muito claros na sua adoção, tendo em vista as restrições do sistema de democracia representativa no qual eles se inserem. Além disso, quando se coloca o foco da análise nas possibilidades de atuação dos moradores nas decisões da produção do espaço, fica evidente que faltam instrumentos que de fato reconheçam diferentes coletividades como responsáveis por decisões relevantes sobre o espaço urbano.

Os limites da participação institucionalizada são discutidos por João Marcos de Almeida Lopes, Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2010), que analisam as suas origens e evidenciam seus "limites congênitos", com enfoque no contexto da política habitacional e dos programas de moradia. *Autonomia* – que significa criar as próprias regras – é diferente de *participação*, que significa "tomar parte numa determinada ação ou instância" onde as regras já foram estabelecidas. Não existe um vínculo inerente entre participação e autonomia, especialmente no contexto histórico da democratização do Brasil, que é marcado pela formalização e retificação conduzidas nos marcos do Estado (Lopes et al, 2010, p. 2-5).

> A participação como "formalização democrática" tem sido, desde então, o argumento preferido para a justificação do estado burguês, justamente porque passa pela composição consensual e não conflitiva entre as partes que compõem a sociedade, como se fosse um jogo entre iguais. (Lopes et al, 2010, p. 18)

[11] O artigo de Rolnik foi escrito na ocasião do decreto 8.243/2014 do governo federal – que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) –, dirigindo-se especialmente a essa questão. O decreto tem como objetivo "fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil [o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações]." (DECRETO 8.243/2014). O decreto foi anulado em outubro de 2014 – no início do segundo mandato de Dilma Rousseff – por um projeto da oposição conservadora, apoiado pelo PMDB, PSD e parte da base aliada, sob a justificativa de que prejudica o regime de democracia representativa. O decreto está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em junho de 2016.

Como apontam Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2012) a própria mobilização social em prol da democratização no Brasil foi formalizada e regulamentada por meio de práticas institucionais conservadoras, tendo como resultado uma participação que evita o conflito.

> Isso ocorreu na Constituinte, quando a emenda popular pela reforma urbana foi gradualmente suprimida e a maioria de suas demandas adiadas para regulamentações posteriores; isso aconteceu quando o Estatuto da Cidade foi aprovado treze anos depois, em teoria provendo os instrumentos para democratizar as cidades, que na prática tinham que ser novamente regulamentados (no nível municipal); aconteceu em Belo Horizonte, quando a representação popular do Conselho de Habitação foi reduzida e quando a possibilidade de autogestão nas favelas desapareceu da agenda. Tudo isso é reforçado por uma atenção exagerada a formalidades e pela crença de que mudanças na legislação já significam mudanças na vida das pessoas. (Kapp; Baltazar, 2012, p. 13)

Tendo em vista essa construção histórica da participação institucionalizada no Brasil, pode-se afirmar que, a participação regulada pelo Estado forja uma aparência de igualdade de poder de decisão sem que o campo de ação das pessoas seja ampliado ou mesmo considerado. Ao mascarar os conflitos e desigualdades sociais, a participação institucionalizada pode representar um obstáculo para a experiência da autonomia e para uma democratização radical da produção do espaço. Afinal, essa produção continua sendo conduzida em grande medida por interesses de grupos dominantes dentro da organização política da democracia representativa, que mantém a distinção política entre dirigentes e dirigidos. Em relação a esse problema, Souza (2012b) alerta que:

> uma experiência participativa consistente, justamente por ser consistente, merece ser tratada com desconfiança e cautela (mesmo que seja positivamente valorizada, taticamente): afinal, muito mais que uma experiência fraca, é ela que pode iludir e desarmar mais, ao sugerir, tacitamente, pelos próprios resultados que pode gerar, que a "democracia" representativa é menos problemática do que de fato é. (Souza, 2012b, p.3)

É nesse sentido que os mecanismos de participação institucionalizada podem operar mais no sentido de manter e reproduzir a heteronomia do que favorecer a sua superação. Ou, como apontam Kapp e Baltazar (2012) "o planejamento continua essencialmente heterônomo enquanto as condições locais ou microlocais são determinadas por regras *a priori*, mesmo que tais regras sejam aceitas pelos participantes. Democracia não emana de cima." (Kapp; Baltazar, 2012, p. 13). Para Purcell (2009), a desigualdade social coloca em xeque essa igualdade formal, evidenciando o déficit democrático produzido especialmente no contexto do neoliberalismo. Nesse contexto, nem toda descentralização das práticas do Estado significa necessariamente maior poder de ação para as pessoas comuns, mas sim para corporações e agentes privados (Purcell, 2009).

Tendo em vista as relações heterônomas presentes na produção institucional do espaço, pode-se afirmar que as chances de se experimentar situações de autonomia coletiva estão principalmente nas relações que em certa medida escapam das estruturas econômicas e políticas vigentes. Sobre a experiência da autonomia, ou da prática autogestionária em uma sociedade heterônoma, Souza considera que:

> Implementar práticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado) – a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – pressupõe, a rigor, um contexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma. O que não elimina a possibilidade de experiências autogestionárias marginais terem lugar, menos ou mais efemeramente e com maior ou menor impacto político-pedagógico, por assim dizer, nas bordas do sistema heterônomo" (Souza, 2010, p.205).

A partir do argumento do autor, pode-se especular que, ainda que essas experiências estejam limitadas às bordas, a atuação de grupos auto-organizados pode engendrar situações de autonomia coletiva que servem, pelo menos, para explicitar contradições e conflitos da produção espacial que é reconhecida como legítima e que costumam ficar encobertos e pouco discutidos. Mas não se trata de incorrer no que Souza define como "teoricismo racionalista e estéril" ao se "tentar imaginar, em detalhes, as instituições e os mecanismos de planejamento e gestão em uma sociedade basicamente autônoma." (Souza, 2010, p. 383). O objetivo aqui é entender as condições para organização, articulação e ação que são criadas pelos próprios moradores urbanos e o papel de suas práticas enquanto vetores de transformação que podem intervir no jogo de forças da produção do espaço vigente, ainda que pontualmente e temporariamente. Os obstáculos para que isso aconteça são muitos, uma vez que a lógica da representação política é incorporada até por movimentos sociais politicamente potentes; que o "poder público" abstrato é reconhecido como o responsável por definir a configuração do espaço urbano; ou ainda, que os moradores muitas vezes não tem consciência da assimetria de forças ou não veem motivos para sair da esfera privada e discutir com os próprios vizinhos problemas que lhes são comuns.

Apesar da existência de instrumentos institucionais no nível federal que têm por objetivo democratizar a política urbana, na grande maioria das vezes, esses instrumentos não reverberam nas práticas das administrações locais ou não são regulamentados no nível local. Flávio Villaça (2005), aponta que instrumentos "mágicos" como o *plano diretor participativo*, são uma formalidade inócua na prática. Há uma ilusão sobre a noção de participação popular, como sendo uma "participação da 'população' em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo". Villaça critica essa noção genérica de "população" e aponta que as classes subordinadas, que seriam o foco da abordagem da participação na constituição brasileira, no Estatuto da Cidade e na elaboração dos planos diretores, não participam de fato

das decisões. Especialmente no Brasil, a discussão da participação popular não pode desconsiderar as implicações da acentuada desigualdade social.

> É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo – querendo ou não – procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses. Evidentemente num país desigual como o Brasil, com uma abismal diferença de poder político entre as classes sociais, conseguir uma participação popular democrática – que pressuporia um mínimo de igualdade – é difícil. Essa é a principal razão da "Ilusão da Participação Popular". Assim, os debates públicos seriam apenas a ponta de um iceberg, ou seja, aquilo que não aparece é muito maior do que a parte que aparece. (Villaça, 2005, pg.50)

O risco de redução dos instrumentos institucionais à uma formalidade inócua ficou evidente durante as pesquisas para a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI - RMBH), das quais a autora participou como parte da equipe técnica. Essas pesquisas tiveram como foco as prefeituras de 34 municípios da RMBH, a análise crítica dos seus planos diretores e entrevistas com seus gestores sobre a aplicação desses planos na prática. Pôde-se verificar que o plano diretor é tratado em grande medida como uma formalidade burocrática a ser cumprida, sendo muitas vezes reproduzidos em municípios com características muito distintas. Isso se deve principalmente à obrigatoriedade da produção do plano diretor para cidades com mais de 20.000 habitantes. Instrumentos que são colocados como uma conquista da atuação de movimentos sociais e especialistas progressistas, acabam se tornando mais uma burocracia a ser cumprida pelas administrações municipais e acabam não sendo conhecidos ou usados como parte da argumentação de grupos sociais que atuam em questões do espaço urbano.

A heteronomia do planejamento e gestão urbanos acontece de modo ainda mais acentuada e conflituosa em partes da cidade potencialmente lucrativas para a indústria da construção e que são ocupadas informalmente por grupos sociais desfavorecidos política e economicamente – que, de tempos em tempos, são expulsos para áreas cada vez mais periféricas. Esse é o caso das favelas brasileiras, que, em si mesmas são fruto da desigualdade estrutural presente na produção do espaço: na falta de acesso à moradia em áreas providas de infraestrutura e trabalho, moradores urbanos ocupam espontaneamente e ao longo do tempo áreas que não foram fatiadas no contexto da produção formal ou bairros que não foram originalmente aprovados. Segundo Edésio Fernandes, são assentamentos resultantes, "em parte, da ocupação ilegal ou da divisão não autorizada de lotes e, em parte, das práticas excludentes que contribuíram para as condições históricas desiguais de crescimento econômico e de distribuição de riqueza" (Fernandes, 2011, p. 4).

Diferentemente dos bairros, a produção do espaço cotidiano das favelas – tanto das moradias quanto do espaço urbano – acontece inicialmente fora da regulação, planejamento e formalização promovidos pela administração pública. Nesse contexto, a dicotomia entre as responsabilidades do poder público e as do cidadão na produção do espaço não é tão clara quanto nos bairros – onde a administração pública coordena a criação das leis, a regulação, o planejamento, a execução e a gestão, enquanto os moradores se mantêm alienados dessas atividades. Nas favelas, os moradores atuam diretamente na produção do espaço cotidiano e, ainda que isso ocorra por falta de opção, acabam estabelecendo outras relações sociais e uma outra relação com o espaço. Essas relações sociais, que contém alguns elementos importantes para o desdobramento de processos de auto-organização sócio-espacial – como a confiança e ajuda mútua –, são muito frágeis diante do contexto heterônomo e facilmente anuladas quando o Estado intervém reconfigurando a estrutura espacial existente. Com o objetivo de integrar a favela à cidade formal, os técnicos da administração pública atuam sobrepondo à estrutura dos aglomerados de casas e becos a estrutura urbana – por si só questionável – que vigora nas partes da cidade ocupadas regularmente. A reestruturação do aglomerado e do sistema viário existente pressupõe necessariamente a remoção de uma parte considerável das moradias, o que torna os programas de regularização e urbanização problemáticos – ainda que o objetivo, declarado institucionalmente, seja reconhecer os assentamentos irregulares e melhorar a qualidade de vida dos moradores. Essa contradição acontece como resultado do imbricamento das práticas institucionais com interesses capitalistas.

Desse modo, os moradores de vilas e favelas vivenciam um nível de heteronomia ainda mais intenso na produção do espaço cotidiano. Apesar de serem geralmente chamados de comunidade, os vizinhos encontram-se muitas vezes desarticulados para discutir e agir na direção de seus interesses coletivos para além da reivindicação de questões pontuais. Em contraste, nos bairros habitados por moradores de classe média ou média-alta, os moradores têm acesso a capitais (Bourdieu, 1986)[12] que são favoráveis à organização e à articulação para obterem poder de influência – o que resulta, na grande maioria dos casos, na defesa coletiva de interesses privados. Nos bairros populares habitados por moradores de baixa renda, ainda que as condições de acesso sejam diferentes daquelas das classes mais altas, não se verifica o tipo de intervenção que ocorre nas favelas por parte do poder público.

[12] Como aponta Pierre Bourdieu (1986), as formas sob as quais o capital se apresenta devem ser levadas em conta na estrutura e funcionamento do mundo social. A saber, o capital econômico – na forma de dinheiro ou direito de propriedade –, o capital cultural – correspondente especialmente ao nível de educação formal – e o capital social – que é proveniente dos contatos sociais de um indivíduo.

1.1.2 Formas de ação coletiva nas lutas urbanas

Essa pesquisa busca colocar em relevo formas de ação coletiva que não necessariamente se enquadram nas definições correntes de *ativismo* ou *movimento social urbano*. Para tanto, parte-se da discussão teórica e da distinção conceitual proposta por Souza (2006a, 2006b, 2010b, 2012) entre movimento social urbano e outros tipos de ação coletiva. São considerados também os seus apontamentos sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado. A estrutura oferecida por Souza é adotada aqui como ponto de partida por tratar especificamente da dimensão sócio-espacial das ações coletivas e por ter como foco o protagonismo dos moradores urbanos na produção do espaço. Além disso, o autor apresenta uma perspectiva crítica à polarização usualmente encontrada em outros trabalhos entre produção hegemônica capitalista do espaço e produção estadocêntrica do espaço – na qual a regulação e planejamento do Estado são vistos como combatentes da produção capitalista do espaço.

Souza (2006a) define como ativismos urbanos *strictu sensu*, aquelas práticas que remetem diretamente às questões da produção do espaço, envolvendo lutas "por um espaço urbano mais agradável, convivial e menos injusto", e pautadas no "direito à cidade". Exemplos desse ativismo urbano seriam "o ativismo de bairro convencional e os ativismos de ocupantes de imóveis (terrenos, casas, ou apartamentos) vazios ou abandonados" (Souza, 2006a, 281). O ativismo de bairro pode ser classificado como *luta de bairro* e a *luta a partir do bairro*. O ativismo caracterizado pela *luta a partir do bairro*, como o autor apresenta, envolve ações com "horizontes políticos mais amplos". Ou seja, ainda que tenham como motivação inicial a "satisfação de necessidades básicas materiais", apontam para o desdobramento do ativismo em um "verdadeiro movimento social". Esse tipo de luta estaria menos suscetível à cooptação que o ativismo caracterizado apenas pelo particularismo da luta de bairro (Souza, 2006a, pg. 286).

Para Souza (2006b), movimentos sociais urbanos são um tipo específico dentre os ativismos urbanos pela sua capacidade de conectar dialeticamente questões específicas locais e questões estruturais globais. Os movimentos estariam em um patamar acima desses outros tipos de mobilização por articularem demandas mais profundas e ligadas a problemas de escalas maiores, diferentemente das reivindicações pontuais da maioria dos ativismos – como é o caso das ações no contexto de associações de moradores e de relações clientelistas estabelecidas com políticos e técnicos.

> [...] movimento social é um tipo especial de ativismo social, a saber: um que é particularmente ambicioso e crítico. [...] Diferente de um ativismo local "paroquial", que opera mais ou menos como um mero grupo de pressão, a fim de preservar certos privilégios ou obter alguns ganhos no quadro geral do status quo econômico e político, e sem criticar o *status quo* como tal, os movimentos sociais atuam como "particularismos militantes", que são, ao mesmo tempo ligados a experiências de lugares específicos e comprometidos com valores éticos "universais" mais gerais e objetivos políticos mais amplos. (Souza, 2006b, p.340 – Tradução da autora)

Ainda segundo o autor, movimentos sociais – como os Zapatistas (México), o *Squatting Movement* (Alemanha) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (Brasil) – diferem de outros tipos de ativismos, por terem objetivos políticos para além de questões imediatas e da proteção de interesses particulares. Eles seriam capazes de "construir pontes entre conjunturas e estruturas", questionando os limites da produção do espaço e desenvolvendo alternativas ao planejamento urbano heterônomo (Souza, 2006a, 2006b). Historicamente, o *ativismo de bairro* e o *ativismo de favela* nos anos 1970 e 1980 tinham potencial semelhante ao que atualmente é atribuído aos movimentos, pois eram capazes de pressionar o Estado pelo fato de não estarem atrelados a ele. Foi nesse período que essas organizações criaram grande parte das federações e tiveram maior visibilidade. O autor aponta que as associações de bairro de hoje em dia não ultrapassam relações clientelistas e permanecem como "(…) *corporativismo territorial* para os moradores de classe média ou como estruturas para barganha política (troca de votos por pequenos favores) por parte dos pobres – ou mesmo (e cada vez mais) como instrumentos nas mãos de traficantes de drogas nas favelas." (Souza, 2006b, p. 331 – Tradução da autora)

Souza e Rodrigues (2004) apontam que as principais causas, inter-relacionadas, da crise dos ativismos de bairro no Brasil são: a atuação populista e autoritária das administrações públicas, que ao mesmo tempo domesticam e desmobilizam; a cooptação de pessoas envolvidas nos ativismos por políticos interessados na criação de "currais eleitorais"; o personalismo presente nas organizações (quando um grupo ou pessoa monopoliza as decisões); a troca de favores ou "clientelismo" entre associações e políticos, principalmente nas favelas; a crise econômica dos anos 1980, que fez com que o tempo e recurso para o engajamento nas associações diminua; e a atuação do tráfico nas favelas (especialmente no Rio de Janeiro). Souza (2006a) aponta que, especialmente a partir dos anos 1990, as associações perderam a eficácia política que tinham mesmo em um contexto declaradamente não-democrático, sendo cooptadas estruturalmente no contexto da democracia participativa. "A perspectiva de *ser governo* ou de participar de uma parceria com o Estado no âmbito de institucionalidades como conselhos gestores e orçamentos participativos acaba colaborando para o *desarmamento* e a domesticação de muitas organizações de ativismos" (Souza, 2006a, p. 282).

Tendo em vista esse espectro, a presente pesquisa se concentra em práticas espaciais caracterizadas por processos de auto-organização em que moradores urbanos buscam interferir na produção heterônoma do espaço. Como será apresentado no segundo capítulo do trabalho, essas práticas não se encaixam na categoria dos ativismos de bairro convencionais (com agenda limitada e focados na solução imediata de problemas) ou na categoria de movimentos sociais propriamente ditos (com agenda e articulação mais amplas), evidenciando processos de auto-organização que são motivados pelo desejo de ampliação do poder de decisão sobre uma certa porção urbana e que vão na direção da construção de uma outra relação com a produção do espaço. Além disso, as práticas analisadas exigem uma postura crítica em relação às categorias de ativismos e movimentos sociais urbanos como atividades diferenciáveis das atividades

cotidianas, ainda que em certos momentos essas práticas se aproximem ora do ativismo, ora do movimento – de acordo com essa classificação de Souza.

Uma outra perspectiva que ajuda a delinear o objeto é a crítica de Andrew X (2001) sobre o ativismo – de um modo geral, não especificamente urbano – enquanto atividade especializada, presente no texto *Give up activism* (abandone o ativismo). O alvo da crítica é o que ele chama de "mentalidade ativista", que seria a própria compreensão dos ativistas sobre o seu papel como um "trabalho ou uma carreira", ou seja, como uma atividade especializada voltada para a transformação social e separada da ação das pessoas comuns. Como toda atuação especializada, o ativismo teria como base a divisão do trabalho que é um dos fundamentos da sociedade capitalista (X, 2001). Segundo o autor, é importante que essa crítica faça parte da agenda daqueles que se identificam como ativistas, para que se busque formas mais efetivas de ação que desafiem a lógica liberal reformista e a reprodução das relações capitalistas na vida cotidiana, uma vez que o ativismo enquanto esfera especializada de ação política é uma forma aceita e inofensiva de dissidência. Diante disso, o autor critica a contradição entre os objetivos de uma determinada prática política e o seu modo de operar, apontando para a necessidade de se reunir meios e fins (X, 2001). Além do que o autor argumenta pode-se dizer que a especialização do ativismo também se relaciona com a lógica individualista da ação política enquanto estilo de vida, o que muda o foco do desafio de se transformar relações sociais para a satisfação individual ou de um grupo de indivíduos que se identificam entre si – o que é absolutamente condizente com os valores da sociedade capitalista.

Os apontamentos apresentados anteriormente são relevantes para a discussão da situação atual das lutas urbanas, onde as práticas auto-organizadas acontecem. Elas não são necessariamente concentradas em questões pontuais ou têm a amplitude e clareza estratégica de um movimento social, mas podem ter implicações políticas em um processo de transformação que se dá ao longo do tempo. Ao invés de buscar classificar essas práticas e, com isso, indiretamente contribuir para um entendimento restrito do seu significado político, é importante entender de que modo elas acontecem nos espaços urbanos cotidianos, como elas alteram a relação das pessoas com a produção desses espaços, e quais são os entraves para o seu desenvolvimento, especialmente por serem práticas difusas, desconexas e de difícil classificação. Os processos de auto-organização sócio-espacial e suas práticas – apresentados na segunda parte do trabalho – são ambivalentes e enfrentam ao longo de seu desdobramento o risco de cooptação, de especialização e de reprodução de relações sociais heterônomas, podendo ter implicações que não necessariamente condizem com os seus objetivos.

1.1.3 Relação entre auto-organização e planejamento urbano institucional

Processos de auto-organização e produção institucional do espaço não são mutuamente excludentes (ou dicotômicos), podendo estar em certos casos entrelaçados ou apresentar

características em comum. Lebuhn (2015) chama atenção para a imbricação entre práticas populares e institucionais. Ele argumenta que, se por um lado é preciso considerar que processos institucionais alteram as condições de ação dos movimentos sociais e suas dinâmicas, por outro, seria problemático ignorar o caráter questionador e transformador de práticas não institucionais (Lebuhn, 2015). Ou seja, essas práticas não são dicotômicas, mas podem apresentar diferenças e antagonismos relevantes. Cornwall (2004) distingue entre "espaços convidados" (*invited spaces)*, que são arenas providas pelo governo, e "espaços populares" (*popular spaces)*, que são arenas nas quais as pessoas se juntam por motivação própria, "seja para protestar contra políticas do governo ou intervenções de poderes estrangeiros, para produzir seus próprios serviços ou para solidariedade e ajuda mútua" (Cornwall, 2004, p. 2 – tradução da autora). Na prática, esses dois tipos de arena não têm limites tão claros e se interpenetram, fazendo com que existam muitas camadas entre a máquina política de governança e a população. Com isso, pode-se questionar quais seriam os efeitos da "permeabilidade crescente de fronteiras entre instituições estatais e não-estatais" (Cornwall, 2004, p.9 – tradução da autora).

Ainda que se considere esse imbricamento, é um exercício crítico importante compreender o modo como práticas auto-organizadas e práticas institucionais podem contrastar em situações de disputa e de que maneira as práticas institucionais tendem a prevalecer em diferentes contextos políticos e econômicos. Por sua vez, a auto-organização sócio-espacial pode questionar algumas características fundamentais da produção hegemônica do espaço, como os seus processos indiretos de tomada de decisão e a sua submissão a poderes econômicos e políticos vigentes. Se observarmos qualquer grande cidade contemporânea, é possível identificar processos de auto-organização sócio-espacial em conflito com práticas institucionais em muitas situações, apresentando diferentes perspectivas sobre o espaço urbano. Enquanto a primeira tende a ser uma perspectiva de indivíduos e grupos que vivenciam diretamente uma porção urbana no cotidiano, a segunda é uma perspectiva de especialistas e técnicos que se dedicam profissionalmente às questões da produção do espaço. Essa segunda perspectiva encontra-se em grande medida atada e subordinada à interesses de ampliação – ou mesmo a manutenção – de privilégios políticos e econômicos. Esse entrelaçamento entre a prática institucional e manutenção de privilégios pode ser visto não só mais diretamente na atuação de agentes da indústria imobiliária e da administração pública, mas também de maneira tácita na atuação de arquitetos e planejadores urbanos que reafirma a delimitação de seu campo especializado.

As práticas espaciais auto-organizadas não são intrinsecamente mais democráticas e não estão livres de contradições, uma vez que elas podem reproduzir relações de poder e hierarquias sociais incorporadas nas práticas cotidianas. Ou seja, não se trata de dicotomizar de um lado práticas auto-organizadas como autônomas e, de outro, práticas institucionais como heterônomas, já que a heteronomia está presente também em relações não institucionalizadas. Do mesmo modo, nem toda prática auto-organizada por moradores comuns questiona os privilégios estabelecidos na produção do espaço. Pode-se encontrar em muitas cidades

situações que se organizam com o objetivo de manter ou de ampliar seus privilégios. É o que acontece com as chamadas práticas NIMBY (*Not in my back yard* – o que pode ser traduzido como "não no meu quintal"), em que os moradores se opõem a intervenções da administração pública que são de interesse coletivo, mas que contradizem a manutenção de seus privilégios. Esse foi o caso, por exemplo, da associação de moradores de Higienópolis, bairro de classe-média alta em São Paulo, que em 2010 se mobilizou contra a construção de uma estação de metrô no bairro sob o argumento de que isso aumentaria o fluxo de pessoas, atraindo o que uma das moradoras definiu como "gente diferenciada" – referindo-se a mendigos e usuários de drogas.[13] É curioso que, nessa situação, a auto-segregação é vista como um privilégio pelos moradores. Pode-se dizer que esse tipo de prática tem um caráter antidemocrático e se distingue dos processos aqui analisados (como vetores de democratização), que partem do enfrentamento da heteronomia instituída na produção do espaço e da reprodução de privilégios políticos e econômicos. Ainda que essa diferença seja marcante, a análise crítica feita no próximo capítulo considera as ambivalências desses processos e evita romantizá-los. As situações concretas não são exemplos coesos de ação coletiva e, justamente por isso, oferecem elementos relevantes para a discussão dos processos de auto-organização sócio-espacial. Os limites para o desdobramento do seu potencial político não são colocados apenas pelas instituições com as quais se relacionam nas disputas, podendo estar presentes nos próprios processos.

[13] A reportagem desse caso está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/08/782354-moradores-de-higienopolis-em-sp-se-mobilizam-contra-estacao-de-metro.shtml> Acesso em junho de 2016.

1.2 Lente teórica

A lente teórica aqui apresentada combina elementos de críticas urbanas, abordagens radicais da noção de democracia e de uma perspectiva anarquista acerca da produção do espaço. O objetivo da lente é apresentar uma proposta de abordagem dos processos de auto-organização sócio-espacial que ilumina a análise crítica das situações concretas no que diz respeito às suas ambivalências, desafios e potencialidades. Antes de apresentar esses elementos, é importante reforçar que a lente teórica, apesar de ser apresentada na primeira parte do trabalho escrito, não foi construída de forma isolada antecedendo a análise das situações concretas, mas em um processo de diálogo entre aspectos dessas situações, teorias e conceitos ao longo da pesquisa.

1.2.1 Autonomia coletiva e democracia radical

Como já mencionado, essa pesquisa tem por pressuposto que certos processos de auto-organização sócio-espacial podem contribuir para a democratização da produção do espaço no seu sentido radical, criando condições para que moradores urbanos comuns estabeleçam uma relação direta com a definição dos espaços que fazem parte de seu cotidiano. A ideia de *democratização radical da produção do espaço* não é aqui considerada como um horizonte ou estado final a ser alcançado, mas como um processo em constante elaboração, em que se amplia o poder de discussão e de decisão sobre o espaço urbano, assim como o poder de alterá-lo materialmente de forma coletiva e autodeterminada. A noção de *autonomia coletiva* está no centro desse raciocínio. As noções de *autonomia coletiva* e de *heteronomia* adotadas ao longo do texto partem da formulação de Cornelius Castoriadis (1991a, 2010). Nela, a autonomia do indivíduo é a "legislação ou a regulação por si mesmo", o que se contrapõe à heteronomia, que é o discurso do outro incorporado pelo indivíduo e que o domina. Se a heteronomia é uma relação social, a autonomia também só pode ser discutida socialmente, tendo em vista a interdependência entre a sua dimensão individual e a sua dimensão coletiva. A realização da autonomia "só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva" (Castoriadis, 2010, p. 129). Ou seja, para além da mera intersubjetividade, a autonomia coletiva tem um sentido social, político e histórico. E o mesmo vale para o seu inverso, a heteronomia social, que corresponde à alienação como um fenômeno estrutural da sociedade. Já uma sociedade autônoma é aquela "cujas instituições, uma vez interiorizadas pelos indivíduos, facilitam o mais possível o acesso à sua autonomia individual e à sua participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade" (Castoriadis, 1991a, p. 37). Segundo o autor, isso inclui a possibilidade de interrogação e alteração das regras e instituições, uma vez que uma sociedade autônoma e justa "está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita" (Castoriadis, 1979, p.33). Esse processo de auto-instituição da sociedade – que é explícito porque a sociedade é "esclarecida [sobre esse processo] o tanto quanto possível" (Castoriadis, 1979, p. 21) – seria o próprio processo de auto-organização social ou de autogestão. Castoriadis chama atenção para o caráter processual da noção de autonomia

coletiva, o que é diferente de um estado ideal a ser alcançado. A emergência da autonomia é, para ele, como um "germe" de "interrogação ilimitada e explícita" sobre as "significações imaginárias sociais e seus possíveis fundamentos" (…) ou "a atividade reflexiva de uma razão criando-se em um movimento sem fim, tanto como razão individual quanto social." (Castoriadis, 1991b, p.163 e 164 - tradução da autora).

> *Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou as leis justas para sempre.* Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita" (Castoriadis, 1979, p. 33).

O entendimento da autonomia coletiva como um processo de elaboração contínua está relacionado a dois conceitos que são centrais na teoria de Castoriadis: a sociedade instituída (que é a sociedade existente, historicamente criada) e a sociedade instituinte (que é a sociedade em criação na história). A sociedade instituída e a instituinte coexistem no processo de criação-histórica e, portanto, as relações sociais de uma sociedade não são completamente definidas pelas estruturas instituídas. Se, por um lado, o imaginário social indeterminado influencia e mantém a sociedade existente, por outro, as relações sociais não são mera intersubjetividade e livres de qualquer determinação, mas caracterizadas pela tensão entre sociedade instituída e sociedade instituinte. Os indivíduos não se reduzem ao social-histórico e nem são fadados a reproduzirem eternamente os regimes incorporados da sociedade instituída, no entanto, a superação dessa reprodução envolve o desafio de romper com as instituições incorporadas, que o constituem como indivíduo na sociedade (Castoriadis, 1991b).

Trabalhando com o princípio da autonomia coletiva no contexto da produção do espaço, Souza (2006a) aponta que ele implica uma organização social autodeterminada que garantiria a diferentes indivíduos e grupos condições iguais de participação nos processos de decisão. Tendo em vista a assimetria de poder decorrente do lugar ocupado pelo conhecimento técnico na produção instituída do espaço, essas condições iguais de participação – que o autor aponta como possíveis no contexto de uma sociedade autônoma – são pouco prováveis na situação atual. Silke Kapp, et al, (2012, p.3) argumenta que o princípio da autonomia coletiva envolve "a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço". Considerando a importância do poder de decisão e de definição das normas, pode-se dizer que um processo de transformação na direção de uma produção autônoma do espaço, envolveria o exercício de compartilhamento desse poder, onde as condições diferentes de participação são reconhecidas e propriamente desafiadas.

Para Castoriadis (1997), se o pressuposto de uma sociedade democrática é a autonomia coletiva, a democracia de fato não existe, pois vivemos em um mundo que experimenta

situações de desigualdade e de opressão – ainda que em diferentes níveis. De acordo com esse raciocínio, países chamados desenvolvidos e com democracia liberal são, na realidade, oligarquias em que o poder está concentrado nas mãos de poucos. Segundo o autor, o mito da *expertise* política – que é a base da representação – contribui para a concentração de poder e desconsidera que só se aprende a opinar e a decidir justamente "executando o poder político, discutindo, tomando decisões" (Castoriadis, 1997, s.p.). Tendo em vista que vivemos em um sistema de governo representativo e não em uma democracia propriamente dita e que a aprendizagem política acontece em grande medida na prática política não institucional, pode-se dizer que a radicalização da democracia – inclusive no que tange à produção do espaço – se confunde com o seu próprio processo de construção e experimentação.

O conceito de democracia radical desenvolvido por Chantal Mouffe – (Mouffe, 2005; 2000), (Mouffe; Laclau, 1987), (Mouffe; Errejón, 2015) – aponta também para um processo de questionamento constante da hegemonia. A noção de hegemonia diz respeito ao modo como uma formação social se estabiliza em um dado momento histórico, expressando uma ordem política vigente e um padrão específico de relações de poder (Mouffe; Laclau, 1987 e Mouffe, 2000). Mouffe explicita ainda como a ordem hegemônica pode ser alterada por práticas contra-hegemônicas:

> é considerado em um momento como a ordem «natural», junto com o «sentido comum» que o acompanha, é o resultado de práticas hegemônicas sedimentadas, nunca a manifestação de uma objetividade mais profunda que seja exterior às práticas que tornam a sua existência possível. Por isso, afirmamos que toda ordem hegemônica pode ser transformada por práticas contra-hegemônicas que vão tratar de instalar outra forma de hegemonia. (Mouffe, Errejón, 2015, p. 14 - tradução da autora)

Assim como para Castoriadis, para Mouffe, (Mouffe, Errejón, 2015) a ideia de democracia radical não implica um ponto de chegada, mas um processo que envolve a radicalização dos princípios de liberdade e igualdade e que visa transformar as instituições existentes. Junto com Laclau (1987, p. 293 - tradução da autora), Mouffe aponta que "multiplicar os espaços políticos e impedir que o poder seja concentrado em um ponto são, pois, precondições de toda transformação realmente democrática da sociedade." Nessa linha de pensamento, uma democracia radical é *agonista* e *pluralista.* A confrontação agonista envolve o reconhecimento do conflito entre visões e posicionamentos diferentes, no lugar de sua supressão autoritária. Nesse sentido, ao invés de considerar o antagonismo como algo a ser eliminado, Mouffe (2000) defende a confrontação agonista, em que grupos com posicionamentos opostos são considerados como adversários e não como inimigos. Isso significa que, diferentemente de como acontece na democracia liberal e deliberativa, onde o conflito é visto como um problema a ser eliminado, a democracia radical teria o conflito como o seu motor e sua "condição de existência" (Mouffe, 2000, p.103). Já o caráter pluralista é adotado como crítica ao "essencialismo e concepção do sujeito unitário e fundante" presentes na noção de classe da

tradição marxista, servindo também para colocar em relevo os diversos antagonismos e as múltiplas formas de subordinação presentes no mundo contemporâneo (Mouffe; Laclau, 1987, p.6). Para Mouffe e Laclau (1987) essa noção de democracia radical envolve uma redefinição da perspectiva socialista, visando a articulação e intensificação de diferentes lutas a partir de *cadeias de equivalência*, em que a solidariedade entre essas lutas propicia a "construção de um novo sentido comum que transforme a identidade dos diversos grupos, de modo tal que as demandas de cada grupo se articulem equivalencialmente com as dos outros" (Mouffe; Laclau, 1987, p.303 - tradução da autora). Tendo em vista que a equivalência total não é passível de alcance, o conflito entre posicionamentos opostos manteria a democracia em tensão e em processo de radicalização.

Essa teoria ilumina a noção de democratização radical da produção do espaço, por argumentar a favor da multiplicação dos espaços políticos, da distribuição de poder e por implicar a crítica de diferentes formas de subordinação, o que permite que se coloque em relevo aquela que é vivida por moradores urbanos comuns – sem privilégios políticos e econômicos para interferir na direção da produção do espaço. No entanto, Mouffe tende a defender a transformação das instituições existentes por meio de alternativas que se apropriam do aparato do Estado e do sistema de representação – como é o caso de partidos do tipo o *Podemos* na Espanha. Sobre esse ponto, concordo aqui com Saul Newman (2010a, 2010b, p. 97) quando ele aponta que, apesar de abraçar o conflito como seu motor, a noção de democracia agonista apresentada por Mouffe, é considerada em grande medida dentro do aparato do Estado, o que "evita o antagonismo (ou antagonismo potencial) muito mais fundamental entre Estado e a própria democracia." (Newman, 2010b, p. 97) Desse modo, parece pertinente reconhecer como parte do agonismo pluralista as organizações que estão fora do aparato do Estado e da lógica da representação. Não se trata de polarizar Estado e sociedade, mas é preciso reconhecer as relações de subordinação reproduzidas por meio do aparato do Estado – como instância de poder especializada – e suas instituições em diferentes escalas.

1.2.2 Perspectiva anarquista

Tendo em vista a prática política cotidiana em relação ao espaço, alguns elementos da perspectiva anarquista são relevantes para a construção da lente teórica aqui proposta, como o enfoque em processos de auto-organização, a crítica do aparato do Estado e a noção de prefiguração de outras relações e arranjos sociais em meio às condições presentes. Fazem parte dessa perspectiva os princípios de "autonomia, associação voluntária, auto-organização, democracia direta e apoio mútuo", que são fundados especialmente na prática e não na teoria de um determinado autor (Graeber, 2009b, p.105). Ainda que os processos aqui analisados não se definam como anarquistas, eles podem ser examinados com a ajuda desses elementos por

praticarem a auto-organização desafiando em certa medida a distinção entre dirigentes e dirigidos no planejamento e gestão do espaço.

Um aspecto que ilumina a discussão das práticas auto-organizadas é a noção de "democracia prefigurativa" (*prefigurative democracy*) ou de "política prefigurativa" (*prefigurative politics)*. Esses termos designam práticas que experimentam arranjos políticos alternativos em meio às condições presentes e que não seguem um modelo de organização definido *a priori,* apresentando limites e contradições em seu processo. Como aponta Simon Springer (2014, p. 2), essa ideia "não deve ser confundida com predeterminação, já que se refere ao processo ativo e contínuo de construção de uma nova sociedade na casca da antiga". Já David Graeber (2009a) aponta que o elemento prefigurativo é central para a ação direta, tendo em vista que aqueles que se engajam nesse tipo de ação "estão insistindo no seu direito de agir como se eles já fossem livres" (Graeber, 2009a, p. 432). Jeff Shantz (2010, 2014) defende a política prefigurativa como estratégia para a construção de "infraestruturas de resistência", que são instituições alternativas produzidas por grupos desprivilegiados. O autor argumenta ainda que abordagens pautadas apenas nas noções de movimento e de ativismo não são suficientes e que as lutas devem sair das praças públicas em direção às vizinhanças, experimentando alternativas concretas em pequena escala – como a construção de centros comunitários, oficinas, escolas, centros de mídia ou de distribuição de alimento autogeridos. Essas alternativas seriam tão importantes quanto transformações em escalas maiores. Por meio do enfoque nas alternativas que são construídas em diferentes lugares, Shantz (2010, p. 175) defende uma sociologia anarquista, que consistiria em buscar "identificar e compreender inclinações e tendências sociais" libertárias em meio às condições existentes.

A perspectiva anarquista tende a ser pouco abordada na crítica do planejamento urbano que se debruça na investigação de possibilidades socialmente justas e democráticas. É comum que essa crítica apresente uma certa polarização entre neoliberalismo e estadocentrismo, desconsiderando entraves inerentes à estrutura do próprio Estado para a democratização radical do planejamento e gestão urbanos. Algumas exceções no Brasil, como Marcelo Lopes de Souza (2006, 2010, 2012) e Glauco Rodrigues (2011), trabalham a partir das contribuições da tradição libertária, que engloba o pensamento e práticas anarquistas e autonomistas.[14] Discutindo essa questão, Springer (2014a), aponta que geógrafos anarquistas como Peter Kropotkin (1842-1921) e Eliseé Reclus (1830-1905) apresentam historicamente uma crítica libertária que precede a tradição marxista na geografia – da qual deriva uma boa parte da crítica da produção do espaço ou do planejamento urbano. A tradição anarquista, que não é suficientemente explorada, aborda diretamente possibilidades de transformação social com ênfase nas relações

[14] Como Souza aponta, a anarquistas como Mikhail Bakunin (1814-1876) e Peter Kropotkin (1842-1921) são precursores da crítica libertária que é feita por autonomistas como Castoriadis (SOUZA, 2006a, p. 77). Os autonomistas se diferem dos anarquistas por construírem a sua discussão a partir da tradição marxista e de sua crítica.

de apoio mútuo e de solidariedade que tendem a ser obliteradas pela organização política e econômica vigentes.

Um debate recente a esse respeito ocorreu entre Simon Springer e David Harvey, a partir das questões levantadas por Springer (2014a) no seu artigo *Why a radical geography must be anarchist* (Porque uma geografia radical deve ser anarquista).[15] O autor aponta que a chamada "geografia radical" não chega a se debruçar sobre a própria tradição anarquista presente na disciplina, afirmando que um século antes da geografia se declarar marxista, já havia o desenvolvimento do pensamento anticapitalista e crítico às relações de dominação nos trabalhos dos geógrafos Reclus e Kropotkin. Contudo, sempre houve certo preconceito em relação à teoria e prática anarquistas, que são comumente tratados como desordem, violência ou um projeto utópico (Springer, 2014a). Nesse sentido, Springer (2014a, p. 250) questiona que a perspectiva marxiana seja geralmente considerada como a "única opção anticapitalista séria". Esse problema estaria relacionado com a construção de uma falsa dicotomia em que, de um lado, estariam os anarquistas com foco na dominação política e, de outro, os marxistas com foco na exploração econômica. O autor lembra que os anarquistas não dissociam uma coisa da outra e que, embora a crítica à dominação do Estado seja uma das principais dessa tradição, ela não é a única (Springer, 2014a, p. 252). Harvey (2014) responde à crítica de Springer (2014a) com o texto *Listen anarchist!* (Escute, anarquista!)[16], propondo a colaboração das lutas anticapitalistas para além da definição de correntes distintas, chamando atenção para o fato de estarmos em um momento que "envolve colocar o melhor de diferentes tradições críticas e radicais (incluindo, mas não confinadas no marxismo e anarquismo) juntas em uma nova configuração para a luta anticapitalista" (Harvey, 2014, S/P - tradução da autora). Ao mesmo tempo, o autor insiste em apontar a falta de coerência teórica e o posicionamento dos anarquistas em relação ao Estado, apontando que a sua relutância em "tomar o estado" resultaria em uma espécie de sabotagem das próprias práticas, que são destruídas pelos grupos que geralmente tomam o Estado – como os burgueses republicanos ou comunistas stalinistas. Em sua tréplica, *The limites to Marx: David Harvey and the condition of postfraternity* (Os limites de Marx: David Harvey e a condição de pós-fraternidade), Springer (2014b) reitera a importância da perspectiva anarquista na geografia e propõe que se abrace uma condição pós-fraterna em que o conflito e a contestação entre anarquistas e marxistas são assumidos como frutíferos para o debate da esquerda, superando "a ideia equivocada de que todas as discordâncias sobre estratégias, táticas e métodos organizacionais serão sempre resolvidos" (Springer, 2014b, p.1 - tradução da autora). Diante desse debate, pode-se reconhecer a pertinência dos apontamentos de Harvey (2014), assim como concordar com a tréplica de Springer (2014b), já que ignorar as diferenças entre as duas tradições pode

[15] O texto de Springer, a resposta de Harvey e a tréplica de Springer estão disponíveis em: <http://progressivegeographies.com/2015/06/10/simon-springer-and-david-harvey-debate-marxism-anarchism-and-geography/>. Acesso em junho de 2016.

[16] O título é inspirado no título do artigo de Murray Bookchin, *Listen Marxist*, 1971.

contribuir para manter os aspectos da perspectiva anarquista – que são relevantes para a crítica da produção do espaço – pouco discutidos no campo da geografia e do planejamento urbano.

A perspectiva anarquista oferece elementos que colocam em relevo as relações de dominação de um modo geral, o que inclui as relações capitalistas, a propriedade privada, a discriminação contra minorias, o patriarcado e as relações que caracterizam o aparato do Estado enquanto esfera especializada da política. Assim como o modo de produção capitalista, o poder político concentrado em uma instância burocrática separada da sociedade (o Estado) deve ser colocado em xeque quando se trata de discutir processos de democratização radical. Como Springer (2014) aponta, trata-se da crítica à dominação em toda a sua pluralidade. Tendo isso em vista, a crítica do aparato do Estado é importante para a discussão do embate entre auto-organização sócio-espacial e práticas espaciais institucionais, que tem como centro o problema da concentração do poder de decisão sobre o desenvolvimento do espaço urbano. Essa crítica do aparato do Estado está presente nas ideias de anarquistas clássicos (como Bakunin e Kropotikin) e contemporâneos – ou neoanarquistas – como Murray Bookchin, (2003) e Colin Ward (2000, 2006). Já no contexto dos debates da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872), Bakunin se opunha ao posicionamento de Karl Marx (1818-1883) sobre a manutenção temporária das instituições do Estado no período de transição entre o capitalismo e o comunismo. Para Marx, depois desse período de transição, o Estado desvaneceria dando lugar à "comunidade real", superando a sua forma moderna (Pogrebinschi, 2007[17]). Bakunin contestou radicalmente a manutenção de uma instância de poder, ainda que temporária, na qual os trabalhadores seriam *representados* por outros trabalhadores e mantidos na posição de dirigidos. Seu argumento se baseia na premissa anarquista federalista e de solidariedade internacional, o que implica a negação do patriotismo e do conjunto de instituições que sustenta o aparato do Estado em todas as suas escalas. Nesse sentido, como aponta Felipe Corrêa (2014), em sua teoria, Bakunin entende o Estado como sendo fundamental para o processo de acumulação capitalista e não como um efeito desse processo. Dentre os seus principais problemas está o fato de ele envolver a abstração do interesse comum e público

[17] Thamy Pogrebinschi (2007) aborda o significado da política "*fora do Estado ou para além dele*", explorando a questão do político não-estatal presente na teoria de Marx, pouco discutida entre muitos marxistas. A partir da teoria de Marx, ela argumenta em favor de se pensar *o político contra a política*, o que significa desassociar a noção de política do conceito de Estado. No entanto, ao discutir a divergência entre Marx e Bakunin sobre o fim do Estado, Pogrebinschi reduz o pensamento anarquista a uma crítica pouco fundamentada à proposta de Marx. Ainda que o seu objetivo seja trabalhar com a questão do político em Marx, a autora deixa de considerar possíveis contradições do próprio Marx ao tratar da questão do desvanecimento do Estado. Além disso, a definição de Pogrebinschi de que o político "constitui aquilo que de alguma forma foi perdido ou desnaturalizado com o advento de uma forma específica de organização social" ou que "consiste precisamente em tomá-lo como uma resposta definitiva ao enigma das formas de associação política" (Pogrebinschi, 2007, p. 114), apresenta muitos pontos de contato com a crítica do Estado feita por anarquistas como Kropotkin. Apesar de não explorar esses pontos de contato, Pogrebinschi critica alguns aspectos do pensamento de inspiração marxista, como a consideração do proletariado como sujeito político de uma missão redentora, e aspectos do pensamento pós-marxista, que busca identificar ou nomear um novo sujeito político. Ao invés disso, ela sugere que "o pensamento político contemporâneo deveria esforçar-se menos para identificar um sujeito novo e esforçar-se mais para analisar a prática dos sujeitos já existentes." (Pogrebinschi, 2007, p.127).

(Bakunin, 1950), mantendo as aspirações das pessoas subordinadas a uma organização externa (Bakunin, 1873 p. 4). Kropotkin (1986) também explicita a divergência entre os socialistas (anarquistas e marxistas) a respeito da questão do Estado, apontando que não se trata de "alcançar a revolução social através do Estado", uma vez que a sua própria *essência* é um "obstáculo para a revolução social" (Kropotkin, 1986, p.6 - tradução da autora). O autor buscou ainda evidenciar o modo como se dá a construção histórica do Estado, com o objetivo de combater a crítica – que é comum ainda nos dias de hoje – de que os anarquistas são ingênuos e descabidos por se oporem ao "período de transição", defendido na tradição marxista. Para ele, essa crítica ignora "que os períodos mais gloriosos da história humana são aqueles em que liberdades civis e a vida comunal não tinham ainda sido destruídas pelo Estado e em que um grande número de pessoas viviam em comunas e federações livres." (Kropotkin, 1986, p.7 - tradução da autora). Em seu argumento, o Estado é apenas uma das formas de organização social experimentada na história, tendo surgido como um obstáculo para o desenvolvimento da solidariedade, ajuda mútua e livre cooperação.[18]

É em grande medida com base nas ideias de Kropotkin que Colin Ward (2010), dedicou parte de seu trabalho à crítica do papel das políticas sociais do Estado na produção do espaço, discutindo planejamento urbano e produção habitacional no contexto britânico. Para ele, as políticas promovidas pelo *welfare state* (estado do bem-estar social) inibiram as redes sociais e econômicas construídas no século XIX pelos trabalhadores. Essas redes, por sua vez, eram baseadas em práticas de apoio mútuo que poderiam ter se desdobrado no que ele chama de *welfare society* (sociedade do bem-estar social). A inibição de práticas voluntaristas e localistas, como argumenta o autor, está relacionada à suposição equivocada de que o aparato do Estado pode solucionar os problemas sociais do capitalismo. Ward critica ainda a polarização entre Estado burocrático e neoliberalismo no contexto do *thatcherismo* britânico, como se a negação do Estado levasse necessariamente à afirmação das práticas neoliberais. A sua crítica ao estado do bem-estar social diz respeito à falta de controle e de poder de decisão das pessoas sobre os serviços e estruturas coletivas da sociedade. Ward (1990) aponta que é preciso encontrar brechas na estrutura política vigente que propiciem práticas transformadoras do cotidiano, chamando atenção para as práticas sociais auto-organizadas e soluções autogeridas pelas pessoas ao longo da história. No lugar de apostar na transformação da superestrutura em um determinado momento histórico, o autor argumenta que são os próprios grupos auto-organizados que criam circunstâncias favoráveis para uma sociedade autônoma (Ward, 2000). Se contrapondo ao senso comum de que anarquia é desordem, Ward (1996) discute a noção de ordem espontânea, que é o tipo de organização que está na base de iniciativas formuladas tanto fora da estrutura burocrática do poder público quanto fora da iniciativa privada:

---

[18] Para Kropotkin, esses fatores teriam uma importância evolutiva para diferentes espécies, estruturando historicamente organizações coletivas primitivas e medievais. Esse argumento é desenvolvido principalmente no livro *Ajuda mútua: um fator de evolução,* publicado em 1902.

> [...] dada uma necessidade comum, um conjunto de pessoas age por meio da tentativa e erro, improvisando e experimentando, a fim de evoluir numa situação – esta ordem é mais durável e mais estreitamente relacionada com as necessidades que a motivaram do que qualquer tipo de autoridade imposta externamente poderia fornecer. (Ward, 1996, p.31)

Murray Bookchin (2003) também chama atenção para a experiência política dos moradores urbanos no cotidiano. No contexto da sua proposta acerca do municipalismo libertário, ele discute a relação entre essa experiência política e a descentralização institucional que tem como base a unidade territorial: a comuna – que pode ser uma cidade ou suas subdivisões, como um bairro ou uma vila. A elaboração dessa proposta acontece como parte da crítica de Bookchin (1991) à nova esquerda representada nos anos 1990, por exemplo, pelo Partido Verde alemão (*Die Grünen)*, que pouco se diferencia dos partidos convencionais em sua atuação parlamentar. O municipalismo libertário se diferenciaria radicalmente dessas correntes, rompendo com o parlamentarismo e o formato do partido, assim como também se diferenciaria de práticas que reduzem a política radical a uma subcultura isolada. Evitando trabalhar com a ideia romântica de pequenas comunidades autogeridas e territorialmente delimitadas, Bookchin (1991, 2003) aponta para uma descentralização que é principalmente institucional e não necessariamente territorial, em que um sistema confederado de vizinhanças e municipalidades se constrói como alternativa à estrutura do Estado-nação. Para ele, "nenhuma cidade é (...) demasiado grande para não poder ser preenchida de assembleias populares com objetivos políticos" (Bookchin, 2003, p.24). Unidades como organizações de blocos de habitação, assembleias de bairro ou reuniões municipais seriam meios para a experimentação de processos "bem além do voto e da informação" e base para a constituição de "instituições públicas" que viabilizam a participação de uma comunidade ampliada (Bookchin, 2003, p. 21). A sua proposta foi motivo de desavença com alguns anarquistas, já que Bookchin propôs o uso de canais do Estado para garantir algumas condições institucionais que evitassem o anulamento de iniciativas como as assembleias populares (Souza, 2012). Nesse contexto, Bookchin (1991) chama ainda atenção para a distinção entre a elaboração de políticas – que pode ocorrer localmente por meio de assembleias – e administração – que executa as decisões formuladas nas assembleias e se estrutura por meio de conselhos confederados compostos por delegados revogáveis. A "comunidade de comunidades" presente na proposta do municipalismo libertário constituiria uma duplicidade de poder que questionaria diretamente a legitimidade do poder do Estado (Bookchin, 1991). Nesse contexto, a palavra "política" teria dois sentidos. Um deles diz respeito à política associada ao Estado, que é um "sistema profissionalizado, elitista e instrumentalizado" (Bookchin, 2013, p. 11). Essa noção teria surgido junto com o Estado-nação, que substituiu o seu significado anterior, que dizia respeito à "gestão dos negócios públicos pela população em nível comunitário", por meio de "assembleias cidadãs diretas" (Bookchin, 2003, p. 13). O autor chama atenção para a possibilidade de atuação direta dos cidadãos nas decisões sobre as questões públicas da vida comunitária, o que é muito diferente da situação que predomina na maioria dos lugares, onde o cidadão elege profissionais da política que decidem por ele. A discussão de Bookchin é relevante no contexto dessa pesquisa, principalmente por colocar que

o ponto de partida para se desenvolver a política "fora do Estado e dos partidos" (Bookchin, 2013, p. 19) estaria no cidadão e na sua relação com o ambiente imediato para além da esfera privada.

A perspectiva autonomista de Castoriadis (1991b), apresenta interseções com o argumento anarquista acerca da necessidade de se pensar formas de organização política diferentes do Estado. Para ele, quase todas as sociedades vivem em uma situação de heteronomia instituída, onde as leis são produzidas por uma instância separada da sociedade (Castoriadis, 1991b, 156).[19] Ele argumenta que o Estado é uma criação histórica datada e localizada, pertencente a um tipo específico de sociedade, e que a sua estrutura pode ser encontrada em outras organizações, denominadas pelo autor como organizações tipo-Estado. Da mesma maneira, existem organizações abrangentes que podem ter uma estrutura não-estatal, como seria o caso da democracia grega[20], cuja estrutura e operação do poder explícito pertenciam ao corpo de cidadãos, sendo objeto de deliberação coletiva (Castoriadis, 1991b). Nesse sentido, o autor apresenta um aspecto especialmente relevante: um grupo da sociedade, que se encontra fora das instituições do Estado, pode assumir um formato de mini-Estado ou mini-partido, tornando-se uma esfera especializada ou dirigente das questões políticas na escala microlocal. A crítica às estruturas hierárquicas ou do tipo-Estado, presente no trabalho de Castoriadis, aponta para a incompatibilidade entre autogestão e hierarquia, o que não significa a falta de uma estrutura de organização ou de disciplina, "mas uma coletividade que decide, ela mesma sobre a sua disciplina" (Castoriadis, 1979, p. 216).

A constelação de elementos abordados nesse item são importantes para a discussão de processos de auto-organização que contestam os procedimentos e normas da produção institucional do espaço e o modo como eles obliteram o poder de ação e de decisão de coletivos de moradores. Apesar de pouco explorada, a perspectiva anarquista apresenta uma crítica abrangente das relações de dominação e contribui para colocar em relevo as implicações de práticas auto-organizadas no cotidiano, ainda que elas não apresentem coerência política ou uma estratégia clara. Como se verá mais adiante, na análise dos casos, pode-se observar nos processos de auto-organização que a estrutura e os métodos adotados, podem ser mais ou menos abertos à atuação de outros moradores urbanos e mais ou menos relacionados à materialidade do espaço, contrastando ou reproduzindo o formato dos arranjos institucionais predominantes.

---

[19] Para Castoriadis, o termo *Estado* é restrito aos casos em que "há a instituição de um aparato de Estado que implica uma 'burocracia' civil, militar ou sacerdotal, ainda que ela seja rudimentar, ou seja, uma organização hierárquica com a delimitação de regiões de competência." (Castoriadis, 1991b, p.157)

[20] Castoriadis trata a política grega como *potencialmente* radical, uma vez que praticava a exclusão das mulheres e dos escravos.

1.2.3 Autogestão como processo

A possibilidade de autodeterminar coletivamente as relações sociais, o que inclui as relações que produzem o espaço urbano cotidiano, está no centro da noção de *autogestion* (autogestão) desenvolvida por Henri Lefebvre (2009, 1976). O autor aponta para a autogestão como uma prática que implica o fortalecimento dos laços associativos em todos os aspectos da vida social, seja no trabalho, em unidades territoriais, em cidades ou regiões. Ele a define da seguinte forma:

> Cada vez que um grupo social (geralmente os trabalhadores produtivos) se recusa a aceitar passivamente suas condições de existência, de vida ou de sobrevivência, cada vez que esse grupo se força não apenas para entender, mas para dominar as suas próprias condições de existência, a autogestão está acontecendo. (Lefebvre, 2009, p. 135 - tradução da autora)

Lefebvre (2009) crítica a redução da ideia de autogestão a um modelo ou sistema, "que pode ser estabelecido juridicamente e que pode funcionar sem confrontos e contradições, em um tipo de harmonia social e política" (Lefebvre, 2009, p. 135). O autor chama atenção para a "importância crítica" desse conceito e para o caráter dialético da sua prática, que evidencia as contradições do Estado por estar fora dele.[21] Trata-se do exercício de um *contrapoder* e de uma luta prática, marcada por falhas e retrocessos. Essa abordagem considera a autogestão como um processo ou movimento contínuo e não como uma "operação técnica", um modelo administrativo a ser implementado ou mesmo como uma "fórmula mágica" a ser aplicada. Assim como a democracia, a autogestão "nunca é uma *condição*, mas uma luta" (Lefebvre, 2009, p.135; Lefebvre, 1976). A noção de autogestão faz parte do corpo teórico desenvolvido pelo autor na segunda metade do século XX, que contém um conjunto de conceitos importantes para a investigação da dimensão política e social das práticas espaciais. Lefebvre (1991, p.27) aponta que "o espaço (social) é um produto (social)" e está atrelado tanto às relações sociais capitalistas quanto à sua organização pelo Estado. De acordo com o autor, se a produção do espaço tem um papel central na manutenção e reprodução do capitalismo, é também por meio dela que as possibilidades de invenção e de desvio da direção predominante podem ser elaboradas (Lefebvre, 1976).

Em relação às práticas no nível do cotidiano, Lefebvre aponta que, apesar de aparentemente não mediadas, elas contém "representações, símbolos, regulações, controles, modelos e normas (ideologias e "superestruturas") efetivas" (Lefebvre, 2008 [1961], p. 236 - tradução da autora).

---

[21] Lefebvre critica a essência heterônoma do Estado (seja ele burguês ou operário), cujo princípio centralizador seria confrontado pelo princípio descentralizador da autogestão. Marxista heterodoxo, o autor critica a corrente reformista (que defende a permanência do Estado) e argumenta em favor da espontaneidade revolucionária da corrente anarquista como um elemento crucial para driblar as tentativas constantes de assimilação da autogestão pelo Estado (Lefebvre, 2009).

Por meio de uma abordagem dialética, o autor chama atenção tanto para as práticas cotidianas que reproduzem o *status quo* quanto para aquelas que, em certos casos, rompem com a alienação e produzem outras relações. Lefebvre argumenta que a *crítica da vida cotidiana* é um exercício tanto prático quanto teórico que envolve a compreensão das contradições e das restrições presentes no cotidiano, tornando-as explícitas. É no exercício dessa crítica que estaria a possibilidade de transformação radical da vida cotidiana (Lefebvre, 2008 [1961]). No entanto, a elaboração de tal crítica não é livre de obstáculos, uma vez que as ideologias – que camuflam as contradições sociais capitalistas e o controle do Estado – são incorporadas e reproduzidas em grande medida nas próprias práticas cotidianas (Lefebvre, 1976). Junto como a abordagem da produção do espaço, a questão da crítica da vida cotidiana apresentada por Lefebvre contribui para colocar em relevo processos de auto-organização sócio-espacial que estão em constante elaboração a partir do que é experimentado no cotidiano por moradores urbanos, podendo tanto reproduzir quanto romper – por meio da crítica – relações sociais de dominação incorporadas.

1.2.4 Perspectiva estadocrítica

A *perspectiva estadocrítica* é apresentada por Marcelo Lopes de Souza (2006a, 2006b, 2010b, 2012) no contexto da sua discussão sobre a relação entre movimentos sociais urbanos e Estado. Dentro do espectro explorado pelos movimentos, Souza defende uma consideração dialética de conjuntos que geralmente são tratados como dicotômicos, como "estrutura e conjuntura, estratégia e tática, curto prazo e longo prazo" (Souza, 2012, pg.17; 2006b). Tendo em vista o questionamento libertário sobre a validade de movimentos sociais utilizarem canais institucionais do aparato do Estado como parte de suas ações, Souza aponta para a possibilidade de se usar brechas na legislação e nas instituições vigentes sem que se perca de vista os problemas da estrutura heterônoma do aparelho do Estado.[22] Essas brechas são resultantes da relação entre estrutura (o aparato do estado que permanece em longo prazo) e conjuntura (situações de governo que mudam ao longo do tempo). Criticando a centralidade do aparato do Estado na produção do espaço, o autor discute três tipos de atuação política no âmbito dos movimentos sociais urbanos: *junto ao Estado, apesar do Estado e contra o Estado.* Souza afirma que os movimentos sociais urbanos colocam em risco a sua autonomia quando atuam junto com o Estado devido à tendência de enquadramento de suas experiências pelo seu aparato, que é heterônomo.

> o Estado é uma instância de poder heterônoma e a principal entre todas elas, por ser, ao mesmo tempo, expressão e pilar da perpetuação de uma assimetria estrutural de poder, de uma divisão da sociedade entre dirigentes e dirigidos, de uma hierarquia institucionalizada e rígida. (...) não se trata apenas de ver o Estado capitalista como

[22] Segundo o autor, a perspectiva estadocrítica se relaciona com o tipo de abordagem de Bookchin, assim como de outros neoanarquistas e autonomistas.

> problemático, mas sim de compreender o aparelho de Estado, *qualquer que ele seja,* como problemático, desse ponto de vista. (Souza, 2012, p. 38)

Souza aponta que mesmo quando formulados e conduzidos por governos de esquerda, os processos de participação institucionalizados podem ser uma armadilha que anula o potencial das práticas dos movimentos. Esse processo, denominado pelo autor de "cooptação estrutural", é uma ameaça a "todo movimento social que aceita fazer parte dos canais institucionalizados de participação." (Souza, 2006b, p. 334). Tendo isso em vista, Souza defende a complementaridade entre o que ele chama de *ação direta* (sociedade civil independente do Estado) e *luta institucional* (cooperação crítica e tática dos movimentos sociais com partidos não conservadores que assumem o poder do Estado). A crítica da heteronomia do aparato do Estado não implica ignorá-lo, mas saber quando e como atuar em suas brechas conjunturais como tática conjugada e subordinada à ação direta. Tendo uma vez consciência da sua estrutura heterônoma, os movimentos podem ao mesmo tempo "criticar construtivamente o Estado e colocá-lo permanentemente sob pressão" (Souza, 2012, 2006b p. 328).

Souza (2006a) argumenta ainda que planejamento e gestão urbanos não podem ser consideradas como atividades exclusivas do aparato Estado, colocando em questão essa espécie de consenso entre planejadores progressistas e conservadores. Movimentos sociais urbanos não devem ser vistos apenas como práticas de reivindicação ou protesto, mas como "agentes de planejamento urbano crítico" que "podem e devem conceber e, em certa medida, até mesmo implementar estratégias sócio-espaciais complexas e radicais" (Souza, 2006a, p. 339). Esse argumento de Souza (2006a e 2006b) em favor da atuação dos ativismos e dos movimentos sociais como protagonistas que são capazes de propor e implementar alternativas aos processos de planejamento e gestão urbanos é uma peça importante na lente teórica aqui proposta. Além disso, como será mostrado no capítulo seguinte, os atores envolvidos nos processos analisados – que se desenvolvem a partir da disputa com com práticas espaciais institucionais – recorrem em diferentes momentos a canais institucionalizados da administração pública e lidam com a dialética entre a ação direta e a possibilidade de pressionar o aparato institucional do Estado.

1.2.4 Como a lente teórica orienta a pesquisa

Os processos analisados no capítulo seguinte apresentam características que são colocadas em relevo por meio da lente teórica. Tendo em vista a importância da produção do espaço na reprodução dos arranjos e relações sociais vigentes no âmbito da combinação estrutural entre capitalismo e democracia representativa, processos de auto-organização podem ser lidos como vetores de politização da relação cotidiana com o espaço e de democratização radical de sua produção. Com isso, considera-se aqui que a produção do espaço é um campo de experimentação, onde diferentes coletividades podem tomar para si funções políticas das quais

se encontram alienadas. Nesse sentido, as práticas espaciais dessas coletividades podem desafiar tanto certas relações capitalistas quanto a divisão entre dirigentes (propositores e executores de políticas urbanas) e dirigidos (aqueles cujas vidas são diretamente afetadas por decisões sobre as quais não têm controle) na produção do espaço urbano. Ainda que de modo fragmentado e sem coesão, coletivos de moradores urbanos podem trazer à tona perspectivas que são alternativas àquelas hegemônicas.

Antes de prosseguir, é importante considerar que a orientação libertária (anarquista e autonomista) da lente teórica não tem afinidade com a defesa conservadora de um estado mínimo[23]. É preciso separar a crítica do aparato do Estado como um conjunto de estruturas heterônomas da crítica liberal do Estado – que o enxerga como um empecilho para a liberdade econômica individual e para a propriedade privada. Reconhecer essa diferença é ainda mais importante no contexto brasileiro, onde, segundo Jessé Souza (2009), a "perspectiva liberal e pseudocrítica" de teses como a de Roberto DaMatta (acerca do "jeitinho brasileiro") e de Sérgio Buarque ("o homem cordial") ainda prevalecem nas "sociologias liberais e conservadoras" como explicação para o subdesenvolvimento brasileiro, obscurecendo o que de fato determina os problemas sociais do país. Essa visão levaria a uma demonização conservadora do Estado e a uma idealização do mercado, tirando o foco das estruturas de dominação institucionalizadas que estão presentes tanto no capitalismo quanto no aparato do Estado. Souza (2009) critica a oposição abstrata entre mercado e Estado e o fato de pensarmos sobre ambos "não como *um produto humano,* mas como *coisas* que existem fora e acima de nós mesmos". Tanto um quanto outro são processos sociais que foram materializados e institucionalizados (Souza, 2009, p.84). Especialmente em um país semiperiférico como o Brasil, onde a desigualdade sócio-espacial é consideravelmente maior que em países centrais, parece razoável combinar a crítica ao aparato do Estado com possibilidades de garantias institucionais, que buscam democratizar recursos e acessos que estão historicamente ao alcance de grupos privilegiados. Ou seja, busca-se aqui considerar processos de transformação social para além da polarização Estado *versus* mercado e compreender as diferenças entre controle público e controle estatal.

Retomando os elementos da lente teórica, entende-se que as noções de autonomia coletiva e democracia radical, a perspectiva anarquista, a consideração da autogestão como processo e a perspectiva estadocrítica contribuem para uma abordagem da auto-organização sócio-espacial como processo de tentativa e erro, cujas possibilidades e limites são dadas pelas condições presentes. Além disso, tais elementos propiciam a compreensão das ambivalências de práticas que prefiguram um outro tipo de relação entre moradores urbanos e espaço, assim como os

[23] O ideário libertário aqui abordado diz respeito à tradição libertária socialista do século XIX e não ao modo como o termo passou a ser usado por liberais de direita – especialmente nos Estados Unidos. Como aponta Bookchin em sua fala "The forms of freedom" (1985) , a palavra "libertário" foi apropriada por aqueles que defendem a propriedade privada como base para a liberdade. Contudo, a palavra começou a ser empregada por pensadores socialistas no século XIX, quando publicações autodenominadas anarquistas estavam sendo banidas na França. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FqPwr-cVz_M>. Acesso em junho de 2016.

riscos de enquadramento e anulamento provenientes do uso de instrumentos e procedimentos institucionais. Por fim, essa lente contribui para colocar em relevo certos aspectos de práticas que não são necessariamente nem ativismos e nem movimentos urbanos, mas que podem ter implicações políticas tanto no cotidiano de onde partem quanto na estrutura formal de planejamento e gestão urbanos. Considerando esses aspectos, o capítulo seguinte analisa as situações concretas questionando como e até que ponto os processos de auto-organização e suas práticas espaciais ampliam as condições de discussão coletiva, decisão e ação sobre a produção do espaço urbano por parte de moradores de uma porção urbana.

2 AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MORADORES URBANOS EM DUAS DISPUTAS: OS CASOS DE BELO HORIZONTE E DE BERLIM

Esse capítulo apresenta o exame de duas situações concretas: o processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas em Belo Horizonte (2009-2016) e o processo de auto-organização de diferentes grupos no uso e planejamento do campo do antigo aeroporto Tempelhof em Berlim (2008-2016). Depois de apresentadas segundo seus respectivos recortes e enfoques, essas situações são discutidas individualmente tendo em mente a lente teórica proposta no capítulo anterior. No fim desse capítulo são sistematizados os aspectos revelados pelos dois casos em conjunto no que diz respeito aos processos de auto-organização sócio-espacial e que serão discutidos de uma maneira mais geral no capítulo seguinte da tese.

As situações analisadas apresentam diferentes processos de auto-organização em disputas por poder de decisão sobre uma determinada porção urbana. No caso da Vila, o que está em disputa é o espaço cotidiano da vizinhança e, no caso do Tempelhof, a área livre de um aeroporto desativado, assim como as suas vizinhanças imediatas. Cada caso mostra diferentes agentes, agendas, escalas de abrangência, relação de grupos auto-organizados com instituições formais de planejamento e gestão urbana e diferentes possibilidades de transformação sócio-espacial. O quadro abaixo esquematiza essas especificidades, não com o objetivo de compará-las, mas de tornar a compreensão dos aspectos iniciais de cada caso mais clara para o leitor.

	Vila das Antenas (BH)	Tempelhofer Feld (Berlim)
agentes iniciadores	Moradores locais	Moradores locais, usuários do espaço e ativistas
escala de abrangência	Escala microlocal	Escalas microlocal e local
agendas	Impedir a remoção de moradores e a imposição de intervenções por parte da administração pública, bem como criar no cotidiano condições para que os moradores tenham poder de decisão sobre a produção do espaço da vizinhança.	Impedir a realização de empreendimentos na área livre de um antigo aeroporto e seu impacto negativo nas vizinhanças imediatas, mantendo o espaço aberto à tomada de decisão pelos seus usuários.
relação com instituições formais de planejamento e gestão urbana	Os agentes passam a se organizar a partir do embate com o órgão da administração pública responsável pelo planejamento, intervenção e regularização na vila, e são dissidentes da participação institucionalizada nesse contexto.	Os agentes são previamente organizados e utilizam pontualmente meios institucionais de participação: o referendo, que é usado para interferir legalmente na produção do espaço; e o espaço concedido para o desenvolvimento de propostas pioneiras no campo, que acaba sendo utilizado de forma permanente depois do referendo.
transformações sócio-espaciais em jogo	Uso e transformação de espaços coletivos da vizinhança para a realização de atividades sócio-culturais; ampliação das condições para discussão e ação coletiva dos moradores sobre o espaço; disseminação do processo de auto-organização.	Aprendizagem entre processos de auto-organização; ampliação das condições de debate sobre a direção do desenvolvimento da cidade; interdição de propostas da administração pública que beneficiam a indústria imobiliária em detrimento das vizinhanças.

Figura 04: Quadro com as principais especificidades dos casos
Fonte: arquivo da autora

Antes de iniciar a apresentação dos casos, é importante afirmar que tanto no caso da Vila das Antenas quanto no caso do Tempelhof, não se trata de contar a história do processo de auto-organização dos moradores e grupos – o que é feito por eles mesmos –, mas sim de analisar criticamente uma parte desse processo tendo em vista o objetivo da pesquisa. Nos dois casos investigados, a leitura, o recorte e o enfoque correspondem a uma construção que é permeada por simplificações decorrentes do olhar de quem está de fora e que não tem a vivência do cotidiano dos espaços em disputa, ainda que a abordagem tenha sido informada pela perspectiva dos moradores envolvidos por meio de entrevistas. É importante também afirmar que solidarizo com a perspectiva dos moradores em diferentes momentos, o que certamente aparece ao longo do texto. Ou seja, ainda que o objetivo tenha sido analisar as situações criticamente e identificar as suas ambivalências – considerando também a minha posição enquanto sujeito que os analisa a partir de fora –, não há pretensão de neutralidade.

2.1 Do protesto à prática espacial no cotidiano: uma leitura do processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas

Esse caso tem como foco o processo de auto-organização sócio-espacial que se desdobra a partir do conflito entre os moradores e a administração pública de Belo Horizonte no contexto das intervenções do Programa Vila Viva. Apesar da situação vulnerável dos moradores diante das práticas espaciais institucionais, pode-se observar o processo de construção crítica de uma coletividade que busca ampliar o seu poder de decisão e de ação na vizinhança. Para além da postura defensiva ou reivindicativa, os moradores passam a desenvolver uma prática no cotidiano com enfoque na valorização da cultura sócio-espacial da favela.

O recorte feito para analisar esse caso abarca o processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas entre 2009 e 2016. A análise se baseia em informações acessadas pela autora durante o seu trabalho junto ao Grupo MOM da UFMG (2011 e 2012) e durante o período do doutorado (2012 a 2016) por meio de pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa em redes sociais. A pesquisa de campo se baseia na observação direta de diferentes reuniões dos moradores, audiências públicas e de entrevistas[24].

Algumas questões guiam o estudo desse caso: quais são os obstáculos específicos desse contexto para o processo de auto-organização sócio-espacial? De que modo a produção material do espaço, que motiva inicialmente o processo de auto-organização, é abordada? Em que medida e como os moradores desenvolvem meios para a discussão, deliberação coletiva e intervenção nos espaços da Vila?

[24] A análise crítica é informada por entrevistas não-estruturadas com dois integrantes do grupo entendido aqui como catalisador do processo de auto-organização – o História em Construção –, realizadas em março de 2014 com enfoque nesse processo. É importante mencionar que esse grupo tem um núcleo fixo de três moradores, sendo uma mulher e um homem com mais de 25 anos e uma mulher com mais de 45 anos. Dependendo da época, o grupo soma por volta de sete pessoas. Também informam a análise crítica deste trabalho uma entrevista realizada com um universitário que colabora com o grupo, em 2015, e entrevistas em profundidade feitas com diferentes moradores da Vila das Antenas no contexto das pesquisas do grupo MOM, com enfoque nos processos de autoprodução do espaço urbano e da moradia. Ao longo da pesquisa de doutorado, estive presente em diferentes reuniões do grupo de moradores, em audiências públicas sobre a questão da remoção das moradias sob a linha de transmissão elétrica, e também em uma reunião da Oficina da Vizinhança. Ao longo da pesquisa, a professora orientadora Ana Paula Baltazar – que, desde 2009, colabora com o grupo –, também forneceu constantemente informações sobre o processo. Além disso, recorri aos dados levantados por Tamirís Nascimento, na dissertação de mestrado intitulada *Participação institucionalizada e resistência popular na intervenção em favelas: o caso Vila Antena* (2011). O seu estudo de caso foi o processo de resistência popular na Vila das Antenas entre 2008 e 2010.

2.1.1 O contexto da disputa

O processo de auto-organização aqui analisado se desdobra a partir do embate com práticas espaciais institucionais da administração pública de Belo Horizonte. É importante aqui mencionar que, desde a década de 1990, a Prefeitura adota instrumentos voltados para a descentralização e participação popular nas políticas urbanas. Instrumentos como o Orçamento Participativo (OP), o Planejamento Participativo Regional (PPR), as conferências, os conselhos de políticas públicas e outras instâncias colegiadas – como fóruns e comitês – são parte da rotina da administração pública desde então. O OP é considerado pela Prefeitura como o seu "principal canal de participação" (Portal Gestão Compartilhada, 2016), onde os moradores de diferentes regiões da cidade podem atuar na definição bianual de obras e investimentos. Mais especificamente, o OP regional, que é organizado tendo como base as nove Regiões Administrativas da cidade, é a modalidade de participação que, em tese, mais se aproximaria da experiência dos moradores urbanos em suas vizinhanças.[25] O PPR, que acontece desde 2011, também se propõe a fazer essa aproximação, tomando como referência 40 Territórios de Gestão Compartilhada para a realização de oficinas – no nível regional, sub-regional e municipal –, onde a população pode fazer sugestões que informem o planejamento das regionais da cidade (Portal Gestão Compartilhada, 2016). A delimitação dos territórios, se dá por meio da identificação de áreas com características sociais, econômicas e de acesso à infraestrutura semelhantes (áreas homogêneas), podendo ser usada para a definição de prioridades e para a diminuição da desigualdade de acesso aos serviços urbanos (Nabuco, et al, 2012)[26]. Como apontam Abreu e Garcia (2012), esse processo não é deliberativo, mas de suporte à tomada de decisão dos gestores públicos.

Como já foi dito, esses instrumentos pouco ampliam de fato o poder de decisão e de ação de coletivos de moradores urbanos na direção do desenvolvimento das partes da cidade em que vivem. Além dos limites do OP no que diz respeito ao processo de produção do espaço – mencionados no primeiro capítulo – ele tem se tornado mais uma burocracia da rotina da administração pública, da qual geralmente participam as mesmas pessoas, do que instrumento apropriado por diferentes coletivos de moradores urbanos. Nesse ponto, é importante observar que a abordagem tecnocrática de escalas menores não necessariamente alteram o campo de ação dos moradores urbanos em relação ao espaço cotidiano, podendo, ao contrário, contribuir para interditá-lo. Embora a proposta de sub-divisão territorial adotada no PPR tenha por objetivo declarado ampliar as condições de participação da população e funcionar em paralelo ao OP com enfoque no planejamento, ela não viabiliza que grupos de moradores atuem de fato como instâncias de decisão microlocal, especialmente se esses grupos são constituídos por moradores

[25] As quatro modalidades do OP são o OP regional, o OP digital, o OP habitação e o OP da criança e do adolescente (Portal Gestão Compartilhada, 2016)

[26] Além da divisão supracitada, em 40 territórios, existem também as 46 sub-regiões do OP, usadas para a discussão popular e para a definição da distribuição dos seus recursos (PBH, 2016).

que estruturalmente não têm poder econômico e político, como é o caso daqueles que moram na Vila das Antenas. Trata-se de uma sub-divisão territorial feita com base em critérios técnicos que não são conhecidos de um modo geral pela população e a participação se resume a reuniões com as chamadas "lideranças locais", que podem no máximo indicar possíveis ações por parte da administração pública sem que haja controle sobre o seu encaminhamento. Desse modo, a divisão da cidade serve mais à rotina burocrática da administração pública que para viabilizar processos conduzidos por grupos de moradores a partir de suas porções territoriais na escala microlocal. O caso da Vila das Antenas contribui para evidenciar o hiato entre a atuação de uma administração pública que adota práticas consideradas de democracia participativa e as possibilidades de atuação direta e auto-organizada da população. Os moradores urbanos, sejam eles moradores de vilas, ocupações ou bairros – salvo os casos de grupos com privilégios econômicos e políticos –, continuam em grande medida afastados dos processos de decisão e da possibilidade de problematização de aspectos da produção do espaço cotidiano. Discutindo a contradição entre participação e autonomia, Kapp e Baltazar (2012, p. 13) iluminam esse problema quando argumentam que mesmo quando participativo, o "planejamento continua essencialmente heterônomo enquanto as condições locais e microlocais forem determinadas por regras *a priori*."

Mas de que maneira a administração pública aborda a questão da participação popular no caso específico das vilas e favelas? O caso aqui estudado mostra que a abordagem desses territórios coloca ainda mais limites à possibilidade de atuação direta dos moradores. Em Belo Horizonte, mais de 22% da população vive em vilas e favelas, que são classificadas no zoneamento como Zonas de Especial Interesse Social 1 (ZEIS -1) e correspondem a 5% da área do município (Fernandes; Pereira, 2010). Essa delimitação indica as áreas que são passíveis de intervenção urbanística e regularização fundiária pela administração pública municipal. As intervenções nas ZEIS são de responsabilidade da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) e, desde 1995, as diretrizes de intervenção nessas áreas devem estar prescritas no Plano Global Específico (PGE). O PGE é uma espécie de plano diretor para as favelas, que segundo a Prefeitura, tem por objetivo produzir "um estudo aprofundado da realidade da comunidade, abordando os eixos urbanísticos, ambiental, social e da situação fundiária, com participação ativa dos moradores em todas as suas etapas", por meio dos Grupos de Referência que são compostos por moradores representantes de cada vila (Portal PBH, 2014). Atualmente, esse plano informa o Programa Vila Viva, que é voltado para a melhoria e regularização de vilas e favelas, utilizando recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[27]. De acordo com a administração municipal, o objetivo do programa Vila Viva é promover uma requalificação urbanística, social e ambiental das vilas de cada aglomerado visando melhorar o padrão de vida dos moradores (Portal PBH, 2014). Contudo, a implementação do Vila Viva ocorre sob um conjunto de práticas questionáveis e com intervenções que não refletem as demandas dos moradores, além de resultarem de um processo de planejamento urbano

[27] O Programa Vila Viva existe desde 2005 e, desde 2007, utiliza recursos do PAC.

tecnocrático e com participação simbólica voltada para a cooptação de posicionamentos dissidentes. O manifesto Vila Morta, escrito por moradores de diversas organizações de vilas e aglomerados, evidencia o descontentamento acerca do programa:

> Ao contrário do discurso amplamente vendido, programas de intervenção em vilas e favelas desta natureza não integram as favelas às cidades, simplesmente as fazem desaparecer do mapa, junto com seus habitantes que se vêem rechaçados pela cidade que um dia lhes abriu as portas. Inexistindo resistência organizada contra o programa, pode-se afirmar que as vilas afetadas estarão com a certidão de óbito firmada. Dentro em breve, será outro o perfil social das áreas que hoje são ocupadas pela população do interior do estado atraída pela promessa de uma vida melhor na capital. (Manifesto Vila Morta, 2008)

Além do programa ser criticado tanto pelos moradores dos aglomerados quanto por pesquisadores de diferentes campos que enfocam a produção do espaço urbano, Kapp e Baltazar (2012) apontam para um problema estrutural que está no modo como é feito o planejamento que informa as intervenções do programa Vila Viva e que justifica a falta de participação dos moradores no seu contexto: a metodologia do PGE. As autoras esclarecem que a criação do PGE e a sua formalização se dá no contexto das primeiras edições do OP, com o objetivo de sistematizar as demandas dos moradores em um plano estrutural e passa a ser um pré-requisito para a participação dos moradores no OP (Kapp; Baltazar, 2012). Assim, se nas suas primeiras versões o OP era mais aberto, favorecendo a formulação e discussão de propostas em assembleias livres (Kapp; Baltazar, 2012), com esse atrelamento, os moradores de vilas e favelas deixam de ter as mesmas condições de uso desse instrumento que outros moradores da cidade. Ainda mais problemático que isso, o plano acaba se tornando um elemento que enrijece a abordagem das demandas concretas dos moradores e a pseudoparticipação que ele envolve contribui para legitimar o processo, dificultando o seu questionamento por parte dos moradores. O PGE adota categorias e conceitos técnicos em suas três principais etapas – levantamento, diagnóstico e propostas de intervenção – e implica uma sequência de planejamento própria da lógica da produção formal que é pouco compatível com um ambiente urbano autoproduzido ao longo do tempo e que apresenta problemas, conhecimentos e experiências que lhes são peculiares. Outro problema está no modo como a participação dos moradores nos Grupos de Referência, cujo caráter é informativo e não deliberativo, servindo mais para legitimar um plano já definido pelos técnicos em seus termos e códigos do que para a discussão, por parte dos moradores, das possibilidades de melhoria da vizinhança (Kapp; Baltazar, 2012; Nascimento, 2011).

Além do próprio processo de planejamento, um fator que limita ainda mais a possibilidade de tomada de decisão por parte dos moradores é que as diretrizes previstas nos PGEs são usadas para a definição de obras estruturantes que são realizadas em outro momento, no contexto do programa Vila Viva. Ou seja, além de participarem no máximo de forma consultiva na formulação do PGE, os moradores não têm controle sobre as decisões que resultam nos projetos

executivos das obras. As diretrizes previstas no PGE do Morro das Pedras, por exemplo – concluído em 2004 –, dão origem a obras que se iniciam apenas em 2008 e as empreiteiras têm a liberdade de escolher as diretrizes que justificam obras mais lucrativas, imediatas e condizentes com a sua experiência (como a abertura de vias, concretagem de arrimos e pavimentações), que são projetadas e executadas sem diálogo com os moradores, com recursos que "são captados pelo município e não estão atrelados a nenhuma espécie de autogestão ou participação comunitária" (Kapp; Baltazar, 2012). Além disso, a escala dos recursos do PAC colocam as obras estruturantes em uma "nova lógica institucional, financeira e política", contribuindo para a valorização imobiliária, aumentando os preços dos terrenos e o interesse da indústria imobiliária em áreas ocupadas pela população pobre (Fernandes; Pereira, 2010, p. 195), o que evidencia ainda mais a insuficiência dos formatos de participação institucional. Ou seja, junto com outros autores (Kapp; Baltazar, 2012; Figueiredo, 2014; Nascimento, 2011), pode-se dizer que o processo do PGE tende a instrumentalizar e domesticar do engajamento dos moradores de vilas e favelas, e acaba servindo para legitimar intervenções posteriores sobre as quais os moradores não têm nenhum poder de decisão. Ao lado, a imagem de abertura do texto de apresentação da Urbel no site da prefeitura –"Uma cidade melhor para todos" – evidencia o tipo de intervenção que é realizada no Vila Viva às custas da remoção de centenas de famílias. Trata-se da Via do Cardoso, no Aglomerado da Serra:



Figura 05: Imagem que introduz o texto de apresentação da Urbel no Portal da PBH, Uma cidade melhor para todos. Trata-se de uma das obras mais controversas do programa Vila Viva em Belo Horizonte: a abertura de uma avenida que reconfigurou o espaço do Aglomerado da Serra.
Fonte: Portal da PBH, 2016

Dessa maneira, a mesma lógica heterônoma da produção do espaço que faz com que a população pobre construa as favelas acaba reincidindo nela por meio da atuação tecnocrática – "marcada pela racionalidade técnica e burocrática" (Kapp et al, 2012) – das autoridades de planejamento acerca das ZEIS. Essa atuação é responsável por estabelecer em vilas e favelas uma rotina administrativa, financeira e jurídica institucional que retifica o espaço e reestrutura suas relações sociais sem melhorar, na grande maioria dos casos, a qualidade de vida de seus moradores. É especialmente problemático o modo como esse expediente tecnocrático viabiliza a atuação das empreiteiras que visam o lucro e que, com base em diretrizes do PGE, reproduzem o tipo de proposta que se faz na cidade formal, desconsiderando as peculiaridades da favela. O enfoque em obras viárias de grande porte e a falta de informação generalizada dos moradores tanto sobre os processos de intervenção em curso quanto sobre o modo como os

recursos públicos disponíveis são usados, contribui para dificultar o engajamento coletivo em oposição às intervenções. Um outro ponto a ser questionado é o fato de que o processo de regularização – apontado pela Prefeitura como sendo a inclusão dos moradores "no mapa urbano da cidadania" –, só acontece depois das intervenções, ou seja, depois da reconfiguração da vizinhança e remoção de parte dela.[28]

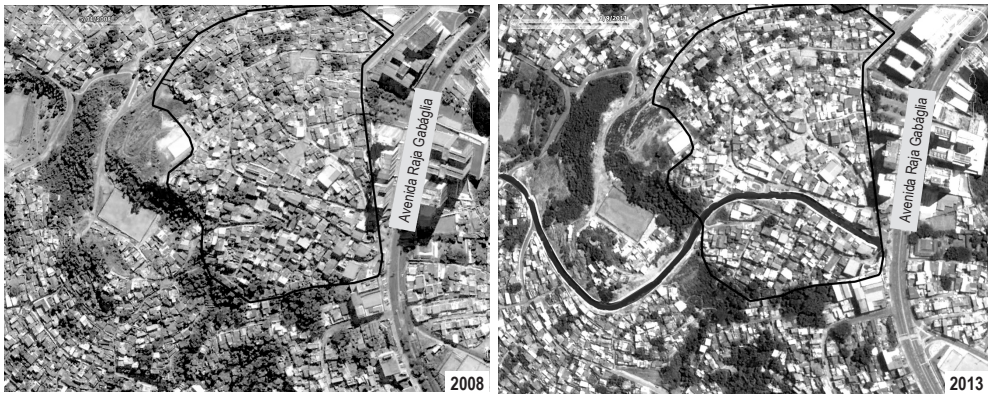


Figura 06: Vista aérea da Vila das Antenas em 2008 e em 2013, depois da abertura da via de ligação entre as Avenidas Raja Gabáglia e Barão Homem de Melo (que não aparece na imagem).
Fonte: Google Maps com intervenções da autora, 2008 e 2013.

Se, de um modo geral, a administração municipal restringe em todo o território usos espontâneos e auto-organizados pelos moradores de diferentes porções urbanas, no caso de vilas e favelas isso acontece de modo ainda mais limitado. Embora tenha a sua origem em políticas cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida nos assentamentos irregulares, o processo participativo de planejamento que ocorre nas favelas de Belo Horizonte é, na prática, um processo que oblitera a possibilidade de discussão e elaboração de contrapropostas por parte dos moradores e que inclui a violação de seus direitos. O resultado são intervenções que estabelecem uma nova estrutura sócio-espacial na favela segundo os padrões da cidade formal e que promovem a sua integração tecnocrática ao tecido urbano imediato ao passo em que expulsam parte dos moradores para áreas periféricas.

Esse é o contexto de vulnerabilidade social e política em que se dá o processo de auto-organização aqui apresentado. A Vila das Antenas, especificamente, localiza-se na divisa da região Oeste com a região Centro-Sul, que corresponde a uma das áreas mais valorizadas da cidade. Junto com as outras seis vilas, faz parte do Aglomerado Morro das Pedras, um dos maiores aglomerados de Belo Horizonte. A ocupação da Vila das Antenas teve início há mais de 50 anos e foi se consolidando a partir do trabalho conjunto dos moradores e também de intervenções da administração pública na região. Com aproximadamente 1500 moradores e

[28] Portal PBH. *Legalização de espaços beneficia as comunidades*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8177&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&>, 2014.

450 domicílios, as construções da Vila são predominantemente consolidadas e providas de infraestrutura urbana (Nascimento, 2011). No contexto do programa Vila Viva, o Morro das Pedras foi objeto de uma intervenção de grande impacto: a construção de uma "via de ligação" entre as avenidas Raja Gabáglia e Barão Homem de Melo, atravessando a Vila das Antenas. Ainda que algumas casas tenham sido removidas e a via construída, os moradores da Vila conseguiram interromper parcialmente o processo por meio da resistência. É nesse momento que acontecem os primeiros indícios do processo de auto-organização aqui analisado. As imagens abaixo mostram vistas aéreas antes (2008) e depois (2013) da construção da via de ligação.

Diante desse quadro, além dos problemas enfrentados pelos moradores que permanecem, aqueles que têm suas casas removidas têm uma diminuição considerável na sua qualidade de vida, tendo poucas opções de moradia acessível fora da antiga vizinhança. Ou esses moradores são reassentados em apartamentos construídos no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida – nos casos em que há unidades disponíveis – ou recebem indenizações baixas, sendo forçados a se mudar para bairros distantes de seus trabalhos e com infraestrutura urbana precária, onde é possível encontrar imóveis compatíveis com o valor pago na indenização. Assim, mesmo que alguns moradores tenham o título de propriedade (Nascimento, 2011), as indenizações consideram apenas os materiais usados na construção sem adicionar o preço do terreno, resultando em valores muito baixos quando comparados ao valor dos imóveis do entorno.

2.1.2 O processo de auto-organização

A linha do tempo na imagem da página seguinte mostra o processo de auto-organização dos moradores ao longo das intervenções promovidas pela administração pública na Vila das Antenas entre 2009 e 2016. Apesar do efeito desmobilizador dessas intervenções e da impossibilidade de participarem em suas decisões, é interessante observar que os moradores desenvolvem diferentes maneiras de se posicionar como força contrária a elas. Com o objetivo de analisar criticamente o potencial político, os desafios e as ambivalências do processo de auto-organização nesse contexto e a sua relação com as práticas espaciais institucionais, são destacados três momentos: 1) Início do processo de auto-organização como resistência às remoções (2009-2010), quando os moradores atuam mais no sentido de protestar pontualmente contra a intervenção e de tentar negociar algumas remoções; 2) Formação e consolidação do grupo catalisador do processo de auto-organização sócio-espacial (2009-2014); 3) Desdobramentos da prática do grupo catalisador: Oficina da Vizinhança e novas mobilizações contra remoção (2014-2016). A linha do tempo mostra ainda que parte dos moradores deixa de atuar no embate direto com a administração pública para desenvolver atividades de caráter pedagógico – culturais e sócio-educativas – com enfoque no espaço cotidiano.



















Dissidência da participação institucionalizada e contato com a UFMG em busca de informação e apoio

Resistência às remoções, protestos e tentativa de participar das decisões das intervenções

Atividades do grupo História em Construção

Cine parede

Leitura na quadra

Documentário *vou me acabar aqui* (em colaboração com os grupos de pesquisa)

Disciplina Conexão morro-asfalto (em colaboração com os grupos de pesquisa)

Discussões e atividades em parceria com a UFMG

O grupo de moradores define o seu nome: *História em Construção*

Consolidação do grupo catalisador

Cine parede

Foco em atividades culturais e sócio-educativas

Leitura na quadra

Museu virtual

Eventos com agentes culturais locais

Reuniões semanais

Parcerias pontuais com colaboradores diversos

Oficina da Vizinhança e sede do grupo

Novos processos de resistência às remoções sob a linha de transmissão

2009
Remoção de dezenas de casas para a abertura da via de ligação

2010
A obra da via é paralisada e o entulho é deixado no local por um ano. Previsão de remoção de mais famílias que moram sob a linha de transmissão

2011
A obra da via é retomada e finalizada

2012
Início do processo de remoção das famílias que moram sob a linha de transmissão

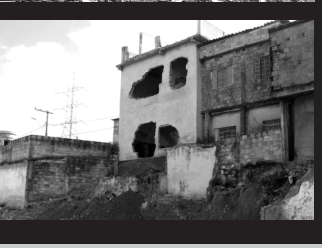
2013
Parte das casas sob a linha de transmissão é removida. O entulho é novamente mantido no local, desincentivando a vizinhança a resistir

2014
Interrupção da remoção das casas sob a linha de transmissão por falta de recursos

2015
Processo de remoção das casas sob a linha de transmissão é retomado e interrompido

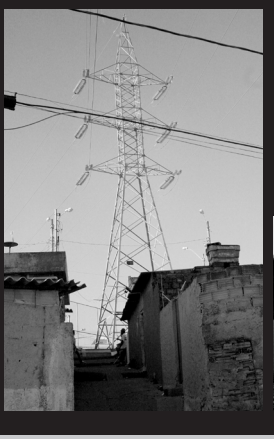
2016
...



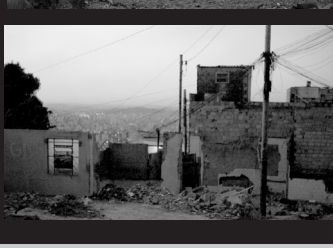












protesto que tem como finalidade demonstrar insatisfação, provocar e reivindicar ações dos órgãos de planejamento e gestão

participação institucionalizada sem auto-organização

auto-organização

disseminação de processos de auto-organização

auto-organização voltada para a transformação da relação com a produção do espaço cotidiano

Fontes das imagens: arquivos do História em Construção, do Grupo MOM e da autora

Início do processo de auto-organização como resistência às remoções (2009-2010)

O processo de auto-organização aqui analisado é desencadeado pelo conflito com a administração pública no contexto da execução da principal intervenção do Vila Viva no Aglomerado Morro das Pedras: a abertura de uma via de ligação entre duas grandes avenidas da região, atravessando a Vila das Antenas e implicando a remoção de dezenas de famílias. O conflito entre os moradores e a Prefeitura foi examinado entre 2008 e 2010 na pesquisa de Tamirís Nascimento (2011), que acompanhou a mobilização embrionária do processo de auto-organização aqui analisado sem, naquele momento, ter como foco a identificação de um grupo com características peculiares em relação à atuação que vinha acontecendo até meados de 2009. Considera-se aqui que houve, nesse momento, uma mudança na orientação da atuação de alguns moradores mobilizados, após tentativas frustradas de dialogar com a Urbel por meio do processo participativo e de negociar a permanência de alguns moradores via Defensoria e Ministério Públicos. É por esse motivo que o ano de 2009 é estabelecido como o início do recorte do processo aqui analisado. A conclusão sobre a alteração do tipo de atuação de alguns moradores foi feita a partir do cruzamento de informações levantadas por Nascimento (2011) com informações concedidas pelos integrantes do grupo de moradores – caracterizado aqui como catalisador do processo de auto-organização – por meio de entrevistas. Segundo Nascimento, (2011), os primeiros questionamentos acerca das intervenções do Vila Viva acontecem a partir do Conselho de Moradores, formado entre 2007 e 2008 e formalizado pela Prefeitura em 2009 como Grupo de Referência Local. Nesse primeiro momento, a organização acontece no formato de uma associação convencional com liderança marcante e voltada para contestar as remoções e negociar o que fosse possível com a Prefeitura. Alguns integrantes do grupo catalisador – que atua a partir de 2009 – relatam que não tinham interesse em participar da mobilização que acontecia nesse momento, por considerá-la limitada pela legislação vigente e pelo foco na tentativa de diálogo com o poder público, o que era muito moroso e sem resultados efetivos no cotidiano. De todo modo, começa a se formar um grupo que muda o foco da atuação que acontecia anteriormente. A composição desse grupo vem mudando de 2009 até hoje, variando de acordo com a adesão dos moradores da Vila e parceiros de outras localidades.

Em 2009, diante da falta de informação e da impossibilidade de interferir nas decisões sobre a construção da via de ligação – seja por meio do Grupo de Referência ou por meio de reuniões organizadas pela Defensoria e Ministério Público – parte dos moradores passa a direcionar o foco da resistência para a ação direta na Vila, buscando meios e informações para discutir o que estava acontecendo na vizinhança e fazer algo a respeito. Nesse momento, a violência do processo de remoção se dá de diferentes maneiras: na marcação prévia das casas a serem retiradas com grandes números pintados em vermelho sem a permissão dos moradores, que são surpreendidos com a "pixação" sem saber do que se trata; no procedimento de demolição em si, que deixa entulhos e casas destruídas pela metade; nos comunicados que avisam os

moradores de que seriam removidos poucos dias depois; e na falta de informação durante as reuniões, onde os técnicos da Urbel não apresentam com clareza as casas a serem removidas e as condições de reassentamento. Segundo Nascimento (2011), que acompanhou essas reuniões, parece haver um receio por parte dos técnicos da Urbel em dialogar efetivamente com os moradores e em disponibilizar as informações necessárias com clareza. Em uma das reuniões, o projeto da via de ligação é apresentado com um desenho técnico impresso em papel de tamanho A2 sem legendas que contribuam para a sua compreensão e sem a indicação exata das casas que seriam removidas (Nascimento, 2011, p. 98 e p. 147). Esse momento é marcado pela desmobilização de muitos moradores, que consideram as reuniões com a Urbel uma perda de tempo, uma vez que as decisões já estão tomadas e que não é possível interferir no processo. Além disso, alguns moradores apontam que passam a ser vistos pelos técnicos como agentes que atrapalham as reuniões e o trabalho de legitimação das intervenções junto a outros moradores. É importante, nesse ponto, reconhecer que essa atuação tecnocrática (Kapp et al, 2012) é marcada pela falta de autonomia dos próprios técnicos para propor um procedimento alternativo.

O início da dissidência das arenas institucionalizadas se dá, em um primeiro momento, não só com a auto-organização de alguns, mas também com a resignação de grande parte dos moradores – o que coloca certos desafios para o processo de auto-organização coletiva desde o seu início. Com o objetivo de chamar atenção da vizinhança para as contradições do processo de intervenção, alguns moradores passam a se reunir para discutir, protestar – escrevendo mensagens nos muros contrárias à abordagem da administração pública –, e para atividades como a produção do video *Quando a parede cai*, que exibe imagens das demolições na vila junto ao texto de um dos moradores.[29]



Figura 08: Trechos do video *Quando a parede cai*
Fonte: Youtube, *Quando a parede cai*, 2016

> As casas mudam em um segundo
> aqui descrevo o aparecimento de um novo mundo
> e mais uma vez lares são marcados
> tijolos no chão
> o sonho não acabou, mas foi derrubado
> (Horacius de Jesus, Quando a parede cai, 2009)

[29] O video *Quando a parede cai* foi dirigido e produzido por Marcelo Reis, Nilo Augusto e Patrícia Vieira. Texto é de Marcos Paulo (Horacius de Jesus) e a fotografia de Nilo Augusto. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K-RO9BnDnug>

Junto com moradores de outros aglomerados, alguns moradores da Vila se engajam na produção do manifesto "Favela, patrimônio da cidade", como continuidade da crítica feita no manifesto Vila Morta, mencionado anteriormente. Nele, os moradores denunciam apagamento da história da favela e a sua descaracterização espacial, social e cultural quando ela se transforma em bairro por meio das intervenções da administração pública. Sem descartar a necessidade de melhorias, o manifesto defende a preservação dos becos – que caracterizam espacialmente a favela – e o fim de intervenções que fragmentam as vizinhanças por meio da abertura de vias para o trânsito de carros da classe-média (tendo em vista que a maioria dos moradores não têm carro). Além disso, o reassentamento das famílias em apartamentos minúsculos que não atendem às demandas das famílias é fortemente criticado. Sobre o manifesto, Kapp, Nogueira e Baltazar (2009) apontam que:

> Favela patrimônio da cidade é um manifesto de grande parte da população de favelas de Belo Horizonte, principalmente o movimento dos moradores da Vila Antena no Aglomerado Morro das Pedras, que acontece em resposta à tentativa de execução das intervenções estruturantes da URBEL (Cia Urbanizadora de Belo Horizonte) a partir dos Planos Globais Específicos, que prevêm diversas remoções, alargamento e criação de vias. Esses mesmos moradores já haviam proposto em 2008 o manifesto Vila Morta, parodiando o Programa Municipal Vila Viva, criticando a falta de respeito com as práticas sócio-culturais cotidianas de negociação e produção do espaço nas comunidades. Tal crítica evoluiu para o manifesto favela patrimônio da cidade, que reivindica a manutenção da favela como ela é, preservando seus becos, sem fragmentá-la com vias para carros (que a maioria de sua população não tem). O movimento não descarta melhorias nos aglomerados, mas se opõe à descaracterização das favelas para dar lugar ao trânsito e à quantidade de remoções propostas. Atualmente o movimento está se organizando para difundir o patrimônio favela para os demais moradores da cidade (do asfalto) no intuito de mostrar que podem conviver sem que a favela se iguale ao bairro. (Kapp, Nogueira; Baltazar, 2009)

Entre 2009 e 2011, a obra da via é paralisada por falta de recursos depois da remoção de grande parte das casas previstas. Entulho e barrancos passam a fazer parte do cotidiano por dois anos, o que contribui para desincentivar iniciativas de resistência. Nesse meio tempo, a Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig) e a prefeitura realizam um convênio para remover aqueles que moram sob a linha de transmissão no Morro das Pedras e a Urbel informa que quase 200 famílias serão removidas. Esse processo, que já vinha ocorrendo em outras partes do Morro, chega por último à Vila das Antenas, possivelmente pelo ao histórico de resistência dos moradores. O processo

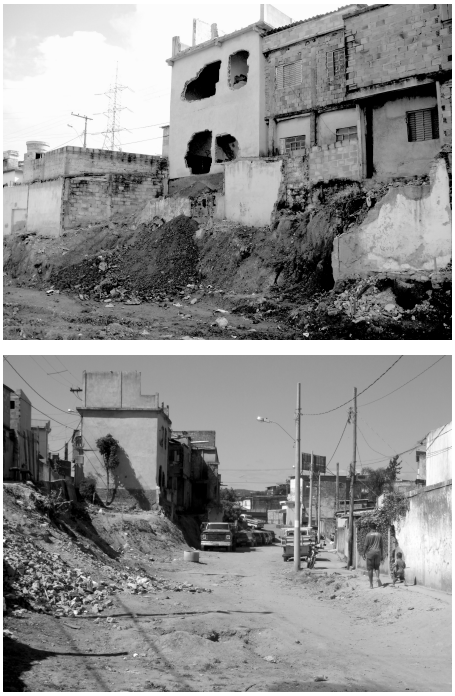


Figura 09: O cenário que passou a fazer parte da vida dos moradores.
Fonte: arquivo do Grupo MOM, 2014

se inicia, mas é interrompido novamente por falta de recursos. Além da incerteza, a prática de negociação individual das indenizações por parte da Urbel acaba contribuindo para desmobilizar boa parte dos moradores e, ao mesmo tempo, alimenta a movimentação embrionária de alguns em uma nova direção.

O grupo catalisador do processo de auto-organização sócio-espacial (2009-2014)

Dissidência da participação institucionalizada e parceria com a universidade

Diante da situação de desinformação e de falta de poder de interferência nas intervenções, no primeiro semestre de 2009, moradores que fazem parte do movimento de resistência entram em contato com pesquisadoras do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras)[30] – da Escola de Arquitetura da UFMG – com o objetivo de buscar apoio e informações técnicas para compreender o projeto de intervenção estrutural e aumentar suas condições de interferir nesse tipo de processo. Alguns moradores já tinham nesse momento o interesse em abordar a questão da memória da cultura e da história da favela, refletindo o que foi colocado manifesto "Favela, patrimônio da cidade" e considerando produzir um registro em video ou arquivo para fortalecer a comunidade. A crítica dos moradores acerca do apagamento dessa memória por meio das intervenções e da dinâmica de valorização a ela associada fez parte das primeiras conversas. A partir desse contato, além de ter como enfoque a questão da história da Vila, o MOM buscou viabilizar a o diálogo e a negociação de alternativas entre comunidade, empreiteira responsável pela obra e Urbel. Junto com alguns moradores, pesquisadores do grupo participaram de reuniões na Defensoria Pública e no Ministério Público, de audiências públicas, além de várias reuniões com a Urbel, empreiteira e moradores (em conjunto e separadamente).

Sem obter resultados por meio dessas ações, seja pela falta de interesse ou de preparo dos técnicos responsáveis pelas obras em dialogar com a população local, moradores e pesquisadores da UFMG passam a se reunir semanalmente a partir de 2011 com o objetivo de discutir meios para o fortalecimento político-espacial da vizinhança, com enfoque na recuperação da memória da história da Vila. É nesse momento em que se consolida a dissidência – que já havia se iniciado – das tentativas de participação institucionalizada e de diálogo com a Urbel. A crítica da heteronomia da produção do espaço é elaborada pelos moradores da Vila e pesquisadores – que moram em outros locais – a partir de lugares

[30] O grupo MOM tem como enfoque a investigação de processos de produção de espaços cotidianos – especialmente moradia e ambiente urbano –, dedicando-se em grande medida à crítica dos procedimentos institucionais heterônomos de intervenção em vilas e favelas, assim como à investigação dos processos de autoconstrução e autoprodução do espaço nesse ambiente urbano. "As pesquisas são destinadas sobretudo a pessoas que, hoje, ou produzem suas moradias informalmente, com a escassez de recursos financeiros, técnicos e jurídicos nisso implicada, ou se submetem a empreendimentos formais nos quais têm pouco poder de decisão." (Apresentação no site do Grupo MOM, disponível em: < http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/apresentacao/apres_q.htm >)

diferentes, com perspectivas diferentes e passa a dialogar a partir desse momento: enquanto os moradores da Vila têm interesse em meios para proteger a memória de seu espaço, em acessar informações para contra-argumentar com a administração pública e para discutir coletivamente no âmbito da vizinhança os seus problemas, os pesquisadores do grupo MOM buscam compreender os processos de autoprodução, enriquecer a crítica das práticas espaciais heterônomas junto daqueles que são diretamente afetados por ela no cotidiano, assim como provocar a reflexão sobre as questões coletivas da vizinhança para além do embate imediato. Pode-se dizer que o contato com as informações anteriormente sistematizadas pelos pesquisadores sobre os problemas dos procedimentos de intervenção em vilas e favelas contribui para que os moradores passem a discutir a relação entre as questões que são enfrentadas no cotidiano e aquelas que são estruturais, como o poder do Estado e da indústria imobiliária na transformação do seu espaço. Esse contato contribui também para colocar em evidência a importância do reconhecimento da história da autoprodução da vizinhança pelos próprios moradores como meio para fortalecer a sua resistência e outras ações coletivas. A partir desses diálogos, o ponto comum passa a ser o enfoque na história da autoprodução do espaço. Os pesquisadores do grupo MOM buscam apoiar principalmente com informações e com apoio técnico e pessoal para o levantamento dessa história, além de pensar em alternativas às remoções que pudessem ser apresentadas eventualmente à administração pública ou servir de base para a própria ação coletiva na Vila.

Criação do grupo História em Construção

Os moradores nomeiam então o seu grupo como História em Construção. De acordo com um dos integrantes entrevistados, a ideia por traz do nome faz referência ao principal objetivo do grupo, que é mobilizar a vizinhança em um processo simultâneo de resgate, relato e construção da sua própria história. Como já foi dito anteriormente, considera-se aqui que esse grupo é uma espécie de catalisador do processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas, já que ele atua em várias frentes buscando disseminar uma mudança de postura da vizinhança em relação ao próprio espaço e às intervenções da administração pública. Nesse momento, além da produção de um video sobre a história da construção da vizinhança com relatos de antigos moradores da Vila – feito em parceria com estudantes –, o grupo passa a promover nos fins de semana leituras coletivas, brincadeiras e exibição de filmes ao ar livre. Um dos objetivos dessas ações é atrair outros moradores da vizinhança para a elaboração das atividades do grupo. Nas palavras dos moradores,

> O Grupo História em Construção, uma organização de moradores da Vila das Antenas, sem fins lucrativos, com objetivo de promoção de atividades sócio-educativas e culturais, vem desenvolvendo algumas ações muito importantes para a valorização de nossa comunidade. Em parceria com professoras e alunos da Faculdade de Arquitetura – UFMG (Grupo MOM) – estamos entrevistando os moradores para registro das lembranças e

> memórias dos tempos antigos de nossa Vila. (Facebook História em Construção, novembro de 2011)

A "valorização da comunidade", apontada pelos moradores, é um aspecto muito importante nesse momento em que a vizinhança está fragmentada politicamente e espacialmente pelas intervenções da administração pública[31]. Nesse sentido, as atividades culturais estão, desde o início, diretamente ligadas à ampliação do poder político e espacial dos moradores. Em 2011, o documentário *Vou me acabar aqui* é finalizado, apresentando em quinze minutos um conjunto de depoimentos sobre a história da Vila e as atuais intervenções da administração pública, além de evidenciar o conflito entre a produção do espaço cotidiano e as práticas espaciais institucionais – que, por sua vez, tornam a área cada vez mais vulnerável à dinâmica de valorização imobiliária, expulsando seus habitantes para áreas periféricas. O título do documentário se refere à fala final de uma das moradores entrevistadas, como mostra um dos trechos a seguir:

> Fiquei muito chateada deles terem acabado com a minha rua e a maioria dos moradores que moravam aqui nesse beco, nessa rua, que ele hoje é rua, a gente era praticamente família. Quantos barracões eles tiraram aqui e tá aí aberto até hoje, sem terminar a rua, essa bagunça toda, esse poeirão. (…) Eles esperaram o povo vir e construir a favela para eles acabar com o sossego do favelado. Eles tiram uma parte aqui, some, passa um ano, dois anos, daí apouco eles tornam a voltar, tira de novo mais um pedaço e parece que a intenção deles é levar todo mundo pro predinho, né? (Moradora da Vila, Vou me acabar aqui, 2011)

> Mas se for pra mim sair da minha casa aqui pra ir pra predinho, esses predinho aí... Quero não. O lugar melhor pra morar é esse lugar aqui. Eu não tenho vontade de sair do lugar, daqui. Eu não. Posso até mudar, mas contra o meu gosto. Eu acho que aqui... eu vou me acabar aqui. (Moradora da Vila, Vou me acabar aqui, 2011)[32].

---

[31] Uma das integrantes do grupo teve a casa de sua família, construída ao longo de décadas, demolida no contexto da abertura da via de ligação. O entulho da demolição permaneceu por algum tempo na área que, posteriormente deu lugar a um pequeno parquinho que é pouco usado pela vizinhança. A família passou a viver de aluguel em uma vila ao lado da Vila das Antenas. Mais recentemente, mudaram-se para uma casa – que precisa de reformas para se adaptar à família – nessa mesma vila.

[32] O documentário, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xd6B2icYkgc, foi exibido na 1a Mostra Favela é Isso Aí, no contexto do 3o Festival Imagens da Cultura Popular Urbana, em novembro de 2011, no Sesc Palladium em Belo Horizonte.



Figura 10: Na foto de cima, o muro de acesso à Vila (perpendicular à Raja Gabáglia) com graffiti do grupo História em Construção. Embaixo, comércio e outros usos da rua.
Fonte: Arquivo da autora, 2013

É também em 2011 que a obra do trecho da via de ligação que passa pela Vila é retomada e finalizada, depois de a rua passar dois anos parcialmente coberta de entulho, como aponta uma das moradoras acima. O resultado é a reestruturação do espaço cotidiano da vizinhança: depois da remoção de várias casas, é construída uma via asfaltada de trânsito rápido, margeada por um extenso e alto muro de arrimo, que passa a dividir a Vila e é chamado de "muro do *apartheid*" pelos moradores. Uma rua adjacente à nova via é alargada e ambas são formatadas com os padrões da cidade formal: pista de rolamento asfaltada e calçadas estreitas, privilegiando o tráfego rápido de carros e tornando o espaço público pouco propício para a convivência cotidiana.



Figura 11: Muro de arrumo.
Fonte: Google maps e Google street view, 2016



Figura 12: Ruas asfaltadas; separação da circulação de pedestres e carros, privilegiando os carros.
Fonte: Arquivo da autora, 2013



Até o final de 2012 o grupo organiza diversas atividades na Vila, reunindo os moradores no espaço público público com o objetivo de alimentar o debate sobre as intervenções da Prefeitura e possíveis alternativas. Paralelamente, algumas atividades com o mesmo objetivo são desenvolvidas em parceria com o grupo MOM e grupo Lagear (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica) LAGEAR[33] – também da Escola de Arquitetura da UFMG – no contexto de uma disciplina optativa, ofertada no curso noturno de Arquitetura e Urbanismo: *Conexão morro-asfalto na Vila das Antenas: produção coletiva de espaços de memória* (1° bimestre/2012). A disciplina é conduzida por professores e pesquisadores da instituição e pelos integrantes do grupo História em Construção. Trata-se de um caso interessante em que uma organização de moradores de favela pauta a atuação universitária e o conteúdo de uma disciplina, diferentemente de atividades de extensão que muitas vezes são elaboradas na universidade e apresentadas em comunidades vulneráveis. Com discussões nas segundas-feiras na Escola de Arquitetura e, aos sábados, na Vila, o objetivo inicial era que o conjunto de alunos ajudasse a construir as intervenções propostas pelos moradores. O programa da disciplina foi elaborado junto com os moradores e indicava três frentes de trabalho iniciais: a *frente dos jardins microlocais*, cujo objetivo era identificar práticas de plantio dentro e fora de casa e também os espaços livres gerados pelas remoções que poderiam ser usados para plantio coletivo; a *frente da resistência às remoções na área de servidão da Cemig*, que buscava levantar o posicionamento dos moradores em relação às remoções e investigar alternativas – como a passagem subterrânea da linha – que pudessem ser utilizadas na argumentação com Cemig e Prefeitura; e a *frente do barracão da cultura/ações relacionadas à produção cultural*, que tinha por objetivo fazer um levantamento das práticas culturais da Vila das Antenas.[34]



Figura 13: Panfleto de divulgação da disciplina na Vila
Fonte: Arquivo do Grupo MOM, 2012

[33] O grupo MOM atua em parceria com o Lagear, cujas pesquisas recentes "contemplam tanto o tratamento digital da informação arquitetônica no auxílio ao processo de projeto, quanto as investigações das possibilidades de indeterminação arquitetônica, ou seja, a busca por uma 'arquitetura aberta'." (Apresentação no site do Lagear, disponível em: < http://www.mom.arq.ufmg.br/lagear/sobre-2/ > Juntos, esses dois grupos desenvolvem investigações com enfoque na elaboração de interfaces que ampliem as possibilidades de ação das pessoas na produção do espaço.

[34] Informações retiradas do programa da disciplina.

Diante da ameaça mais urgente, as atividades da disciplina acabaram se concentrando na frente da *resistência às remoções* com o objetivo de fortalecer os argumentos dos moradores que queriam permanecer. Foi feita uma pesquisa com todos aqueles que moram sob a linha de transmissão, identificando os que querem ficar, os que são indiferentes, os que se sentem pressionados a sair e os que querem sair por motivos diversos. O mapeamento desses moradores foi utilizado como base para uma discussão no Ministério Público e o principal argumento nesse momento era que a situação de risco deveria ser resolvida sem prejuízo social para os moradores. Ou seja, um laudo técnico deveria ser apresentado, assim como alternativas, para que o direito de moradia dos moradores fosse respeitado e que as suas condições sociais se mantivessem semelhantes àquelas em que vivem, havendo assim uma solução justa do problema. Ainda que se tenha chegado ao consenso de que a Vila é mais antiga que a instalação da linha de transmissão – evidenciando a falta de legitimidade do processo –, alguns moradores que tinham interesse nas indenizações divergiram desse argumento, acusando o grupo que quer permanecer de ter interesses pessoais e políticos. Pode-se dizer que as divergências surgem nesse momento em grande medida a partir da abordagem individual de certos moradores pela Urbel, enfraquecendo o conjunto da vizinhança diante do problema. Enquanto alguns se interessavam em receber as indenizações (mesmo baixas), outros não queriam sair das casas que construíram ao longo de 40 anos sob as condições oferecidas. É importante observar que, nesse momento, não havia recursos para reassentar os moradores em apartamentos, apenas para indenizações muito baixas.



Figura 14: Mapeamento dos moradores entrevistados
Fonte: arquivo do Grupo MOM, 2012

Durante esse tempo, com o apoio dos colaboradores da universidade, os integrantes do grupo História em Construção tentam propor alternativas junto à Defensoria e Ministério Público, como a abordagem coletiva de diferentes grupos de moradores ao longo da extensão da linha de transmissão, construção de uma nova linha subterrânea ou a construção de moradias

pulverizadas em áreas residuais na Vila para reassentar os moradores, priorizando pequenas construtoras e cooperativas ao invés das grandes empreiteiras contratadas no contexto do PAC. No entanto, essas propostas e discussões acabaram não sendo aprofundadas ou incorporadas pelos órgãos responsáveis pelas intervenções.

Consolidação do grupo História em Construção

O grupo História em Construção é, nesta análise, considerado como catalisador do processo de auto-organização dos moradores da Vila. Apesar dos obstáculos para mobilizar outros moradores da vizinhança, o seu objetivo é inspirar a criação de outras iniciativas, desencadeando um processo de conscientização entre os moradores acerca de suas próprias condições e possibilidades de ação. Em outubro de 2012, o grupo redefine a sua agenda com o objetivo de atuar independentemente do apoio da universidade. De acordo com um dos integrantes, a parceria foi importante no início para fortalecer o grupo, mas a prioridade a partir desse momento passa a ser estreitar as relações entre os vizinhos e envolvê-los em suas práticas. Era contraditório que, depois de mais de um ano de atividades, um agente externo apoiasse mais as práticas do grupo que os próprios moradores da Vila. O grupo passa então a organizar as suas atividades independentemente do apoio da universidade e se consolida, estabelecendo novos tipos de parceria no ano seguinte, com a própria UFMG – especialmente para empréstimo de recursos audio-visuais como câmeras, computadores, para a produção de peças gráficas e para a assistência na produção de um website –, com a UFOP, estudantes da PUC e moradores de outras porções urbanas interessados em colaborar [35]. A imagem a seguir mostra os principais espaços apropriados pelo grupo e onde as atividades acontecem.

[35] Alguns estudantes continuaram desenvolvendo atividades em parceria com o grupo individualmente. Como se verá adiante, uma dessas parcerias contribui para viabilizar a permissão de uso de um prédio vazio na Vila e a captação de recursos para compra de ferramentas para a Oficina da Vizinhança.



Figura 15: Espaços onde o grupo atua inicialmente (mancha cinza no mapa). Na parte inferior, foto da quadra e do espaço livre usado para diferentes atividades – na parede, graffiti feito por Pixone Surto Periférico.
Fonte: Google Maps e arquivo da autora, 2014.

Os três principais focos do grupo, a partir desse ponto são: reuniões quinzenais para discussão de textos que abordam temas como memória, território, identidade e cidadania, assim como reuniões semanais para planejar suas ações; a elaboração do website em parceria com as universidades, que funcionaria como a base de um Museu Virtual sobre a história da Vila e que serviria de ferramenta de discussão dos moradores; e a continuidade mais sistemática das atividades sócio-educativas nos fins de semana como a "leitura a céu aberto" (ou "leitores antenados") – em que o grupo leva livros para o espaço da quadra e promove leituras especialmente com crianças e jovens – e o "Cine Parede" – que, como o nome diz, consiste na projeção de filmes na parede do espaço livre da quadra.[36] Tanto o Cine Parede quanto a leitura na quadra acontecem junto com outras atividades, como oficinas de música, brincadeiras antigas e feiras de livros. O Cine Parede é adotado como um instrumento de reflexão crítica não só sobre o tema dos filmes, mas principalmente sobre a apropriação dos espaços livres da Vila, como apontam os integrantes do grupo em um convite feito na página do Facebook:

[36] Tanto o Cine Parede quanto a leitura na quadra são atividades realizadas desde 2011e que ganham maior sistematicidade em 2013. As reuniões voltadas para a discussão de textos são feitas no âmbito da criação do grupo de pesquisa "História em Construção: Histórias, Memórias e Territórios", criado em meados de 2013 em parceria com uma professora e pesquisadora da UFOP.

> Na quadra da Vila das Antenas, todo último sábado do mês - crianças, adolescentes e adultos, sentados em tapete, assistem a filme projetado na parede de uma casa. O espaço da rua na Vila das Antenas vem sendo afirmado como um bem coletivo - para os moradores é afirmação do direito de usufruir dos espaços públicos e, consequentemente, da responsabilidade de cuidar desses lugares. Os integrantes apostam no CINE PAREDE como uma ação que possibilita o estreitamento dos laços comunitários, permitindo a cidadania. Diversão sim, mas também uma estratégia para transmissão de conteúdo,criando ambiente para o desenvolvimento da teia de relações sociais, articuladas a partir do espaço físico da quadra e das atividades e ações realizadas. (Facebook História em Construção, novembro de 2013)

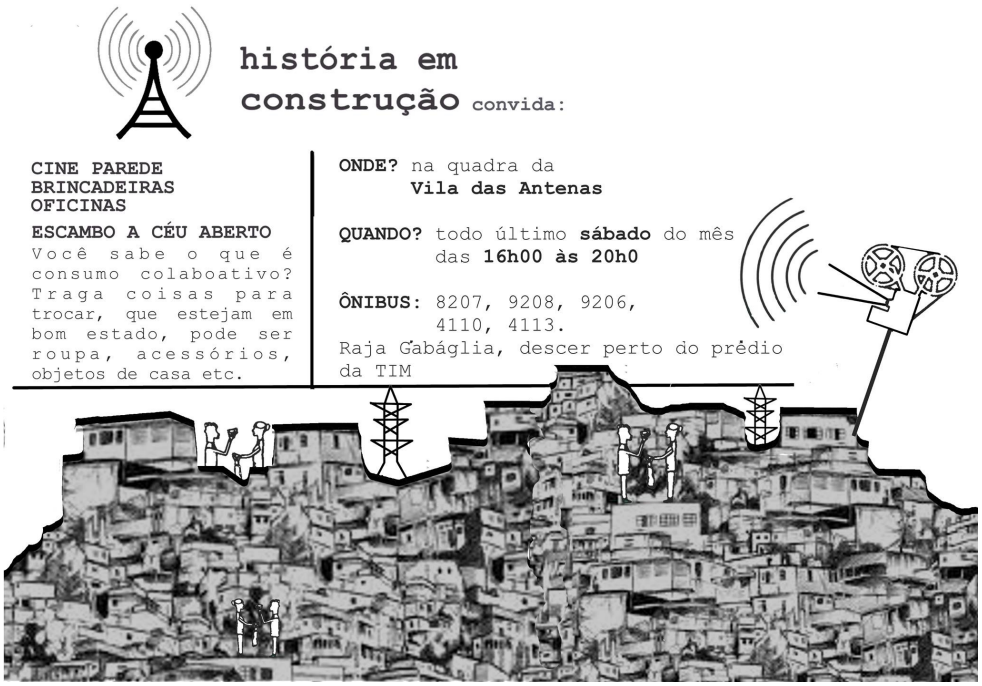


Figura 16: Convite para atividades aos sábados
Fonte: Facebook História em Construção, 2013

Um dos eventos importantes no processo de consolidação das atividades do grupo é a I Mostra das Riquezas Culturais da Vila das Antenas, realizada em janeiro de 2013[37], ocupando a Rua Central e área da quadra. O objetivo dessa mostra foi lançar um conjunto de projetos – Museu Virtual da Vila das Antenas, Leitores Antenados, Antena-se Judô e Sons das Antenas – e homenagear "os moradores que representam resistência e solidariedade na Vila das Antenas" (Material de divulgação da Mostra das Riquezas, 2013), além de reunir diversas apresentações artísticas e a visita do Conselho do Graal Internacional – um grupo de mulheres representantes de 19 países, apoiador do grupo. Uma das atividades mais importantes foi a

[37] Nesse evento, os grupos MOM e Lagear atuam como apoiadores para a produção do material gráfico.

entrega das placas para os moradores que são reconhecidos como figuras de resistência na Vila, que aconteceu junto a discussões acerca da vila como quilombo urbano e patrimônio da cidade, conectando a abordagem cultural com o empoderamento político dos moradores. Outro evento importante nesse sentido é a participação do grupo História em Construção no Fórum de Vilas e Favelas, organizado pelo Muquifu (Museus dos Quilombos e Favelas Urbanos de Belo Horizonte), para discutir o tema "Museus (memória + criatividade) = mudança social", no contexto da 11° Semana Nacional de Museus em maio de 2013, que reuniu diversas organizações de vilas e favelas da cidade.



Figura 17: Algumas das atividades da I Mostra das Riquezas Culturais
Fonte: Arquivo dos grupos LAGEAR, MOM e História em Construção, 2013

De acordo com um dos integrantes entrevistados, estão no horizonte do grupo ideias como autogestão social, econômica, ambiental e cultural, criando uma rede de iniciativas na Vila e posteriormente no aglomerado. Para ele, esse seria um meio alternativo de desenvolvimento local, gerando oportunidades para diferentes moradores dentro da própria Vila. Além disso, uma rede de iniciativas poderia viabilizar a possibilidade de atuação criativa dos moradores para além da sua atuação mais comum como mão de obra no resto da cidade, transformando a vizinhança em uma "potência local, criativa e econômica", o que seria também uma maneira de se fortalecer e de resistir a futuras tentativas de intervenção. É nesse sentido que a atuação do grupo é vista pelos próprios integrantes, ainda que de modo especulativo, como um elemento importante no desenvolvimento de uma possível autonomia e sustentabilidade local.

A cultura é assumida como tema central do grupo, como meio para estabelecer conexões entre as diferentes práticas de indivíduos e grupos na Vila. Essa abordagem política e cultural, é vista também como um meio para driblar o desgosto e desinteresse da vizinhança pela abordagem convencional das questões políticas – que remete à sensação de impotência diante da atuação

das autoridades e de agentes políticos influentes. Existe tanto na Vila quanto em todo o aglomerado uma diversidade de práticas que são desenvolvidas por artesãos, grafiteiros, músicos, grupos de percussão, poetas, dentre outros, o que faz com que o grupo estabeleça a cultura ali produzida como um fio condutor para a construção de um sentido de coletividade. Apesar de ser uma porção da cidade construída pelos próprios moradores por meio de práticas de ajuda mútua ao longo de décadas, os constrangimentos colocados pela produção institucional do espaço – que se acentua a partir de 2009 – fragmenta e enfraquece a vizinhança político-espacialmente. De acordo com um dos integrantes do grupo, se por um lado é muito fácil que um agente de fora abra uma avenida na vizinhança, por outro, é muito difícil reunir os moradores para discutir o que eles querem para a Vila enquanto moradores daquele espaço.

O enfoque do grupo nas práticas cotidianas dos moradores permite que o processo de auto-organização se desenvolva em uma zona menos constrangida para a construção de relações de confiança e ajuda mútua, que são imprescindíveis para a construção de uma rede de diferentes iniciativas. O grupo busca desenvolver práticas no cotidiano em curto, médio e longo prazo, visando uma situação em que os moradores tenham condições de compreender os seus problemas sócio-espaciais e propor possíveis soluções. Além de atuar na própria Vila, aponta-se como horizonte estabelecer articulações para além da escala microlocal, com grupos que atuam em outras vilas e favelas, de Belo Horizonte e de outras cidades, como no Rio de Janeiro. Ou seja, ainda que o processo tenha se iniciado a partir de um embate pelo poder de decisão sobre o espaço cotidiano, o grupo especula sobre possibilidades de atuação que ultrapassam a escala microlocal, já que compreendem que o tipo de intervenção que atingiu a sua vizinhança abarca o aglomerado com um todo e outros aglomerados da cidade.

Entre 2013 e meados de 2014, o grupo continua enfrentando obstáculos para envolver os moradores de forma mais abrangente nas suas discussões e deliberações. Os principais deles, apontados pelos moradores entrevistados, são a falta de tempo para se dedicar às atividades do grupo e a falta de um espaço que funcione como sede e também como espaço aberto aos moradores para a realização de discussões, oficinas e outras atividades. Até esse momento o grupo utiliza na grande maioria das vezes o espaço da quadra, que é equipado temporariamente pelo grupo com a ajuda dos moradores do entorno – que liberam o uso de banheiro, luz e água, além de levarem petiscos, cadeiras, mesas, sofás, tapetes –, e transformado em cinema, auditório ou biblioteca de acordo com a necessidade. No entanto, o grupo avalia que, apesar do caráter coletivo das atividades que acontecem nesse espaço, é preciso encontrar uma edificação que funcione como sede e sirva para a realização de certas atividades, principalmente em épocas de muito calor ou chuva. A falta de uma infraestrutura mínima – com banheiro, água e proteção contra sol e chuva – é nesse momento um problema.

O grupo enfrenta algumas dificuldades para utilizar espaços que são geridos pela prefeitura na Vila, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que ocupa uma área central na vizinhança e tem uma infraestrutura que poderia ser utilizada com mais frequência pelos

moradores. O fato de um centro de referência manter na maior parte do tempo a sua porta fechada para os moradores, que precisam tocar o interfone e se identificar para entrar no local, é fortemente criticado. Houve tentativas frustradas de negociação de uso do espaço, uma vez que ele não poderia abrigar eventos e atividades de outra instituição que não fosse a própria Prefeitura. Depois de muita negociação o grupo conseguiu uma autorização para usá-lo durante algumas horas por dia. Mas a autorização valia apenas para o grupo – um número muito limitado de moradores –, com a condição de que não fosse usado qualquer material com o nome do grupo, de acordo com a política da Prefeitura. Isso mostra que, para que o grupo tenha autonomia do desenvolvimento de suas atividades, é preciso ocupar seus próprios espaços em vez de tentar utilizar construções geridas pela administração pública. Na falta de alternativas, o grupo passa a se reunir ao longo de 2013 na casa de integrantes para discutir e planejar suas ações, o que acaba se tornando mais um obstáculo para que outros moradores façam parte do processo espontaneamente, como aconteceria se as reuniões fossem em espaços de uso público. Nesse momento, a falta de espaço para abrigar um número maior de pessoas desmotiva a divulgação das reuniões, contribuindo para o encapsulamento do grupo. O principal meio de divulgação das atividades, informações, reuniões e audiências públicas, além dos boletins impressos, é uma página no Facebook. A imagem a seguir mostra um dos boletins e panfletos postados na página de Facebook.



2a. Audiência Pública – advertência: a remoção de moradores não deve ser a primeira solução!

MORRO DAS PEDRAS - GRUPO HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO - NÚCLEO DE HABITAÇÃO CONJUNTO SANTA MARIA E ADJACÊNCIAS – GRUPO DE REFERÊNCIA DA VILA DAS ANTENAS – GRUPO MOM – UFMG
Boletim 03 – julho/2012

MORADORES DAS VILAS ANTENAS CONTINUAM MOBILIZADOS COM APOIO DA DEFENSORIA E MINISTÉRIO PÚBLICO PARA GARANTIA DO DIREITO À MORADIA

O que vem acontecendo?

A GENTE DA VILA – NÓS do Morro sabemos o que queremos

Mobilizados contra a falta de informação sobre as intervenções da PBH na Vila das Antenas e o modo como as remoções têm sido realizadas, um número significativo de moradores da região acionaram a Defensoria Pública e o Ministério Público para defesa de seu direito à moradia digna. Desde então aconteceram duas audiências públicas das quais participaram representantes da Urbel-PBH, Cemig e moradores. Nesses encontros buscou-se obter maiores esclarecimentos e encaminhar demandas que possam ser mais interessantes à população local do que as remoções de suas casas, como a substituição das linhas aéreas de transmissão de energia elétrica por cabos subterrâneos.

FIQUE LIGADO E SOLTE A SUA VOZ!!

Está marcada nova reunião, aberta a todos os moradores, no dia 17 de julho, às 14h00.

Vamos todos até lá – Prédio do Ministério Público Federal: Avenida Brasil, 1877, Bairro Funcionários (perto da Praça da Liberdade)

INFORMES SOBRE A AUDIÊNCIA DO DIA 27/06/12

A manifestação dos moradores evidenciou que **algumas pessoas têm interesse na remoção**, alegando que sentem a falta de segurança com a energia elétrica em suas casas, enquanto **muitos outros moradores não querem a remoção**, pois reconhecem que além das perdas financeiras também perderão os laços afetivos de vizinhança e as condições sociais que têm atualmente.

É importante esclarecer que ao questionar o processo de remoção, o objetivo não é deixar de considerar o risco e as condições de segurança das famílias que se sentem prejudicadas pela proximidade com a linha de transmissão, mas sim buscar meios de discutir com os órgãos responsáveis alternativas para que essas pessoas saiam de tal situação com condições justas de moradia, sem perdas sociais e financeiras.

O encaminhamento da última audiência determinou que a Urbel-PBH deverá apresentar com detalhamento o projeto completo de suas intervenções no Aglomerado Morro das Pedras, desde 2007 — o que já foi realizado e o que está previsto para as próximas etapas. Quanto à Cemig, ficou determinado que ela deverá apresentar estudo que comprove a viabilidade de substituição das linhas de transmissão por linha subterrânea nos trechos em que houver demanda ou redução da voltagem transmitida para que a largura da faixa de segurança possa também ser reduzida.

O risco de morar sob linha de transmissão existe. Para todo risco devem ser apresentados laudos técnicos e alternativas. A situação deve ser resolvida de maneira justa, sem prejuízo social e financeiro para as famílias, enfocando o direito à moradia.

O MORRO DAS PEDRAS TEM HISTÓRIA…… ……A VILA DAS ANTENAS TAMBÉM FAZ HISTÓRIA

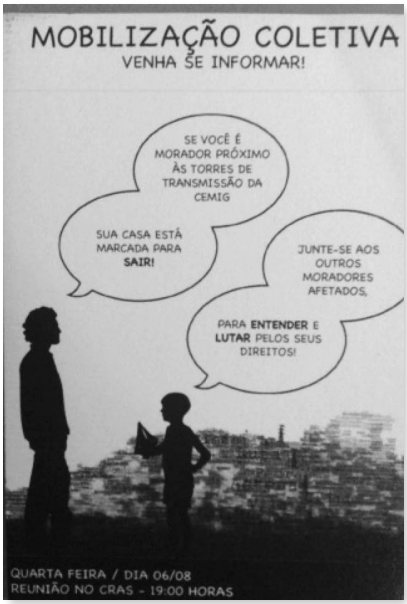


Figura 18: Na esquerda, um dos boletins e, na direita, um dos panfletos
Fonte: Arquivo dos grupos LAGEAR e MOM e Facebook História em Construção 2012 e 2013

No que diz respeito ao formato ou à estrutura do grupo, seus integrantes criticam o formato que geralmente é adotado por associações de moradores e não se identificam com uma atuação voltada mais para a reivindicação de demandas ao poder público e para a cobrança de solução para os problemas imediatos das pessoas. Eles reconhecem a importância do trabalho da associação de moradores da Vila no passado, que na época lutava por melhorias básicas, mas observam que os problemas enfrentados nos dias de hoje são diferentes daqueles que os moradores enfrentavam há 30 ou 40 anos – quando a Vila ainda estava em processo de consolidação.[38] Nesse sentido, os integrantes consideram importante que a organização seja horizontal e diferente da organização de uma empresa ou sistemas convencionais, considerados por eles como sendo problemáticos. Em termos ideais, tendo em vista que todos podem produzir de acordo com as suas aptidões, a organização do grupo é vista por um de seus integrantes como um embrião de uma organização que poderia se espalhar por todo o aglomerado.

Na prática, diante dos entraves para viabilizar certas ações, negociar com órgãos públicos, captar recursos e estabelecer uma gama maior de parcerias, no final de 2013, o grupo se formaliza como uma associação cultural. De acordo com um dos integrantes, apesar de ter como objetivo uma organização horizontal, esse processo burocrático da formalização é um passo necessário – embora as competências e hierarquias presentes no estatuto da associação sejam flexíveis no cotidiano do grupo. A possibilidade de captar recursos públicos é avaliada como uma maneira de viabilizar as atividades na Vila, uma vez que sobra muito pouco tempo e recursos para o voluntariado. O ideal, na visão de um dos integrantes do grupo, seria que os moradores pudessem fazer o que gostam sendo remunerados para isso, mas aponta que é complicado "unir o útil ao agradável" no contexto da favela. Nesse sentido, a falta de recursos financeiros – diretamente relacionada à falta de tempo disponível –, é um dos obstáculos para o desdobramento do processo de auto-organização sócio-espacial dos moradores.

Retomando os acontecimentos no âmbito das práticas institucionais, ainda em 2013, a administração pública retoma a remoção e demolição das casas de grande parte dos moradores que vive sob a linha de transmissão elétrica. Esse processo é novamente interrompido e, em 2014, a prefeitura anuncia a continuidade das remoções. Os moradores que vivem sob a linha de transmissão voltam a ser abordados individualmente pela Urbel para negociarem os valores das indenizações – que variam de 20 a 70 mil reais, desconsiderando o valor do terreno. Tendo em vista que essa abordagem individual dos moradores contribui para desarticular as tentativas de resistência coletiva, por meio da sua página no Facebook, o grupo História em Construção convoca os moradores para uma reunião no prédio do CRAS com a presença da Defensoria Pública, de estudantes e professoras da Escola de Arquitetura da UFMG. Além de questionarem

[38] Segundo um dos integrantes do grupo, a associação da Vila encontra-se pouco ativa nos dias de hoje, apesar de manter o seu registro. Além disso, aponta que os problemas enfrentados por ele hoje em dia são diferentes dos problemas enfrentados pela geração de sua mãe – e da sua avó, que também morou na Vila –, como saneamento básico e abertura de becos.

os valores das indenizações, os moradores buscam pleitear propostas que utilizem terrenos vazios dentro da Vila:

> Há vários anos, a URBEL usa a mesma planilha para avaliação das moradias em que todo o material de construção tem o mais baixo valor de mercado, Em relação a essa tabela, tem-se mais perguntas - ela está considerando os benefícios que temos no território - várias linhas de ônibus, hospitais, postos de saúde, supermercados, padarias? (…) A URBEL já removeu vários moradores da região, deixando terrenos vazios que bem poderiam ser destinados para as famílias que sofreram perda de seus imóveis. Afinal, a Vila das Antenas é uma ZEIS, então, moradia é mais importante que qualquer outro equipamento. Morador quer casa, antes de praças e quadras. Então, quando é que a URBEL vai criar um plano de construção de moradias pelos moradores nessas áreas que sobraram? (História em Construção, Facebook, 05 de agosto de 2014)

Por fim, o grupo pode ser considerado um catalisador e articulador do processo de auto-organização por iniciar e também por inspirar outros moradores com um tipo de prática que é diferente da associação de moradores tradicional e que é especialmente crítica à heteronomia da produção do espaço. As dificuldades para envolver outros vizinhos ainda são grandes, especialmente nas discussões do grupo e na elaboração coletiva de propostas. Esse é um desafio constante, uma vez que boa parte dos moradores da Vila aderem à ideia (propagada pelo senso comum e pela administração pública) de que o único jeito de melhorar a favela é por meio das intervenções nos moldes estabelecidos pela Prefeitura. Trata-se de uma contrapropaganda com enfoque na conscientização os moradores sobre o seu protagonismo na construção de relações e espaços peculiares no contexto da sociedade instituída, que podem ser mantidos, cultivados e melhorados no lugar de destruídos. O próximo passo a ser dado pelo grupo é se apropriar de um espaço na Vila que funcione como sua sede e abrigo para reuniões e atividades. Esse espaço é crucial para que se dê início ao processo**,** mencionado por um dos integrantes, de aproveitamento coletivo dos espaços existentes na Vila a partir das decisões dos moradores.

Desdobramentos do grupo catalisador: Oficina da Vizinhança e novas mobilizações contra remoção (2015-2016)

Mais recentemente, o processo de auto-organização passa a se desdobrar em outras iniciativas na Vila. Uma delas parte do próprio grupo História em Construção e tem um potencial concreto de apropriação coletiva por parte de outros indivíduos e grupos da vizinhança. Trata-se do uso de um prédio de quatro andares, que estava há muitos anos abandonado, como sede do grupo e como espaço comunitário para a realização de oficinas, uso de equipamento de marcenaria e empréstimo de ferramentas para autoconstrutores: a Oficina da Vizinhança.



Figura 19: Oficina da vizinhança
Fonte: Arquivo da autora, 2016.

A ideia da Oficina surge no final de 2014 no contexto da reforma da casa de dois integrantes do grupo História em Construção, acompanhada por um pesquisador do Lagear da UFMG que investigava o uso de técnicas e materiais alternativos. No contexto dos mutirões semanais de reforma da casa, surge a ideia de um banco de ferramentas que pudesse ser usado por autoconstrutores da Vila que estivessem construindo ou reformando seus espaços. Tendo em vista que os moradores já demandavam um espaço para a realização de atividades do grupo, a ideia da oficina comunitária poderia viabilizar o uso de uma construção abandonada, localizada em frente ao CRAS – o que o grupo buscava há algum tempo negociar com a Prefeitura, sem sucesso.[39] Um dos elementos importantes para a liberação inicial do uso do espaço, foi o pesquisador ter conseguido o patrocínio de uma construtora com dívida ambiental de um empreendimento nas redondezas. Além do patrocínio para a compra de algumas ferramentas, a parceria com a universidade facilitou a liberação do uso do espaço para grupo.[40] No início de

[39] O pesquisador que colaborou na articulação com os agentes externos para viabilizar o espaço e parte dos recursos para a Oficina começou seu envolvimento com o grupo História em Construção no contexto de sua pesquisa de mestrado, onde promoveu mutirões (com universitários e moradores) de reforma na casa de dois membros do grupo. Depois que sua pesquisa terminou ele continuou colaborando com o desenvolvimento inicial da Oficina por mais de um ano.

[40] Em reunião com a Urbel e com o Cras, o grupo teve acesso a um mapa que mostrava, além do prédio, outros espaços e imóveis vagos resultantes das intervenções na Vila – que permaneceram inutilizados por falta de recursos para a implementação do que havia sido planejado. Depois de algumas negociações com esses dois órgãos o uso do espaço foi liberado.

2015, os moradores passam a convocar mutirões para a reforma do espaço e, em abril, convidam a comunidade para a sua inauguração.

> Festa de inauguração do espaço cultural História em Construção:
>
> O morro tem uma história sendo construída por um lado e sendo apagada por outro. O grupo História em Construção participa desta luta desde 2011, a partir de uma parceria firmada entre moradores da Vila das Antenas e do Grupo MOM para defender seus direitos diante de remoções compulsórias. Porém nós moradores queremos transcender a posição de defesa, queremos ver a cultura da favela florescer, adubar suas iniciativas e legitimá-las perante a cidade formal a partir de sua própria lógica. Sendo assim, diante dos benefícios e prejuízos que isso acarreta, registramos a associação cultural História em Construção, uma instituição disposta a amparar as iniciativas culturais do morro, como a autoconstrução, os produtores locais, as mercearias, os bares, os artistas, os eventos de rua, o funk, o rap, a capoeira, a dança afro, a criançada na rua e todas as outras atividades não rotuladas desse cotidiano que um governo elitista centralizado está muito longe para ver.
>
> Dia 25/04 às 16 horas vamos fazer uma festa para inaugurar a sede da associação e a Oficina da Vizinhança, um projeto de compartilhamento de ferramentas que não só servirá aos moradores do morro mas de toda BH, assim como coletivos e iniciativas comunitárias.
>
> Convidamos todos pra vir conhecer essa iniciativa, aproveitar a festa e ocupá-la com suas atividades (mande sua atividade que colocamos no flyer). (Facebook História em Construção, abril de 2015)



Figura 20: Exibição de um filme na parede externa da Oficina.
Fonte: Fotos de Horacius de Jesus, Facebook do História em Construção, 2016.

Pode-se dizer que a Oficina da Vizinhança é a primeira iniciativa dos moradores a abordar mais diretamente a questão da economia que, apesar de estar na perspectiva do grupo, ainda era pouco explorada. O funcionamento da Oficina e a sua manutenção dependem da atuação de novos atores e tem o potencial de criar uma estrutura de organização coletiva do espaço e de construir uma economia alternativa relacionada à prática da autoconstrução. Os moradores pagam cinco reais a cada empréstimo para contribuir na manutenção do espaço e das ferramentas. Trata-se de um valor que compensa para os usuários, já que é comum que se pague por volta de 150 reais para usar uma ferramenta duas ou três vezes, sem que esse

dinheiro retorne para um bem coletivo dos moradores. Nesse sentido, quanto mais moradores participam, melhores são as condições de funcionamento do espaço. Em uma das reuniões da Oficina, um dos moradores aponta que é comum que uma pessoa gaste até 300 reais por mês no aluguel ou compra de alguma ferramenta e que, com a Oficina, esses 300 reais podem ser usados para alimento ou lazer. Tendo em vista que o salário mínimo em 2016 é 880 reais, trata-se de uma quantia significativa. Nessa mesma reunião, com a presença de estudantes da UFMG que desenvolvem pesquisas no local, integrantes do História em Construção, moradores que trabalham como pedreiros, artesãos, dentre outros, discutem como fazer a gestão coletiva da Oficina e a possibilidade de espaços como esse se multiplicarem na Vila e em todo o aglomerado Morro das Pedras. Esse pode ser considerado um ponto importante no desdobramento do processo de auto-organização dos moradores, que aponta na direção de reutilizar, transformar e gerir coletivamente espaços vazios – que em sua maioria são gerados por intervenções da administração pública. A imagem abaixo mostra como a abrangência espacial do processo de auto-organização é ampliada e consolidada no centro da vizinhança com o uso do prédio da Oficina.



Figura 21: Ampliação da atuação do grupo no espaço da vizinhança (mancha cinza) depois da abertura da Oficina. Abaixo, fotos da entrada da oficina, interior e vista do último andar.
Fonte: Google Maps e arquivo pessoal da autora, 2015.

No ano de 2015, a oficina abre quase todos os dias à noite. Em 2016, quando o colaborador da universidade deixa de estar presente, o espaço passa a funcionar aos fins de semana – que é quando os moradores da Vila podem estar presentes em um primeiro momento. Apesar do tempo de funcionamento inicialmente limitado, os moradores têm se articulado para fazer a gestão coletiva do espaço, buscando maneiras de lidar com os obstáculos que são comuns ao funcionamento de um espaço comunitário, como envolver outros moradores no processo, incentivar a realização de oficinas de diferentes temas, assim como criar uma estrutura de organização para o uso e manutenção do espaço físico. Mais recentemente, a Oficina da Vizinhança assume a função de um centro cultural. O espaço localizado no térreo da edificação, que antes era ocupado por ferramentas, foi transformado em um espaço polivalente que abriga exposições de artistas da Vila e oficinas de diferentes temas. O segundo andar abriga uma biblioteca e o último andar, um outro espaço flexível. Essa transformação reafirma enfoque político-cultural do grupo, atraindo aos poucos cada vez mais moradores para as discussões e atividades. Nesse sentido, a Oficina da Vizinhança pode ser também considerada como um incentivo para a formação de novos grupos e iniciativas na Vila.[41]

Uma outra iniciativa que aponta como desdobramento do processo de auto-organização dos moradores é a mobilização mais recente daqueles que ainda não tiveram suas casas removidas da área sob a linha de transmissão. Em outros momentos de ameaça no passado, esses mesmos moradores não tinham a prática de agir coletivamente e tinham como foco buscar informações a respeito de sua situação individual. Mais recentemente, eles passam a participar ativamente das reuniões a esse respeito, apresentando maiores condições de problematizar o modo como a administração pública conduz o processo.

2.1.3 Aspectos que o caso da Vila das Antenas levanta para a discussão dos processos de auto-organização sócio-espacial

Esse caso mostra que os processos de participação institucionalizada, como os usados na elaboração do PGE e na execução do programa Vila Viva, servem em grande medida para abafar os conflitos e apaziguar a população afetada pelas intervenções, o que trabalhos anteriores já apontam (Kapp, Baltazar, 2012; Figueiredo, 2014; Nascimento, 2011). O sentido do poder de decisão nesses processos é de cima para baixo, partindo das instituições de planejamento e gestão em direção ao cotidiano vivido pelos moradores. O processo de auto-organização dos moradores – que se inicia quando eles deixam de tentar se informar e de tentar dialogar por essa via – , apesar dos obstáculos, avança de maneira inversa, na direção da ampliação do poder de decisão dos moradores por meio da transformação da sua relação com o espaço cotidiano. A

[41] Um aspecto que contribui para que o envolvimento de novos atores para além do grupo História em Construção seja ainda mais urgente é que, recentemente, dois integrantes ingressaram na universidade, passando a ter menos tempo para colaborar – o que reflete transformações conjunturais que ocorreram nos últimos anos no Brasil e que ampliaram o acesso ao ensino superior por parte da população trabalhadora de baixa renda.

maneira como esse processo vai se desdobrar em médio ou longo prazo é imprevisível, mas pode-se dizer que ele é uma base importante para o surgimento de diferentes frentes de atuação nessa direção.

Disseminação espacial do processo de auto-organização

Um dos principais aspectos evidenciados pelo processo de auto-organização sócio-espacial dos moradores da Vila das Antenas não é necessariamente a capacidade maior ou menor que um grupo tem de envolver a vizinhança como um todo, mas o fato de ele mostrar que uma prática coletiva relacionada aos espaços da Vila é possível, incentivando o surgimento de outros grupos. É importante observar nesse processo de auto-organização o desenho de uma trajetória de atuação coletiva que vai da indignação, reivindicação e protesto (em 2009) à elaboração de uma prática que visa transformar a relação com o espaço cotidiano e a sua própria produção (o que acontece especialmente de 2011 em diante). Esse processo se desdobra ao longo dos anos evidenciando a mudança de abordagem dos problemas por parte dos moradores. A atuação do grupo História em Construção é crucial nesse processo, mudando o foco da reivindicação e da tentativa de negociar algumas remoções para a elaboração de uma prática auto-organizada em que os moradores passam a se informar, entender as suas possibilidades de ação e seus constrangimentos, assim como disseminar a cultura da vila, transformando materialmente os espaços da vizinhança. É nesse sentido que a apropriação do espaço da Oficina da Vizinhança pode ser um ponto de partida para se estabelecer uma estrutura que favoreça a disseminação do processo de auto-organização e o compartilhamento de responsabilidades entre os moradores.

Apesar do desafio de o grupo envolver outros vizinhos ser um aspecto recorrentemente mencionado pelos seus integrantes e na minha apresentação do caso, pode-se dizer que o grupo cumpre um papel importante enquanto catalisador do processo de auto-organização. Mais importante que envolver a vizinhança inteira em suas próprias práticas, o grupo mostra que é possível estabelecer uma outra relação com os vizinhos e com o espaço cotidiano, podendo inspirar o surgimento de outras iniciativas para além do seu escopo. Esse efeito disseminador, que é reforçado com a apropriação do espaço da Oficina, pode ser observado concretamente no interesse de novos atores e na mobilização mais recente iniciada por grupos que estão sob ameaça de remoção. A ocupação dos espaços e a elaboração de estruturas para o seu funcionamento parecem ser importantes para que essa disseminação ocorra. Uma das possibilidades que a Oficina da Vizinhança coloca e que foi levantada em uma das reuniões é a multiplicação de espaços comunitários como esse na Vila e no Morro de forma geral. A atuação de coletivos articulados pode ser mais frutífera para ampliar o campo de ação dos moradores de uma porção urbana que a atuação de apenas um grupo.

Uma articulação mais abrangente entre os moradores da Vila parece não depender tanto do aprimoramento do grupo e suas práticas, mas das possibilidades que são abertas por elas. Essa articulação pode até mesmo ser suprimida se o foco for apenas na consolidação de um grupo com uma estrutura pouco aberta. Nesse sentido, um grupo pode tanto potencializar a difusão de suas práticas, quanto limitar essa difusão se os outros moradores passam a ver esse grupo como uma organização pronta e fechada, reproduzindo involuntariamente relações heterônomas que separam os papéis dos moradores em protagonistas e espectadores ou entre propositores e consumidores.

Por enquanto, são poucos aqueles que atuam na oficina e que comparecem às reuniões, mas trata-se de um instrumento coletivo em desenvolvimento e que pode se multiplicar na vizinhança, já que o seu funcionamento depende da presença e do comprometimento das pessoas. Trata-se de um espaço livre que propicia diferentes usos ao longo do tempo, podendo funcionar como um dos nós de uma possível rede de iniciativas na Vila – como é imaginado por integrantes do grupo História em Construção. Há, com isso, a possibilidade de a atual centralidade do grupo dar lugar a uma infraestrutura microlocal que depende da apropriação coletiva mais ampla e da construção de relações de confiança e de responsabilidade para funcionar; como aponta um dos integrantes entrevistados, o espaço da Oficina "não é do grupo, é da quebrada".

Ambivalência das parcerias

Quando decidem buscar o apoio da universidade, os moradores da Vila dão início a um processo de colaboração ou parceria que apresenta características distintas do tipo de relação que geralmente acontece entre comunidades e pesquisadores que moram fora delas. Nesse tipo mais comum de colaboração, são os grupos universitários que abordam as comunidades com uma agenda já predefinida que, além de nem sempre estar clara para os moradores, não necessariamente visa ampliar o seu poder de ação e sua autonomia. Os moradores, por sua vez, geralmente aceitam colaborar pelo fato do apoio externo poder de fato contribuir para a sua visibilidade nas disputas com o poder público e com a indústria imobiliária.

É interessante observar como as parcerias podem contribuir para a troca de saberes, fazendo com que pesquisadores percebam a discrepância entre o conhecimento técnico e/ou acadêmico – por mais crítico que ele seja – e o conhecimento prático dos moradores no cotidiano. Do mesmo modo, essa troca pode ser útil para os moradores, ampliando o seu repertório na argumentação com a administração pública ou o seu escopo de práticas no próprio cotidiano. No entanto, a colaboração com agentes externos – profissionais da academia, ativistas, dentre outros – é ambivalente e pode-se questionar em que medida ela se torna necessária para legitimar a atuação de coletivos de moradores em vilas e favelas diante da administração pública, dos próprios vizinhos e do resto da população da cidade. Essa ambivalência fica muito

evidente nesse caso durante a conquista do espaço da Oficina. Ainda que tudo tenha sido discutido e definido pelos moradores, o papel articulador do pesquisador foi crucial, evidenciando que a iniciativa passa a ter mais credibilidade aos olhos da administração pública e da construtora – patrocinadora de algumas ferramentas – pelo fato do pesquisador ser um estudante de classe média que não mora na Vila e que, supostamente, não tem interesses políticos ou privados em relação ao espaço. Essa é uma das maneiras pelas quais as relações de dependência se reforçam e se apoiam, podendo colocar os moradores na posição de beneficiários de projetos alheios – ainda que a demanda tenha sido formulada por eles. Outro aspecto que se pode observar a esse respeito é que quando grupos microlocais se articulam com colaboradores externos, eles podem passar a ser vistos por outros moradores da vizinhança como especialistas que se dedicam à ação coletiva – no sentido do ativista especialista/profissional, questionado por Andrew X (2001). Isso acaba contribuindo mais para manter a vizinhança como espectadora do que para inspirá-la a desenvolver suas próprias práticas. No caso da Vila das Antenas, talvez esse tenha sido um dos motivos pelos quais muitas das atividades iniciais do grupo, na época da parceria mais estreita com a universidade, acabava "repelindo" outros moradores – de acordo com um dos integrantes entrevistados –, apesar da intenção de agregá-los.

As parcerias podem ser muito úteis para unir forças de grupos diferentes com objetivos consonantes e, no caso da parceria com arquitetos e urbanistas pesquisadores, para elaborar alternativas de planejamento e de gestão coletiva. No entanto, parece problemático que essas parcerias se tornem uma condição para que grupos de vilas e favelas tenham credibilidade e poder de ação, principalmente quando pensamos nesse problema sob o ponto de vista da lógica dos privilégios, em que grupos sociais têm poderes econômicos e políticos muito diferentes. Parece também contraditório que a própria Prefeitura não possa ceder com alguma flexibilidade espaços que estão abandonados para organizações locais de moradores, o que acaba sendo interditado também pela pressão de políticos que atuam nessas vizinhanças e muitas vezes preferem que não existam organizações autônomas que possam ameaçar o seu próprio monopólio político. Tudo isso serve para mostrar como é difícil que moradores comuns – não-especialistas – sejam reconhecidos como protagonistas na produção do próprio espaço.

Obstáculos ao processo de auto-organização em um contexto fragilizado política e espacialmente

Em qualquer ambiente urbano é difícil que moradores se organizem coletivamente saindo da posição de consumidor ou espectador, assumindo algum protagonismo na produção do espaço. Isso é ainda mais difícil em vilas e favelas que estão sob intervenção da administração pública, já que a resignação coletiva é reforçada pelo tipo de relação que historicamente o poder público estabelece com os moradores desses locais. Um dos caminhos encontrados pelo grupo História em Construção, que são atentos aos riscos de reprodução das estruturas hierárquicas e

conhecidas, foi adotar o formato de uma "associação cultural e artística". Pode-se dizer que esse tipo de estrutura convencional de associação com presidente, coordenador e tesoureiro – ainda que assumida apenas como uma formalidade – é um dos poucos meios possíveis para que o grupo seja reconhecido por possíveis parceiros e pela administração pública, não ficando claro em que medida haveria esse reconhecimento caso o grupo adotasse uma estrutura nos moldes imaginados, com uma distribuição horizontal das decisões e responsabilidades. Ainda que o grupo não siga necessariamente a estrutura da associação registrada, isso acaba limitando a instituição de estruturas alternativas às vigentes a partir do cotidiano. Pode-se supor que a estrutura adotada influencia no aumento ou na diminuição do hiato existente entre o grupo catalisador e outros moradores, assim como o grau de permeabilidade da organização e a possibilidade de ela se transformar em um instrumento coletivo nas mãos dos moradores interessados. E, para além do grupo, a própria Oficina depende de uma estrutura que viabilize a apropriação coletiva dos moradores. Na parte seguinte desse trabalho, será discutida essa dificuldade de formalização de uma estrutura alternativa por parte de organizações que se desenvolvem no embate com estruturas heterônomas.

O isolamento do grupo pode fazer com que ele seja visto como o responsável por realizar atividades, elaborar propostas e defender os interesses da Vila. Assim, no lugar da sua ação ser vista pela vizinhança como uma prática coletiva possível e com compensações diretas no cotidiano, isso faz com que a grande maioria dos moradores tenda a reproduzir, em uma escala menor, a relação que se costuma ter com a figura do Estado e representantes – instâncias separadas que discutem e tomam decisões sobre o que é de interesse coletivo. Como já foi dito em outro momento, é preciso reforçar que essa é uma interpretação da pesquisadora a partir da coleção de informações ao longo dos quatro anos em que a pesquisa foi desenvolvida. Ainda que tenham por objetivo engatilhar um processo de auto-organização na vizinhança e também no aglomerado, é possível que o grupo não tenha exatamente esse intuito de criar uma organização que seja um instrumento coletivo a ser apropriado pelos moradores da vizinhança. Além disso, o fato de o grupo adotar o formato de uma associação cultural não é em si problemático e tem a sua importância para viabilizar diversas atividades desenvolvidas pelo grupo – como já foi também mencionado. O objetivo dessa crítica é discutir uma questão que parece ser relevante para problematizar a atuação de grupos de moradores na escala microlocal, cuja tendência é favorecer agrupamentos fechados no lugar de instrumentos que servem à ação coletiva horizontal e permitem articulações. No entanto, a falta de uma estrutura de organização que propicie essa abertura não pode ser tratada como um aspecto isolado. É preciso também considerar que as condições de organização de moradores de uma vizinhança que está há alguns anos sob intervenção da administração pública e pressão da indústria imobiliária são muito diferentes daquelas de moradores de um bairro, que têm mais estabilidade e acesso a meios necessários para articular certas estratégias. Como foi mencionado, os integrantes do grupo enfrentam, ao longo do seu processo de auto-organização, situações fortemente desmobilizadoras que lhes afetam diretamente. Além da discrepância do poder de decisão e do

embate com a heteronomia estrutural serem muito mais evidentes na favela, há uma reprodução diária de representações estigmatizantes sobre o seu ambiente urbano.

A especulação sobre o potencial político da atuação de grupos que criam, a partir de arranjos próprios, condições para uma experiência política não-institucionalizada na produção do espaço deve considerar que, em uma sociedade desigual, grupos sociais diferentes têm condições diferentes para essa experiência política. Mas pode-se questionar em que medida a falta de acesso a capital – não só econômico, mas cultural, social e político – por parte de grupos sociais desprivilegiados constitui-se como um entrave para a auto-organização sócio-espacial. Essa desigualdade de acesso aos capitais é discutida por Jessé Souza (2009), que faz uma análise não-economicista da desigualdade brasileira e argumenta sobre a apropriação diferenciada não só do capital econômico, mas também do capital cultural e social – a partir da teoria dos capitais de Pierre Bourdieu. A *ralé estrutural*, específica do contexto brasileiro, consiste em uma classe desprovida "das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação" (Souza, 2009, p. 21). A partir disso, pode-se dizer que muitas das dificuldades do processo de auto-organização estão diretamente relacionadas à posição social que o grupo ocupa e às condições de acesso e de apropriação dos recursos disponíveis, mas não são totalmente determinadas por isso. Pedro Demo (2008) aponta que a carência da população pobre não é apenas material, mas uma "carência politizada, no sentido de a carência servir para o favorecimento de alguns em detrimento de muitos." (Demo, 2008, p.1). Trata-se, segundo o autor, de uma *pobreza política,* já que a falta de acesso a recursos contribui para impedir que certos indivíduos e grupos se percebam como capazes de regular seus próprias vidas, o que pode ainda ser mais agravado quando grupos desprivilegiados são tratados pelo Estado como meros beneficiários de políticas públicas sobre as quais não têm poder de decisão e pelo capital, como pessoas que podem morar em locais cada vez mais precários em termos de infraestrutura e diversidade urbana.

A auto-organização de moradores da Vila se desenvolve em um embate direto com um conjunto de práticas que são reproduzidas no dia a dia e que mantém os pobres urbanos na posição de subordinados. Com um processo de auto-organização que se constrói a partir de uma situação de fragilidade político-espacial, os moradores criam condições para o rompimento dessa posição quando problematizam as intervenções propostas de cima para baixo e elaboram propostas para o próprio espaço, mostrando que a população local pode e deve atuar na definição dos conteúdos das intervenções e do uso dos recursos públicos em suas vizinhanças.

2.2 Auto-organização e o uso de instrumentos institucionais: uma leitura do processo de decisão sobre o Tempelhofer Feld

O segundo caso investigado tem como foco diferentes práticas de auto-organização ao longo do processo de decisão à respeito do uso do espaço livre do antigo aeroporto Tempelhof em Berlim, o *Tempelhofer Feld* (campo do Tempelhof). O recorte do estudo de caso abarca o processo de decisão entre 2008 e 2016. A descrição e análise crítica foram baseadas em pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevistas com um integrante da iniciativa *Tempelhofer Feld 100%* e com dois integrantes do jardim comunitário *Allmende-Kontor*, assim como na análise de dados secundários. Foram usadas especialmente as informações dos entrevistados, que atuam nos processos de auto-organização e estão envolvidos em diferentes embates com as práticas da administração pública de Berlim há pelo menos 30 anos. Assim, as informações sobre as práticas institucionais no contexto alemão são, em grande medida, interpretadas pela autora a partir da perspectiva desses moradores, assim como de debates recentes publicados na imprensa e na academia.[42] Como no caso anterior, não se tem a pretensão de abordar esse caso em sua totalidade, sendo possível apenas estabelecer um recorte e enfoque para a análise crítica – o que é, necessariamente, repleto de simplificações decorrentes do olhar de quem está fora da vivência cotidiana do espaço e observando o caso a partir de um outro contexto urbano, político e social. Esse último aspecto, por outro lado, favorece um distanciamento e uma perspectiva particular, o que é frutífero para análise e discussão do caso.

São examinadas duas iniciativas com enfoque nos seus processos de auto-organização e na sua relação com as práticas espaciais institucionais: a iniciativa *Tempelhofer Feld 100%* (THF 100%) e os jardins comunitários produzidos no campo. O objetivo é entender as ambivalências desses processos em que medida eles contribuem para ampliar o campo de ação dos grupos interessados no uso público do espaço do aeroporto, assim como da vizinhança do entorno. Algumas questões guiam o estudo desse caso: qual é o contexto político desses processos? De que modo as práticas institucionais respondem a esses processos? Quais são as oportunidades e limites ao longo do seu desenvolvimento? As práticas auto-organizadas propõem meios para a discussão e deliberação coletiva sobre o espaço do Tempelhof?

[42] Foram realizadas três entrevistas não-estruturadas entre dezembro de 2014 e novembro de 2015: com uma integrante da iniciativa THF 100%, que participou também do movimento *squatter* em Berlim ocidental nos anos 80; com um integrante do jardim Allmende-Kontor, envolvido na discussão acerca dos jardins comunitários em Berlim há pelo menos 30 anos; e com uma outra integrante do jardim Allmende-Kontor. Os entrevistados têm idades que variam entre 45 a 60 anos de idade, sendo duas mulheres e um homem.

2.2.1 O contexto da disputa

Relativamente noticiado, o caso do Tempelhof – ou *Tempelhofer Feld* (campo do Tempelhof) – ficou conhecido como uma situação em que a população de Berlim votou em um referendo autoconvocado contra os planos de construção da administração pública para o espaço livre de um antigo aeroporto e em favor de sua preservação como espaço livre de uso público. Um exame mais aproximado desse caso mostra um processo pouco linear e caracterizado pelo conflito entre práticas espaciais auto-organizadas e práticas de planejamento institucional. Nesse contexto, as práticas de planejamento institucional acontecem a partir das propostas do Departamento de Desenvolvimento Urbano (*Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt)*, o órgão da administração pública de Berlim responsável por planejar intervenções no espaço urbano. Esse conflito acontece tanto de forma explícita quanto tácita, evidenciando duas lógicas diferentes de desenvolvimento urbano: uma delas tem como centro demandas e propostas coletivas de diferentes grupos de moradores; a outra é voltada para os interesses de grupos dominantes e para a manutenção da valorização fundiária e imobiliária. Não se trata aqui de dicotomizar uma coisa e outra, mas de analisar um processo que é repleto de zonas cinzentas e contradições cuja compreensão é relevante para se discutir as ambivalências e desafios da auto-organização sócio-espacial.

Localizado próximo ao centro de Berlim, entre as vizinhanças de Kreuzberg, Neukölln e Tempelhof, o espaço livre tem aproximadamente 4 milhões de metros quadrados e é objeto de disputa antes mesmo da decisão do encerramento de suas atividades em 2008. Em 2010, o espaço foi reaberto como parque público e, desde então, é intensamente utilizado pelos moradores da cidade para atividades esportivas e também para outros tipos de lazer e ócio.



Figura 22: Vista aérea do Tempelhof e fotos do local
Fonte: Google Maps e arquivo da autora, 2015

A disputa pelo espaço do Tempelhof acontece em meio a uma "nova onda de disputas na política urbana" e de resistência popular contra processos de renovação urbana em distritos centrais de Berlim como Friedrichshain, Kreuzberg e Neulkölln (Holm; Kuhn, 2011). Trata-se de uma resistência contra um conjunto de problemas, como a atuação de investidores da indústria da construção na capitalização dos espaços remanescentes nesses distritos centrais e o enfraquecimento das políticas públicas de habitação social, com o subsequente aumento dos aluguéis e a gentrificação de vizinhanças inteiras. Nesse contexto, práticas auto-organizadas, como protestos e apropriações coletivas de espaços, questionam políticas urbanas neoliberais e processos de valorização de vizinhanças econômica e politicamente vulneráveis. Esses processos, que se iniciam depois da queda do muro em 1989, são intensificados nos anos 1990 e 2000 quando a cidade privatiza mais da metade do seu estoque público habitacional e passa a ser foco de investimento imobiliário internacional (Lebuhn, 2015; Holm, 2013).

A luta de diferentes grupos de moradores contra o aumento de aluguéis tem sido notável nos últimos anos. Como 85% da população aluga suas moradias, existe em Berlim uma rede de alianças e grupos de inquilinos organizados que atua contra os aumentos de aluguel e os despejos decorrentes desses aumentos. Esses grupos se comunicam por meio de reuniões presenciais e por meio da internet, já que quase toda organização tem um website contendo as informações necessárias, divulgando também notícias sobre encontros e protestos. Uma das alianças formadas nos últimos anos é a *Wir bleiben Alle!* (que pode ser traduzido como "Permanecemos todos!"), que busca fomentar a difusão da informação, a solidariedade e ação coletiva entre vizinhos na luta contra os aumentos e despejos. Apesar da legislação ser muito favorável ao inquilino, propiciando contratos longos e garantindo limites no aumento anual, investidores e proprietários têm encontrado maneiras de lucrar com a moradia. Um dos meios usados para aumentar o preço do aluguel por parte dos proprietários é renovar prédios inteiros implementando sistemas mais modernos de aquecimento e isolamento para economizar energia. Esse tipo de manobra flexibiliza a possibilidade de aumento do aluguel por meio de uma brecha na legislação que regula as renovações dos prédios, que prevê que o proprietário pode aumentar o valor do aluguel por tempo indefinido e que os inquilinos paguem pelo valor da renovação em até 11%. Com um aumento considerável no preço do aluguel e sem condições de arcar com os custos para tratar do problema na justiça, inquilinos que vivem há mais de 30 anos em um apartamento acabam tendo que se mudar para áreas periféricas da cidade. Esse meio é usado para passar por cima da legislação que protege o inquilino e que regula o aumento dos aluguéis, possibilitando que investidores comprem prédios inteiros com o objetivo de renová-los e colocar os apartamentos no mercado a preços mais altos (Deutsche Welle, 2013; Guardian Cities, 2014).

O procedimento descrito acima faz parte da dinâmica de valorização dos bairros centrais. De um modo geral, o processo de valorização acontece em pelo menos dois níveis em Berlim: com a

renovação dos prédios de uma vizinhança ou com a chegada de artistas e estudantes em uma vizinhança até então desvalorizada – o que é usado tanto pela administração pública para atrair investidores quanto pelos próprios investidores e proprietários, desencadeando a gentrificação da vizinhança. No seu estágio mais avançado, esse processo apresenta a construção de novos conjuntos habitacionais de luxo em áreas remanescentes ou geradas pela demolição de edificações antigas (Holm, 2013). As mudanças nas políticas urbana e habitacional desde a reunificação da cidade, na década de 1990 – que contam com cortes nos subsídios públicos para construção e renovação de moradias, com a privatização de mais da metade do estoque público habitacional e com a flexibilização de uma gama de procedimentos de planejamento urbano que controlavam novas construções e os preços dos aluguéis – foram cruciais para o desdobramento de processos de gentrificação (Holm, 2013). O desmantelamento da política de habitação social nos anos 2000 – que existia desde o pós-guerra para a reconstrução da cidade – faz com que os moradores de baixa renda e com histórico de imigração, que dependiam dessa política, se encontrem ainda mais vulneráveis hoje em dia. Uma organização importante nesse sentido é a Kotti & Co, formada por moradores de prédios na região de Kottbusser Tor, em Kreuzberg[43]. Eles se organizaram a partir de 2011, fazendo protestos semanais e construindo uma infraestrutura coletiva no espaço público entre os prédios para reuniões e troca de informações. Essa organização culmina mais adiante, em 2014, na proposta de um referendo contra o aumento dos aluguéis, processo que foi em grande medida influenciado pelo sucesso do referendo aqui discutido. Esse assunto será retomado mais detalhadamente adiante.

É em meio a essa dinâmica de valorização – em grande medida conduzida por investidores e apoiada institucionalmente por uma regulação que abre espaço para o capital imobiliário – que diferentes grupos se auto-organizam para impedir que o espaço do aeroporto Tempelhof se transforme em mais uma oportunidade para investidores e gere um processo de reestruturação das vizinhanças imediatas. O processo desencadeado pela iniciativa Tempelhofer Feld 100%, aqui analisada, surge no contexto da luta dos moradores da Schillerkiez – uma vizinhança de baixa renda de Neukölln, localizada ao leste do aeroporto – contra a gentrificação, o aumento

[43] Muitos imigrantes recém chegados em Berlim entre 1960 e 70, que não conseguiam encontrar moradia acessível em outros bairros, vão morar nessa região de Kreuzberg que, nessa época, era considerada uma região marginalizada por estar próxima ao muro. Muitos desses imigrantes foram morar nos conjuntos habitacionais de Kottbusser Tor, que eram empreendimentos financiados com dinheiro público para atender à população de baixa renda. Com o desmanche da política de habitação social de Berlim nos anos 1990 e início dos 2000, esses conjuntos foram privatizados e os proprietários passaram a aumentar os aluguéis. A situação chegou a tal ponto que um morador que se encontra dentro da faixa de renda que recebe auxílio financeiro do governo para pagar aluguel (o *Wohngeld*, um auxílio-moradia), paga um valor mais alto que moradores que não recebem o benefício, chegando a gastar mais de 50% da renda com aluguel. Ao solicitarem à administração pública um aumento no auxílio que cubra o aumento do aluguel, esses moradores são recomendados a se mudarem para um apartamento com aluguel mais barato. Atualmente Kreuzberg é um dos bairros que mais atraem novos moradores em Berlim pela sua diversidade e caráter multicultural, construídos justamente pelos moradores que estão sendo expulsos. A demanda da organização Kotti & Co é estabelecer uma taxa fixa de quatro euros por metro quadrado em seus aluguéis, limitando a possibilidade de aumento (Kotti & Co, September 2012; Mietrebellen, 2014).

dos aluguéis e a mudança forçada dos antigos moradores mais pobres.[44] Essa iniciativa não nasce de modo isolado em 2011, mas reverbera as ações de outros grupos que, desde a divulgação dos planos de fechamento do aeroporto, se preocupam com a iminência de investimentos na área e valorização das vizinhanças imediatas que antes eram desvalorizadas por estarem ao lado do aeroporto.

A participação civil (*Bürgerbeteiligung*) é adotada pela administração pública de Berlim desde os anos 1990, sendo exigido por lei que todo empreendimento seja planejado com a participação dos moradores afetados.[45] Como já foi dito, muitos dos instrumentos participativos que foram implementados institucionalmente na década de 1990, são originados nos anos 1960 e 1970 pela pressão dos movimentos sociais em Berlim ocidental – passando pelas revoltas estudantis e movimentos pela igualdade sexual, anti-nuclear, anti-guerra, anti-militarização, assim como pelo movimento *squatter*. Berlim apresenta uma cultura forte de protesto, de manifestação de rua e de ocupação coletiva de espaços que foi construída ao longo da formação desses movimentos.

> Em 1979, a cena alternativa que cresceu em torno dos *pubs* coletivos, oficinas de bicicleta, jornais de bairro e casas de impressão alcançou um número estimado de 100.000 membros (Scheer and Espert, 1982: 19) e forneceu para muitos daqueles que eram ativos no movimento uma forma de segurança econômica para além da fornecida pelo trabalho assalariado capitalista. Um espaço de vida apropriado se torna rapidamente uma questão de importância central nesses projetos e os *squats* pareciam ser um meio para a apropriação de tal espaço. (Holm; Kuhn, 2011 - tradução da autora)

Em meio a inúmeros conflitos com a administração pública na década de 1980, a pressão do movimento *squatter* em Berlim ocidental fez com que o modo de se fazer renovações urbanas fosse alterado institucionalmente, passando a dialogar e a atender às demandas dos coletivos que ocupavam edificações como parte do processo. Isso gerou como resposta o conceito de *Behutsame Stadtneuerung* (renovação urbana cautelosa), que combinava a renovação física das edificações com a manutenção da estrutura social e urbana, protegendo os moradores de baixa renda e propiciando a participação dos residentes nas decisões que lhes diziam respeito (Holm; Kuhn, 2011; Holm, 2013). Holm (2013, p. 18 - tradução da autora) aponta que "essa herança, apoiada por subsídios financeiros consideráveis do governo federal, moldou a cultura de planejamento de Berlim ao longo dos anos 1990 e levou a uma diversidade de processos participativos", envolvendo diversos agentes da sociedade civil. Ainda que atualmente a situação

---

[44] A situação de uma moradora de Neukölln, que recebe subsídio para o pagamento do aluguel, é mostrada no documentário Mietrebellen (2014) e ilustra a situação de insegurança desses inquilinos. O aluguel do seu apartamento de 47m² subiu de 398€ para 630€ da noite para o dia. Ao recorrer ao órgão público que paga o seu auxílio para moradia, a moradora foi recomendada a se mudar para um lugar mais barato.

[45] Berlim é uma cidade-estado, com um órgão legislativo (*Abgeordnetenhaus*) e executivo (*Senat*), este último composto por 8 departamentos, dentre eles, o Departamento de Desenvolvimento Urbano. Informações sobre participação civil em: http://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/hauptstadt/dokumentation/en/hauptstadt/buergerbeteiligung.shtml, acesso em maio de 2016.

tenha mudado, esse histórico faz com que exista em Berlim uma convicção compartilhada de que "o deslocamento da população de baixa renda do centro da cidade deve ser evitado; que uma cidade socialmente misturada deve ser preservada; que os moradores devem estar envolvidos nas decisões que lhes afetam diretamente; e que o estado local é responsável por tudo isso." (Holm, 2013, p. 18) Pode-se dizer que esse acolhimento das demandas populares é ambivalente. Se por um lado os movimentos conseguem permear a dinâmica institucional a



Figura 23: A pista do aeroporto atualmente
Fonte: Arquivo da autora, 2015

partir de suas práticas, influenciando o desenho de certos mecanismos, por outro, esse acolhimento permite que a dinâmica institucional contorne as práticas auto-organizadas, mantendo-as sob controle.

Nos final dos anos 1990 foi criado o procedimento *Quartiersmanagement* (gestão de vizinhança) – como parte do programa federal de desenvolvimento urbano *Soziale Stadt* (cidade social) – , com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em vizinhanças vulneráveis com alto índice de desemprego, dependência de benefícios do Estado e dificuldades de interação étnica ou social. De acordo com a descrição do programa, esse processo cria conselhos nas vizinhanças para facilitar a comunicação entre moradores e autoridades locais, permitindo que os moradores participem, por meio de discussões e consulta, das questões que lhes afetam e também sobre a aplicação de fundos do programa *Soziale Stadt* em sua vizinhança.[46] Contudo, de acordo com Aron Hendrix (2009) o *Quartiersmanagement* é um mecanismo de participação estruturado de cima para baixo e tende a impor uma metodologia externa à dinâmica local, desconsiderando grupos auto-organizados já existentes nas vizinhanças.

[46] Site do programa: http://www.stadtentwicklung.berlin.de/wohnen/quartiersmanagement/index.shtml e http://www.quartiersmanagement-berlin.de/english/program-social-city.html, acesso em maio 2016.

A disputa pelo poder de decisão sobre o campo do Tempelhof mostra que esses mecanismos de participação ainda são limitados tendo em vista a possibilidade de os moradores definirem os rumos do desenvolvimento da cidade. A participação limitada aos "afetados por um empreendimento" não permite necessariamente que se questione o próprio empreendimento. Mesmo numa cidade com muita área verde e de acesso público, a questão do campo do Tempelhof foi alvo de uma intensa mobilização por parte dos moradores, ativistas e também de políticos de oposição. Como aponta Burgess (2014), Berlim tem por volta de 45% de sua área ocupada por áreas verdes – tanto dentro da cidade quanto em suas bordas – e muitos espaços residuais ao longo de onde existia o muro, havendo uma tradição de atuação comunitária no planejamento desses espaços. Mas, como se verá adiante, essa atuação da população no planejamento não acontece sem atritos, mas em meio a disputas onde o poder de decisão sobre os espaços está em jogo. Uma das práticas auto-organizadas estudadas no caso do Tempelhof, recorre a um instrumento de democracia direta para intervir no âmbito legislativo, – o que, de certa maneira, pode estar acima de instrumentos de participação no planejamento e gestão –, para impedir a execução do plano da administração pública. Nesse caso, não bastaria participar de um processo de planejamento cuja proposta era vista por diferentes grupos de moradores como equivocada, mas sim interditar a proposta por completo. Dentre os instrumentos de democracia direta adotados em Berlim estão a iniciativa popular (*Volksinitiative*) – que permite que os cidadãos sugiram leis – a petição popular (*Volksbegehren*) – que permite que os cidadãos introduzam uma proposta de lei no órgão legislativo –, e o referendo (*Volksentscheid*) – que permite que os cidadãos votem sobre uma proposta de lei apresentada por uma iniciativa popular (Be Berlin, 2011 - tradução livre dos termos). Para que a população autoconvoque um referendo, é preciso passar pelas etapas exigidas por lei: na primeira etapa, a iniciativa deve coletar 20.000 assinaturas de apoiadores em seis meses e submeter a proposta à administração pública. Se a administração pública admite a proposta, dá-se início a uma segunda etapa de coleta de assinaturas para que se solicite um referendo público. A iniciativa deve então coletar 170.000 assinaturas em quatro meses, o que corresponde a 7% do eleitorado. Se a proposta de lei não é incorporada pela administração pública nesse ponto, acontece o referendo. O sucesso do referendo depende do voto de 1/4 do eleitorado.[47] No caso do Tempelhof, 65% da população votou a favor da proposta da iniciativa, que havia coletado 185.000 assinaturas. Nesse caso, como parte do protocolo, a administração pública formulou uma proposta contrária à proposta da iniciativa – um projeto de lei pró-desenvolvimento do local –, que também poderia ser aprovada ou rejeitada no dia do referendo (Lebuhn, 2015; Website THF100%, 2016; Website Volksentscheid Fahrrad, 2016[48]). Ou seja, os moradores poderiam votar contra ou a favor das

[47] Para que se alcance esse quorum, é recomendável que a votação do referendo seja no mesmo dia de alguma votação regular. No caso do Tempelhof, o referendo coincidiu com as eleições para o parlamento europeu, no dia 25 de maio de 2014.

[48] Resumo do procedimento do referendo no site do Volksentscheid Fahrrad (referendo bicicleta), que atualmente está em processo de elaboração: https://volksentscheid-fahrrad.de/2016/06/17/was-ist-eigentlich-ein-volksentscheid-2323/, acesso em junho de 2016.

duas propostas, o que dificultou a compreensão do processo e exigiu que a campanha da iniciativa fosse esclarecedora a esse respeito.

Localizado próximo ao centro de Berlim e com um tamanho que corresponde à cerca de 400 campos de futebol, o campo do Tempelhof é frequentado por moradores de diferentes partes da cidade, sendo usado no cotidiano principalmente pelas vizinhanças do entorno, como a da junção de Kreuzberg e Neukölln (Kreuzkölln). Os moradores dessas áreas estão envolvidos diretamente nas práticas aqui analisadas. A disputa nesse caso, contribui para mostrar a complexidade da relação entre processos de auto-organização, instrumentos de participação popular e políticas neoliberais.

2.2.2 Práticas auto-organizadas no processo de decisão sobre o antigo aeroporto

A linha do tempo apresentada a seguir mostra o desenvolvimento das práticas auto-organizadas ao longo das ações da administração pública voltadas para o espaço entre 2008 e 2016. É interessante observar que, ao longo do tempo, a administração pública responde em certa medida às questões colocadas pelos grupos auto-organizados, exercendo ao mesmo tempo algum controle sobre eles. Outro aspecto importante é que esses grupos ora utilizam, ora rejeitam estrategicamente instrumentos institucionais, mudando temporariamente as regras do jogo por meio do uso do referendo. Esse caso mostra especialmente os pontos de contato entre lógicas distintas de produção espacial (institucional e auto-organizada). Com o objetivo de discutir o potencial político, os desafios e as ambivalências do processo de decisão e dos processos de auto-organização sócio-espacial, são destacados três momentos que guiam a análise crítica: 1) a mobilização pela abertura do campo do Tempelhof (2008); 2) abertura do parque e o processo de planejamento combinado com usos temporários (2010-2011); 3) a contraproposta da iniciativa Tempelhofer Feld 100% e a produção coletiva dos jardins comunitários ao longo do tempo (2011-2016).











Iniciativa Tempelhofer Feld 100%. Proposta de lei de preservação do espaço

Organização de nova campanha para o referendo Volksentscheid Retten! (Salvar o referendo!)

Proposta crítica veiculada no jornal TAZ: *Ein Quadratmeter Tempelhof für Jeden*

Coletas de assinaturas

65% votos em favor da proposta da iniciativa

Campanha, oficinas e debates

Protestos contra a mudança da lei, contra o isolamento em massa de refugiados em abrigos

Protestos anticapitalistas no dia da abertura do parque (*Reclaim Tempelhofer Feld, Tempelhofer Feld für Alle*)

Tentativa de interferir no planejamento participativo da administração pública

Produção dos jardins comunitários Kontor, Allmende-Kontor, Stadteilgarten Schillerkiez e Rübezahlgarten

Tentativa de ocupação *(Squat Tempelhof!)*

Permanência dos jardins para além do tempo predeterminado...

2009 — Oficinas participativas e concursos de arquitetura e paisagismo

2010 — Abertura do parque *Tempelhof Freiheit* e chamada para os projetos temporários e pioneiros

2011 — Divulgação do plano vencedor do concurso

2012 — Defesa e campanha da proposta questionada pela iniciativa THF 100%

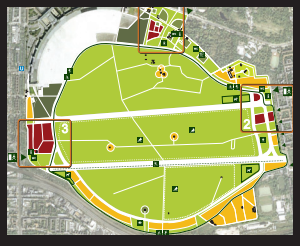
2013

2014 — Referendo

2015 — Processo participativo do plano de desenvolvimento e manutenção do espaço

2016 — Mudança da lei aprovada no referendo

...

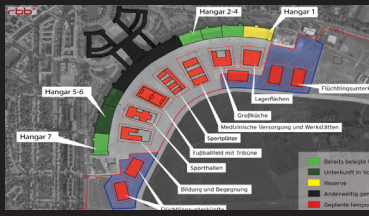












protesto que tem como finalidade demonstrar insatisfação, provocar e reivindicar ações dos órgãos de planejamento e gestão

auto-organização

participação institucionalizada com auto-organização

disseminação de processos de auto-organização

auto-organização voltada para o uso de instrumentos institucionais

Fontes das imagens: em cima, arquivo da iniciativa Squat Tempelhof, da iniciativa Tempelhof für Alle, da autora, da iniciativa THF 100%,; embaixo, arquivos do website do Senat de Berlim e do jornal RBB online.

A mobilização dos moradores pela abertura do campo do Tempelhof (2008)

A discussão sobre os planos de construção e de uso do campo do Tempelhof, que já acontecia há alguns anos por parte do Departamento de Desenvolvimento Urbano, intensifica-se com o seu fechamento em 2008.[49] A possibilidade de desenvolvimento da área é vista como uma oportunidade para atrair investidores e propiciar atividades lucrativas para a indústria imobiliária (Roskamm, 2014). Antes mesmo do fechamento, já são discutidos em 2007 planos para a criação de "milhares de novas moradias e escritórios" na área por meio da construção de novos quarteirões nas bordas do campo, reestruturando também as vizinhanças imediatas (Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt, 2008). Esse processo é acompanhado por oficinas participativas, no contexto da *Ideenwerkstatt* (Oficina de Ideias), que resultou em um plano inicial que conjugava usos temporários no presente e propostas de intervenções futuras (Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt, 2010). A partir do fechamento do espaço, em 2008, a administração pública passa a trabalhar com uma proposta de desenvolvimento urbano chamado *Tempelhofer Freiheit* (o que pode ser traduzido como Liberdade do Tempelhof). Uma das áreas afetadas pela proposta de construção de novos blocos de apartamentos nas bordas do campo é a Schillerkiez[50], vizinhança localizada ao leste do aeroporto, economicamente vulnerável e politicamente organizada contra processos de valorização imobiliária e fundiária.

Paralelamente aos planos oficiais, surgem iniciativas que questionam radicalmente as propostas de construir no campo. A iniciativa *Tempelhof für Alle* (Tempelhof para todos), voltada para combater o processo de gentrificação na Schillerkiez, defende o uso público e não-comercial da área. Uma outra frente, a *Squat Tempelhof* (Ocupação Tempelhof), inicia uma campanha convidando toda a população de Berlim para uma ocupação em massa da área, em junho de 2009. Fazendo referência à cultura de ocupação de espaços vagos em Berlim, a chamada no site e nos panfletos traz como título a pergunta: "Você já ocupou um aeroporto?" O texto afirma que os moradores querem decidir por eles mesmos o novo uso do espaço e que eles têm diversas

[49] Houve ainda, antes do seu fechamento, mobilizações contrárias ao fechamento e a tentativa de realização de um referendo em 2008 em favor da continuidade de suas atividades. Esse referendo acabou não tendo continuidade por falta de votantes. Tendo em vista que todo empreendimento deve, por lei, contar com a participação daqueles que serão diretamente afetados, o processo de planejamento oficial se inicia já em 2007 e é acompanhado de diversos fóruns, reuniões públicas e pesquisas de opinião. Busca-se incluir imigrantes por meio de suas associações, grupos religiosos e do programa *Quartiersmanagement*. Já nesse momento é proposto construir nas bordas do espaço (Burgess, 2014).

[50] Schillerkiez é a vizinhança em torno da Schillerpromenade, rua localizada no distrito de Neukölln. O termo *Kiez* se refere à porção urbana reconhecida pelos moradores como sua vizinhança, sem ter necessariamente uma relação direta com divisões administrativas oficiais.

ideias de uso não-comercial, as quais refletem as necessidades da comunidade local.[51] No dia da ocupação, centenas de moradores se reúnem no entorno do aeroporto para festejar, bloquear ruas e derrubar as grades. Apesar da tentativa ser reprimida fortemente pela polícia em uma operação com cerca de mil policiais, a mobilização contribui para ampliar o debate sobre possíveis usos públicos do espaço sob o controle popular. Pode-se dizer que o interesse da população, evidenciado na ação de diferentes grupos, influencia diretamente os momentos subsequentes do processo, inclusive as estratégias de planejamento institucional que são adotadas pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano.



Figura 25: Mobilização para ocupar o aeroporto em 2009.
Fonte: Trecho do vídeo Aktion: Squat Tempelhof Airport, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v-4SEp4X8cI

Em meio ao debate sobre os planos oficiais de abertura do espaço e de construção em suas bordas, em outubro de 2009, o jornal crítico *Die Tageszeitung* (TAZ) publica uma proposta provocativa, sugerindo usar o espaço do Tempelhof como um experimento de democracia direta.[52] A provocação se dirige exatamente ao modo como a participação popular vinha sendo promovida pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano, que era em grande medida consultiva e permitia apenas os usos temporários selecionados pela administração pública – como será explicado mais adiante. A matéria publicada defende, no lugar desse processo burocrático, a tomada de decisão direta e coletiva da população sobre o espaço. A crítica é direcionada especificamente à propaganda institucional de Berlim como "a capital da participação", apontando que, no final das contas, quem decide sobre a implementação ou não de certas ideias propostas pela população é a própria administração pública (TAZ, 2009).

A proposta do jornal apresenta uma solução para lidar com as dimensões quase inconcebíveis da área: *Ein Quadratmeter Tempelhof für Jeden* (um metro quadrado do Tempelhof para todos) consistia em distribuir os metros quadrados do espaço em desuso (por volta de 3.5 milhões m²)

[51] O convite para a ocupação do Tempelhof em 2009 está disponível em: http://tempelhof.blogsport.de/ images/ flyer_rck_en.jpg; um vídeo da campanha para ocupar o Tempelhof, mostrando um treinamento com informações úteis para entrar no espaço, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5TLM-yg6JNU; e um vídeo mostrando alguns dos momentos da tentativa de ocupação e da violência da repressão policial pode ser visto em: https://www.youtube.com/watch?v=v-4SEp4X8cI

[52] A matéria de Gereon Asmuth está disponível em: http://www.taz.de/!5153500/

entre os moradores de Berlim (aproximadamente 3.5 milhões de habitantes). Cada morador teria assim um metro quadrado, fato que demandaria uma organização coletiva das propostas, já que pouca coisa se pode fazer com apenas um metro quadrado. Um campo de futebol, por exemplo, com 7.500 metros quadrados, envolveria necessariamente 7.500 moradores negociando suas porções espaciais. A proposta ainda sugere o uso de instrumentos de democracia direta eletrônica, como um site contendo a vista aérea do aeroporto para que as pessoas possam escolher a localização do seu metro quadrado e conquistar adeptos para as suas propostas. Segundo o autor da provocação, o processo se autorregularia como em uma Wikipedia (TAZ, 2009).

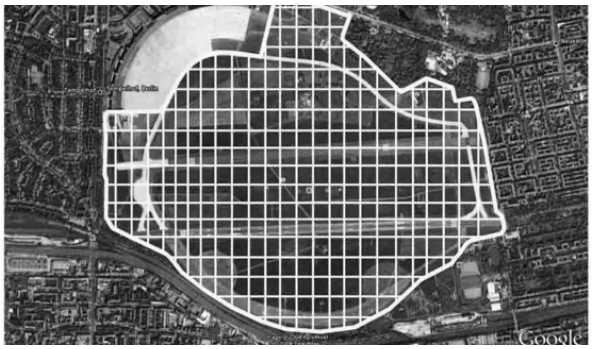


Figura 26: proposta do jornal TAZ.
Fonte da imagem: Metrozones, 2015.

Essa proposta foi criticada por autores como Roskamm (2014), que aponta um suposto tom neoliberal na tentativa de se discutir a questão por meio da noção de propriedade privada. Apesar da possibilidade dessa interpretação controversa, pode-se dizer que a provocação contribui para animar o debate e oferecer elementos para a imaginação sobre como poderia ser concretamente uma produção coletiva e negociada do espaço ao longo do tempo. Além disso, a proposta apresenta um instrumento curioso de democracia direta para a apropriação de uma grande área por um número grande de pessoas: uma única regra (o tamanho reduzido da área de cada morador) impediria a apropriação individual do espaço e ao mesmo tempo propiciaria a negociação do espaço, ampliando as possibilidades de propostas coletivas sem predeterminá-las.

A abertura do parque e o processo de planejamento combinado com usos temporários (2010-2011)

Diante da pressão popular, em maio de 2010, o Departamento de Desenvolvimento Urbano decide abrir o espaço como um parque, no âmbito da proposta *Tempelhofer Freiheit*. A infraestrutura do parque é mínima, contando com alguns banheiros, placas de localização, pontos de informação e alguns pontos de venda de comida e bebida. De um modo geral, o espaço é mantido como um aeroporto. Segundo Roskamm (2014), é exatamente o fato de o parque ser "um aeroporto sem aviões" que atrai milhares de pessoas de todas as partes da cidade. O vento e as pistas asfaltadas propiciam uma gama de atividades que não são possíveis em outros espaços de uso público. Ainda que exista a delimitação de áreas designadas para certas atividades, como para fazer churrasco ou soltar cachorros, o espaço se caracteriza

especialmente pela indeterminação de uso devido à inexistência de um desenho de parque – com caminhos, bancos, iluminação estratégica e canteiros. O dia da abertura foi marcado por diversos protestos – todos controlados pela polícia – de grupos anticapitalistas e contra o aumento de aluguéis nas adjacências do aeroporto (TAZ, 2010).

Como parte do plano de desenvolvimento do espaço a longo prazo, ainda em 2010 – no escopo do *Tempelhof Projekt* (Projeto Tempelhof) –, o Departamento de Desenvolvimento Urbano abre uma chamada para que diferentes grupos da sociedade proponham usos pioneiros e temporários no campo (*Zwischen- und Pioniernutzer*). O texto da chamada assume que essa estratégia de planejamento tem como referência a cultura de uso temporário e espontâneo de áreas vazias pela população de Berlim. Essa narrativa busca evidenciar a predisposição da administração pública em estabelecer uma cooperação entre planejamento institucional e demandas propostas pelos moradores (Tempelhof Projekt, 2010). Como resposta, diversos grupos se organizam e de 138 propostas, 19 são selecionadas para ocupar três espaços nas bordas do campo – *Neuköllner Nachbarschaften* (vizinhança de Neukölln), *Kombinierte Sport - und Kulturnutzung* (uso combinado de esporte e cultura) e *Wissenschaft Kultur* (estudos culturais), sendo que nem todas são implementadas. Dentre as principais propostas implementadas, estão os jardins comunitários localizados na borda destinada às atividades da vizinhança de Neukölln, que constituem uma das práticas analisadas nesse estudo de caso: o conjunto formado pelos jardins *Allmende-Kontor, Stadtleigarten Schillerkiez* e *Rübezahlgarten,* que são produzidos coletivamente por grupos de moradores da Schillerkiez e por ativistas ligados ao plantio urbano comunitário. Existem atualmente outros 14 projetos pioneiros no campo, dentre eles, um campo de mini-golfe e uma oficina de bicicletas, conduzidos também por organizações registradas e sem fins lucrativos.

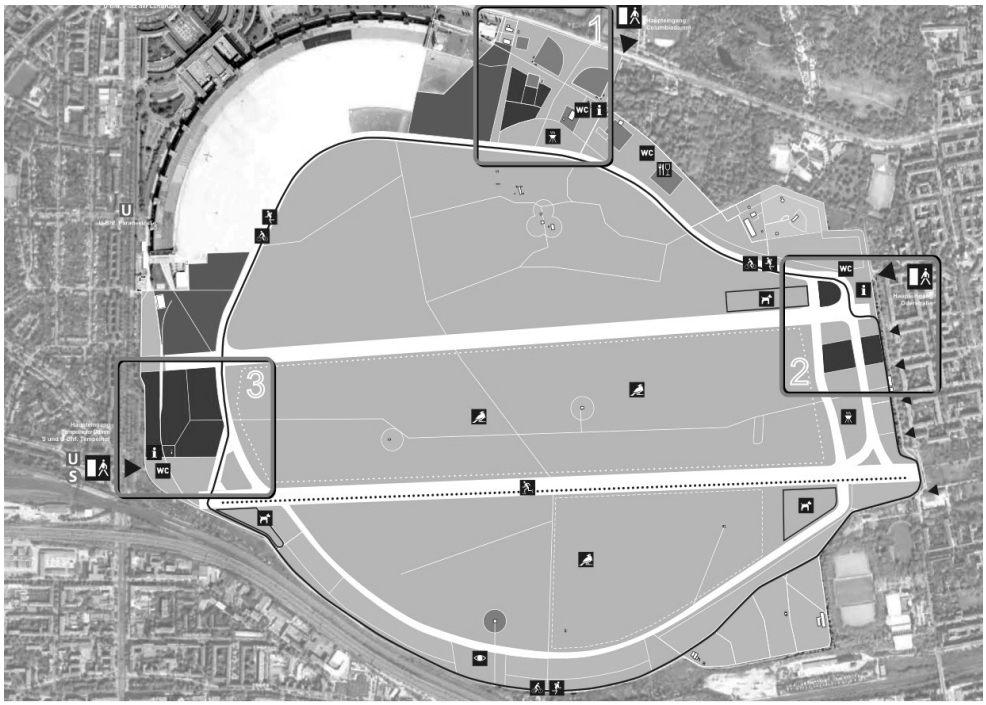


Figura 27: As três áreas do Tempelhofer Feld reservadas para os usos pioneiros
Fonte: Website Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt, 2010



Figura 28: Localização dos jardins
Fonte da imagem: Google Maps e arquivo da autora, 2015.

A permissão inicial para a atividade de plantio comunitário seria de seis anos, mas, antes mesmo da instalação dos jardins, a permissão é reduzida para três anos. Como os grupos não têm autorização para plantar diretamente no solo – tanto pelo caráter temporário da permissão quanto por um suposto risco de contaminação do solo –, os jardins são plantados em jardineiras suspensas. Além das jardineiras, são construídos espaços de estar, com mesas, bancos e estruturas de madeira em cada núcleo de plantio. Essa área passa a ser utilizada intensamente pela população que visita o parque diariamente, sobretudo os fins de semana. É interessante observar que a primeira impressão que se tem ao visitar esse espaço é de que os jardins comunitários são fruto de uma ocupação totalmente espontânea. Mas essa impressão é ligeiramente distorcida por placas oficiais da administração pública que, de certa maneira, explicitam que se trata de um espaço concedido e controlado por ela.



Figura 29: Placa da administração pública
Fonte da imagem: arquivo da autora, 2015



Figura 30: Jardins comunitários do Tempelhofer Feld
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Enquanto os usos pioneiros se consolidam, o Departamento de Desenvolvimento Urbano passa a trabalhar com a proposta de planejamento vencedora de um dos concursos realizados: um *masterplan* com construções nas bordas do campo e um parque no centro – nos 230 hectares restantes –, envolvendo um investimento público consideravelmente alto e a participação de investidores privados. O plano prevê, além das 4.700 unidades de moradia e escritório, uma biblioteca nacional, a reestruturação das vizinhanças adjacentes para conectá-las aos novos quarteirões que serão construídos, estação de metrô, passarela de pedestre, etc. A proposta, curiosamente, desconsidera os usos pioneiros, prevendo novas construções em suas áreas, o que é endossado pela administração pública em um dos documentos de apresentação do plano: "no presente, o campo do Tempelhof abriga 13 projetos nos terrenos pioneiros, cobrindo uma área de 12 a 19 hectares que são designados para construções futuras, permitindo apenas o seu uso limitado." (Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt, 2012 - tradução da autora). A área ocupada pelos jardins é igualmente ignorada pelo plano que propõe, além dos blocos de apartamentos na borda onde se localizam, um enorme monumento de pedra, como mostra a imagem abaixo. As novas construções são representadas de modo quase transparente, disfarçando o seu real impacto no campo.



Figura 31: Trecho do plano da administração pública, com as construções translúcidas
Fonte: Website Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt, 2012

Pode-se dizer que, nesse momento, o conflito entre práticas auto-organizadas e planejamento institucional, que até então acontecia de forma relativamente controlada, fica evidente, provocando uma nova onda de mobilizações contra as propostas oficiais para a área.



Figura 32: Imagens da proposta da administração pública
Fonte: Website Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt, 2012

A contraproposta da iniciativa Tempelhofer Feld 100% e a produção coletiva dos jardins comunitários ao longo do tempo (2011-2016)

Duas práticas auto-organizadas são destacadas em função de sua repercussão direta na produção do espaço do Tempelhof: uma delas é a iniciativa Tempelhofer Feld 100% (THF 100%), que elabora uma contraproposta ao plano da administração pública por meio de um referendo; a outra é a produção e permanência dos jardins comunitários para além do limite de tempo concedido no contexto dos usos pioneiros e temporários.

A iniciativa THF 100%

A iniciativa THF 100% é fundada na vizinhança Schillerkiez em 2011, na esteira das iniciativas já mencionadas. Diante da notícia sobre os planos de construção e com o apoio de moradores de outra parte da cidade, a iniciativa amplia a sua campanha para a realização de um referendo. Questionando o plano de construção e a falta de poder de decisão dos moradores, a iniciativa elabora uma contraproposta por meio de uma lei que define a preservação total do campo, mantendo o seu uso público e a possibilidade de projetos comunitários. O objetivo dessa lei é impedir qualquer plano de construção e a privatização do espaço por parte da administração pública. Os argumentos da lei têm como foco principal o uso público do espaço pelos moradores da cidade, a diversidade da fauna e flora do local, a ameaça do aumento de aluguéis e da gentrificação das vizinhanças econômica e politicamente vulneráveis do entorno, e a importância história do aeroporto (Schalk, 2014; ThF-Gesetz, 2014). Inicialmente, a iniciativa THF 100% não se opunha apenas ao plano apresentado pela administração pública, mas também a qualquer plano futuro que envolvesse a alteração do espaço visando o lucro.

Durante a campanha em prol do referendo, a iniciativa faz um trabalho intensivo de divulgação das informações que estavam em jogo, especialmente por meio de jornais – no formato popular de tabloide com textos simples, diretos e repletos de imagens –, além de postagens em seu website, lista de email e na página do Facebook, assim como reuniões em vizinhanças da cidade com a presença de grupos locais também organizados contra o aumento de aluguéis e outras questões do espaço urbano. Esse trabalho incrementa o nível do debate entre os moradores fazendo com que o assunto passe a ser veiculado nos principais meios de comunicação da cidade. A imagem abaixo mostra um dos jornais distribuídos pela iniciativa. À esquerda, o *masterplan* é apresentado sob o título "retorno para poucos", com detalhes sobre o investimento público que seria utilizado. À direita, é explicitada a proposta da iniciativa sob o título "cidade para todos", mostrando as vantagens de se manter o espaço preservado, utilizando o investimento previsto para a construção do *masterplan* em outras áreas, como habitação social e educação. O objetivo é explicar as opções que as pessoas teriam na cédula no dia do referendo, do que cada uma delas trata e seus argumentos.



Figura 33: Folhas internas do jornal distribuído antes do referendo, apresentando as duas propostas em disputa
Fonte: PDF disponível no website da iniciativa THF 100%, (*kampagnenzeitung)*, 2014.

Em relação ao processo de organização e comunicação da iniciativa, o uso de ferramentas digitais – como o próprio website, além de email e Facebook – foi atrelado à manutenção de encontros periódicos presenciais. De acordo com uma integrante da iniciativa, que assumiu o papel de coordenação da campanha, trata-se de uma prática que ela aprendeu no movimento *squatter* nos anos 1980, um comprometimento "cara a cara" que, na sua visão, ainda não é

possível por meio do uso de ferramentas digitais[53]. Ela aponta ainda que era comum que a iniciativa tivesse um número considerável de simpatizantes pela causa no Facebook, mas quando precisava de ajuda em um fim de semana, nem dez pessoas compareciam. O comprometimento se dá então no próprio processo de organização e de definição presencial das ações da iniciativa. Para seus integrantes, tão importante quanto usar as redes sociais é estar nas ruas diariamente e conversar com um número cada vez maior pessoas durante os meses da campanha, contribuindo para o debate político da questão que está em jogo.

Além da divulgação das informações, as próprias reuniões adotam uma estrutura em que todos têm um mesmo tempo máximo de fala e se comprometem a dar prosseguimento às ações propostas em suas falas. Para a integrante entrevistada, essa objetividade é importante para que, para além das discussões, as ações se concretizem dentro do limite de tempo, com as responsabilidades sendo assumidas e distribuídas. É importante observar que essa objetividade se deve também ao próprio processo do referendo, em que os objetivos são muito claros e devem obedecer ao limite de tempo de cada etapa. A iniciativa alugou uma sala para funcionar com escritório da campanha, com recursos próprios e de doações, para que houvesse uma central para impressão e organização das listas de assinaturas, produção dos cartazes, jornais, bolsas e adesivos, assim como para a realização as reuniões. O fato de abrirem um escritório específico para a campanha – que foi um passo subsequente à organização dos moradores que surge na Schillerkiez – foi importante para publicizar a iniciativa, permitir que pessoas com histórico de atuação política auto-organizada, tempo e recursos passassem a colaborar. Há também nesse momento um fator espontâneo que favorece a campanha, como indivíduos e grupos não ligados à iniciativa fazendo coletas de assinaturas voluntariamente em pontos que não eram previstos pelos responsáveis pela campanha.



Figura 34: Resumo do que é permitido (*erlaubt*) e proibido (*verboten*) na lei (*Gesetz*)
Fonte: Website THF 100%, 2014.

[53] Na década de 1980, os moradores dos prédios ocupados se organizavam por meio de reuniões que aconteciam em cada prédio uma vez por semana, reuniões a cada duas semanas com moradores dos prédios que faziam parte de uma mesma porção urbana e reuniões mensais com os moradores de todos os prédios ocupados em Berlim.



Figura 35: Uso cotidiano do campo do Tempelhof
Fonte: http://wonderfulengineering.com/, 2016

A administração pública – tanto o executivo (*Senat*) quanto o legislativo (*Abgeordnetenhaus*) – fez uma forte campanha contrária, com apelo especial à questão do déficit de moradia, além de argumentar que proibir qualquer alteração significaria "congelar" o espaço enquanto o resto da cidade se transformava. Segundo a administração pública, as construções nas bordas do campo do aeroporto ampliariam o estoque de habitação e escritórios e garantiria que 1700 de 4700 apartamentos fossem acessíveis para baixa e média rendas (DIE ZEIT, 2014). Do outro lado, a iniciativa buscou esclarecer em diferentes debates que a construção de moradias não necessariamente serviria aos grupos mais vulneráveis e ampliariam um estoque pouco acessível, reforçando processos de valorização imobiliária. Nesse sentido, a iniciativa estava em consonância com outras iniciativas que defendem a reformulação da política de habitação social para a cidade de Berlim, presentes em bairros vizinhos como Neukölln e Kreuzberg. A privatização de partes do Tempelhof para empreiteiras privadas não garantia a construção de unidades acessíveis e só serviria para minar esse objetivo maior. A estratégia da iniciativa foi evidenciar as contradições presentes no *masterplan* da administração pública, principalmente a falta de garantia de habitação social e os custos para a execução do plano e da infraestrutura urbana que seria necessária. Um dos argumentos da iniciativa, nesse sentido, era de que seria mais barato construir novas habitações em áreas já integradas e providas de infraestrutura, garantindo que as unidades fossem acessíveis aos grupos sociais vulneráveis.

Em maio de 2014, depois de passar pelas etapas burocráticas exigidas para a realização do referendo, 65% dos votos decidem pela manutenção da área como um espaço livre e público, interrompendo os planos de construção.[54] A lei traz dois aspectos importantes: a preservação total do campo e um processo de planejamento participativo. Por meio do uso de um instrumento extremamente regulado e formal, a iniciativa criou condições para que o debate sobre o poder de decisão dos moradores sobre os espaços da cidade acontecesse amplamente e

[54] De acordo com os resultados por distrito, os moradores que mais marcaram "não" para a proposta da administração pública e "sim" para a proposta da iniciativa THF 100%, são dos distritos de Friedrichshain-Kreuzberg, Neulkölln e Tempelhof-Schonenberg (vizinhos do entorno imediato do antigo aeroporto). O apoio dos distritos do entorno também foi significativo na etapa da coleta das 185.328 assinaturas válidas (Die Landeswahlleiterin für Berlin, 2014. Disponível em: https://www.wahlen-berlin.de/abstimmungen/VE2014_TFeld/Ergebnisprozent.asp?sel1=6053&sel2=0798, acesso em junho de 2016).

de modo informado, extrapolando o momento da votação. Para Lebuhn (2015, pg. 7), foi ironicamente por meio do "canal mais pré-formatado" de participação que diferentes grupos encontraram um objetivo comum e avançaram na discussão da questão do controle democrático dos recursos urbanos.

Os jardins comunitários no campo

Os jardins comunitários constituem, além da iniciativa THF 100%, uma das frentes que atuam diretamente na produção do espaço. Como já foi mencionado, a sua produção acontece a partir da abertura da administração pública a propostas da população em um certo momento do processo de planejamento anterior ao referendo. Os grupos responsáveis pela produção dos jardins *Allmende-Kontor, Stadtleigarten Schillerkiez* e *Rübezahlgarten* conseguem se organizar o suficiente para garantir a sua permanência para além dos três anos que estavam previstos no contrato, o que também acaba contribuindo para a campanha do referendo. De acordo com entrevistados do Allmende-Kontor, inicialmente, os proponentes ficam receosos em desenvolver uma proposta junto à administração pública. Depois de submeterem a proposta em 2010 e de meses de espera para ocupar o espaço devido às burocracias da administração pública, eles decidem pressionar para que o plantio comece antes do verão de 2011.

O Allmende-Kontor é o articulador desse conjunto de jardins e tem por objetivo ser um centro de referência que incentive o surgimento de novas áreas de plantio comunitário na cidade, difundindo informações sobre métodos e materiais, reunindo projetos de grupos de imigrantes e de escolas, além de ter em vista uma possível rede de jardins urbanos em Berlim. O coletivo atua também contra a remoção de outros jardins na cidade e luta contra o senso comum de que já existem suficientemente jardins em Berlim. Esse senso comum, de acordo com um dos entrevistados, se deve à grande quantidade de espaços verdes na cidade e à tradição alemã dos jardins arrendados *(os kleingärten*[55]*)*, que são na realidade privados e não comunitários ou de uso público. O coletivo se inspira no exemplo de Nova York, onde a prática dos jardins comunitários levou à criação de um órgão na administração pública da cidade. No entanto, seus integrantes preferem não fazer parte da administração pública para manter a autonomia de uma prática auto-organizada, o que não impede que eles façam eventualmente a mediação entre grupos de plantio e a administração pública. Segundo uma das integrantes, trata-se de uma abordagem na escala microlocal e no cotidiano, em que estão em jogo as interações sociais, o trabalho coletivo e também o espaço. Essa integrante aponta ainda que, apesar de o Allmende-Kontor ter começado como uma iniciativa de uma maioria de "brancos de classe-média", ainda nos primeiros meses, os moradores da vizinhança Schillerkiez – de baixa renda,

[55] Os *Kleingärten* (pequenos jardins) são sistemas de jardins arrendados muito comuns nas cidades alemãs, onde moradores de diferentes regiões cultivam legumes e frutas. Esses loteamentos de pequenos jardins dispostos ao longo de ferrovias e auto-estradas, surgiram no século XIX como medida para melhorar a qualidade de vida dos operários nas cidades industriais (Costa, 2012).

com histórico de imigração e com um número alto de desempregados – ocupam uma parte do espaço, produzindo um jardim voltado para a vizinhança. Nesse contexto, o objetivo dos jardins, para além do cultivo de comida propriamente dito, é promover a interação, a troca de conhecimento prático e a auto-organização social.

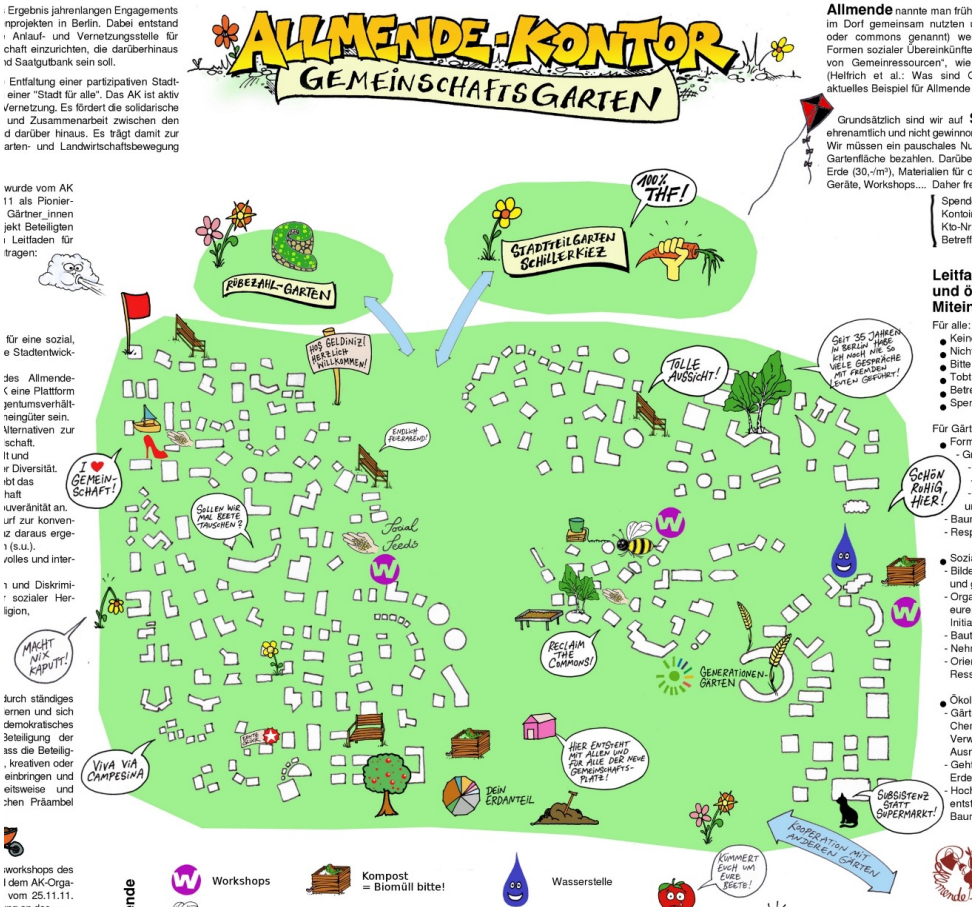


Figura 36: Ilustração jardim Allmende-Kontor
Fonte: Website Allmende-Kontor, 2016

No que diz respeito à organização espacial dos jardins, foi imaginada inicialmente uma estrutura para que diferentes grupos ocupassem de forma auto-organizada o espaço. A única recomendação dada foi que cada grupo produzisse um núcleo, com jardineiras suspensas e o que mais fosse necessário, como bancos e outros elementos. Tudo é construído de modo que possibilite a mobilidade do jardim, caso eles tenham que sair do campo do antigo aeroporto. Cada núcleo tem uma bandeira de cor diferente, para organizar a gestão e manutenção da área.[56] Os integrantes dos jardins não acreditam que o solo seja contaminado, já que nunca viram técnicos fazendo testes para saber se essa informação procede. Para eles, isso mostra que

[56] Disponível em: http://www.allmende-kontor.de/index.php/gemeinschaftsgarten.html

a administração pública não quer que eles fiquem lá por muito tempo e, literalmente, criem raízes no espaço. Uma das integrantes aponta que, independentemente dessa questão, não acha que o jardim deva expandir, já que o campo precisa ter espaço para outras atividades e que novos jardins podem ser construídos em outras partes da cidade.

Desde a sua instalação no campo, em 2011, o coletivo precisa renovar o contrato de uso temporário do espaço todo ano. Além desse processo burocrático, os integrantes pagam uma taxa anual para a administração pública de um euro por metro quadrado – valor que, segundo um dos entrevistados, seria simbólico se o espaço não tivesse 5000 metros quadrados. Com um total de 200 pessoas, o acordo é que cada um contribua com 25 euros por ano, sendo que as pessoas pagam mais ou menos de acordo com a sua renda. O grupo já tentou eliminar diversas vezes a obrigação de pagar essa taxa com a justificativa de que trabalham na manutenção de uma área que é uma das mais utilizadas pelo público que frequenta o campo do Tempelhof. Até o momento, não obtiveram sucesso nessa solicitação. Apesar dessa taxa e da incerteza sobre a sua permanência, diante da nova situação do campo do Tempelhof após o resultado do referendo, os jardins se estabelecem para além do caráter temporário inicial. Mas ainda que tenham conquistado alguma força política ao longo do tempo, os seus integrantes são críticos em relação às limitações que enfrentam e à dependência de renovação anual do acordo, o que dificulta o seu desenvolvimento pleno.[57]

Tanto os entrevistados ligados à iniciativa THF 100% quanto aqueles vinculados às práticas de plantio fazem questão de mencionar que são iniciativas diferentes, apesar de serem tratadas comumente como se fossem um só grupo. Ainda que tenham surgido em um mesmo momento e que concordem em relação à proteção do campo, uma ação é independente da outra desde o início. É comum que as pessoas tentem formular narrativas lineares sobre esse caso, o que remove a complexidade presente nos diferentes grupos que estão em ação. Alguns órgãos da própria administração pública consideram o projeto dos jardins como o local onde a iniciativa THF 100% surgiu, o que, segundo uma das entrevistadas, não procede.

O processo participativo de planejamento posterior ao referendo

Após o resultado do referendo, os integrantes da iniciativa THF 100% se mobilizam para elaborar o processo de planejamento e gestão colaborativa do campo que era previsto na lei por eles proposta. Esse processo é imaginado como um concurso aberto para a cidade, durando nove meses, em 4 etapas: na primeira, haveria uma grande reunião para elencar as questões em jogo; na segunda, uma série de oficinas para que moradores e especialistas se sentassem juntos para elaborar propostas; na terceira, haveria uma nova grande reunião para selecionar as melhores propostas; e, na quarta, essas propostas seriam expostas no hall do antigo aeroporto e

[57] Informações obtidas por meio de entrevistas.

os interessados poderiam votar em três ou quatro possibilidades. A ideia era apresentar essa proposta de processo participativo na reunião em que a administração pública trataria do assunto. No entanto, segundo uma entrevistada, essa tentativa é ativamente interditada pela administração pública, que já tinha um processo participativo institucional definido e que seria coordenado por especialistas por ela contratados. Diante desse impasse, a iniciativa passa a perder força e se dissolver, julgando que não valeria a pena passar os próximos meses em uma disputa pouco frutífera com a administração pública.

De setembro de 2014 a maio de 2016**,** o Departamento de Desenvolvimento Urbano passa a promover um complexo processo participativo para a formulação do Plano de Desenvolvimento e Manutenção (*Entwicklungs- und Pflegeplan*, o EPP) do campo do Tempelhof. Apesar da considerável quantidade de recurso utilizada nesse processo, poucos participam, havendo uma média de 50 pessoas por reunião. Trata-se de um número pequeno, especialmente se comparado à mobilização externa e anterior a esse momento institucionalizado. Além das inúmeras reuniões presenciais, as discussões acontecem por meio de uma plataforma no website, onde as pessoas podem fazer sugestões para o plano.[58] Segundo uma integrante da iniciativa, ao contrário do processo por eles proposto, o plano institucional parece propositalmente complicado e não envolve a tomada de decisão, apenas o apontamento de possibilidades e diretrizes. Além disso, a participação pelo website é apontada como um problema por não permitir a difusão concreta de responsabilidades e o encaminhamento das propostas, já que nem todo mundo se identifica ao participar da plataforma, não ficando claro quem é a pessoa que está sugerindo uma certa ideia.

Os resultados do EPP foram publicados por meio de um produto relativamente longo, com textos e mapas, que contém diretrizes para a melhoria e manutenção dos espaços, mantendo projetos como os jardins comunitários, indicando a construção de infraestrutura como banheiros, bancos, bebedouros e áreas de alimentação, propondo a instalação de sombras, proteção de chuva, e áreas para plantio de árvores, assim como a delimitação de novas áreas reservadas para a prática de esportes, para cachorros, para churrasqueiras, etc. Há controvérsias a respeito desse plano, já que integrantes da iniciativa THF 100% o entendem como um meio para que a administração pública comece a desenvolver o espaço de modo discreto, viabilizando construções de apoio e de infraestrutura relacionadas aos usos sugeridos. As implicações do EPP ao longo do tempo são imprevisíveis, mas, a partir do que se pôde observar, o processo participativo foi marcado pela desmobilização de grande parte dos moradores, principalmente daqueles que se envolveram na campanha do referendo e daqueles que

[58] O processo participativo não é abordado em profundidade, uma vez que a pesquisa de campo teve como foco a investigação das práticas da iniciativa THF 100% e dos jardins comunitários. As questões mencionadas são importantes para a compreensão de como o processo iniciado por grupos auto-organizados foi incorporado pela administração pública.

integram os grupos que atuam nos jardins comunitários instalados no campo.[59] Uma das principais críticas é que não há a possibilidade de autogestão ou participação civil relacionada às construções já existentes no campo (Website THF 100%, 2016[60]). Existem mais de 20 construções, que serviam de apoio ao aeroporto e que seriam discutidas no processo de planejamento proposto pela iniciativa. Essas construções são desconsideradas pelo plano coordenado pela administração pública, uma vez que o interesse é voltado para construir equipamentos novos e, eventualmente, forçar a alteração na lei para que seja permitido construir.

De um modo geral, tanto o plano quanto o seu processo participativo é visto com ceticismo tanto por membros da iniciativa THF 100% quanto por membros dos jardins comunitários. Em suas palavras, trata-se de uma "farsa", uma maneira de impedir a participação efetiva das pessoas que questionam o modelo de desenvolvimento urbano vigente, uma estratégia que já foi adotada em outras situações, como no planejamento do parque *Gleisdreieck*. Se, desde o início do processo de planejamento participativo, os grupos auto-organizados já desconfiavam do interesse da administração pública de mudar a lei de preservação no futuro, o desdobramento desse caso não os surpreende: no final de 2015, diante da chegada de mais de 40.000 de refugiados a Berlim, a administração pública anuncia que pretende alterar a lei para viabilizar a construção controversa de abrigos temporários – inicialmente por três anos – para 7.000 pessoas, como ampliação do abrigo que já existe nos hangares do antigo aeroporto (RBB Online, 2016). A proposta do abrigo em massa é fortemente criticada tanto pelos integrantes da iniciativa THF 100% e apoiadores contrários ao desenvolvimento do Tempelhof quanto pelo Conselho de Refugiados de Berlim (*Flüchtlingsrat Berlin*) – que são contrários ao isolamento dos recém chegados em abrigos com condições de vida questionáveis e que defendem alternativas dignas que favoreçam a sua integração e evitem a sua estigmatização. Trata-se de uma questão delicada, já que os grupos contrários ao desenvolvimento do campo são favoráveis ao acolhimento de refugiados, à sua proteção e integração na cidade. A reunião de discussão da alteração da lei é marcada por muito protesto e esses grupos apresentam argumentos contrários à alteração de uma lei votada por meio de um instrumento de democracia direta e também contra a situação precária dos abrigos, apontando a existência de inúmeras edificações vazias ou inacabadas em outras partes da cidade que poderiam ser preparadas para receber as pessoas.

---

[59] Informações obtidas por meio de observação direta e entrevistas.

[60] Disponível em: http://www.thf100.de/news-initiative-lesen/items/unsere-kritik-am-epp-entwurf.html acesso em junho de 2016.



Figura 37: 2.200 refugiados vivem em abrigos temporários nos três hangares do antigo aeroporto.
Fonte: RBB Online, 2016.

Sem que possibilidades de acomodação alternativas sejam consideradas, a alteração da lei é aprovada algum tempo depois no órgão legislativo, com votos da coalisão formada pelo SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, o Partido Social Democrata) e CDU (*Christlich Demokratische Union Deutschlands*, a União Cristã-Democrata), ficando os partidos *Die Grünen* (Os verdes), *Die Linke* (A esquerda) e *Piratenpartai* (Partido Pirata) contrários à decisão. A iniciativa THF 100% considera a decisão como um "ataque frontal" à democracia e, diante dessa manobra, se reorganizam no início de 2016 para pleitear um novo referendo, voltado dessa vez para reforçar a própria lei do referendo na constituição: o *Volksentscheid Retten* (que pode ser traduzido como "salvar o referendo"). De acordo com uma integrante da iniciativa, a proposta envolve a modificação dos artigos da constituição que dizem respeito ao referendo, com o objetivo de facilitar a sua realização e de aumentar o seu controle por parte dos cidadãos, evitando que decisões tomadas via democracia direta sejam tão facilmente alteradas via democracia representativa. As principais mudanças propostas são: se o órgão legislativo de Berlim alterar uma lei aprovada via referendo, a população pode demandar um novo referendo para decidir sobre essa alteração mediante a coleta de 50.000 assinaturas em quatro meses (medida inspirada na regulação de Hamburgo); todo referendo deve ser realizado no mesmo dia de eleições; a diminuição do número de assinaturas necessárias para que uma iniciativa faça um referendo acontecer (de 175.000 para 125.000); a diminuição do número mínimo de participantes no próprio referendo (25% para 20%); o estabelecimento de um prazo para que a administração pública analise as assinaturas e dê um retorno para a iniciativa. Em suma, são medidas que têm por objetivo facilitar a realização do referendo e balancear o poder entre as pessoas e seus representantes, permitindo que elas tenham um controle maior sobre os resultados do referendo.[61] Por fim, uma decisão tomada por meio de um referendo com alta adesão da população é alterada com uma certa facilidade, mostrando que instrumentos de democracia direta têm pouco poder no contexto mais sólido da democracia representativa. Além disso, muitos estão convictos de que se trata de uma estratégia da administração pública para abrir precedente para que outras construções sejam propostas no espaço.

[61] Disponível em: https://www.volksentscheid-retten.de/ziele-gesetzt-zeitplan/, acesso em junho de 2016. No momento em que esse texto é escrito, a iniciativa está na primeira fase de coleta de assinaturas, obtendo um número satisfatório de apoiadores.

2. 2. 3 Aspectos que o caso do Tempelhof levanta para a discussão dos processos de auto-organização sócio-espacial

Esse caso mostra grupos previamente auto-organizados utilizando tanto do protesto quanto de instrumentos institucionais para alcançarem certos objetivos. Mas apesar de apresentarem uma postura crítica em relação às práticas conduzidas pela administração pública e de alterarem a direção da produção do espaço no âmbito legal, o processo de auto-organização tem uma ligação frágil com a produção material do espaço. Um dos pontos mais importantes está no fato de que os grupos auto-organizados atuam na produção de leis a partir do referendo, apresentando um forte ceticismo acerca da participação institucionalizada no planejamento e gestão urbanos. Ao mesmo tempo, esse caso mostra a fragilidade de instrumentos de democracia direta em um contexto mais sólido de democracia representativa. A seguir, alguns aspectos do caso são colocados em relevo para alimentar a discussão feita no capítulo seguinte.

Participação institucionalizada como entrave para o desenvolvimento de processos de auto-organização sócio-espacial

O processo de decisão sobre o destino do espaço do Tempelhof, assim como outros processos que envolvem espaços em disputa em grandes cidades, evidencia o conflito entre práticas espaciais auto-organizadas e práticas do planejamento urbano institucional. Em alguns momentos esse conflito acontece de modo tácito, com uma certa conciliação entre planejamento e práticas auto-organizadas. Em outros momentos, o conflito é explícito, provocando respostas mais diretas por parte dos moradores envolvidos. Os grupos auto-organizados conseguem driblar ora mais, ora menos, os impedimentos que surgem ao longo do processo, adotando diferentes estratégias e instrumentos que alteram as suas condições de ação. Ao mesmo tempo em que avançam na divulgação de informações – que, em grande medida, eram acessadas apenas por especialistas – e na fomentação do debate, as práticas auto-organizadas enfrentam ao longo do processo o risco de esgotamento e de enquadramento burocrático quando associadas aos canais de participação.

Pode-se observar ao longo do processo uma disputa entre duas lógicas contrárias de produção espacial. A lógica auto-organizada tem o potencial de possibilitar alternativas aos princípios da lógica institucional, dentre eles, a coordenação por parte de um especialista, a separação das etapas de projeto, construção e uso, assim como a existência de um o plano, que serve à inserção da produção espacial numa ordem econômica e institucional, que viabiliza orçamentos, alocação de recursos e aprovações legais (Baltazar; Kapp, 2006). O formato do processo de planejamento institucional que é inicialmente posto em prática no campo do Tempelhof

propicia a abertura para usos pioneiros e temporários, mesclando essas duas lógicas de produção espacial até um certo ponto e permitindo que a etapa de uso se misture à de planejamento. Alguns argumentam que esse formato se diferencia dos formatos convencionais de participação e que a mobilização de usos temporários em paralelo ao planejamento em longo prazo é uma tentativa de sincronizar essas duas lógicas (Schalk, 2014; Mackrodt e Helbrecht, 2013). No entanto, ainda que seja um experimento de planejamento interessante e que haja ganhos por parte dos grupos auto-organizados – como os produtores dos jardins –, esse processo acaba se mostrando frágil quando a burocracia institucional prevalece estabelecendo um limite de tempo para os usos pioneiros, desconsiderando esses usos como parte da produção efetiva do espaço em longo prazo. Isto significa que, nesse caso, o planejamento aberto à ação coletiva de diferentes grupos é uma experimentação temporária, onde a produção coletiva é simbólica, servindo, no máximo, para inspirar um projeto que será produzido e executado posteriormente de modo convencional. A fragilidade desse processo fica ainda mais evidente quando os usos temporários não constam como parte do plano oficial divulgado posteriormente pela administração pública.

A incorporação das práticas auto-organizadas em processos de planejamento participativos não necessariamente significa a sua consideração como agentes de tomada de decisão. Observando o desenvolvimento da proposta dos usos temporários e principalmente o processo participativo convencional adotado após o referendo, não é de se espantar que alguns dos moradores entrevistados afirmem que é muito comum experimentar processos em que se impede a participação por meio da participação institucionalizada.[62] A discussão sobre a postura estadocrítica, proposta por Souza (2012), se mostra útil para a análise dessa situação. Se por um lado é importante utilizar brechas no contexto do planejamento participativo, por outro, é importante que as práticas se auto-organizem para além delas, adotando a luta institucional como tática conjugada e subordinada à ação direta (Souza, 2012, 2006a). Ou seja, trata-se de uma complementaridade que envolve a mobilização de instrumentos formais e de canais participativos sem o abandono da auto-organização de estruturas próprias de discussão e de ação.

O potencial e os limites da contraproposta

Alguns críticos da lei proposta pela iniciativa THF 100% a consideram conservadora por impedir alterações no espaço. Um contra-argumento a essa consideração seria afirmar que, diante do contexto de valorização do espaço urbano em Berlim, manter a área como está – favorecendo o seu uso coletivo e a preservando os seus atributos naturais e históricos –, é uma proposta transformadora. Viabilizada por um instrumento bastante burocrático, a proposta que interdita a realização de empreendimentos que beneficiam agentes de interesse privado, constitui uma

[62] Informações obtidas por meio de observação direta e entrevistas.

força contrária à produção hegemônica do espaço. É importante considerar ainda que, desde 2007, a administração pública vinha promovendo processos de participação e consulta da população sobre os planos para o espaço, sem que o pressuposto de construção nas suas bordas pudesse ser questionado. O uso do referendo foi uma forma de desconstruir esse pressuposto, que parecia incontestável por meio da participação institucionalizada no planejamento. O potencial da contraproposta também está no seu caráter de antiplanejamento e de antiprojeto, ao pleitear a preservação de um espaço público sem desenho de parque convencional e sem pretender determinar esse desenho no futuro. Apesar da lei não explicitar como poderia ser o processo de produção espacial, o seu caráter indeterminado pode ampliar possibilidades de produção consonantes com o tipo de imaginação das primeiras propostas elaboradas, como a ocupação popular do espaço e a negociação coletiva dos usos.

O debate levantado ao longo da campanha extrapola a questão do campo do Tempelhof, fortalecendo a discussão sobre a valorização de porções urbanas no entorno do aeroporto, o aumento dos aluguéis e a situação da política de habitação social da cidade. Isso se intensifica posteriormente com a organização da campanha para um novo referendo, voltada para a questão dos aluguéis (o *Mietenvolksentscheid).* Apesar de ter se inspirado no referendo do Tempelhof, as suas discussões se iniciaram anteriormente, a partir da mobilização da organização Kotti & Co – mencionada na contextualização do presente caso. A proposta do referendo dos aluguéis, nessa ocasião, envolve reestabelecer a política habitacional de Berlim por meio da criação de pelo menos 120.000 habitações acessíveis para grupos de baixa renda e de um fundo de desenvolvimento de moradia, bem como da transformação das companhias municipais em instituições reguladas por leis públicas e controladas pelas associações de inquilinos.[63] Contudo, o referendo dos aluguéis acabou não tendo prosseguimento. Depois da primeira fase de coleta de assinaturas, os integrantes da iniciativa responsável decidiram negociar com a administração pública e tentar emplacar as suas questões por meio dos representantes do órgão legislativo, desistindo da segunda coleta de assinaturas e abrindo mão da realização do referendo. Outro problema é que, apesar de ter se espelhado no processo do referendo sobre o campo do Tempelhof, a iniciativa dos aluguéis escreveu um projeto de lei extensa e complexa (com muitos elementos), o que, além de ter tornado a proposta inviável, dificultou a sua compreensão por grande parte dos interessados no referendo, principalmente por parte da população mais vulnerável e diretamente afetada pelos problemas da política de habitação social em Berlim. Membros da iniciativa THF 100% são críticos em relação a esse problema da iniciativa do referendo dos aluguéis e entendem que esse foi o principal motivo para ela não ter dado certo.

Apesar disso, pode-se notar que existe um processo de aprendizagem dos processos de auto-organização por meio do compartilhamento de informações sobre seus métodos, estruturas, táticas e estratégias. É importante observar também que, que desde o início, a mobilização em

[63] Website da iniciativa: https://mietenvolksentscheidberlin.de/.

torno da questão do aeroporto esteve atrelada à discussão sobre os problemas da política de habitação social local. Ou seja, trata-se de uma disputa articulada às disputas urbanas de grupos vulneráveis, com histórico de imigração e que vêm perdendo direitos sociais nos últimos anos. Segundo uma integrante dos jardins comunitários, o referendo do Tempelhof interrompeu todo um processo de planejamento que vinha sendo promovido de cima para baixo e a administração pública não contava com a vitória do referendo, não sabendo exatamente o que fazer depois disso. Os moradores que votaram a favor da proposta da iniciativa – só do entorno do aeroporto, mas de todos os distritos de Berlim – evidenciaram a insatisfação da população em relação ao modo como a administração pública estava conduzindo o processo de decisão sobre o espaço.

Um dos limites que se pode identificar na contraproposta da iniciativa THF 100% é que a experiência durante a campanha para o referendo, com o trabalho de divulgação das informações e da fomentação de debates em diferentes vizinhanças, não tem uma continuidade consistente depois da votação. Além disso, a iniciativa não chega a discutir como seria a produção coletiva do espaço ao longo do tempo, o que comparecia de modo mais frutífero no início das mobilizações pela ocupação do espaço e na proposta do jornal TAZ. A proposta de planejamento posterior ao referendo acaba tendo como foco um momento pontual de planejamento – ainda que dividido em etapas, tem como objetivo gerar um plano – e não uma prática que poderia acontecer ao longo do tempo, dando continuidade ao processo de auto-organização por meio da produção do espaço. Esse limite se deve em grande medida ao próprio formato do referendo que, apesar de ter se mostrado o único meio de bloquear todo o plano de desenvolvimento proposto pela administração pública, tem como foco um produto (uma lei) e não o processo de produção espacial em curto, médio e longo prazo. A falta de uma estratégia de ocupação e de produção material do espaço paralela à estratégia legislativa e para além dos canais participativos, deixa a situação vulnerável a possíveis alterações da lei no futuro – o que de fato passa a acontecer no início de 2016. Nesse ponto, o referendo tem uma limitação que é semelhante a de outros instrumentos de democracia direta presentes na gestão urbana de diferentes cidades: depois da decisão tomada pela população, retoma-se um processo de planejamento e gestão conduzido burocraticamente por especialistas ligados à administração pública.

De acordo com uma das entrevistadas, o longo e burocrático processo de planejamento proposto pela administração pública após o referendo foi estratégico, pois aqueles que mais se engajaram – voluntariamente e usando o tempo livre – estavam cansados. Diante disso, chega a ser perverso apontarem que a iniciativa foi "chamada para participar, mas não compareceu". Ela ainda menciona que atuar num "processo participativo da administração pública" não é tarefa simples, mas uma atuação "quase profissional" que envolve saber como se portar nas reuniões, ter paciência, ter contatos, entender como as discussões acontecem, conhecer os códigos usados

pelas autoridades de planejamento, etc.[64] Trata-se de um gasto de energia muito grande e quem participa precisa saber o que é preciso fazer para conseguir incluir suas demandas. Isso dificulta a participação daqueles que têm um nível baixo de educação formal e pouco tempo livre, como a população mais pobre e vulnerável.

Enquadramentos e possíveis resistências

Ao mesmo tempo em que apresentam alternativas e propiciam o debate sobre a atuação de diferentes moradores urbanos na produção do espaço, a auto-organização dos diferentes coletivos no caso do Tempelhof pode ser incorporada por processos de valorização fundiária e imobiliária. Isso pode acontecer, ainda que as práticas auto-organizadas tenham se desenvolvido a partir do questionamento desses processos por parte dos moradores da Schillerkiez e apoiadores. Apesar da cidade de Berlim ter parques e áreas verdes de acesso público em toda a sua extensão, o campo do Tempelhof pode servir de elemento que reforça a valorização do entorno, favorecendo processos de gentrificação. Práticas que emergem inicialmente da mobilização contra a valorização e gentrificação de uma vizinhança antes desvalorizada, por estar próxima a um aeroporto, assim como e a própria movimentação pelo referendo e o seu resultado, podem acabar involuntariamente contribuindo para incrementar o interesse imobiliário e a valorização da área.

Pode-se dizer que esse tipo de incorporação ou enquadramento é característico da dinâmica de valorização de Berlim. Desde o início dos anos 2000, práticas criativas e auto-organizadas por diferentes coletividades vêm sendo usadas no marketing urbano da própria administração pública, o que funciona como um meio de atrair investidores e moradores abastados de outras partes da Europa. A ampla divulgação da declaração do prefeito Klaus Wowereit, em 2004, de que "Berlim é pobre, mas é sexy ("*Berlin ist arm, aber sexy*"), e que se tornou uma espécie de slogan, se relaciona com essa apropriação da cultura criativa dos moradores – construída historicamente com poucos recursos se comparada a outras cidades alemãs.

Além do próprio processo do referendo, a parte ocupada pelos jardins comunitários acaba sendo capturada nessa dinâmica de valorização das práticas criativas. Por meio de uma rápida pesquisa no Google, pode-se encontrar relatos romantizados sobre o antigo aeroporto e seus jardins comunitários, como se fosse o caso de uma ocupação espontânea de um aeroporto abandonado. Isso, de certa forma, contribui para criar uma atmosfera que atrai novos moradores, especialmente na vizinhança de Kreuzkölln, conhecida pelo seu ativismo de esquerda. Em Berlim, é relativamente comum que algum tempo depois do florescimento de uma cultura político-espacial alternativa, ela se transforme em tema para passeios turísticos. Como aponta Bernt et al (2013, p. 12), trata-se de uma imagem idealizada de Berlim,

[64] Termos usados pela entrevistada.

reproduzida até mesmo nos estudos urbanos, como se a cidade fosse meramente um "espaço de experimentação para movimentos sociais e estilos de vida alternativos".

Esse é um dos modos como a prática de diferentes coletivos urbanos pode ser tragada pela dinâmica de valorização, ainda que elas rompam internamente com a reprodução de certas relações de poder e de certos procedimentos das práticas institucionais. Pode-se dizer que a cidade de Berlim passa por um processo de controle de práticas que eram antes imprevisíveis e difusas – com o movimento de ocupação de imóveis vagos, o *squatter* –, e que tinham um certo poder de pressão sobre as práticas institucionais. O fato de haver na legislação a exigência participação civil em toda intervenção não significa que os moradores de uma porção urbana tenham o poder de interferir nas decisões que têm moldado a cidade nos últimos 15 anos e que transformam de forma mais ou menos rápida diversas vizinhanças – que antes eram caracterizadas pela diversidade de grupos e de usos – em ambientes urbanos prontos para o consumo por parte de novos moradores mais abastados.

Por mais que existam grupos de arquitetos envolvidos nos processos aqui analisados que estejam interessados em democratizar a produção do espaço e que exista também a disposição de alguns representantes em dialogar com propostas da população, os grupos auto-organizados não são considerados agentes de planejamento ou de tomada de decisão na produção do espaço. Experiências como a produção dos jardins comunitários são aceitas e apoiadas institucionalmente na mesma medida em que não interferem diretamente na estrutura de poder da produção do espaço. As suas práticas podem ainda ser incorporadas por estratégias neoliberais que visam "envolver a sociedade civil na governança urbana (…) passando responsabilidades do Estado para a sociedade" (Rosol, 2012, pg. 240), sem que isso signifique o compartilhamento do poder de decisão e de ação sobre o espaço urbano. Desenvolvendo uma crítica sobre essa mesma ambivalência, Lebuhn (2011, pg. 61) aponta para a capacidade do neoliberalismo "ocupar e instrumentalizar o tempo e a energia criativa que os cidadãos colocam em projetos coletivos" e para o fato de que jardins comunitários também podem favorecer o aumento dos valores de propriedade e processos de gentrificação em uma determinada área. Essa apropriação faz com que práticas auto-organizadas percam a sua força política e sejam incorporadas em processos que, no final das contas, contribuem para manter as situações de desigualdade econômica e política contra as quais lutavam.

Pode-se dizer que, no caso de Berlim, apesar da quantidade de alianças e redes de grupos de moradores, as práticas auto-organizadas tendem a se circunscreverem no espaço delimitado como o da "prática ativista". Quando critica certos aspectos do ativismo, Andrew X (2001) se refere também a esse problema, em que uma prática, inicialmente questionadora, pode se tornar delimitada – ou contornada pelas instituições existentes – a ponto de se tornar uma forma aceita e inofensiva de dissidência, tendo uma capacidade muito limitada de interferência nos processos que questiona. Ao mesmo tempo, as práticas auto-organizadas e independentes das práticas da administração pública podem implicar processos ricos do ponto de vista sócio-

espacial. Segundo uma entrevistada que atua nos jardins comunitários do campo Tempelhof, uma estratégia para evitar tanto o controle quanto a reprodução das práticas institucionais é evitar o crescimento para além de um certo ponto, evitando a criação de estruturas burocráticas que deixem o aprendizado mútuo, a comunicação e a auto-organização como aspectos secundários. Para ela, a administração pública tem muito a aprender com os processos de auto-organização e suas práticas espaciais, uma vez que a própria lógica de planejamento parece absurda para aqueles que já estão coletivamente produzindo o espaço, identificando problemas e soluções no cotidiano. Para definir, por exemplo, a localização e produção de banheiros e bancos não é necessário um processo burocrático de planejamento, uma vez que quem está envolvido na produção cotidiana do espaço sabe muito bem o que quer e como poderiam executar tais coisas.

O conflito presente no caso do Tempelhof mostra que a atuação auto-organizada de moradores urbanos é importante tanto como prefiguração de uma outra relação com a produção do espaço, quanto como propulsor de reformulações nas práticas institucionais, de modo que elas deixem de anular processos auto-organizados. Para tanto, fica claro que esses processos devem encontrar maneiras de resistir à dinâmica de valorização dos espaços, que é em grande medida endossada pela administração pública.

2.3 Orientações observadas nos processos de auto-organização sócio-espacial

Os casos analisados evidenciam que os coletivos envolvidos se comportam ou se orientam de diferentes maneiras nas suas disputas com as práticas espaciais institucionais. Os dois processos de auto-organização se desdobram a partir da impossibilidade de ter voz efetiva nas decisões por meio dos canais de participação institucionalizada, apresentando uma atuação coletiva que, em certos momentos, oscila entre ação direta e luta institucional (Souza 2006a, 2006b, 2012a, 2012b). Ou seja, os coletivos lidam constantemente com o desafio de consolidar processos de auto-organização no cotidiano e independentes do aparato do Estado, mas ao mesmo tempo atuam pontualmente em arenas concedidas pela administração pública, lidando com o risco constante de enquadramento na dinâmica heterônoma institucional. A ação direta é entendida aqui como aquela que acontece no cotidiano, que utiliza e transforma os espaços diretamente. Já a luta institucional, nos casos estudados, acontece nas tentativas de participação por meio dos canais concedidos, de negociação com a administração pública e do uso de instrumentos legais. Se no caso do Tempelhof parece ser vantajoso usar brechas institucionais, no caso da Vila, essa utilização encontra mais empecilhos e contribui para a prevalência da ação direta no cotidiano. O objetivo de colocar em relevo as orientações dos processos de auto-organização – que comparecem na linha do tempo de cada caso – é alimentar a discussão teórica do capítulo seguinte.

1) Protesto que tem como finalidade demonstrar insatisfação, provocar e reivindicar ações dos órgãos de planejamento e gestão (presente no caso da Vila das Antenas e no caso do Tempelhof)

Trata-se da ação coletiva voltada para o protesto ou manifestação às autoridades de planejamento e gestão com o objetivo de reivindicar ações dessas autoridades acerca do espaço em questão. Esse tipo de ação está presente nos dois casos estudados, em diferentes momentos. No caso da Vila, esse tipo de ação acontece principalmente nas mobilizações iniciais de resistência às remoções e de tentativa de negociação com a administração pública a esse respeito. No caso do Tempelhof, esse tipo de ação acontece ao longo do processo de decisão principalmente em três momentos: na mobilização pela abertura do campo para uso público – junto à tentativa de ocupação inicial –, durante a abertura do campo como parque e na ocasião da alteração da lei que foi votada no referendo.



2) *Auto-organização (presente nos dois casos)*

Trata-se do processo de auto-organização social envolvido nas disputas por poder de decisão. Nos dois casos, os coletivos de moradores envolvidos passam a ter esse processo como foco, mirando em ações mais



consistentes e com maior poder de interferência nas disputas que os protestos pontuais.

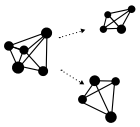
3) Participação institucionalizada sem e com auto-organização prévia (presente no caso da Vila das Antenas e no caso do Tempelhof, respectivamente)





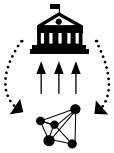
Trata-se de dois tipos de atuação no âmbito da participação institucionalizada. No caso da Vila, alguns moradores tentam participar pelos meios institucionalizados no início da situação analisada, sem que haja um processo de auto-organização em curso, o que facilita a cooptação das forças contrárias às intervenções. No caso do Tempelhof, um grupo auto-organizado – que propõe os jardins – se apropria de um espaço concedido para plantio temporário. Ainda que exista um certo enquadramento desse grupo na dinâmica institucional, a capacidade de pressão e de negociação entre os seus integrantes e administração pública é maior.

4) Disseminação de processos de auto-organização (presente nos dois casos)



Pode ser observada nos dois casos e é parte crucial da aprendizagem prática da auto-organização. Ela acontece quando as práticas de um grupo em relação a um determinado espaço desencadeiam práticas por parte de outros grupos. Isso pode acontecer tanto de modo direto – quando são usadas as mesmas estratégias e métodos – ou de modo indireto – quando um grupo inspira a atuação de outros grupos. No caso da Vila, é possível observar que depois de alguns anos de desenvolvimento do grupo catalisador, outras iniciativas começam a surgir não só com o seu apoio, mas refletindo a prática política que o grupo mostrou ser possível. Já no caso do Tempelhof, além de as diferentes iniciativas ao longo da disputa se informarem e se apoiarem mutuamente, favorecendo a disseminação da auto-organização, elas adotam estratégias e métodos semelhantes.

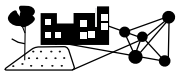
5) Auto-organização voltada para o uso de instrumentos institucionais (presente no caso do Tempelhof)



Esse tipo de ação acontece quando grupos de moradores auto-organizados usam um instrumento institucional disponível na legislação – como o referendo – para alterar suas condições de poder de decisão sobre um determinado espaço. Ao mesmo tempo, as próprias práticas espaciais auto-organizadas também se alteram na relação com as instituições vigentes. Trata-se de uma orientação que pode mudar as regras do jogo, alterando a direção da produção institucional do espaço em questão, ainda que haja o risco de enquadramento e esgotamento. O

processo de auto-organização pode cessar depois que o objetivo é alcançado, deixando de abordar a transformação material do espaço ao longo do tempo. O caso do Tempelhof evidencia esse tipo de orientação em dois momentos: no uso do referendo pela iniciativa THF 100% e também no uso do espaço concedido pela administração pública para a produção dos jardins comunitários para além do limite de tempo inicialmente estabelecido.

6) Auto-organização voltada para a transformação da relação com a produção do espaço cotidiano (presente no caso da Vila)



Essa orientação pode ser identificada especificamente no caso da Vila, quando alguns moradores passam a se organizar independentemente dos mecanismos institucionais e das autoridades de planejamento e gestão com enfoque na transformação da relação com o espaço cotidiano. Nesse caso, ao invés do foco no uso de instrumentos institucionais ou on embate imediato com a administração pública, passa-se a construir uma esfera política no cotidiano voltada para transformar a relação dos moradores com a produção do espaço em uma determinada porção urbana. Esse tipo de mobilização é potente, pois a crítica dos processos institucionais de produção do espaço pode alimentar a criação de alternativas que os contraponham.

Considerando esse conjunto de orientações, pode-se dizer que quanto mais uma coletividade consolida o seu processo de auto-organização no nível do cotidiano, maior é o seu potencial de questionar as práticas institucionais existentes sem que esse processo seja anulado. Nesse sentido, parece importante que, dos dois casos, os moradores usem certos meios e instrumentos institucionais sem abrir mão do apoio mútuo e solidariedade em arranjos que são independentes da administração pública. De um modo geral, os processos de auto-organização sócio-espacial nos dois casos se desenvolvem propiciando outro tipo de relação entre moradores urbanos e produção do espaço, contribuindo para evidenciar perspectivas que se contrapõem àquelas do contexto da produção institucionalizada.

3 ESPECULAÇÕES SOBRE PROCESSOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Esse capítulo apresenta o conjunto de especulações teóricas elaborado a partir da análise crítica das situações concretas, iluminada pela lente teórica proposta inicialmente. Com o objetivo de contribuir para a reflexão crítica sobre a atuação de coletividades no espaço urbano, busca-se abordar aqui alguns dos desafios e as ambivalências dos processos de auto-organização sócio-espacial tendo em vista a possibilidade de radicalização ou o aprofundamento da democracia na produção do espaço. Como será apresentado adiante, entende-se que esse aprofundamento acontece principalmente por meio de processos auto-organizados que ampliam as condições de ação, discussão e de decisão dos moradores de uma porção urbana, por meio da criação de estruturas sociais referenciadas na produção material do espaço e por meio da contraposição às principais características das práticas espaciais institucionais. Contudo, como as situações concretas analisadas evidenciam, há diferentes limitações para que tal aprofundamento aconteça, tanto na relação desses processos com as práticas institucionais quanto no seu próprio desenvolvimento.

As situações analisadas mostram processos de auto-organização sócio-espacial que são desencadeados a partir de disputas pelo poder de decidir sobre o espaço. São processos de tentativa e erro, voltados para a superação da lógica heterônoma, nos quais moradores comuns buscam assumir funções que lhes foram retiradas da prática política cotidiana e ordinária, como a discussão, a problematização e a tomada de decisão coletiva sobre o espaço urbano, assim como a sua transformação material. Tomando como base as noções de autogestão (Lefebvre, 2009, 1976; Castoriadis, 1979) e de prefiguração política (Graeber, 2009a; Shantz, 2010, 2014; Springer, 2010, 2014), a crítica dos processos de auto-organização sócio-espacial revela uma gama de ambivalências. O modo como as duas cidades (Belo Horizonte e Berlim) estruturam as decisões que produzem o espaço urbano não considera grupos de moradores urbanos como agentes de planejamento e gestão, colocando desafios para a tentativa de ampliação do poder de decisão por parte de diferentes coletividades. Além da prática institucional dessas duas cidades, alguns desafios são colocados no âmbito das próprias coletividades que se engajam nos processos auto-organizados. Entende-se aqui que esses processos se constituem em contraposição direta à alienação experimentada pela grande maioria dos moradores urbanos, cuja abdicação compulsória do poder de decisão é historicamente estabelecida e institucionalizada, assim como incorporada e reproduzida no cotidiano.

O caso da Vilas das Antenas é interessante no que diz respeito à auto-organização por ser um ambiente urbano construído pelos próprios moradores ao longo do tempo através de negociações e relações de solidariedade. A auto-organização sócio-espacial nesse contexto é marcada pela necessidade em um primeiro momento – devido à falta de acesso a espaço na cidade formal – e praticada ao longo do tempo, mostrando-se frágil quando o Estado intervém

na favela segundo a lógica institucional. A situação da Vila evidencia que mesmo uma favela consolidada – cuja prática de autoprodução acontece há mais de quatro décadas – se mostra inicialmente desarticulada para resistir a intervenções impostas a partir de fora, precisando elaborar um modo coletivo de agir para defender seus interesses. É nesse sentido que o processo de auto-organização discutido aqui não diz respeito à auto-organização motivada apenas pela necessidade imediata, mas a um processo ativo em que a necessidade está imbricada à prática política voltada para a ampliação do poder sócio-espacial da vizinhança e para a valorização de sua cultura e história. A prática dos moradores da Vila das Antenas parte do conflito com os métodos disponíveis de participação institucionalizada, caracterizando-se em um primeiro momento como protesto e, em um segundo momento como tentativa de transformação da relação do conjunto de moradores com a produção material do espaço.

O caso do espaço livre do antigo aeroporto em Berlim mostra diferentes coletivos – com moradores das vizinhanças imediatas e de outras regiões da cidade – que tentam interferir na direção do desenvolvimento desse espaço nos moldes em que ele é definido pela administração pública. Esses grupos têm uma prática de auto-organização que é anterior ao momento em que entram na disputa, o que lhes confere uma certa vantagem na utilização pontual de espaços e instrumentos institucionais. Os instrumentos institucionais são utilizados especialmente de duas maneiras: os proponentes dos jardins comunitários se organizam para usar um espaço de participação institucionalizada para concretizarem a sua proposta e os integrantes da iniciativa THF 100% se organizam para pleitear o uso de um instrumento legal criando um embate em outra frente, fora dos canais de participação no planejamento do espaço propriamente dito e forçando uma reelaboração da estratégia institucional a respeito da área do antigo aeroporto. Ainda que a auto-organização desses coletivos seja voltada para a tentativa de interferir na produção do espaço, ela não é construída tendo o espaço cotidiano como o seu ponto central e material. Além de os espaços institucionais englobarem com um certo sucesso as práticas auto-organizadas, esse é um dos motivos pelos quais os grupos envolvidos no processo de decisão do Tempelhof não abordam materialmente a produção do espaço como um meio no processo de auto-organização sócio-espacial.

Enquanto o caso da Vila mostra uma trajetória que vai do protesto pontual, passando pela tentativa de participar em processos institucionalmente predefinidos, em direção à auto-organização sócio-espacial no cotidiano, o caso de Berlim mostra uma trajetória que vai em direção ao uso de instrumentos institucionais por meio da auto-organização coletiva. Se no primeiro caso os moradores desenvolvem um processo de auto-organização sócio-espacial ao longo do tempo tanto como estratégia de resistência quanto como prática cotidiana vicinal em que o espaço tem um papel crucial, no segundo caso, os grupos já auto-organizados utilizam estrategicamente instrumentos institucionais para alcançar certos objetivos, sendo que o espaço não chega a ser o meio principal no processo de auto-organização.

Considerando a dialética da perspectiva estadocrítica apresentada por Souza (2006, 2012a, 2012b), as duas situações mostram processos de auto-organização sócio-espacial que oscilam entre ação direta e luta institucional. Essa luta institucional não é necessariamente parte de uma estratégia elaborada, sendo muitas vezes adotada como resposta às práticas das administrações públicas e como única opção de interferência nessas práticas em curto e médio prazos. Isso acontece por meio do engajamento dos moradores em audiências públicas, reuniões de planejamento participativo, arenas concedidas pelas instituições, por meio do uso da legislação vigente em seu favor, etc. Nos itens seguintes, são discutidas algumas das ambivalências dos processos de auto-organização que adotam em suas práticas tanto a ação direta quanto a luta institucional com base no cruzamento de aspectos dos casos estudados, da lente teórica e de discussões de outros autores. Os aspectos dos casos estudados que iluminam tal discussão são: a escala da disputa e da implicação política do processo de auto-organização, a estrutura adotada nesses processos – que mesmo quando não formalizada propiciam ou impedem a auto-organização sócio-espacial –, a aprendizagem que acontece ao longo desses processos, os riscos de enquadramento de práticas auto-organizadas pela lógica institucional e capitalista e, por fim, os desafios dos processos de auto-organização para que atuem como catalisadores de uma democratização radical da produção do espaço.

3.1 Autogestão do espaço cotidiano e escala

As práticas espaciais auto-organizadas partem de disputas vivenciadas no nível do cotidiano e que se referem também à lógica da produção do espaço na escala urbana local (ou municipal). Uma das ambivalências dessas práticas diz respeito à relação entre a possibilidade de autogestão na produção do espaço e escalas urbanas. Essa relação diz respeito ao poder de decisão sobre a produção de um determinado espaço, no qual interessa especialmente quem participa do processo de decisão, quem é afetado por tal decisão e quem se beneficia dela. Se do ponto de vista democrático parece óbvio que haja uma relação direta entre esses três aspectos, nas situações concretas estudadas predomina uma inversão: quem é afetado por uma determinada decisão não participa dela e muito menos é por ela beneficiado. Essa inversão é resultante e ao mesmo tempo meio de reprodução das desigualdades sociais e político-espaciais.

Se, como Castoriadis (1979, p. 212) aponta, "uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões", parece inicialmente coerente defender que cada grupo numa porção urbana tenha autonomia para definir os rumos e os aspectos materiais da produção do espaço, o que seria uma espécie de autogestão do espaço na escala microlocal. No entanto, se considerarmos a autogestão como um processo no presente de tentativa de ampliação do poder decisório, ou seja, ao mesmo tempo como um meio e como ponto de chegada, é relevante que se compreenda como as práticas auto-organizadas se relacionam com as diferentes escalas

urbanas e com a sua organização institucional. Nas disputas analisadas, se observamos *a escala de ação* das práticas (Souza, 2013), temos uma vizinhança na escala microlocal e um espaço de uso público de abrangência microlocal e local. No entanto, essa ação não é definida apenas por aquilo que é experimentado diretamente nessas escalas, já que os problemas enfrentados pelas coletividades que se auto-organizam em cada caso são resultantes de práticas e de procedimentos definidos em outras escalas. Ao discutir a relação entre a possibilidade de autonomia coletiva e escalas urbanas Kapp (2012) que aponta que decisões em escalas menores tendem a ser atropeladas por decisões em escalas maiores. Trata-se de fato de um desafio para os processos de auto-organização: se os afetados por uma decisão em uma determinada escala não têm poder de voz na outra escala em que a decisão foi tomada, uma atuação que busca reverter essa situação depende da compreensão das escalas urbanas que estão em jogo, de seus agentes e suas agendas. Isso é crucial até mesmo para que as coletividades percebam outros grupos com demandas semelhantes ou complementares em outras porções urbanas que são afetadas pelos mesmos problemas, como é o caso tanto da política de intervenção em favelas em Belo Horizonte como dos processos de valorização e gentrificação de vizinhanças em Berlim.

Nesse sentido, ainda que um processo de auto-organização tenha foco uma questão que é microlocal, o problema da falta de poder de decisão (ou da falta de autonomia coletiva) é fruto de uma certa articulação entre diferentes escalas e estrutura política. Apesar desse problema se manifestar na escala do cotidiano, ele está diretamente relacionado ao modo como as decisões são formuladas e estruturadas, estabelecendo as diretrizes para o planejamento e gestão dos espaços experimentados no cotidiano. Portanto, a resistência e a criação de alternativas depende da compreensão de como uma disputa específica sobre uma determinada porção urbana se relaciona com uma dinâmica institucional mais ampla de regulação, planejamento, gestão e de valorização dos espaços urbanos. Para Souza (2013) e Purcell (2002, 2006, pg. 1921), a questão da escala deve ser discutida nos termos de uma *política de escala* e não apenas nos termos da escala geográfica, já que as escalas são "estratégias socialmente construídas", sem implicações políticas predeterminadas – podendo caminhar no sentido do aprofundamento da democracia ou não. É nesse contexto que Purcell (2006, 2002) alerta sobre a *armadilha do local*, que é muito comum na literatura voltada para a discussão da democracia urbana e que pressupõe que escalas menores, como a de uma comunidade ou de uma cidade, são inerentemente mais democráticas que escalas maiores, como a regional, nacional e global. Se a escala é socialmente construída, o resultado mais ou menos democrático de um arranjo escalar depende da agenda dos atores que ganham poder por meio desse arranjo (Purcell, 2006). Considerar que os interesses dos moradores de uma porção urbana devem prevalecer sobre interesses mais gerais, ainda que isso pareça mais democrático na maior parte dos casos, pode ser uma simplificação do problema, já que uma política urbana definida em uma escala maior pode ter como efeito a garantia dos interesses de coletividades microlocais. Como Souza (2013) aponta, a escala microlocal é importante para processos de transformação social,

favorecendo a discussão e a deliberação direta e coletiva, sendo a base de qualquer ação coletiva voltada para o espaço. Contudo, as situações aqui estudadas mostram que, para que um processo de auto-organização sobreviva – ainda que apenas na escala microlocal ou em relação a um espaço específico –, é importante que a coletividade em questão reconheça as diferentes escalas, os agentes e as agendas que estão em jogo na produção do espaço. Se as disputas se referem a um problema que perpassa diferentes escalas, parece imprescindível que os processos de auto-organização confrontem as estratégias escalares institucionalizadas atuando também de modo estratégico nesse sentido.

Uma situação como a do Tempelhof, por exemplo, não se limita ao seu espaço ou à vizinhanças imediatas, mas diz respeito à dinâmica de valorização em curso na escala da cidade, que têm como base políticas urbanas neoliberais que permitem privatizações de áreas públicas e estoques públicos habitacionais, além de reduzir os recursos públicos para a população pobre e vulnerável. Por esse motivo, o debate em torno do referendo se articulou ao debate sobre o problema do aumento dos aluguéis, da fragilidade da política de habitação social e dos processos de gentrificação em curso em diferentes vizinhanças – o que acabou levando ao processo de organização de outro referendo voltado para a questão dos aluguéis. Uma parte considerável da campanha do referendo sobre o campo do Tempelhof foi voltada para explicitar para a população o gasto público que aquele tipo de empreendimento geraria para a cidade, os problemas da privatização de partes de um espaço que é usado por moradores de diferentes bairros, bem como as transformações no seu entorno urbano. Isso mostra uma abordagem do problema que extrapola a escala da vizinhança de Neukölln, onde o seu questionamento começou. No caso da Vila das Antenas, trata-se de um problema experimentado na vizinhança, mas que diz respeito ao modo como a administração municipal formula seus planos e intervém nos territórios de vilas e favelas em detrimento das práticas e do poder de decisão da população pobre e marginalizada, beneficiando em médio e longo prazo os capitais. Nesse caso é curioso notar como a política urbana voltada para vilas e favelas desvirtua ainda mais fortemente o pressuposto institucional da participação popular, encolhendo o campo de ação e de organização justamente da população mais vulnerável. Isso acontece, como foi mostrado no capítulo anterior, por meio da elaboração de intervenções pautadas em diretrizes de um plano pseudoparticipativo, bem como a contratação de grandes empreiteiras que não dialogam com a comunidade, o que acaba obstruindo as possibilidades de elaboração coletiva de processos de planejamento que se baseiem nas especificidades, no conhecimento e nas práticas locais dos moradores. Além disso, a disputa que provoca o processo de auto-organização dos moradores na Vila das Antenas se repete em diferentes vilas de outros aglomerados da cidade, como o Aglomerado da Serra, do Santa Lúcia, para citar alguns, o que possibilita que a sua luta – tanto por meio da ação direta quanto por meio de tentativas de negociação com a administração pública – alimente o reconhecimento das lutas de coletividades de outras favelas.

Essa articulação entre escalas torna inevitável a combinação de ação direta – ou prefiguração – com luta institucional. Não se trata então de defender a ideia de que instituições microlocais por si só garantiriam o aprofundamento da democracia urbana, mas sim de reconhecer que processos de auto-organização praticados nessa escala contribuem para a imaginação de outras estruturas de distribuição do poder de decisão sobre a produção do espaço, o que abarcaria diferentes escalas. Se a heteronomia das práticas institucionais se sustenta também por meio das divisões territoriais administrativas vigentes, a escala é um ponto de disputa a ser considerado pelos processos de auto-organização sócio-espacial para a criação de seus arranjos próprios, já que elas evidenciam, por meio da contradição, que as decisões que produzem espaço podem ser compartilhadas de outra maneira. É importante especular de que modo o planejamento e gestão urbanos institucionais poderiam garantir que articulações em escalas menores não fossem anuladas por determinações mais abrangentes (Kapp, 2012). Ao mesmo tempo, é preciso que os processos de auto-organização se estruturem tendo em vista escalas maiores para que não sejam facilmente anulados no âmbito dos recortes e procedimentos administrativos vigentes. Pelo menos dois aspectos parecem então especialmente relevantes para a discussão da possibilidade de autogestão a partir da escala microlocal: que os moradores urbanos, em suas práticas espaciais, tenham consciência de que o problema que combatem se constrói em escalas diferentes; e também que a discussão sobre alternativas de distribuição do poder de decisão no campo do planejamento urbano avance para além da conclusão recorrente de que a cidade é grande e populosa demais para se imaginar a democratização de todas as decisões. Para tanto, é imprescindível que se questione os fundamentos da organização política da democracia representativa e sua estrutura, que de fato pouco refletem as aspirações de diferentes grupos da população urbana. O item seguinte aborda a estrutura de organização que, junto com a escala, é um aspecto que contribui para avançarmos nessa discussão, já que mesmo quando negligenciada pelos grupos, é crucial para que seja usada à favor dos processos de auto-organização. A consciência sobre a relação entre escalas aponta para a necessidade de consciência sobre a estrutura social.

3.2 A relevância da estrutura nos processos de auto-organização sócio-espacial

É importante discutir a estrutura em duas dimensões que são imbricadas: a estrutura na organização social e a relação dessa estrutura com a possibilidade concreta de distribuição do poder e de responsabilidade sobre o espaço. Entendo *estrutura* como um conjunto de órgãos e instituições que propiciam um certo tipo de organização política e econômica. A auto-organização pode ser propiciada ou limitada pela estrutura. Em contraposição à estruturas que centralizam e concentram o poder de decisão, interessam aqui os indícios de formação de estruturas que propiciem o desdobramento de processos de auto-organização – que, por sua vez, podem aprimorar essa estrutura ao longo do tempo para que garanta a continuidade desse desdobramento. No contexto predominantemente heterônomo das cidades aqui examinadas, os processos de auto-organização sócio-espacial podem romper e também reproduzir as

características das práticas e estruturas institucionais. Além de propiciarem a discussão coletiva das questões de um determinado espaço e dos tipos de intervenção a serem ou não realizadas, um dos aspectos relevantes que os processos de auto-organização podem apresentar é a experimentação de arranjos diferentes dos vigentes e de criação de novas instituições e de instrumentos voltados para a produção coletiva do espaço. No entanto, ao mesmo tempo em que existe essa possibilidade, práticas auto-organizadas podem acabar se opondo a um problema sem necessariamente elaborar uma estratégia que o negue em todas as suas dimensões. Pode-se dizer que a *estrutura adotada por uma coletividade* e a *relação dessa estrutura com a produção material do espaço* é o que em grande medida determina se essa coletividade reproduz ou não as relações de poder hierárquicas que estão presentes nas instituições vigentes. É isso que vai determinar também, em muitos casos, a capacidade de ação, de negociação, de desdobramento do processo de auto-organização ao longo do tempo e, por fim, da ampliação do poder decisório de diferentes grupos.

A crítica de Jo Freeman à ausência de uma estrutura formalizada nas organizações do Movimento de Libertação das Mulheres na década de 1960, apresenta elementos importantes para a discussão do arranjo sócio-espacial. Freeman apresenta e discute os problemas por trás da ideia de "ausência de estrutura", que muitas vezes é defendida como alternativa por movimentos que buscam se contrapor às estruturas vigentes. A sua crítica aponta que estrutura e organização – que são vistas com preconceito por parte desses movimentos – são "ferramentas necessárias" para que se avance para além dos "estágios elementares de desenvolvimento" (Freeman, 1972, p. 1). O ponto mais importante do seu argumento é que a definição de uma estrutura não envolve necessariamente estabelecer relações de heteronomia, mas pelo contrário, é uma ferramenta para interditá-las. Segundo a autora, na prática, não existem grupos sem estrutura. Mesmo aqueles que não formalizam uma determinada estrutura, possuem uma estrutura subjacente, instituída pelas relações do grupo. Ou seja, todo grupo tem uma estrutura, seja ela formal ou informal. E é principalmente nos grupos que se declaram como "sem estrutura" (onde a estrutura não é formalizada ou explicitada), que as relações de heteronomia se mantém mascaradas e protegidas de discussão e de alteração pelos integrantes do grupo. Além de disfarçar relações heterônomas subjacentes no próprio grupo, a manutenção de uma estrutura de organização não declarada ou formalizada torna o grupo mais vulnerável à cooptação por pessoas com maior influência política. A falta de estrutura torna-se um problema ainda mais grave quando o foco do movimento passa a ser, além das práticas de conscientização, atividades que exigem maior coordenação para que aconteçam em articulação com outros agentes de diferentes escalas. O resultado é o comprometimento do desenvolvimento político do grupo diante dos seus objetivos. Freeman argumenta que, "quanto mais desestruturado é um movimento, menos controle ele tem sobre as direções na qual se desenvolve e sobre as ações políticas na qual se engaja." (Freeman, 1972, p. 6 - tradução da autora).

O problema da falta de estrutura pode ser observado nas duas situações concretas aqui examinadas, especialmente na da Vila. Ainda que os moradores engajados no processo de auto-organização vislumbrem e tenham como objetivo estabelecer uma prática horizontal e autogestionária, a falta de definição de uma estrutura e sua construção acaba contribuindo para a ambivalência do processo de auto-organização sócio-espacial. Se, por um lado, o grupo de moradores se organiza de um modo diferente dos modelos adotados pelos ativismos de favela tradicionais, por outro, ele não chega a definir uma estrutura que corresponda aos objetivos de horizontalidade e autogestão e que impeça o protagonismo de um pequeno grupo em um processo de organização que visa ser mais amplo. Pelo contrário, acabam optando por adotar depois de dois anos uma estrutura convencional de associação para viabilizar projetos como a Oficina da Vizinhança. Nesse sentido, existe um risco constante de que esse pequeno grupo que iniciou o processo de auto-organização seja visto pelos outros moradores como aquele responsável por propor atividades e melhorias no espaço da vizinhança ou até mesmo por decidir em seu nome em situações de conflito. Isso faz com que o processo de auto-organização acabe reproduzindo aspectos que são próprios da democracia representativa.

A estrutura é crucial se considerarmos a organização de um pequeno grupo como um embrião de um arranjo democrático mais amplo e ao mesmo tempo como processo de experimentação pontual desse arranjo. Pode-se dizer que é a estrutura adotada que define se uma organização se desenvolve na direção de um grupo auto-contido ou na direção de um instrumento ou ferramenta coletiva para que diferentes moradores de uma porção urbana discutam, tomem decisões ou definam ações sobre o espaço. Dependendo da estrutura, iniciativas em pequena escala (sob a responsabilidades de algumas poucas pessoas) podem disseminar um tipo de prática e se articular com outras iniciativas. Como já foi dito no capítulo anterior, a formalização de uma estrutura pode definir o aumento ou a diminuição do hiato existente entre moradores mobilizados e aqueles que se encontram resignados, contraindo ou expandindo processos de auto-organização. Um agrupamento inicial pode se tornar uma instância isolada da maioria dos moradores – como é geralmente o caso da maioria das associações e organizações não-governamentais – ou se desenvolver na direção de um instrumento para a atuação coletiva desses moradores. Freeman ajuda a iluminar essa questão:

> Para que todas as pessoas tenham a oportunidade de se envolver num dado grupo e participar de suas atividades, é preciso que a estrutura seja explícita e não implícita. As regras de deliberação devem ser abertas e disponíveis a todos e isso só pode acontecer se elas forem formalizadas. Isto não significa que a normalização de uma estrutura de grupo irá destruir a estrutura informal. Ela normalmente não destrói. Mas impede a estrutura informal de ter o controle predominante e torna disponível alguns meios de atacá-la. (Freeman, 1972, p.2 - tradução da autora)

O caso da Vila das Antenas mostra as possibilidades e limites de um grupo que funciona ao mesmo tempo como catalisador e como nó de uma rede de práticas auto-organizadas, o que depende da estrutura e da relação dessa estrutura com o espaço que está em jogo. Se, por um

lado existem situações em que a colaboração acontece espontaneamente – como no caso de alguns eventos na quadra, em que os moradores do entorno do espaço oferecem cadeiras, sofás, tapetes, etc. – por outro lado, para que certas ações aconteçam de modo mais sistemático parece importante que se formalize uma estrutura que garanta que o processo de auto-organização coincida com as finalidades de horizontalidade e autogestão. Um outro aspecto que esse caso mostra é que além da relação hierárquica mais evidente entre moradores e autoridades de planejamento, existem as relações de poder entre moradores, vereadores, funcionários da administração pública, autoridades de planejamento e outros grupos influentes. Esses agentes tendem a dar continuidade às relações de dominação, interditando o desdobramento de processos auto-organizados. De acordo com entrevistados, políticos que atuam na Vila preferem abertamente lidar com indivíduos influentes na comunidade sob o seu comando do que com coletivos autônomos.

Cabe perguntar que tipo de estrutura de organização que, colocada em prática por um pequeno grupo, funcionaria como ponto de partida para romper com a situação de resignação política de toda uma vizinhança. Ao mesmo tempo, fica claro que a estrutura não pode ser discutida como um aspecto isolado, mas sim relacionado ao espaço que está em jogo na disputa. Em um ambiente urbano onde os moradores são obrigados a aceitar o que é determinado de fora para dentro de um modo muito mais explícito que em outros locais da cidade – como no caso da favela –, estabelecer no cotidiano situações coletivas de discussão e de tomada de decisão não é uma tarefa simples para um pequeno grupo. Nesse sentido, a definição de uma estrutura pode ser crucial para viabilizar um processo de auto-organização sócio-espacial.

No caso do Tempelhof, a definição de uma estrutura também é um desafio: se, por um lado, os moradores envolvidos na iniciativa se organizam de um modo muito eficiente para a realização da campanha, por outro lado, essa organização não sobrevive depois do referendo e não se sustenta com base nas vizinhanças imediatas do antigo aeroporto, sendo anulada com o início do processo participativo de planejamento coordenado por especialistas escolhidos pela administração pública. A iniciativa THF100% chega a elaborar uma proposta de planejamento participativo do espaço depois do referendo, mas ela não se sustenta diante do processo institucional, principalmente por ter como foco um momento pontual de planejamento e não uma prática que poderia acontecer ao longo do tempo. Assim, nos dois casos, é possível perceber a reprodução de procedimentos que são próprios das práticas institucionais, como a representação política e a separação da produção do espaço em etapas de projeto, construção e uso – ainda que os moradores envolvidos nos dois processos de auto-organização tenham críticas a esses procedimentos. Essa reprodução acontece em grande medida porque as diferentes coletividades não chegam a formalizar uma estrutura de organização e de ação sobre o espaço que se contraponha aos diferentes aspectos das práticas institucionais.

Voltando à Freeman, a autora aponta que a prática difusa do poder implica necessariamente a difusão das responsabilidades, o que exige a formalização de uma estrutura. No lugar de propor um formato, ela apresenta sete *princípios essenciais* para a criação de uma estrutura democrática que mantém a autoridade "*difusa, flexível, aberta e temporária*", impedindo a institucionalização do poder dentro do grupo. De modo resumido, os princípios são: 1) delegação (de autoridade e de tarefas), 2) responsabilidade do delegado, 3) distribuição da autoridade, 4) rotação de tarefas, 5) alocação de tarefas de acordo com os interesses e habilidades individuais, 6) difusão da informação (informação é poder) e 7) acesso igualitário aos recursos necessários ao grupo (Freeman, 1972, p.7-8). Esses princípios reforçam a segunda dimensão da estrutura – a sua relação com a produção material do espaço – nos processos de auto-organização sócio-espacial. Pode-se dizer que a prática desses princípios apresentados acima seria uma maneira de prefigurar em um determinado contexto o embrião de outra estrutura de distribuição do poder de decisão sobre a produção do espaço.

Retomando a relação entre autogestão e escalas, é comum que nas discussões sobre democratização do poder de decisão se decrete de antemão a falência de estruturas de organização que sejam radicalmente contrárias à noção de representação. Essas alternativas são frequentemente tratadas como utópicas e inexequíveis na escala das grandes cidades por diferentes autores. Harvey (2012) esboça esse tipo de visão quando pondera que, apesar de certas práticas apresentarem alternativas interessantes em escalas menores, elas dificilmente resolveriam problemas em outras escalas. Para ele, o problema estaria na aversão à hierarquia por parte de certos movimentos anticapitalistas e, apesar de considerar o horizontalismo como uma "boa ideia", alerta para os seus limites enquanto princípio de uma organização hegemônica. O autor aponta para a falta de articulação desses movimentos com sistemas econômicos, políticos e sociais mais amplos. Assim como Harvey, em uma palestra recente sobre os movimentos de protesto urbano, Mouffe (2013) também polariza horizontalismo e democracia representativa, defendendo que o primeiro não é suficiente e que os movimentos devem atuar em sinergia com as instituições vigentes de representação para transformá-las, rejeitando de certa maneira a primazia da ação direta no processo de auto-organização. Apesar de discutirem democracia radical, esses dois autores perdem de vista certos problemas que são próprios da representação e o potencial prefigurativo de práticas auto-organizadas. A abordagem de Mouffe (2013), ainda que também polarize representação e horizontalismo, é um pouco mais aberta e processual no que diz respeito às possibilidades de novos modos de negociação e de interação entre movimentos e estruturas existentes. Mas, ainda assim, parece contraditório que a discussão sobre democracia radical seja muitas vezes delimitada pelos marcos da democracia representativa. Assim, por falta de uma definição estrutural consciente, práticas auto-organizadas podem deixar de desenvolver alternativas que abordem radicalmente a democracia quando se espelham ou colocam como prioridade se articular com as instituições existentes de democracia representativa.

O que parece central na discussão sobre democratização do poder de decisão sobre a produção do espaço é a capacidade de praticar novos arranjos e também de articular esses arranjos com as instituições existentes – não no sentido de complementaridade ou encaixe, mas de desestabilização do sistema de democracia representativa e no caminho de sua radicalização. Além disso, não é porque um esquema é anti-hierárquico que ele não possa apresentar articulação entre diferentes escalas. Parece cabível diferenciar aqui um esquema hierárquico de um esquema de conselhos interligados por meio de delegados, por exemplo, que podem perpassar diferentes escalas sem que isso signifique mera horizontalidade desarticulada. Um dos pontos relevantes é a direção do poder de decisão em uma estrutura – que pode ir da menor escala para a maior ou da maior escala para a menor.

Outros autores, como Ken Knabb (1977) e Stephen Shalom (2008), avançam para além da polarização entre representação vertical e horizontalismo, discutindo a diferença crucial – e que é pouco considerada – entre representação e delegação. Trata-se de uma diferença que é importante para se imaginar estruturas alternativas de distribuição do poder de decisão sobre a produção do espaço que se oponham radicalmente à democracia representativa e sejam compatíveis com a experiência da autogestão em diversas escalas. Em relação aos tipos básicos de organização política[65], Knabb (1997) adverte sobre diferença entre *democracia representativa* e *democracia delegada,* apresentando cinco graus de governo, do mais democrático ao menos democrático: liberdade irrestrita, democracia direta (por consenso ou maioria), democracia delegada, democracia representativa, ditadura de uma minoria. A sociedade atual, segundo o autor, é governada por uma ditadura da minoria, o que acontece de forma mais ou menos explícita por meio de uma democracia representativa simbólica. Enquanto no caso da democracia representativa as pessoas abdicam do seu poder tendo quase nenhum controle sobre as decisões tomadas pelos representantes, no caso da democracia delegada as pessoas escolhem delegados revogáveis para funções específicas e limitadas, podendo definir o conteúdo de suas decisões. A democracia delegada é um tipo de organização popular pautada em uma estrutura *não-hierárquica* que tem como horizonte o aprofundamento da democracia. Knabb (1997) aponta ainda que esse tipo de arranjo foi adotado historicamente nos contextos de luta radical do século XX na forma de conselhos e que ameaçava o poder das elites especializadas porque mostrava que a autogestão generalizada – de todos os aspectos da vida – era possível. Um exemplo importante de uso desse arranjo, apresentado no estudo de Glauco Rodrigues (2011) sobre a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola, é a articulação multi-escalar não-hierárquica posta em prática pelos anarquistas entre 1936 e 1939 na principal região industrial da Espanha, a Catalunha. Especialmente em Barcelona, os anarquistas praticaram a autogestão política e econômica, coletivizaram terras, indústrias e serviços urbanos (água, energia e transporte) e desenvolveram práticas autônomas de

[65] Kenn Knabb usa o termo "organização política", o que coincide com o que se chama nessa pesquisa de *estrutura* que propicia um certo tipo de organização social.

planejamento e gestão urbanos, expropriando e mudando a função de espaços existentes de acordo com necessidades coletivamente definidas por meio dos comitês de bairro.

A delegação tem um papel importante numa estrutura federalista ou colegiada, como é apontado por Stephen Shalom (2008). O autor critica a democracia representativa e discute tipos de estrutura que servem de base para um sistema de democracia direta, onde "as próprias pessoas tomam as decisões no lugar de escolherem outros que o façam por elas" (Shalom, 2008, p. 27 - tradução da autora). O arranjo que o autor chama de *nested councils* (que pode ser traduzido como conselhos interligados) consiste em pequenos conselhos que são conectados por meio de delegados. Para ele, esse modelo é uma possibilidade posicionada entre a autossuficiência de pequenas comunidades autônomas (cuja autogestão é circunscrita territorialmente sem necessariamente afetar o sistema da democracia representativa) e o modelo da democracia de referendo (onde todas as questões são colocadas para a população como um todo votar e que seria pouco efetivo politicamente). No arranjo discutido pelo autor, os debates e decisões acontecem presencialmente entre os membros de pequenos conselhos, ligados uns aos outros por meio de delegados revogáveis. Quando as decisões extrapolam um conselho, os seus membros enviam delegados que terão a função de porta-vozes em conselhos de outras ordens. Por fim, o autor defende que a democracia direta pode ser viabilizada em sociedades numerosas por meio desse sistema estruturado de forma gradativa da menor escala até a maior, também conhecido como democracia delegada (Shalom, 2008). Contudo, é importante ponderar que a questão da delegação não é por si só garantia de uma democracia radical. Como aponta Knabb (1997), a discussão sobre o aprofundamento da democracia não pode ser tratada separadamente do aspecto econômico, sendo importante considerar como as coisas são produzidas (*trabalho)* e como as pessoas têm acesso a essas coisas (*distribuição).* E mesmo quando certas experiências abarcam a economia e a política, as contradições podem estar presentes. Em relação à experiência anarquista na Espanha, Rodrigues (2011) aponta que, ainda que tenham adotado uma estrutura federativa pautada na lógica de delegação, havia muitas vezes uma certa dissociação entre os delegados e sua base, e "apesar de todos os cuidados e de toda essa formulação libertária, o componente heterônomo ainda estava presente de forma significativa na organização." (Rodrigues, 2011, p. 231). Ou seja, não se trata de romantizar essas experiências, seus princípios e suas práticas organizacionais, mas sim de extrair lições que podem contribuir para a compreensão das alternativas que os processos de auto-organização no presente indicam, bem como os seus desafios.

Desse modo, a crítica libertária das instituições de planejamento e de gestão urbana não implica a negação de toda e qualquer estrutura política, mas a negação da assimetria de poder que é atrelada à manutenção de privilégios políticos e econômicos. É nesse sentido que o modo como as práticas auto-organizadas se estruturam pode ser visto como parte de uma estrutura mais ampla, na escala municipal. Processos de auto-organização sócio-espacial em escalas menores parecem imprescindíveis para a construção de uma alternativa sistemática, como

aquela esboçada por Bookchin na sua concepção municipalista libertária – que envolve uma descentralização institucional e não necessariamente territorial. Trata-se de uma concepção inscrita "numa perspectiva transformadora e formadora", em que delegados de coletividades menores – assembleias populares de bairro – garantiriam a sua voz em conselhos locais confederados: "nenhuma cidade é, por consequência, demasiado grande para não poder ser preenchida de assembleias populares com objetivos políticos." (Bookchin, 2003, p. 23 e 24). O autor aponta ainda que existe uma diferença importante a ser considerada nesse arranjo, entre a função de formular políticas (das coletividades) e a função de executá-las (de especialistas como engenheiros, dentre outros).

> A elaboração do projeto e a construção da estrada são de responsabilidade estritamente administrativa, enquanto a discussão e a decisão quanto à necessidade dessa estrada, inclusive a escolha de sua localização e a apreciação do projeto, concernem a um processo político. Se entendermos com clareza a distinção entre a formulação de uma política e a sua execução, entre a função de assembleias populares e aquela das pessoas que asseguram a gestão das decisões tomadas, é então fácil de distinguir os problemas logísticos dos problemas políticos, dois níveis habitualmente entremesclados. (Bookchin, 2003, p. 25)

Nesse ponto, pode-se dizer que Bookchin (2003) não chega a problematizar que a especialização se sustenta em grande medida a partir das relações de poder em estruturas políticas e econômicas construídas ao longo da história, não sendo assim tão simples reposicionar a função do especialista no processo de construção de uma nova estrutura. Entende-se aqui que a especialização – que envolve a cristalização de relações de dominação e a tecnocracia – deve ser problematizada nas estrutura que é prefigurada nos processos de auto-organização. Retomando os casos estudados, ainda que os diferentes grupos se posicionem criticamente ao planejamento e gestão institucionais, no caso da iniciativa THF 100%, os integrantes não problematizam a autoridade profissional de arquitetos ou engenheiros no processo de planejamento coletivo do espaço após o referendo – que acabou interditado pela administração pública e não experimentado.

Ainda que muitas vezes de modo incipiente, situações como aquelas estudadas no segundo capítulo desse trabalho apresentam processos de aprendizagem de um outro jeito de lidar coletivamente com o espaço. A adoção de uma estrutura que viabilize a auto-organização com base nos princípios apontados por Freeman, Shalom, Knabb e Bookchin não é uma tarefa trivial em um contexto sociopolítico organizado por instituições que, historicamente, hierarquizam e centralizam o poder de decisão. A organização política da democracia representativa tem alcance em todas as escalas, sendo incorporada e reproduzida em práticas cotidianas que não demandariam tal mediação. Se as relações estabelecidas nas instituições existentes estão arraigadas nas práticas cotidianas, não se trata de considerar que as alternativas surgirão de processos como aqueles apontados por Colin Ward (1996) no contexto da *teoria da ordem espontânea* – em que a organização emerge na ausência de uma autoridade externa –, mas de

exercícios ativos a partir do conflito com essa autoridade externa e que envolvem a aprendizagem em meio a erros e acertos. Pode-se problematizar as possibilidades de articulação entre processos de auto-organização (e suas instituições em formação) e as instituições existentes que elaboram políticas urbanas de planejamento e de gestão. Além das dificuldades de compatibilizar essas diferentes instâncias, os casos estudados mostram que existe uma tendência de reprodução das estruturas heterônomas e, portanto, desafios para que coletividades de moradores criem estruturas que impeçam o foco do exercício do poder em uma só pessoa ou grupo. Os casos mostram também que muitas vezes essas estruturas não são referenciadas na materialidade do espaço, dificultando a difusão de responsabilidades e a sua apropriação por diferentes moradores ao longo do tempo. Apesar desses desafios, quando um grupo de pessoas se organiza para discutir, decidir e agir coletivamente no espaço, ele está diante da possibilidade de passar a prefigurar a delegação no lugar da representação e a elaboração de propostas no lugar de reivindicação às autoridades de planejamento, a distribuição de poder e de responsabilidades no lugar da centralização e alienação. São essas pequenas inflexões que definem o tipo de processo que está em construção.

3.3 A pedagogia da auto-organização sócio-espacial e sua antítese

Como tenho argumentado até aqui, processos de auto-organização sócio-espacial são ambivalentes. Se, por um lado, os moradores urbanos incorporam as relações heterônomas e as reproduzem como se fossem naturais, por outro, podem desdobrar um processo criativo de tentativa e erro que envolve o rompimento dessas relações. Nas duas situações estudadas, pode-se observar que, diante da dificuldade de interferir na produção do espaço por meio dos canais de participação oferecidos no âmbito da administração pública, os moradores passam a se organizar em outra direção. No caso da Vila, isso acontece na direção de desenvolver atividades coletivas no cotidiano, tendo como fio condutor o resgate da história do espaço para a construção de uma compreensão coletiva das próprias condições de poder político-espacial. No caso do campo do Tempelhof, o fio condutor é a auto-organização voltada para a apropriação de um instrumento formal de democracia direta pra interferir no modo como as autoridades vinham definindo o desenvolvimento do espaço.

Tendo em vista as relações de dominação que permeiam o cotidiano, como acontece a aprendizagem da autonomia, assim como a crítica e o rompimento da reprodução da heteronomia na produção do espaço? A aprendizagem da autonomia ou o aspecto pedagógico presente no desdobramento do processo de auto-organização pode acontecer tanto de modo indireto, quando a prática de um grupo inspira outros grupos genericamente, quanto diretamente, por meio da adoção de métodos e estratégias semelhantes, considerando os erros e acertos. No caso da Vila, é possível observar que depois de alguns anos de desenvolvimento do grupo de moradores que atua como catalisador, outras iniciativas passam a surgir não só

com o seu apoio, mas refletindo a prática política que o grupo mostrou ser possível. A mobilização por parte de certos moradores contra as remoções recentes na área sob a linha de transmissão revela uma situação muito diferente daquela de cinco anos atrás, em que a possibilidade de se organizar coletivamente para resistir não parecia compensar. Depois desses anos, é possível perceber que grupos que não eram capazes de se organizar e se posicionar coletivamente diante de ameaças de remoção, agora têm condições maiores de agir nessa direção, apresentando uma postura mais crítica em relação à administração pública e aos interesses dos capitais sobre o espaço da favela. Além disso, a Oficina da Vizinhança, amplia as possibilidades de engajamento coletivo porque demanda uma estrutura de ação e pessoas mobilizadas para que funcione. Diante disso, a Oficina tem sido um meio para o engajamento de novos agentes que não necessariamente fazem parte do grupo principal mobilizado, o que diminui a sua centralidade e estimula a criação de outros focos de organização.

No caso do campo do Tempelhof, esse processo de aprendizagem acontece especialmente quando outros coletivos passam a adotar a mesma estratégia da organização da iniciativa THF 100% para o uso do referendo. Meses depois do referendo para definir o destino do Tempelhof, surge a iniciativa que pleiteia o referendo dos aluguéis (*Mietenvolksentscheid*), adotando as mesmas estratégias para estruturar as reuniões, divulgar as informações na cidade e coletar as assinaturas. Ainda que a iniciativa dos aluguéis tenha se distanciado da iniciativa THF100% nos aspectos que já foram discutidos no capítulo anterior – como a adoção de uma linguagem muito codificada no projeto de lei e o seu distanciamento dos grupos de inquilinos já organizados em torno da questão –, pode-se dizer que a campanha foi inspirada no sucesso da campanha pelo referendo que definiu a lei de preservação do campo do Tempelhof. Diante disso, os órgãos do poder executivo e legislativo de Berlim se mostraram mais dispostos a negociar com a iniciativa pelo referendo dos aluguéis, já sabendo do apoio popular que ela poderia adquirir. A iniciativa acabou optando pelo diálogo com a administração pública, interrompendo o processo na direção da realização do referendo. Considerando esse desdobramento, pode-se dizer que, se por um lado uma experiência aprende com a outra, por outro, experiências que adotam procedimentos já conhecidos – especialmente quando são formalmente reconhecidos –, podem ser mais facilmente enquadradas ou anuladas pelas instituições vigentes, que passa a ter uma capacidade maior de contornar processos de auto-organização antes que eles tomem uma dimensão que provoque maiores atritos. Esse controle acontece principalmente por meio de negociações que oferecem soluções pontuais, enfraquecendo processos de auto-organização. Um dos aspectos mais interessantes no que diz respeito à pedagogia da auto-organização nesse caso é que os mesmos integrantes da iniciativa THF 100% decidem, após a controversa alteração da lei de preservação do espaço por parte do órgão legislativo de Berlim, pleitear um novo referendo para mudar as regras constitucionais relativas ao instrumento do referendo no sentido de torná-lo mais acessível, menos burocrático e de garantir o controle popular sobre seus resultados. Essa articulação posterior da iniciativa THF 100% pode ampliar o campo de ação de outras coletividades, uma vez que facilita a

convocação e controle popular dos referendos. Por outro lado, existe o risco de concentração de forças no uso do referendo, o que pode ser limitador se os grupos de moradores perdem de vista que ele é de um instrumento legal que convive sem grandes atritos com a hegemonia capitalismo/governo representativo e que reforça a prática individual do voto sem necessariamente propiciar o debate em instâncias coletivas de menor escala e ligadas ao território.

Como já foi dito, na aprendizagem prática dos processos de auto-organização há uma certa reprodução de relações e de estruturas heterônomas. Pode-se observar no caso do Tempelhof, que grupos auto-organizados reproduzem em diversos momentos estratégias que são usadas nas práticas institucionais sem que se tenha consciência disso. Isso acontece especialmente quando a iniciativa THF 100% propõe fazer o planejamento coletivo do espaço depois do referendo em um momento pontual ao invés imaginá-lo inserido num processo de autogestão do espaço ao longo do tempo. Já no caso da Vila, essa reprodução das práticas institucionais acontece quando o grupo catalisador não chega a definir uma estrutura que impeça ativamente a reprodução da relação que os moradores costumam ter com com representantes (sejam eles associações de moradores convencionais, defensoria pública, políticos, especialistas ou parceiros com interesses próprios). Ao mesmo tempo, como a prática da autoprodução faz parte do cotidiano da vila, seus moradores não tendem a espelhar imediatamente as suas propostas nas práticas de planejamento institucionais e têm como foco a criação de situações de aprendizagem e de discussão sobre o próprio espaço e sobre a cultura da favela, o que favorece a formação de coletividades politicamente ativas na defesa e na melhoria da qualidade de vida daquela porção urbana.

A antítese da aprendizagem da auto-organização acontece por meio do processo de incorporação da ordem heterônoma que se vivencia de uma maneira geral na produção capitalista do espaço, o que pode ocorrer a partir da experiência dos grupos em canais de participação popular. As situações analisadas mostram que os métodos de participação no planejamento urbano servem para interditar uma atuação consistente de grupos interessados no processo de decisão. O exemplo dos jardins comunitários no campo do Tempelhof mostra como uma prática pode ter as suas demandas atendidas e ao mesmo tempo ter o seu caráter contestatório e criativo anulado ao ser enquadrada no processo institucional de produção do espaço. Por um lado, os jardins chamam a atenção dos usuários do campo por terem sido organizados pelas próprias pessoas, podendo inspirar outros grupos no desenvolvimento de apropriações coletivas. Por outro, a sua delimitação e enquadramento institucional deixa muito claro que se trata de uma situação especial e concedida. A própria presença de placas explicando o uso da porção onde os jardins estão localizados, dá um aspecto de oficialidade e passa muito mais uma mensagem de exclusividade do que de algo que poderia ser multiplicado por outros grupos. O resultado é a ambiguidade da aparência de ocupação espontânea com a presença de placas padronizadas pelo órgão público que administra o parque. Ainda que tenha havido

abertura da administração pública para dialogar com propostas de usos temporários elaboradas por moradores urbanos, o fato de práticas auto-organizadas serem incorporadas no planejamento não significa necessariamente que os moradores estão sendo considerados como agentes que podem interferir na definição do espaço ao longo do tempo.

As práticas espaciais da administração pública na Vila das Antenas tendem a ignorar as relações existentes e as possibilidades de engajamento dos moradores. O seu aspecto antipedagógico pode ser observado no modo como as diferentes intervenções são realizadas ao longo do tempo e também no modo como as reuniões que envolvem a participação dos moradores acontecem. As intervenções definidas pela administração pública de tempos em tempos geram uma instabilidade constante entre os moradores explicitando a sua impotência diante do processo. O estudo desse caso mostra que entre 2009 e 2015 ocorreram diferentes abordagens envolvendo remoções, obras e interrupções que mantinham a vizinhança em uma situação de instabilidade, o que colaborava para inibir a resistência de uma boa parte dos moradores. As reuniões conduzidas por integrantes da administração pública repelem os moradores e, indiretamente, desincentiva a sua participação reuniões de outros tipos, sejam elas auto-organizadas ou não. Muitos entendem que as reuniões e audiências públicas para discutir intervenções na vizinhança são uma perda de tempo, já que não resolvem problemas imediatos e que, no final das contas, as decisões mais importantes já foram tomadas em outro lugar por alguns agentes externos. Os moradores não se sentem informados ou têm perspectiva de se informar por meio dessas reuniões, que não são estruturadas para acontecerem com objetividade e têm regras pouco claras. A falta de limite de tempo de fala tanto de agentes da administração pública quanto de figuras com histórico de liderança comunitária, espanta moradores que poderiam se interessar pelo tópico discutido e passa a impressão de que as reuniões são inúteis. Na perspectiva de um morador entrevistado, essas reuniões com a prefeitura só têm utilidade para aqueles que têm interesse em conseguir posições influentes junto à administração pública, concordando com as suas ações. O efeito antipedagógico dessas reuniões com formato e tema predefinidos se estende para além da relação entre moradores e administração pública, interferindo na percepção que os moradores acabam tendo de um modo geral acerca de qualquer reunião feita na Vila, mesmo aquelas auto-organizadas. Assim, quando surge um grupo de moradores propondo reunir para discutir questões que são de interesse coletivo, boa parte da vizinhança acaba não comparecendo. Isso evidencia como a abordagem heterônoma da administração pública pode limitar o desdobramento de processos de auto-organização nesses locais.[66]

Já no caso do Tempelhof, entrevistados de grupos diferentes afirmam de modo fortemente cético que a participação promovida ao longo do processo pela administração pública é falsa e interdita a possibilidade de tomada de decisão concreta, sendo um procedimento que serve apenas para cansar ou usar a energia das pessoas mobilizadas. Ou seja, eles se referem não

[66] Estive em diferentes reuniões em que sempre os mesmos e poucos moradores compareciam.

apenas à dificuldade de fazer parte desses processos institucionais de forma consistente, mas do efeito desmobilizador da participação. Assim, apesar de aparentemente inovadores, processos de planejamento que combinam atividades temporárias auto-organizadas e propostas institucionais (como os usos pioneiros) acabam também funcionando como obstáculos para a difusão da auto-organização sócio-espacial por parte daqueles interessados na produção do espaço. Se a ideia de atrelar uso e projeto como etapas simultâneas é à primeira vista interessante, a burocracia na sua execução enfraquece o potencial de envolvimento político de diferentes coletividades. Se não estivessem submetidas à limitação dos termos definidos para os usos temporários, propostas como a dos jardins comunitários teriam desdobramentos imprevisíveis. Em termos especulativos, pode-se imaginar que propostas desse tipo poderiam se multiplicar tornando-se pontos de contato entre o campo e os usos cotidianos das vizinhanças imediatas. Esse ponto de contato, que atualmente acontece em relação à Schillerkiez, poderia ser intensificado, criando uma relação de responsabilidade das vizinhanças do entorno sobre o campo. Os grupos que hoje atuam na gestão desses espaços, mantendo-os públicos para os visitantes do parque, poderiam intensificar ou diversificar suas ações ao longo do tempo se não houvesse o controle burocrático e a incerteza colocada pela necessidade de renovação do contrato todo ano.

O processo participativo de planejamento do Tempelhof que acontece sob a coordenação da administração pública depois do referendo evidencia que mesmo com muitos recursos, a participação popular pode ser inócua. Se na época em que houve a permissão dos usos temporários foi ensaiada uma relação mais estreita entre uso e planejamento – o que Mackrodt e Helbrecht (2013) chama de "participação performativa" –, o processo participativo posterior ao referendo retoma o modelo tradicional de planejamento com participação consultiva. O processo adota uma metodologia de discussão e de sugestão de ideias por meio de grupos temáticos de trabalho – que reúne as pessoas fora do espaço em questão em mesas de reunião com mapas impressos – e por meio de um site que agrega ideias de todos os tipos que e também serve de plataforma de interação. Um dos pontos mais questionáveis desse processo é que ele acontece sem que os pressupostos do próprio planejamento sejam discutidos, ou seja, sem que se considere a possibilidade de manter o espaço exatamente como ele é, utilizando os recursos na manutenção das áreas asfaltadas e gramadas. Em uma das reuniões, por exemplo, os participantes gastaram horas para unificar em um só mapa as propostas de delimitação de usos desenvolvidas por diferentes grupos de trabalho em reuniões anteriores. Trata-se de um trabalho que é feito sem garantia alguma de como ele será considerado na proposta final e sem a discussão do porquê de se propor e delimitar usos no plano.

Entrevistados desse caso, envolvidos tanto na iniciativa THF 100% quanto nos jardins comunitários, afirmam que não é necessário fazer um plano convencional para transformar o espaço e que ele já satisfaz seus usuários do modo como ele se encontra atualmente. Isso mostra a distância entre propostas institucionais e possíveis propostas dos moradores urbanos

que utilizam o espaço no dia a dia, ainda que eles estejam participando de alguma maneira. Enquanto há o dispêndio de tempo e de recurso nesse longo e burocrático processo de planejamento participativo (que durou por volta de dois anos), algumas ações poderiam ser rapidamente encaminhadas, como a manutenção do piso das pistas, dos gramados e a utilização de edificações existentes no local. Diante disso, o processo de planejamento participativo acaba se esvaziando se comparado ao engajamento dos moradores de diferentes partes da cidade durante a campanha do referendo e é curioso que depois de tanta mobilização, o planejamento seja retomado pela administração pública como se o referendo não exigisse uma reformulação da estratégia de tratamento do espaço. É importante frisar que esse problema não se restringe à abordagem da administração pública, já que a própria ideia de planejamento colaborativo imaginada pelos integrantes da iniciativa THF100% reproduzia em grande medida o formato de planejamento participativo baseado na coleção de ideias em uma etapa anterior e separada da intervenção, onde se decidiria racionalmente sobre os usos e possíveis modificações, espelhando-se nas etapas da produção institucional do espaço. Por fim, nem o processo institucional nem o auto-organizado – que acaba refletindo as práticas do primeiro – é repensado de modo que viabilize que os usuários do espaço tenham controle sobre a sua produção material ao longo do tempo. Nesse caso, a crítica da especialização da produção do espaço, crucial para uma prática espacial contestatória, não chega a ser um aspecto que caracteriza a atuação dos grupos auto-organizados.

Em meio a diferentes desafios, a aprendizagem política difundida nos processos de auto-organização favorece uma atuação mais crítica, informada e criativa de grupos de moradores, o que pode ser útil tanto para a ação direta no cotidiano quanto para a luta desses grupos em arenas institucionais. Esses processos contribuem para ampliar o acesso à informação sobre os espaços e sobre as questões que estão em jogo nas disputas, sendo um meio de politização da relação de diferentes moradores com a produção do espaço. Os dois casos mostram contextos bem diferentes no que tange a esse aspecto. Se no caso de Berlim, parte dos moradores envolvidos é escolarizada, de classe média e têm capital cultural e social para se organizar e se apropriar de um instrumento legal, escrever uma lei e conquistar adeptos na cidade inteira para aprovar essa lei, o caso de Belo Horizonte evidencia um contexto de exclusão social, espacial e política – ou de pobreza política (Demo, 2008) –, onde os moradores de favela são tratados pelo Estado e por setores endinheirados da população como cidadãos de segunda classe. Junto a isso, o fato de esses moradores não terem oportunidades semelhantes de acesso a educação formal e a contatos influentes, bem como de usufruto do tempo livre, contribui para que eles tenham mais obstáculos e menos respaldo para a atuação política, principalmente a de viés institucional para abordar estrategicamente certos instrumentos e procedimentos. O caso da Vila mostra como os moradores podem superar em certa medida a falta de capitais quando mobilizam e combinam seus próprios recursos com os recursos legitimados dos diferentes parceiros que não vivem na vizinhança. Enfrentando o risco de estabelecer uma relação de dependência com grupos externos de classe média (sejam ativistas, universitários, etc.), o grupo

catalisador estabelece um balanço entre a atuação de agentes externos e moradores locais em benefício da auto-organização, tirando partido das diferenças. Um exemplo disso foi observado na época da produção do documentário *Vou me acabar aqui*, em que os integrantes do grupo viram que era vantajoso entrevistar os antigos moradores em dupla com um agente externo, o que garantia que os depoimentos não ficassem nem muito informais e pouco úteis para a discussão (uma vez que os vizinhos já se conhecem) e nem muito superficiais e burocráticos (quando o entrevistador é de fora e não compartilha a experiência de morar na vila). Contudo, esse tipo de articulação não é regra, tendo sido um desafio enfrentado pelo grupo da Vila das Antenas desde o início de sua formação: desconstruir na própria vizinhança a ideia de favela que é disseminada pelos grupos dominantes e desenvolver um processo de auto-organização sócio-espacial que não se espelhe nas práticas legitimadas por esses grupos dominantes. A pedagogia da auto-organização, especialmente nesse caso, contribui para que grupos auto-organizados critiquem a relação entre a produção do espaço e as estruturas vigentes de organização política e econômica.

À luz da lente teórica e do estudo das situações concretas, pode-se dizer que instrumentos de participação no planejamento e gestão urbana podem significar obstáculos aos processos de auto-organização em contextos muito diferentes, com práticas de planejamento e cultura de participação popular muito distintas. Nos dois contextos abordados, coletividades auto-organizadas não são reconhecidas institucionalmente como agentes de planejamento que são capazes de interferir na produção do espaço. Isso mostra que, em partes diferentes do globo, a participação popular no desenvolvimento das cidades muitas vezes não passa de uma estratégia de apaziguamento ou de política neoliberal que delega responsabilidades sem necessariamente ampliar o campo de decisão de coletivos de moradores. Apesar da aparente abertura e democratização do planejamento e gestão urbanos, são criadas novas burocracias e uma impressão de que existe um consenso por trás das decisões que definem os rumos do desenvolvimento urbano. A predominância da política no seu modo institucionalizado, a reprodução de alguns de seus aspectos nas práticas auto-organizadas e a aparência de consenso na participação institucional configuram a antítese do aspecto pedagógico e do potencial democrático dos processos de auto-organização sócio-espacial. A desafeição em relação à participação política talvez seja o pior efeito das práticas espaciais institucionais e seus métodos de participação. Diante desse quadro, a atuação voltada para a consolidação do processo de auto-organização no cotidiano e fora das instituições seria um antídoto para o risco de enquadramento e anulamento, uma vez que os moradores podem assumir posicionamentos críticos mais sólidos para então eventualmente e pontualmente usarem canais ou instrumentos legais disponíveis, podendo até mesmo interferir nos seus formatos, mas sem perder de vista a criação de arranjos e condições para a autonomia. Nos dois casos analisados os processos de auto-organização se difundem entre diferentes iniciativas, informando experiências subsequentes com suas ações e métodos, e criando uma cultura política em lugares onde antes ela não existia.

3.4 Riscos de enquadramento na dinâmica institucional e capitalista

Processos de auto-organização sócio-espacial estão constantemente suscetíveis à possibilidade de enquadramento tanto na dinâmica institucional, via mecanismos de participação popular, quanto na própria dinâmica de valorização capitalista da produção do espaço urbano – sendo que essas dinâmicas estão muitas vezes imbricadas. Como já foi discutido anteriormente, os problemas do enquadramento na dinâmica institucional são decorrentes principalmente das burocracias que são impostas pela administração pública, do tipo de intervenção que geralmente está em jogo, de certas rotinas de planejamento que são vistas pelos usuários do espaço como desnecessárias, e do controle do potencial político e criativo dos processos auto-organizados. Além disso, processos de auto-organização podem perder com uma certa facilidade a sua capacidade de questionamento da lógica capitalista de desenvolvimento urbano. Ainda que pareça contraditório, em certos casos esses processos podem involuntariamente reforçar a dinâmica de valorização capitalista e é necessário entender de que modo isso acontece.

Como foi discutido no item 2.2.3, a situação analisada em Berlim é interessante nesse aspecto, pois mostra que mobilizações iniciadas com o objetivo de enfrentar processos de valorização capitalista do espaço podem paradoxalmente contribuir para incrementá-los na vizinhança, alimentando situações de gentrificação. A cultura criativa e política de Berlim é frequentemente usada como parte da máquina de propaganda da administração pública, contribuindo para que a prática de diferentes coletivos urbanos seja tragada pela dinâmica de valorização, ainda que ela rompa internamente com a reprodução de certas relações de poder e de certos procedimentos das práticas institucionais e capitalistas. Harvey (2012) alerta sobre esse poder de capitalização em cima de iniciativas coletivas, sobre como o capital se alimenta e extrai renda "da vida comum que outros criaram" (Harvey, 2013, p. 78). Esse é um dos meios pelos quais acontece a apropriação dos ganhos de uma prática social por aqueles que não a produzem. O processo de auto-organização em torno da preservação do campo do Tempelhof, nesse sentido, acaba sendo paradoxalmente capitalizado, ainda que tenha sido uma conquista de grupos com tradição anticapitalista.

Nas duas situações aqui estudadas, os processos de auto-organização sócio-espacial trazem implicações políticas positivas para os lugares onde elas acontecem, disseminando informações, propiciando o debate e ampliando o poder dos moradores. No caso da Vila das Antenas, esses processos contribuem para a melhoria da qualidade de vida cotidiana, promovendo atividades político-culturais e fortalecendo a resistência a futuras ameaças de remoção. Já no caso do campo do Tempelhof, eles garantem a preservação de um espaço livre e público, impedindo a reestruturação de vizinhanças adjacentes. Mas ainda que essas iniciativas tragam aspectos positivos, elas podem ter implicações contraditórias e prejudicar em curto, médio ou longo

prazo moradores vulneráveis, sendo necessário questionar o que faz com que elas estejam suscetíveis à dinâmica de valorização e à apropriação pelo capital. O campo de ação das diferentes iniciativas em Berlim, por exemplo, é limitado especialmente pelos processos de neoliberalização da governança urbana, que orientam o desenvolvimento da cidade em benefício de investidores e empreendedores ao passo em que estabilizam práticas contestatórias de diferentes maneiras. Analisando essas práticas nesse contexto, Margit Mayer (2007) aponta para os dilemas e contradições do risco de instrumentalização de ativismos e movimentos por parte do projeto neoliberal e a necessidade de reelaboração de suas estratégias. Ao mesmo tempo em que certas demandas de participação dos movimentos urbanos são atendidas e eles passam a fazer parte da estrutura de governança urbana, o seu poder de pressão e de influência encontra-se comprometido (Mayer, 2007). Assim, a participação e a delegação de certas responsabilidades é usada como meio de apaziguamento sem ampliar o poder espacial e político de coletivos de moradores.

Tendo em vista os impactos nocivos dos processos de neoliberalização na vida urbana, Purcell (2009) aponta que os movimentos de resistência democrática devem ter clareza sobre como as suas formas e conteúdos desafiam mais ou menos as bases do projeto neoliberal. Como o caso de Berlim mostra, essa clareza é crucial diante do risco e dos procedimentos concretos de enquadramento desses movimentos. A própria convivência entre mecanismos de participação institucionais e o desenvolvimento urbano pautado no lucro é uma característica dos processos de neoliberalização que consistem em moldar a política do Estado em benefício do capital (Purcell, 2009) – ainda que, na aparência, grupos de moradores estejam incluídos nas decisões. A transformação material do espaço urbano por meio de uma ação coletiva, como uma horta, pode partir do questionamento e do rompimento com relações de poder estabelecidas na produção do espaço, mas pode também ser algo inofensivo diante da dinâmica de valorização. Ou seja, são permitidas e aceitas com uma certa facilidade se não atrapalham a dinâmica capitalista. No caso da Vila das Antenas a tolerância com a atuação coletiva de moradores locais fica muito clara quando, no processo de resistência à construção da via de ligação, a Urbel permitiu a participação dos moradores desde que eles não impedissem a construção da via, que era um ponto incontestável do projeto elaborado pela empreiteira. Pode-se questionar os motivos pelos quais os instrumentos progressistas inseridos na política urbana – no âmbito do Estado – não são capazes de interpelar o poder de influência e de decisão do empresariado urbano na conformação das cidades. Os pressupostos e instrumentos adotados na política urbana brasileira a partir da redemocratização na década de 1980 têm muito pouco poder sobre a dinâmica de valorização da terra urbana. Ainda que existam instrumentos como a ZEIS, que protege vizinhanças irregulares de baixa renda, as próprias intervenções do poder público aumentam a vulnerabilidade dessas vizinhanças em relação à valorização imobiliária do seu entorno.

Purcell (2009) aponta que o neoliberalismo não é apenas uma agenda política, mas um projeto ideológico que estabelece as suas premissas como dominantes e as legitima, constituindo uma hegemonia. É preciso reconhecer essa ideologia e compreender de que maneiras se pode enfrentar – na mesma medida em que se enfrenta a organização política vigente – os interesses do capital como aspectos centrais nas políticas e decisões que produzem o espaço urbano. Embora se reconheça os limites das situações estudadas nessa pesquisa, não se pode subestimar a sua capacidade de questionar e eventualmente desestabilizar essa hegemonia política e econômica, propiciando meios para o desdobramento de práticas coletivas de ajuda mútua e solidariedade, ainda que em escala pequena. O potencial desestabilizador e questionador dos processos de auto-organização sócio-espacial depende da consciência dos riscos constantes de enquadramento tanto na dinâmica institucional quanto na dinâmica capitalista.

3.5 Processos de auto-organização sócio-espacial e democratização radical da produção do espaço

Ainda que os riscos de enquadramento sejam constantes, como vem sendo argumentado até aqui, processos de auto-organização desafiam na prática a reprodução dos arranjos e relações sócio-espaciais vigentes no âmbito do capitalismo e da democracia representativa, apresentando indícios para a democratização radical da produção do espaço. Entende-se aqui que essa democratização acontece na medida em que se cria condições e arranjos próprios que permitam que cada vez mais gente, em diferentes lugares, discuta e transforme os espaços urbanos a partir do cotidiano.

Como foi discutido nos outros itens deste capítulo, o sentido radical desses processos depende da criação de estruturas independentes da estrutura administrativa local, tendo em vista tanto as relações estabelecidas quanto as relações possíveis entre escalas urbanas, da aprendizagem política que faz parte do próprio processo de auto-organização e da atenção aos riscos de enquadramento nas lógicas institucional capitalista, assim como da reprodução das relações de poder no cotidiano. Ainda que de modo não coeso, essas práticas construídas a partir do cotidiano dos moradores urbanos viabilizam esferas de discussão coletiva e de tomada de decisão sobre o próprio espaço, possibilitando a atuação de indivíduos e grupos que antes não tinham meios para atuar nas disputas pela definição dos espaços urbanos. Seriam assim, meios de experimentação prática da distribuição do poder de decisão e de responsabilidades sobre o espaço urbano. O enfoque na ação direta a partir do cotidiano não significa ignorar o uso eventual de instrumentos institucionais que podem ampliar as condições de ação no contexto institucional e econômico vigente. Contudo, ao abordar esses instrumentos, os processos de auto-organização têm como desafio manter o foco nas possibilidades organizacionais

independentes das práticas institucionais, a materialidade do espaço em questão, bem como a possibilidade de se produzir esse espaço de outras maneiras.

Ainda que os grupos examinados nessa pesquisa sejam críticos às práticas espaciais institucionais e se auto-organizem a partir da disputa por decidir sobre um determinado espaço, pode-se observar que a formulação de uma estrutura de organização que se relacione com o processo de produção do espaço ao longo do tempo é um desafio. No caso do Tempelhof, os grupos auto-organizados se concentram na luta institucional sem que o processo de produção material do espaço seja abordado de forma estratégica para além da ocupação de espaços concedidos. Isso acontece ainda que os integrantes da iniciativa THF 100% e dos jardins comunitários considerem como desnecessário o processo de planejamento proposto pela administração pública e que as decisões poderiam ser tomadas ao longo do tempo pelas coletividades interessadas no uso do espaço. Já no processo de auto-organização da Vila um dos principais objetivos, que é também um meio de atuação, é transformar a relação dos moradores com a produção material do espaço – na qual eles já estão envolvidos. Embora o espaço da Vila seja resultado de processos de autoprodução e autoconstrução ao longo do tempo, essa estrutura não aparece imediatamente como parte da estratégia do processo de auto-organização. Nesse caso, pode-se observar que os moradores começam a elaborar essa estrutura a partir da apropriação do espaço da Oficina da Vizinhança, que exige o engajamento dos moradores para funcionar e um arranjo para a sua gestão. Trata-se de um passo muito importante na direção do aproveitamento coletivo dos espaços existentes por parte dos moradores e da concretização de uma estrutura de organização imbricada ao espaço. Desse modo, os dois casos mostram a importância (e os gargalos) de se retomar a produção do espaço no processo de auto-organização.

Enquanto no caso do Tempelhof há limites muito evidentes pelo fato de os grupos auto-organizados terem com finalidade um produto, reproduzindo em certa medida a lógica do planejamento institucional, no caso da Vila das Antenas, pode-se observar uma potencialidade política mais ampla, uma vez que o foco é na transformação do próprio processo de produção do espaço – o que é tanto uma finalidade quanto um meio de ação dos moradores auto-organizados. A experimentação de estruturas de organização que envolvam a ocupação, transformação e gestão do espaço parece ser um ponto crucial para que processos de auto-organização ultrapassem o campo de ação de um ativismo quase simbólico que tangencia a produção do espaço sem abordá-la de fato. Esse campo de ação pode acabar prevalecendo quando os atores envolvidos se mobilizam para realizar atividades em outras frentes, mas deixam de tratar a ocupação dos espaços e a sua transformação como parte da estratégia de continuidade (ou de sobrevivência) do processo de auto-organização. É comum que essas práticas reproduzam características elementares da produção convencional e institucional do espaço, como a separação artificial entre planejamento, construção e uso, a coordenação por parte de um especialista ou de agentes externos que dariam credibilidade à ação, a submissão a

regras definidas de forma heterônoma, a falta de acesso a informações que permitem a elaboração de propostas alternativas. É ao romper com a reprodução dessas características que processos de auto-organização ancorados no espaço podem acontecer de modo mais potente, propiciando o desdobramento de uma outra cultura política em relação ao espaço urbano.

No caso de disputas urbanas que envolvem grupos sem poder e sem legitimidade político-espacial, os processos de auto-organização estruturados no espaço podem ser especialmente potentes. Tendo em vista os elementos da lente teórica e o que os casos evidenciam, com todas as suas ambivalências, esses processos propiciam a prefiguração uma outra relação com o espaço urbano. Retomando tal noção de prefiguração, especialmente no que diz respeito ao seu foco no processo e na correspondência entre meios e fins, bem como na atuação a partir das condições existentes – o que inclui brechas nas instituições vigentes –, as práticas dos coletivos de moradores aqui estudados fazem parte de um processo gradual de experimentação de outros arranjos políticos e econômicos. Shantz (2010, p. 173) aponta para a importância de instituições alternativas que questionam as estruturas oficiais em curto prazo e que visam substituí-las em longo prazo, quando diferentes instituições alternativas "alcançarem uma massa crítica", configurando um sistema alternativo paralelo ao vigente. Ou, como aponta Graeber (2009a, p. 40), a criação de "modos menos alienados de organizar a vida irão eventualmente fazer as formas existentes de poder parecerem estúpidas e sem sentido". A construção dessas "infraestruturas de resistência" (Shantz, 2010) consiste na prática política cotidiana e no engajamento crítico e contínuo em relação às instituições vigentes. Como os casos mostram, esse engajamento não resiste apenas a tais instituições, mas às práticas heterônomas que estão sedimentadas na vida cotidiana.

Tendo em vista que a demarcação de um campo de ação depende da consciência dos aspectos aos quais essa ação se contrapõe, a contestação prática e processual dos aspectos estruturantes da produção do espaço parece crucial para o desenvolvimento de coletividades auto-organizadas em torno de porções espaciais. Retomando a noção de democracia radical de Chantal Mouffe, se é importante que as práticas contra-hegemônicas identifiquem os seus adversários para elaborar uma estratégia de contraposição, as contrapropostas referentes ao espaço urbano só são de fato radicais se a sua formulação parte do entendimento muito claro da raiz dos problemas das propostas vigentes que são combatidas inicialmente. As possibilidades concretas de corrosão e substituição das instituições que planejam e gerem o espaço urbano dependem da relação agonista (Mouffe, 2000) entre práticas auto-organizadas e práticas institucionais na direção do aprofundamento da democracia nesse âmbito. Processos de auto-organização sócio-espacial são mais potentes na medida em que abordam a materialidade da produção do espaço e a sua transformação ao longo do tempo. Assumir esse conflito é uma maneira de fazer com que, mesmo na estrutura vigente, decisões tomadas por instituições auto-organizadas passem a fazer parte da produção do espaço.

Processos de auto-organização sócio-espacial prefiguram situações em que diferentes coletividades tomam para si a tarefa de discutir, planejar e gerir porções do espaço urbano, permitindo que o que antes era discutido em escritórios e gabinetes, passe a ser discutido por indivíduos e grupos diretamente afetados. Cabe aqui questionar em que medida isso pode desestabilizar e concorrer com rotinas institucionais em que especialistas e agentes do empresariado urbano discutem e decidem sobre o que afeta muitas pessoas. Essa desestabilização é ainda mais relevante quando ela amplia o campo de ação e de proposição de moradores vulneráveis e historicamente afetados por decisões heterônomas. As duas situações estudadas nessa pesquisa mostram iniciativas que partem da vontade de equacionar a relação entre quem é afetado por uma decisão e quem participa dela, produzindo arranjos mais democráticos em meio (e contra) àqueles que são estabelecidos. Considerando os desafios das situações examinadas, é importante que os processos se desdobrem para além da formação de grupos e indo em direção à constituição de instrumentos coletivos para discussão, acesso a informações relevantes para a produção local do espaço, bem como para a tomada de decisão e ação no espaço que está em jogo.

Tendo em vista o seu caráter experimental, para se compreender as contrapropostas de planejamento e gestão que surgem nos processos de auto-organização sócio-espacial é preciso abandonar a polarização entre planejamento e espontaneidade, formalidade e informalidade, hierarquia e falta de estrutura. Uma prática espacial auto-organizada não significa ausência de planejamento, mas outras possibilidades de organização espacial em que as pessoas diretamente envolvidas são capazes de iniciar ou de colaborar nas transformações urbanas ao longo do tempo, tendo poder de decisão sobre as questões que lhes dizem respeito. Muitas vezes o que parece espontâneo aos olhos de quem está de fora, é completamente organizado e com objetivos muito claros para quem está dentro. Além de "agentes críticos de planejamento", como argumenta Souza (2006b), os processos de auto-organização sócio-espacial e suas práticas espaciais oferecem um universo frutífero de aprendizagem para arquitetos e planejadores, para que eles possam desenvolver práticas e instrumentos que favoreçam o seu desdobramento em vez de interditá-los. Muitos dos problemas urbanos não são, como se costuma apontar no campo do planejamento urbano, resultantes da falta de planejamento. Essa ideia de certa forma desconsidera a contribuição das práticas de planejamento e de projeto – principalmente das que se declaram neutras ou puramente técnicas – na reprodução das desigualdades urbanas. A abertura do campo do planejamento urbano – ou dos campos que o compõem, como os da arquitetura, geografia, etc. – para aprender com processos de auto-organização sócio-espacial, a ponto de questionar a própria especialização, é também crucial para a democratização radical da produção do espaço. Esse questionamento é imprescindível para a elaboração de ferramentas, instrumentos ou interfaces que contribuam para processos de planejamento e de intervenção colaborativos, que considerem não só as demandas, mas principalmente o desenvolvimento de propostas auto-organizadas por instâncias populares. Não se trata de romantizar as práticas auto-organizadas, mas de reconhecer a sua importância política na criação de uma cultura de

autonomia coletiva em relação ao espaço, como catalisadoras de processos de democratização radical do poder de decisão, ainda que interditadas por uma série de fatores.

Essa investigação não se conclui apresentando uma proposta para a atuação do arquiteto ou do planejador urbano. Pode-se pensar em possibilidades diversas sobre o que fazer diante do que mostram esses processos de auto-organização, mas o que parece mais importante é aprender a partir de suas experiências, identificando os problemas e contradições da produção heterônoma do espaço e as possibilidades de uma produção autônoma. Seja por meio da discussão teórica ou da formulação de práticas, pode-se estar atento aos entraves para o desenvolvimento do potencial criativo dos processos de auto-organização e, sempre que possível, confrontá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, buscou-se compreender e discutir as possibilidades, ambivalências e desafios presentes em processos de auto-organização sócio-espacial em situações de disputa pelo poder de decisão sobre uma porção urbana. Com a ajuda de uma lente teórica que combina as noções de autonomia coletiva, democracia radical e autogestão com elementos da perspectiva anarquista e estadocrítica, duas situações concretas foram examinadas: o processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas em Belo Horizonte e as práticas dos moradores envolvidos na disputa sobre o antigo aeroporto Tempelhof em Berlim. Ainda que pouco coesos, pode-se dizer que os processos de auto-organização estudados desafiam a reprodução dos arranjos e relações sócio-espaciais vigentes no âmbito do capitalismo e da democracia representativa.

Enquanto um dos casos diz respeito ao espaço cotidiano de uma vizinhança de Belo Horizonte, o outro diz respeito a um enorme espaço público usado por moradores de diferentes partes da cidade de Berlim. A investigação assumiu como ponto de entrada o caso brasileiro, adotando uma perspectiva latino-americana acerca do fenômeno abordado: o desdobramento de processos de auto-organização sócio-espacial em situações de disputa por poder de decisão. Ao mesmo tempo, o exame de um caso não familiar como o de Berlim foi crucial para definir uma maneira de estruturar o caso de Belo Horizonte, colocando-o em perspectiva e em relação com um outro caso, possibilitando também uma compreensão mais clara de aspectos que são específicos da realidade brasileira. Ao finalizar o trabalho, pode-se afirmar que a combinação das duas situações analisadas foi determinante para o desenho da metodologia da pesquisa e do trabalho escrito. Se a abordagem de situações tão diferentes ajudou a colocar a situação da Vila das Antenas em perspectiva, ela contribuiu também para a definição de uma maneira de construir o caso do Tempelhof, que observo como estrangeira. Nesse movimento em que um caso ilumina o outro, delineei uma abordagem que tenta não perder de vista as especificidades e nem as chances de tecer discussões mais gerais atravessando os dois contextos.

Pode-se observar nos dois contextos uma hierarquia muito evidente, onde moradores urbanos precisam criar um caminho próprio para interferir do seu modo na caracterização e desenvolvimento da parte da cidade em que vivem ou usam cotidianamente. Outro aspecto comum é que, nos dois casos, moradores urbanos colocam em xeque práticas espaciais institucionais e seus mecanismos de participação de diferentes maneiras, evidenciando as suas limitações. Além dos entraves colocados pelos procedimentos e rotinas da administração pública, os dois casos revelaram aspectos como: os desafios para a disseminação da auto-organização em uma vizinhança; as ambivalências das parcerias com agentes externos; os obstáculos que são específicos de contextos fragilizados política e espacialmente; o modo como a participação institucionalizada funciona como entrave para o desenvolvimento de processos de auto-organização; os limites de contrapropostas que não abordam materialmente o processo

de produção do espaço; e a tensão entre potencial político e risco de enquadramento institucional. Os casos também mostraram que, apesar de os moradores atuarem combinando ação direta e luta institucional, é um desafio consolidar processos de auto-organização no cotidiano que sejam capazes de pressionar as instituições sem perder de vista o sentido coletivo desses processos junto à materialidade do espaço. Enquanto a importância da luta institucional está nas oportunidades de se garantir a ampliação do campo de ação dos moradores no contexto da estrutura política e econômica atual, fica claro que não se pode perder de vista as possibilidades organizacionais independentes das práticas institucionais, bem como a prefiguração de outras maneiras de se produzir coletivamente o espaço. Apesar das condições adversas, os grupos envolvidos nas disputas examinadas encontram maneiras de transpassar o controle que muitas vezes é exercido por meio dos mecanismos de participação. De um modo geral, observou-se tendências diferentes no que diz respeito ao enfoque de cada processo: enquanto os moradores da Vila das Antenas traçam um caminho que visa transformar a sua relação com o espaço cotidiano com enfoque no próprio processo de produção do espaço, no caso do Tempelhof, o caminho traçado vai na direção de usar um instrumento legal, ultrapassando a participação institucionalizada, mas mantendo como foco um produto.

Esse estudo mostra ainda que o conflito – de perspectivas e de agendas – entre práticas auto-organizadas e institucionais tende a ser abafado por meio de processos participativos e que muitas vezes esses processos são usados para evitar que coletivos auto-organizados de fato façam parte das decisões. Nos dois casos, são os próprios moradores que criam condições para a ampliação do seu campo de ação por meio de suas práticas, rompendo com a posição de subordinados, consumidores, espectadores ou beneficiários. As implicações políticas desses processos passam também pelo fato de que eles se referem a disputas mais amplas, indo além de interesses e demandas particulares. No caso da Vila, moradores urbanos historicamente tratados como sub-cidadãos por grupos dominantes questionam o modo como as administrações públicas brasileiras urbanizam e regularizam vilas e favelas, que é conivente com interesses capitalistas sobre o espaço urbano. No caso do Tempelhof, diferentes grupos questionam um modelo de desenvolvimento que é adotado em toda a cidade de Berlim e que prejudica vizinhanças vulneráveis enquanto oferece oportunidades para o capital imobiliário. Um dos desafios nesse caso é manter o processo de auto-organização sócio-espacial e o debate sobre a gestão do espaço para além dos resultados do referendo – que são, como se pôde verificar, pouco estáveis quando o sistema que predomina é o da democracia representativa.

Mesmo com todas as ambivalências os processos de auto-organização sócio-espacial abrem um campo de experimentação para que diferentes moradores urbanos tomem para si o poder de decisão acerca da gestão dos espaços que são experimentados cotidianamente. São processos que ampliam o escopo de ação dos moradores e estabelecem novas relações entre eles e a produção material de um determinado espaço, contribuindo para evidenciar perspectivas que se contrapõem àquelas empregadas no contexto da produção institucional. Com base nisso,

buscou-se no terceiro capítulo desenvolver cinco especulações que atravessam os dois casos e retomam alguns aspectos da lente teórica proposta inicialmente, abordando a relação entre a possibilidade de autogestão do espaço cotidiano e escalas urbanas; a relevância da estrutura nos processos de auto-organização sócio-espacial; a pedagogia da auto-organização e sua antítese; os riscos de enquadramento na dinâmica institucional e capitalista; e os indícios desses processos para uma democratização radical da produção do espaço. Pode-se dizer que os processos de auto-organização contribuem para ampliar as condições de discussão, decisão e ação coletiva na produção do espaço por parte de moradores comuns, ainda que as contradições impostas pelo contexto politico e econômico estabelecido dificultem o seu desenvolvimento nesse sentido. Quanto mais uma coletividade consolida o seu processo de organização no cotidiano, maior é o seu potencial de questionar as práticas institucionais existentes sem que esse seu processo seja anulado. As situações analisadas mostram a importância de se usar condições e oportunidades existentes sem abrir mão do apoio mútuo em uma determinada escala e de um processo de auto-organização que vai além das negociações com a administração pública e do uso de instrumentos institucionais. A ideia de democratização radical da produção do espaço não é aqui considerada como um horizonte ou estado final a ser alcançado, mas como um processo em constante elaboração, em que se propicia situações para a experiência da discussão, da decisão, assim como para a alteração material do espaço de forma coletiva e autodeterminada ao longo do tempo. É importante notar que esse tipo de atuação é diferente e independente daquela que acontece via canais institucionais de participação, favorecendo a discussão nos próprios espaços que estão em jogo, a problematização de intervenções impostas por agentes externos e a elaboração de propostas coletivas, sendo assim, com todas as suas ambivalências, um elemento importante no processo de democratização radical da produção do espaço.

Buscou-se colocar certos aspectos em relevo e formular discussões que contribuam para o cultivo de uma abordagem do planejamento e gestão do espaço urbano que reconheça o protagonismo de grupos de moradores auto-organizados, as suas experiências e as possibilidades por eles apresentadas. Uma das principais implicações políticas dos processos de auto-organização sócio-espacial é tornar as contradições da produção do espaço explícitas para o debate coletivo, o que parece ser um passo necessário para se caminhar na direção de cidades justas e democráticas. Como já foi mencionado algumas vezes ao longo do trabalho, ainda que não se trate aqui de apresentar propostas aplicáveis diretamente no âmbito da atuação profissional no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre as condições para essa atuação considerando as contradições e conflitos da produção heterônoma do espaço e os entraves enfrentados por moradores que buscam atuar coletivamente. Espero que estudos futuros sobre o tema encontrem utilidade nesse trabalho, tendo como foco os seus hiatos, limites, problemas, conclusões, bem como os apontamentos que surgiram no final e que não foram desenvolvidos. Pode-se investigar, por exemplo, situações concretas em que foram criadas estruturas de organização que propiciam a

autogestão e a articulação entre decisões tomadas no âmbito de uma porção urbana específica com decisões mais gerais, definidas por um conjunto maior de moradores urbanos. Essas estruturas podem estar presentes em diferentes espaços, seja ele um prédio, em um bairro ou uma cidade inteira. Para além de coletividades circunscritas, parece importante compreender de que maneira o espaço urbano pode ser produzido a partir da relação entre propostas formuladas por diferentes coletividades auto-organizadas. Ainda que uma porção urbana esteja inserida em um contexto de regras mais abrangentes, pode-se perguntar que tipo de estrutura de planejamento e gestão urbana poderia considerar coletivos auto-organizados como responsáveis por tomarem certas decisões em escalas menores, bem como articular propostas formuladas por diferentes grupos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. F. ; GARCIA, M. M. F. ; POZNANSKI, F.. *Planejamento Participativo Regionalizado (PPR) Ampliando a participação popular em Belo Horizonte MG*. In: XII Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa, 2012, Porto Alegre. Democracia Participativa XII Conferência do OIDP, 2012.

BAKUNIN, Mikhail. *Marxism, freedom and the state.* Freedom Press, Londres, 1950. [Escrito entre 1867-1872]. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/archive/bakunin/works/mf-state/index.htm>. Acesso em julho de 2013.

BAKUNIN, Mikhail. *Statism and anarchy*. The anarchist library, 1873. Disponível em: < https://theanarchistlibrary.org/library/michail-bakunin-statism-and-anarchy>. Acesso em julho de 2016.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; KAPP, Silke, 2006. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. Impulso (Piracicaba), v. 17, p. 93-103.

BE BERLIN, Direkte Demokratie in Berlin. Die Landesabstimmungsleiterin Berlin. 2011.

BERNT, Matthias; GRELL, Britta/ HOLM, Andrej. *Berlin Reader. A Compendium on Urban Change and Activism*, transcript. Bielefeld, 2013.

BOOKCHIN, Murray. O municipalismo Libertário. In: BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul, ENCKELL, Marianne. *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!*. Editora Imaginário, 2003.

BOOKCHIN, Murray. Libertarian municipalism: an overview, 1991. Disponível em: < https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-libertarian-municipalism-an-overview >. Acesso em julho de 2016.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital, in John G. Richardson (edt), *Handbook of Theory and Research in the Sociology of Education*, New York, Greenwald Press, 1986.

BURGESS, Katharine. Community Participation in Parks Development: Two Examples from Berlin. Berlim, Dezembro, 2014. Disponível em: <http://www.thenatureofcities.com/2014/12/10/community-participation-in-parks-development-two-examples-from-berlin/>. Acesso em junho de 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. *A criação histórica - o projeto da autonomia*. Porto Alegre, Palmarinca. 1991a.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius: Power, politics, autonomy. In: *Philosophy, politics, autonomy.* Edited by David Ames Curtis. New York, Oxford University Press, 1991b.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie - o conteúdo do socialismo.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

CASTORIADIS, Cornelius: The Problem of Democracy Today in: *Democracy & Nature, The International Journal of Politics and Ecology*, Vol. 3, n. 2 (issue 8, p. 18-35), 1997. Disponível em: <http://www.athene.antenna.nl/ARCHIEF/NR01-Athene/02-Probl.-e.html>. Acesso em julho de 2016.

CORNWALL, Andrea. Introduction: New Democratic Spaces? The Politics and Dynamics of Institutionalised Participation. In: *New democratic Spaces?* IDS Bulletin, Volume 35, Issue 2, 2004.

COSTA, Carlos. S. C. Urbe. *Kleingärten: um componente da infraestrutura urbana: aspectos urbanísticos, ecológicos e sociais dos jardins arrendados na Alemanha.* Revista Brasileira de Gestão Urbana. Vol.4 no.1 Curitiba Jan./Junho, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000100008 acesso em junho de 2016

DEUTSCHE WELLE. Hendrik Heinze. *German home insulation comes at tenants' costs.* 2013. Disponível em: < http://www.dw.com/en/german-home-insulation-comes-at-tenants-cost/a-16539329 >. Acesso em maio de 2016.

DEUTSCHE WELLE.. Ben Knight. *Petition to petition: Berlin fights to save referendums.* 2016. Disponível em: < http://www.dw.com/en/petition-to-petition-berlin-fights-to-save-referendums/a-19261165 >. Acesso em junho de 2016.

DIE ZEIT. Frida Thurm. *Was Sie über Tempelhof wissen müssen.* 2014. Disponível em: <http://www.zeit.de/gesellschaft/zeitgeschehen/2014-05/tempelhofer-feld-volksentscheid-faq>. Acesso em maio de 2016.

Facebook História em Construção (usuário). Disponível em: < https://www.facebook.com/historia.emconstrucao.3 >. Acesso em junho de 2016.

Facebook História em Construção (página). Disponível em: < https://www.facebook.com/historiasomosnos/ >. Acesso em junho de 2016.

FERNANDES, Edésio. *Regularização de assentamentos informais na América Latina.* Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2011

FERNANDES, Edésio. Pereira, Helena. *Legalização das favelas. Qual é o problema em Belo Horizonte? F*órum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v. 9, n. 51, maio 2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/32771>. Acesso em maio de 2016.

FIGUEIREDO, Lorena. Das políticas públicas urbanas aos princípios jurídicos: percorrendo os caminhos da Avenida do Cardoso, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016

FREEMAN, Jo. *The tyranny of structurelessness.* Berkeley Journal of Sociology. Vol. 17, pp. 151–165, 1972. Disponível em: < http://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm >. Acesso em julho de 2016.

GRAEBER, David. *Direct Action: An Ethnography.* AK Press, 2009a.

GRAEBER, 2009. Anarchism, academia, and the avant-garde. In: *Contemporary anarchist studies: an introductory antropology of anarchism in academy.* (Amster et al) 2009b.

GUARDIAN. Philip Oltermann. Guardian Cities. *Unaffordable cities: Berlin the renters' have hit by green fog of eco scams*, 2014. Disponível em: < https://www.theguardian.com/cities/2014/feb/11/unaffordable-cities-berlin-rent-green-laws >. Acesso em maio de 2016.

HENDRIX, Aron. (2009) *A case study on urban renewal through community governance in two Berlin neighborhoods.* Masters Thesis supervised by Patrik Wallman. LUMES. Disponível em: <http:// www.lumes.lu.se/database/alumni/07.09/ thesis/Hendrix_Aron.pdf> Acesso em maio de 2016.

HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso, London and New York, 2012.

HARVEY, David. *Listen, Anarchist! A personal response to Simon Springer's "Why a radical geography must be anarchist".* Disponível em: < http://davidharvey.org/2015/06/listen-anarchist-by-david-harvey/ >. Acesso em maio de 2016.

HOLM, A., KUHN. A. (2011). Squatting and Urban Renewal: The Interaction of Squatter Movements and Strategies of Urban Restructuring in Berlin. *International Journal for Urban and Regional Research*. 35 (3), p. 644-658. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2427.2010.001009.x/abstract> Acesso em maio de 2016.

Manifesto "Programa Vila Viva ou Vila Morta" disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/10//429698.pdf>. Acesso em maio de 2016.

HOLM, Andrej. Berlin's Gentrification Mainstream. In: Holm, A./Bernt, M. (eds.): *The Berlin Reader. A Compendium on Urban Change and Activism.* Bielefeld, 2013.

KAPP, Silke., BALTAZAR, Ana Paula. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*. April 2012. Disponível em: <http:// www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/The_Paradox_of_Participation.pdf >. Acesso em maio de 2016.

KAPP, Silke; BALTAZAR, ANA PAULA; CAMPOS, Rebekah; et al. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: *IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia Inovação e Responsabilidade*, 2012, Florianópolis. Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia Inovação e Responsabilidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema. In: *Projetar*, 2009, São Paulo. Projeto como investigação: Antologia. São Paulo : Altermarket, 2009.

KAPP, Silke. *Direito ao espaço cotidiano. Moradia e autonomia no plano de uma metrópole.* Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 14, p. 463-485, 2012. Disponível em: < http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/Kapp%202012%20Direito.pdf >. Acesso em maio de 2016.

KNABB, Ken. *The Joy of Revolution.* Public Secrets: Collected Skirmishes of Ken Knabb, 1997. Disponível em <www.bopsecrets.org>. Acesso em maio de 2016.

KATZ, S.; MAYER, M. (1985) Gimme shelter: self-help housing struggles within and against the state in New York City and West Berlin. *International Journal of Urban and Regional Research* 9.1, 15–46. Disponível em: <http:// onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2427.1985.tb00419.x/abstract> Acesso em maio de 2016.

KOTTI & CO. *Scholars support Kotti & Co*. 2012 Disponível em:<https://kottiundco.net/english/>. Acesso em maio de 2016.

KROPOTKIN, Peter. *The State: Its Historic Role*. (Pamphlet) The anarchist Library, 1897.

LEBUHN, Henrik. *Urban Social Movements between Protest and Participation.* Paper presented at the RC21 International Conference on "The Ideal City: between myth and reality. Representations, policies, contradictions and challenges for tomorrow's urban life" Urbino (Italy). August 2015.

LEBUHN, Henrik. Community gardening and grassroots politics in the neoliberal city in: Franceschini, A.; Milicevic, M. (Eds.): *Beneath the pavement, a garden.* Loughborough University, Radar, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space.* Oxford: Blackwell, 1991

LEFEBVRE, Henri. *Critique of everyday life*. Volume 2. Nova York: Verso, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *State, Space, World - selected essays*. Editado por Neil Brenner e Stuart Elden. University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism*. Reproduction of the relations of production. Londres: Allison and Busby Limited, 1976.

LOPES, João M. A.; KAPP, Silke; BALTAZAR, A. P. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. SILACC 2010 – Simpósio Ibero Americano, Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas. 2010.

MAYER, Margit. Contesting the Neoliberalization of Urban Governance. In *Contesting neoliberalization*. 2007. Disponível em: <http://beytiskimu.net/martine/Neoliberal_Urbanism/Contesting%20neoliberalism%20book.pdf>. Acesso em junho de 2016.

MACKRODT, Ulrike; HELBRECHT, Ilse. *Performative Bürgerbeteiligung als neue Form kooperativer Freiraumplanung*, disP - The Planning Review, 49:4, 14-24, 2013.

MILAGRES, Lígia. *Entre o Quintal e o Parque: Possibilidades de produção do espaço público cotidiano.* Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU). Orientador: Silke Kapp. Escola de Arquitetura, UFMG, 2011.

MIETREBELLEN. Widerstand gegen den Ausverkauf der Stadt. Documentário. 2014

MONTENEGRO, Antônia M. R. *Planejamento, participação social e reformas administrativas: a experiência da Prefeitura de Belo Horizonte nos 16 anos de governo democrático popular.* Tese de doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Siglo XXI, Madrid, 1987.

MOUFFE, Chantal; ERREJÓN, Ínigo. *Construir pueblo. Hegemonía y radicalización de la democracia.* Icaria, Barcelona, 2015.

MOUFFE, Chantal. Introduction: for an agonistic pluralism. In: *The return of the political.* Verso, Londres, 2005.

MOUFFE, Chantal. For an agonistic model of democracy. In: *The democratic paradox.* Verso, Londres, 2000.Disponível em: <http://vk.com/doc774617_230144214?hash=88a188504903333841&dl=4fed32ddc7f4d0ac33> Acesso em junho de 2016.

MOUFFE, Chaltal. *How to interpret the recent protest movements?* An agonistic approach. 6th Subversive festival 4-18 de maio, 2013. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=4sWK2KRhBjo >. Acesso em junho de 2016.

NABUCO, Ana Luiza; FERREIRA, Rodrigo Nunes; ALMEIDA, Maria Cristina. *Territórios de Gestão Compartilhada na cidade de Belo Horizonte: descrição da metodologia utilizada e perspectivas de uso da nova regionalização.* XV Seminário sobre a economia mineira. Cedeplar, Diamantina, 2012. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/territorios-de- gestao-compartilhada>. Acesso em janeiro de 2013.

NASCIMENTO, Tamiris. *Participação institucionalizada e resistência popular na intervenção em favelas: o caso Vila Antena.* Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU). Orientador: Silke Kapp. escola de Arquiteutra, UFMG, 2011.

NEWMAN. Saul. *What is Postanarchism? Rethinking the political through anarchist theory.* 2010a. Disponível em:<http://research.ncl.ac.uk/spaceofdemocracy/word%20docs%20linked%20to/Uploaded%202009and10/Newman/SaulNewmanPostanarchism.pdf>. Acesso em maio de 2016.

NEWMAN. Saul. An Infantile Disorder: Anarchism and Marxism. In: *The poliitcs of postanarchism*. Edinburgh University Press, 2010b.

NOVY, J; COLOMB, C; (2013) Struggling for the right to the (creative) city in Berlin and Hamburg. New urban social movements, new 'spaces of hope'? *International Journal of Urban and Regional Research* , 37 (5) 1816 - 1838. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2427.2012.01115.x/ abstract> Acesso em fev. 2014.

PECK, Jamie. Cities beyond compare? In *Regional studies : journal of the Regional Studies Association*; 49, 1; 160-182; Regional studies : journal of the Regional Studies Association. Routledge, Taylor & Francis Group, Abingdon, Oxfordshire. 2015

PORTAL PBH - Urbel. *Uma cidade melhor para todos.* Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/ comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7490&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&> Acesso em mar. de 2014.

PORTAL PBH. *Legalização de espaços beneficia as comunidades.* Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8177&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&> , Acesso em março de 2014.

PORTAL Gestão Compartilhada. Disponível em: < http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/ >. Acesso em março de 2014.

POGREBINSCHI, Thamy. *O Enigma do Político. Marx contra a Política Moderna.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POGREBINSCHI, Thamy. *O político contra a política. Uma agenda de pesquisa em forma de manifesto.* Revista Sinais Sociais - Rio de Janeiro - V.2 - No 4 - P. 106-141. Maio/agosto 2007.

PURCELL, M. *Resisting neoliberalization: Communicative Planning or Radical Democratic Movements?* Planning Theory 8(2): 140-165. 2009.

PURCELL, Mark. Seeking Democracy. *Society and Space – Environment and Planning*, [http://societyandspace.com/material/discussion-forum/forum-on- turkey/purcell/], 2013. Acesso em maio de 2016.

PURCELL, Mark. *Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant.* GeoJournal 58: 99–108, 2002.

PURCELL, Mark. *Urban Democracy and the Local Trap.* Urban Studies, Vol. 43, No. 11, 1921–1941, October. 2006.

RBB Online. *Weg frei für Flüchtlingsquartiere auf dem Tempelhofer Feld*. 2016. Disponível em: < http://www.rbb-online.de/politik/thema/fluechtlinge/berlin/fluechtlinge_tempelhof/beitraege/abgeordnetenhaus-tempelhof-gesetz-fluechtlinge.html >. Acesso em maio de 2016.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

ROLNIK, Raquel. *O lugar da participação popular,* 2014. Disponível em: http:// www1.folha.uol.com.br/ colunas/raquelrolnik/2014/06/1470857-o-lugar-da-participacao-popular.shtml. Acesso em jul. 2014.

ROSOL, Marit. Community volunteering as a neo-liberal strategy? The case of green space production in Berlin. In: *Antipode* 44 (1): 239-257, 2012.

ROSKAMM, N. *4.000.000 Square Meters Public Space and a short Walk with Lefebvre and Laclau*. In: A. Degros; S. Knierbein & A. Madanipour (eds.): Public Space and the Challenges of Urban Transformation in Europe. New York/London: Routledge, pp. 63-77, 2014.

SCHALK, M. Utopian desires and institutional change, in: K. Bradley and J. Hedrén (eds) Green Utopianism: perspectives, politics and micro-practices, New York: Routledge, 131-149, 2014.

SHANTZ, Jeff. *Constructive anarchy. Building infrastructures of resistance.* Routledge, 2010.

SHANTZ, Jeff. *Logistical Anarchism*. Organizing against the Idiocene, The Anarchist Library, 2014. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/jeff-shantz-logistical-anarchism>. Acesso em junho de 2016.

Senatsverwaltung für Stadtenwicklung und Umwelt Berlin. *Zukunft - Tempelhofer Feld*, 2008. Disponível em: < http://www.stadtentwicklung.berlin.de/aktuell/pressebox/archiv_volltext.shtml?arch_0803/nachricht2972.html >Acesso em setembro de 2015.

Senatsverwaltung für Stadtenwicklung und Umwelt Berlin. *Tempelhof Parkland - invitation to tender*, 2010. Disponível em: http://www.stadtentwicklung.berlin.de/aktuell/wettbewerbe/ergebnisse/2010/parklandschaft_tempelhof/ausschreibungstext_engl.pdf. Acesso em maio de 2016.

Senatsverwaltung für Stadtenwicklung und Umwelt Berlin. *Tempelhof Parkland - the concept.* Disponível em: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de/aktuell/wettbewerbe/ergebnisse/

2011/parklandschaft_thf_verhandlungsverfahren/download/
thf_wettbewerb_flyer_en.pdf>2012. Acesso em junho de 2016.

SHALOM, Steve. Parpolity: a political system for a good society - In: SPANNOS, Chris. *Real Utopia: Participatory Society for the 21st Century,* AK Press, 2008.

SOUZA, Jessé Souza. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e *da gestão das cidades.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?* (1a e 2a
partes). Publicado no jornal Passa Palavra, April, 2012. Lastro. UFSC, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

SOUZA, Marcelo Lopes de.Together with the state, despite the state, against the state – social movements *as 'critical urban planning' agents*'. CITY, VOL. 10, NO. 3, Dec. 2006b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Which Right to Which City?*, Interface, 2 (1): 315–33. 2010b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2013

SOUZA, Marcelo Lopes de. e RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo, UNESP, 2004.

SPRINGER, Simon. *Why a radical geography must be anarchist*, Dialogues in Human Geography 4: 249-270. 2014a

SPRINGER, Simon. *Public space as emancipation: meditations on anarchism, radical democracy, neoliberalism and violence.* Antipode Vol. 43. 2010.

SPRINGER, Simon. *The limits to Marx: David Harvey and the condition of post fraternity.* 2014b.

TAZ, Die Tageszeitung. (Gereon Asmuth). *Ein Quadratmeter Tempelhof für jeden*. 2009. Disponível em: http://www.taz.de/!5153500/. Acesso em setembro de 2015.

TAZ, Die Tageszeitung. (Svenja Recover). *Nicht alle sind willkommen.* 2010. Disponível em: http://www.taz.de/!5143022/. Acesso em setembro de 2015.

THF 100%. *Tempelhofer Feld Gezetz.* 2014. Disponível em: <http://www.thf100.de/tl_files/thf100/download/gesetz/THFG_Gesetz-_und_Verordnungsblatt_15-14-s189-s196.pdf>. Acesso em setembro de 2015.

Tempelhof Projekt. *Zwischen- und Pioniernutzer der Tempelhofer Freiheit.* 2010. Acesso em setembro de 2015.

VILENSKY, Dmitry. *Theses on Self-Education*. Radical Education, 2006. Disponível em: <http://radical.temp.si/node/12>. Acesso em março de 2016

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor.* Edição do autor, São Paulo; 1ª edição, 2005. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf

WARD, Colin. The theory of spontaneous order. In: _____. *Anarchy in action.* Freedom Press, Londres, p. 31-39, 1996.

WARD, Colin. *Social Policy: an anarchist response*. Freedom Press, Londres, 2000.

X. Andrew. *Give Up Activism,* Do and Die, 9, pp. 160–66. 2001.